



**RELATÓRIO DO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EXERCÍCIO de 2007

Relatório do Conselho de Administração

Índice

1 INTRODUÇÃO	8
1.1 Síntese da Actividade do Grupo Semapa	8
1.2 Principais Acontecimentos	14
2 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	16
3 ÁREA DE NEGÓCIOS DE PAPEL E PASTA DE PAPEL - PORTUCEL SOPORCEL	17
3.1 Evolução dos Negócios	17
3.1.1 Papel	17
3.1.2 Pasta	19
3.2 Análise da Contribuição dos Resultados do Grupo Portucel	21
3.2.1 Indicadores económico-financeiros	21
3.2.2 Investimentos	22
3.2.3 Endividamento	22
3.2.4 Evolução do título no mercado de capitais	22
3.2.5 Actividade Industrial	23
3.2.6 Recursos e Funções Suporte	25
4 ÁREA DE NEGÓCIOS DE CIMENTOS E DERIVADOS - SECIL	34
4.1 Síntese Global da Actividade do Grupo Secil	34
4.2 Indicadores consolidados da actividade do Grupo Secil	36
4.2.1 Indicadores financeiros	36
4.2.2 Indicadores operacionais	37
4.3 Desempenho por segmento geográfico e de negócio	39
4.3.1 Portugal	39
4.3.2 Tunísia	45
4.3.3 Líbano	48
4.3.4 Angola	49
4.3.5 Cabo Verde	50
4.4 Recursos Financeiros	52
4.4.1 Recursos Financeiros	52
4.4.2 Pensões e Outros benefícios pós-emprego	52
5 RECURSOS HUMANOS DO GRUPO SEMAPA	53
6 ÁREA FINANCEIRA DO GRUPO SEMAPA	53
6.1 Endividamento	53
6.2 Gestão de Risco	54
6.2.1 Riscos Financeiros	54

6.2.2 Riscos Operacionais	55
6.3 Pensões e Outros benefícios pós-emprego	56
6.4 Evolução da Performance Bolsista	56
6.5 Dividendos	57
6.6 Resultado Líquido de 2007	57
7 PERSPECTIVAS PARA 2008	57
8 REFERÊNCIAS FINAIS	60
9 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	60

1 Introdução

1.1 Síntese da Actividade do Grupo Semapa

O desempenho do Grupo Semapa no exercício de 2007 foi positivo, o que se reflectiu no resultado líquido consolidado atribuível a Accionistas da Semapa de **122,0 milhões de euros**, que registou um aumento de **33,4%** face ao exercício de 2006.

O **EBITDA total e recorrente** cresceu em termos homólogos para **432,7** e **406,1 milhões de euros** respectivamente e o **endividamento líquido**, de **887,9 milhões de euros**, registou uma redução face ao final do exercício de 2006.

A actividade do Grupo Semapa no exercício de 2007 evidencia o processo de consolidação nas duas áreas de negócio onde o Grupo desenvolve a sua actividade – **Papel e Pasta de Papel e Cimentos e seus Derivados**.

Contribuição por segmentos de negócio

Valores em milhões de euros	Papel e Pasta	Cimentos	Holdings	Consolidado
Volume de Negócios	1.147,4	287,7	0,3	1.435,4
EBITDA Total	342,3	77,1	13,2	432,7
EBITDA Recorrente	342,3	76,8	(13,0)	406,1
Amortizações e perdas por imparidade	(95,4)	(21,3)	(0,1)	(116,8)
Provisões (reforços e reversões)	(9,9)	(0,4)	(2,2)	(12,5)
EBIT	237,0	55,4	10,8	303,3
Resultados Financeiros	(27,5)	(7,1)	(23,3)	(58,0)
Resultados Antes de Impostos	209,5	48,3	(12,5)	245,3
Impostos sobre Lucros	(72,6)	(12,8)	1,6	(83,8)
Lucros Retidos do Exercício	136,9	35,5	(10,9)	161,5
Atribuível a Accionistas da Semapa	99,9	33,0	(10,9)	122,0
Atribuível a Interesses Minoritários	37,0	2,5	-	39,5
Cash-Flow	242,2	57,2	(8,5)	290,9
Margem EBITDA (% Vol. Negócios)	29,8%	26,8%	-	30,1%
Margem EBITDA Recorrente (% Vol. Negócios)	29,8%	26,7%		28,3%
Margem EBIT (% Vol. Negócios)	20,7%	19,3%	-	21,1%
Activo líquido total	2.521,6	480,9	254,6	3.257,1
Dívida Líquida	367,7	76,7	443,4	887,9

Notas:

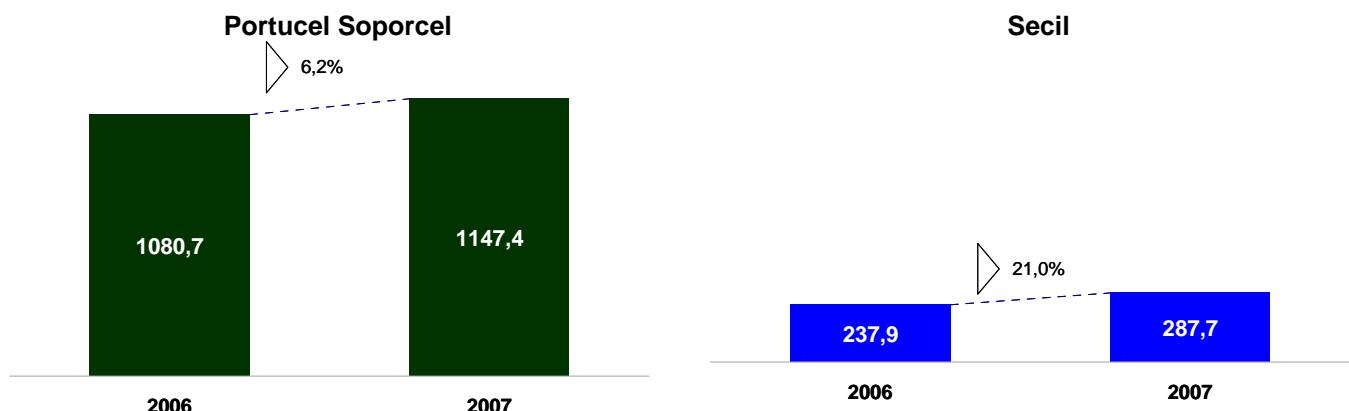
- Os valores dos indicadores por segmentos de negócio poderão diferir dos apresentados individualmente por cada Grupo, na sequência de ajustamentos de consolidação efectuados
- Cash-Flow = Lucros retidos do exercício + amortizações e perdas por imparidade + provisões – reversão de provisões.
- EBITDA Total = resultado operacional + amortizações e perdas por imparidade + provisões – reversão de provisões

- Dívida líquida = dívida remunerada não corrente (líquida de encargos com emissão de empréstimos) + dívida remunerada corrente (incluindo dívida a accionistas) – caixa e seus equivalentes; em conformidade com o normativo IFRS
- Tal como oportunamente divulgado, a partir do exercício de 2007, a participação financeira de 51% detida pelo Grupo Semapá na Secil passou a ser consolidada pelo método proporcional (até então era consolidada integralmente).
- Por forma a facilitar a comparabilidade entre períodos homólogos, os indicadores económico financeiros da Secil com referência a 31 de Dezembro de 2006, estão apresentados pelo método proporcional, para efeitos de consolidação no Grupo Semapá.
- Na área de negócios dos Cimentos e seus Derivados, destacam-se duas alterações do perímetro de consolidação:
 - i) aquisição durante o primeiro semestre de 2007 de 21,86% do capital social da Sociedade Ciment de Sibline SAL, com sede em Beirute no Líbano, aumentando a sua participação para um total de 50,5% dos direitos de voto e do capital social da referida sociedade, representando um investimento global de USD 65,1 M;
 - ii) reforço, durante o exercício de 2007, da participação financeira do Grupo Secil no capital da Cimentos Madeira, de 14,29% para 57%.

Em consequência estas duas subsidiárias passaram a ser consolidadas pelo método integral.

Volume de Negócios Consolidado: 1.435,4 milhões de euros

O valor de **1.435,4 milhões de euros** representa um crescimento de **9%** face ao valor registado no exercício de 2006. Para este valor de vendas contribuíram:



- [Grupo PORTUCEL SOPORCEL \(Papel e Pasta de Papel\)](#)

O contributo do volume de negócios do Grupo Portucel Soporcel no exercício de 2007 atingiu **1.147,4 milhões de euros**, que se traduziu num incremento de **6,2%** face ao exercício de 2006.

Tanto o volume de vendas de **papel** (1.031 mil toneladas), como o respectivo preço médio unitário de venda (aumento de 5,4%), evoluíram favoravelmente, pelo que o valor total das vendas deste segmento registou um crescimento de 8,3% em termos homólogos e representou cerca de 71% do volume total de negócios do Grupo Portucel Soporcel.

O preço de venda unitário da **pasta** diminuiu 0,1% no período em análise, apesar do preço de referência da pasta de eucalipto, em dólares, ter aumentado cerca de 100 USD. Contudo, a forte desvalorização do dólar face ao euro que se verificou durante o ano resultou numa estabilização do preço médio líquido de vendas do Grupo Portucel Soporcel em euros.

Em virtude do maior nível de integração da pasta em papel, a quantidade de pasta disponível para venda no mercado (544 mil toneladas) foi inferior face ao exercício de 2006 (559 mil toneladas). Deste modo, estes dois factores contribuíram para a diminuição do valor total das vendas de pasta em cerca de 2,7% face ao exercício de 2006.

O volume de negócios de pasta teve uma contribuição de 21% para o volume global de negócios do Grupo Portucel Soporcel.

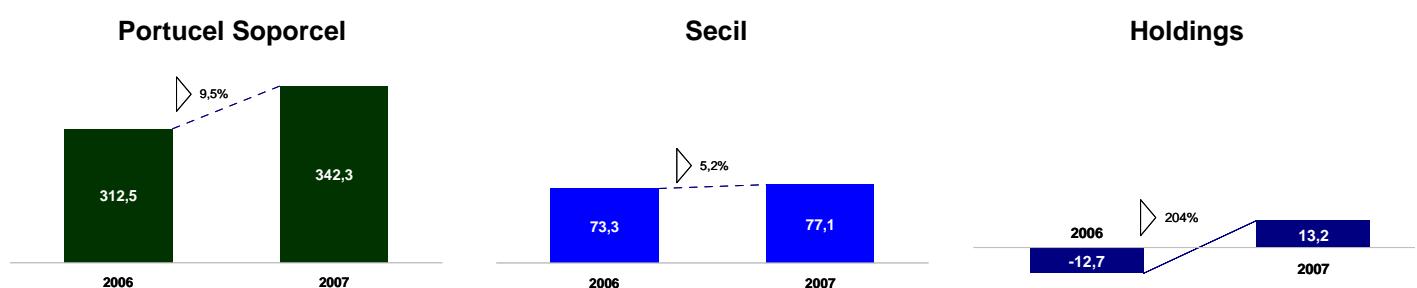
Os restantes 8% do volume de negócios do Grupo Portucel Soporcel foram gerados pela área da energia e outros serviços.

- Grupo SECIL (Cimentos e Derivados)

O contributo do volume de negócios acumulado do Grupo Secil no exercício de 2007 atingiu **287,7 milhões de euros** e representou um acréscimo de 21,0% face ao exercício de 2006, que se explica fundamentalmente pela já referida inclusão das subsidiárias Ciment de Sibline e Cimentos Madeira no perímetro de consolidação do Grupo Secil e pela boa performance da unidade de negócio “Tunísia – Cimento”.

A actividade do principal mercado do Grupo Secil – cimento no mercado nacional – foi afectada pelo decréscimo do consumo em 0,2% face ao ano de 2006, resultante da recessão prolongada em que se encontra o sector da construção civil desde o ano de 2002, quer nas vertentes residencial e não residencial, quer na vertente das obras públicas.

EBITDA Consolidado: Valor total de 432,7 milhões de euros, dos quais 406,1 milhões de euros revestem-se de natureza recorrente



- Grupo PORTUCEL SOPORCEL (Papel e Pasta de Papel)

O EBITDA total acumulado contribuiu com **342,3 milhões de euros**, o que traduz um crescimento de 9,5% face ao exercício de 2006, fruto (i) do crescimento no volume de vendas de papel, (ii) do aumento de cerca de 5,4% do preço médio de venda de papel, (iii) de uma melhoria de eficiência ao nível dos custos energéticos e (iv) de um aumento de produtividade com a redução de alguns factores específicos.

Estes resultados foram obtidos num contexto caracterizado pelos aumentos significativos de alguns factores de produção, nomeadamente a madeira de eucalipto, dos produtos químicos e dos transportes.

O EBITDA recorrente, no exercício de 2007 atingiu o valor de **342,3 milhões de euros**, o que corresponde a um crescimento em termos homólogos na ordem dos 10,1%, justificado essencialmente pelas razões acima referidas.

Refira-se que no exercício de 2006, o Grupo Portucel Soporcel registou 7,4 milhões de euros de ganhos com a alienação de licenças de CO₂, enquanto que no exercício de 2007 foram registados apenas ganhos de 2,8 milhões de euros.

- Grupo SECIL (Cimentos e Derivados)

O EBITDA total acumulado da Secil contribuiu com **77,1 milhões de euros**, o que traduz um crescimento de 5,2% face ao mesmo período de 2006.

Esta evolução deveu-se essencialmente à consolidação integral da Ciment de Sibline e da Cimentos Madeira anteriormente referido.

Saliente-se o facto de no exercício de 2006 terem ocorrido ganhos com a alienação de activos não correntes e terem sido registados ganhos com a alienação de excedentes de licenças de CO₂ atribuídos pelo Governo Português no âmbito do PNALE (3,8 milhões de euros apropriados pelo

Grupo Semapa), factos estes que estavam reflectidos no EBITDA desse ano e que não se verificaram no exercício de 2007.

Em termos de EBITDA recorrente, atingiu-se o valor de **76,8 milhões de euros**, o que correspondeu a um crescimento em termos homólogos na ordem dos 13,1%.

- **Holdings (Semapa SGPS e suas sub-holdings instrumentais)**

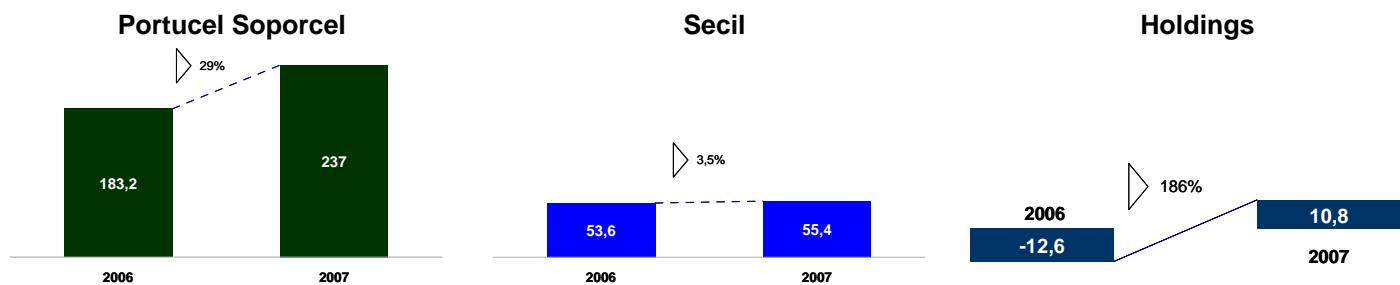
O EBITDA total acumulado ascendeu a **13,2 milhões de euros**, essencialmente resultante da mais valia obtida com a alienação das acções na sociedade EDP – Energias de Portugal, no valor total de **26,2 milhões de euros**.

O EBITDA recorrente é negativo, no montante de **-13,0 milhões de euros**, que reflecte os custos de estrutura da Semapa e das suas sub-holdings instrumentais.

Margem EBITDA Consolidada: 30,1%

- Papel e Pasta de Papel: margem de 29,8%, que se traduz num crescimento de 0,9 pontos percentuais em relação ao exercício de 2006.
- Cimentos e Derivados: margem de 26,8%, i.e. redução da margem em cerca de 4,0 pontos percentuais face ao exercício de 2006.

EBIT Consolidado: 303,3 milhões de euros



- **Grupo PORTUCEL SOPORCEL (Papel e Pasta de Papel)**

O EBIT total acumulado atingiu **237,0 milhões de euros**, o que representa um crescimento de 29,4% face aos valores verificados no exercício de 2006. Esta evolução dos resultados operacionais foi positivamente influenciada por um montante inferior de provisões

- **Grupo SECIL (Cimentos e Derivados)**

O EBIT acumulado atingiu **55,4 milhões de euros**, o que traduz um aumento de 3,5% face aos valores acumulados em Dezembro de 2006. As razões invocadas na evolução do EBITDA explicam igualmente a evolução homóloga do EBIT.

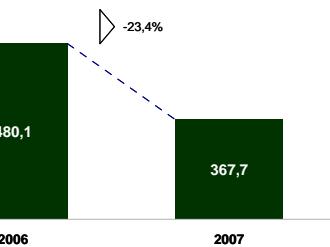
- **Holdings (Semapa SGPS e suas sub-holdings instrumentais)**

O EBIT total acumulado ascendeu a **10,8 milhões de euros**, valor este que se deve sobretudo à mais valia obtida com a alienação das acções na sociedade EDP.

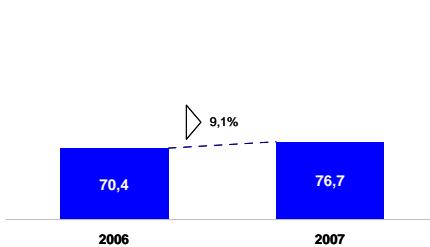
Dívida Líquida: 887,9 milhões de euros

O nível de endividamento líquido do Grupo SEMAPA continua a evidenciar uma tendência decrescente, que se traduziu numa redução de **130,6 milhões de euros** face ao valor registado em 31 de Dezembro de 2006, o que revela o bom desempenho do Grupo ao nível dos cash-flows gerados.

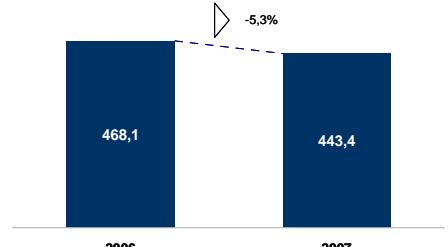
Portucel Soporcel



Secil



Holdings



- **Grupo PORTUCEL SOPORCEL:** redução de **112,4 milhões de euros** em relação ao final do exercício de 2006. Esta redução da dívida líquida do Grupo Portucel evidencia a forte capacidade do Grupo em gerar cash-flows, tendo em consideração o facto de durante o exercício de 2007 o Grupo, (i) ter procedido à distribuição de dividendos no montante de **60,6 milhões de euros** relativos ao exercício de 2006, (ii) ter pago 53,7 milhões de euros de dividendos antecipados em Dezembro de 2007 e, (iii) ter iniciado os desembolsos relativos ao investimento na nova fábrica de papel em Setúbal.
- **Grupo SECIL:** Face (i) ao cash-flow gerado pelo Grupo Secil, (ii) à aquisição de importantes activos realizados no decorrer do primeiro semestre de 2007 e (iii) à distribuição de dividendos no montante de **19,1 milhões de euros** referente ao exercício de 2006 e (iii) a distribuição de um dividendo antecipado, no valor total de 19,5 milhões de euros em Outubro de 2007, a dívida líquida registou um aumento face ao final do exercício de 2006, situando-se em **76,7 milhões de euros** quando consolidada em 31 de Dezembro de 2007 com a Semapa.
- **Holdings:** o endividamento líquido reduziu-se em cerca de **24,7 milhões de euros** face a 31 de Dezembro de 2006, totalizando **443,4 milhões de euros** no final de Dezembro de 2007.

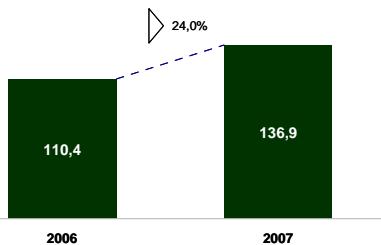
Para a redução do endividamento ao nível das Semapa SGPS e Sub Holdings, contribuíram os seguintes factores: (i) o encaixe de 85,2 milhões de euros com a alienação de acções da EDP, (ii) o recebimento de dividendos da Portucel e da Secil (82,3 e 19,1 milhões de euros, respectivamente), pese embora se tenha (i) pago dividendos de 27,2 milhões de euros, (ii) adquirido acções próprias no valor de 36,7 milhões de euros, (iii) adquirido em bolsa acções da Portucel no montante de 68,7 milhões de euros e suportado os custos de estrutura.

Resultados Financeiros: (58,0) milhões de euros

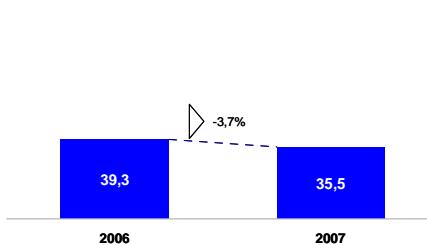
Os resultados financeiros sofreram um agravamento face ao exercício de 2006, totalizando **(58,0) milhões de euros**. Para esta evolução concorreu o aumento da dívida líquida do Grupo Secil, o agravamento dos encargos financeiros do Grupo Portucel em resultado do reconhecimento de juros no montante de 10,4 milhões de euros relativos a contingências fiscais por factos ocorridos anteriormente a 2004 e o agravamento das taxas de juro verificado durante o exercício de 2007.

Resultados Líquidos Consolidados: 161,5 milhões de euros

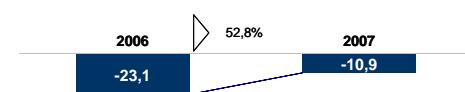
Portucel Soporcel



Secil



Holdings



O Resultado Líquido Consolidado antes de interesses minoritários foi de **161,5 milhões de euros**, o que representa um aumento de **27,6%** face ao exercício de 2006, dos quais **122,0 milhões de euros** são atribuíveis aos accionistas da Semapa

Principais indicadores económico-financeiros

Valores em milhões de euros	IFRS Dezembro 2007	IFRS Dezembro 2006*	Var. % Anual 07/06	IFRS Dezembro 2006**
Volume de Negócios	1.435,4	1.318,9	9%	1.547,0
Outros Proveitos	55,1	64,1	(14%)	125,8
Gastos e Perdas	(1.057,8)	(1.009,9)	5%	(1.229,2)
EBITDA Total	432,7	373,2	16%	443,6
EBITDA Recorrente	406,1	364,9	11%	430,1
Amortizações e perdas por imparidade	(116,8)	(121,0)	(3%)	(138,0)
Provisões (reforços e reversões)	(12,5)	(27,9)	(55%)	(29,9)
EBIT	303,3	224,2	35%	275,7
Resultados Financeiros Líquidos	(58,0)	(45,9)	26%	(48,5)
Resultados Antes de Impostos	245,3	178,3	38%	227,2
Impostos sobre Lucros	(83,8)	(51,7)	62%	(62,9)
Lucros Retidos do Exercício	161,5	126,6	28%	164,3
Atribuível a Accionistas da Semapa	122,0	91,4	33%	91,4
Atribuível a Interesses Minoritários	39,5	35,2	12%	72,9
Cash-Flow	290,9	275,5	6%	332,2
Margem EBITDA (% Vol. Negócios)	30,1%	28,3%	7%	28,7%
Margem EBITDA Recorrente (% Vol. Negócios)	28,3%	27,7%	2%	27,8%
Margem EBIT (% Vol. Negócios)	21,1%	17,0%	24%	17,8%
Activo líquido total	3.257,1	3.120,1	4%	3.535,9
Capitais Próprios (antes de IM)	745,8	737,0	1%	737,0
Dívida Líquida	887,9	1.018,5	(13%)	1.086,1

Notas:

* Contas pro-forma com participada Secil consolidada pelo método proporcional

** Conforme reportado ao mercado em Dezembro de 2006

EBITDA Total = resultado operacional + amortizações e perdas por imparidade + provisões – reversão de provisões

Dívida Líquida = dívida remunerada não corrente (líquida de encargos com emissão de empréstimos) + dívida remunerada corrente (incluindo dívida a accionistas) – caixa e seus equivalentes; em conformidade com o normativo IFRS

1.2 Principais Acontecimentos

Holdings (Semapa SGPS e suas sub-holdings instrumentais)

- Realização da Assembleia Geral da Semapa, em Março de 2007, na qual foi deliberado, nomeadamente, distribuir dividendos de 0,23 euros por acção em circulação, os quais foram pagos em Abril, no total de 27,2 milhões de euros.
- Alienação no decurso do exercício de 2007, de um total de 20,1 milhões de acções da EDP – Energias de Portugal, a que correspondeu um encaixe financeiro de 85,2 milhões de euros e uma mais valia de 26,2 milhões de euros.
- Reforço da participação na Portucel, através da aquisição em Bolsa de acções representativas de 3,40% do capital daquela subsidiária.
- Ao abrigo do contrato Put & Call Combination celebrado com o Caixa Banco de Investimento, a Semapa SGPS exerceu ainda o direito de compra de 2,95% do capital social da Portucel.
- Aquisição de acções próprias correspondentes a 2,30% do capital social da Semapa SGPS.

Grupo PORTUCEL SOPORCEL (Papel e Pasta de Papel)

- Realização da Assembleia Geral da Portucel, em Março de 2007, na qual foi deliberado, nomeadamente, distribuir dividendos de 0,079 euros por acção, os quais foram pagos em Abril, no total de Euros 60,6 milhões de euros.
- Pagamento de um dividendo antecipado de 0,070 euros por acção, em Dezembro de 2007, no total de 53,7 milhões de euros.
- Aprovação, no início do mês de Abril, pela Comissão Europeia, dos incentivos atribuídos pelo Estado Português relativos à nova fábrica de papel a instalar em Setúbal. Os incentivos têm um valor nominal de 52,4 milhões de euros, aos quais corresponde um valor actualizado de 38 milhões de euros.

No mês de Junho foram igualmente aprovados os incentivos referentes ao projecto da fábrica da Figueira da Foz, no montante nominal de cerca de 63,4 milhões de euros, aos quais corresponde um valor actualizado de cerca de 46,5 milhões de euros.

• Investimento na nova máquina de papel

O grupo Portucel formalizou com a METSO Paper Oy o contrato para a aquisição da nova máquina de papel que vai instalar no seu complexo industrial de Setúbal. Esta máquina produzirá cerca de 500.000 toneladas/ano, e será a maior a nível Mundial na produção de papéis finos não revestidos (UWF). Prevê-se que o arranque ocorra em Agosto de 2009.

O investimento total previsto rondará os 550 milhões de euros e permitirá integrar em papel toda a pasta produzida no complexo industrial de Setúbal.

A capacidade total de produção de papel do grupo Portucel aumentará, assim, para cerca de 1,5 milhões de toneladas/ano, mantendo-se a capacidade de produção de pasta de eucalipto em 1,3 milhões de toneladas/ano. O grupo passará a ser o maior produtor de UWF na Europa, reforçando significativamente a sua competitividade no mercado de papel. O projecto de implementação e o funcionamento da nova fábrica de papel serão submetidos aos exigentes padrões ambientais legalmente estabelecidos para este projecto, em linha com os padrões aplicáveis em Portugal e na Comunidade Europeia.

- Obtenção da certificação florestal pelo Forest Stewardship Council (FSC), em processo conduzido pela certificadora Soil Association / Woodmark, com atribuição do certificado SA-FMCOC-001785.

Grupo SECIL (Cimentos e Derivados)

- Distribuição de um dividendo de 0,38 euros / acção, que foi pago em 4 de Abril, no montante total de 19,1 milhões de euros.
- Distribuição de um dividendo antecipado, no valor total de 19,5 milhões de euros correspondente a 0,39 euros / acção, cujo pagamento ocorreu no mês de Outubro.
- Aquisição, através de uma subsidiária detida por ela em 100%, de uma participação adicional representativa de 21,86% do capital social e dos direitos de voto da Sociedade Ciment de Sibline SAL, com sede em Beirute no Líbano, por um valor total de 37,3 milhões de USD (28,8 milhões de euros).

Com esta aquisição, a Secil passou a deter uma participação total de 50,5% dos direitos de voto e do capital social da Sibline. A aquisição total desta participação – 50,5% - representou um Investimento de 65,1 milhões de USD. A Sibline tem uma capacidade anual de produção de clínquer e de cimento de 950.000 e 1.200.000 toneladas/ano respectivamente. A Sociedade opera também na área do betão pronto através da sua participada Soime.

- Reforço da posição accionista na Secil Martingança, em 45,81%, passando a deter uma participação de 97%. O valor do investimento associado a este reforço ascendeu a 6,4 milhões de euros. Adicionalmente, a Secil é detentora de uma opção de compra dos remanescentes 3%.
- Reforço em Janeiro de 2007 da sua participação, de 14,29% para 57% no capital da Cimentos Madeira, sendo que os restantes 43% pertencem ao Governo Regional da Madeira.

A sociedade Cimentos da Madeira desenvolve operações muito significativas na Região Autónoma da Madeira ao nível da comercialização de cimento e da produção e comercialização de betão-pronto, inertes e pré-fabricados em betão.

- Aquisição, pela **Ecoresíduos**, de uma participação adicional de 30% na **Prescor** passando a deter uma participação de 100%.
- Alienação de 25% e 33,4% correspondentes às participações financeiras que detinha na Cimentos Açores e Betão Liz, respectivamente, as quais eram até aqui integradas nas demonstrações financeiras do Grupo Secil pelo método de equivalência patrimonial.
- Aquisição, pela **SBI**, de 100% da empresa **Minerbetão**, localizada em Marinha Grande, que actua no mercado do betão-pronto.
- Aprovação pelo Governo Angolano da nova linha de produção de cimento e clínquer já prevista para a Secil – Companhia de Cimentos do Lobito, S.A., sociedade detida a 51% pela participada Secil. Com este investimento a **Secil-Lobito** passará a dispor de uma capacidade de produção anual de 500.000 t de clínquer e 900.000 t de cimento. O investimento desta primeira fase será de cerca de 141 milhões de dólares, incluindo o investimento na produção de energia e em infra-estruturas.
- Assinatura do contrato de investimento com a ANIP – Agência Nacional de Investimento Privado de Angola relativo à nova linha de produção de cimento da **Secil Lobito**.
- Obtenção da certificação do sistema de gestão de segurança e saúde no trabalho de acordo com as normas OHSAS 18 001 e NP-3497 nas fábricas da Maceira-Liz e Cibra-Pataias.

2 Enquadramento Macroeconómico

Em 2007, a economia portuguesa cresceu 1,9%, depois de ter acelerado no último trimestre do ano. De acordo com dados divulgados pelo INE, o crescimento do PIB no ano passado foi o mais elevado dos últimos seis anos (2001), o que contrasta favoravelmente com 1,6% de crescimento que ocorreu em 2006.

O perfil de recuperação da economia nacional registado em 2007 foi apoiado numa evolução mais favorável do investimento empresarial e num crescimento robusto das exportações de bens e serviços. Simultaneamente, verificou-se uma correcção de alguns desequilíbrios, designadamente: i) das contas externas, apesar dos choques desfavoráveis decorrentes do significativo aumento do preço do petróleo e da subida das taxas de juro aos longo dos últimos anos; e, ii) das finanças públicas, continuando-se a assistir ao processo de consolidação orçamental, que superou mesmo os compromissos assumidos no âmbito do Pacto de Estabilidade e Crescimento. Refira-se ainda que em 2007 continuou a desaceleração do consumo privado iniciada em 2006, a qual terá implicado a interrupção da tendência decrescente da taxa de poupança das famílias observada nos anos mais recentes.

A taxa de inflação em Portugal, medida pela taxa de variação média anual do IHPC (Índice Harmonizado de Preços do Consumidor), deverá ter diminuído de 3,0% em 2006 para 2,4% em 2007, explicado, em grande parte, pela componente energética, que reflectiu a evolução do preço do petróleo em euros, em termos anuais.

A nível mundial, o ano de 2007 caracterizou-se por um crescimento global ainda relativamente forte, o que se ficou a dever, em grande medida, à contribuição do bloco de países constituído pela China, Índia, Rússia e Brasil, nos quais, segundo estimativas do FMI o ritmo de expansão da actividade rondou os 8,1%. Por outro lado, as economias desenvolvidas abrandaram o ritmo de crescimento de 2,9% para 2,5%.

A situação nos mercados financeiros internacionais caracterizou-se, desde Agosto de 2007, por uma elevada turbulência, que induziu uma reavaliação significativa e abrupta do risco por parte dos investidores, cujos efeitos na actividade económica não são fáceis de quantificar, quer pela ausência de informação sobre a verdadeira dimensão do fenómeno, quer pela complexidade dos mecanismos de transmissão envolvidos e das soluções adequadas à sua resolução.

A forte deterioração da confiança no sistema financeiro e o consequente alargamento dos diferenciais entre as taxas de juro de mercado e as taxas directoras, influenciou a política monetária em 2007, que acabou por ser um ano de viragem das políticas monetárias de alguns dos principais bancos centrais e de interrupção do ciclo de normalização de outros.

Após 15 meses de pausa, em Setembro de 2007 a Reserva Federal Americana (FED) anunciou um corte de 0,5% da taxa de referência dos *fed funds*, abandonando o discurso predominantemente centrado no controlo das pressões inflacionistas para focar a sua atenção na redução dos riscos de um arrefecimento mais pronunciado da economia. Até ao final do ano, o FED voltou a descer a taxa directora, tendo mesmo surpreendido o mercado em Janeiro com a redução em 125 pontos da taxa, colocando-a nos 3%.

Por seu lado, o BCE interrompeu a sua política de subida gradual da taxa de juro de refinanciamento, que acabou por se manter nos 4% no final de 2007 devido a i) provável arrefecimento da economia e ii) problemas de liquidez provocadas pela crise financeira que levaram à subida das taxas Euribor para os prazos mais curtos. Apesar da interrupção do ciclo, o BCE tem mantido um discurso agressivo, colocando ênfase no controlo das tensões inflacionistas.

O diferencial das taxas de juro do EUR e do USD levaram a pressões sobre o USD que se desvalorizou face ao EUR. Esta desvalorização tem um impacto negativo sobre a área de negócios Papel e Pasta de Papel atendendo a que a maior parte das suas vendas são em USD.

3 Área de Negócios de Papel e Pasta de Papel - PORTUCEL SOPORCEL

3.1 Evolução dos Negócios

3.1.1 Papel

Mercado

Em 2007 a procura de papéis finos não revestidos (UWF) na Europa cresceu cerca de 1%, face a 2006, tendo o crescimento da procura de produtos transformados em folhas (cut-size ou papel de escritório e folio ou papel para a indústria gráfica) atingido os 2%, acompanhando o ritmo de crescimento económico, estimado em 2,6% na Zona Euro.

Durante o ano de 2007 continuou o processo de redução de capacidade instalada de UWF na Europa, com o fecho de duas fábricas com capacidade total anual de 420 mil toneladas, sendo o impacto estimado, neste ano, de 250 mil toneladas. Estima-se que entre 2005 e 2007 a capacidade instalada na Europa tenha diminuído cerca de 650 mil toneladas em termos líquidos.

Consequentemente, a produção de papéis UWF na Europa em 2007 regrediu 2% (-180 mil toneladas) para 9,0 milhões de toneladas tendo, todavia, a taxa de ocupação da indústria melhorado face ao ano anterior, por via da redução de capacidade, atingindo 97% nos produtores Cepifine.

As vendas totais destes produtores caíram em linha com a quebra de produção, com especial ênfase, tal como seria de esperar, nas vendas fora da Europa que caíram 17% (-130 mil toneladas) face a 2006.

As importações de UWF para a Europa aumentaram significativamente ao longo do ano, atingindo 590 mil toneladas, mais 170 mil toneladas do que no ano anterior. Este forte crescimento mais do que compensou a quebra de 1% nas vendas de produtores europeus para esse mercado, justificando o crescimento na procura. Cerca de 80% das importações é de papéis de escritório (cut-size), representando no total de UWF 7% do consumo aparente.

O mercado de UWF nos EUA regrediu em relação a 2006, tendo contudo registado um ligeiro crescimento nos segmentos estratégicos para o Grupo: papéis de escritório e formatos (folio) para a indústria gráfica.

Em relação a outros mercados mundiais, estima-se que a procura de papéis UWF tenha crescido 4% nos mercados Asiáticos e 2% na América Latina. Estes crescimentos foram satisfeitos sobretudo por produtores locais.

Performance

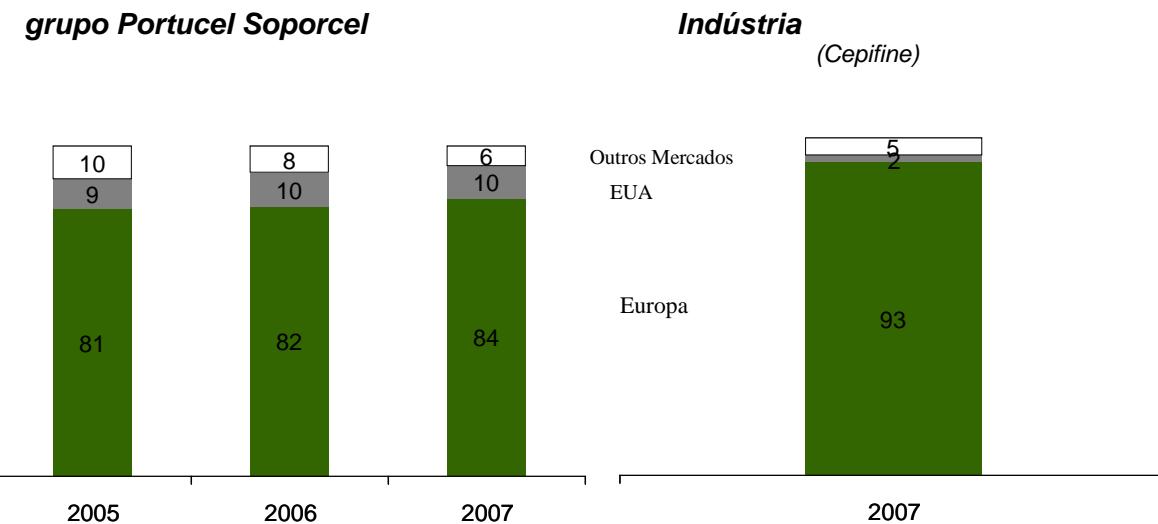
As vendas globais de papel ascenderam a 1 031 mil toneladas, um aumento de 2,7% em relação a 2006.

Este crescimento deu-se principalmente nos países europeus, onde as vendas cresceram 6%, o que se traduz em mais um reforço da quota detida nestes mercados, nos quais a procura total cresceu 1%, tal como anteriormente mencionado.

As vendas do grupo Portucel Soporcel para os EUA mantiveram-se estáveis, sendo a totalidade das vendas para este mercado constituída por produtos de qualidade premium e marcas de fábrica. Refira-se também que cerca de 2/3 do volume exportado da Europa para os EUA é da responsabilidade do Grupo.

Verifica-se assim um reforço das vendas do Grupo nos seus mercados estratégicos (Europa e EUA), por contrapartida das vendas em outros mercados, as quais sofreram uma diminuição em 2007.

Evolução do mix por zonas geográficas (% do volume de vendas)



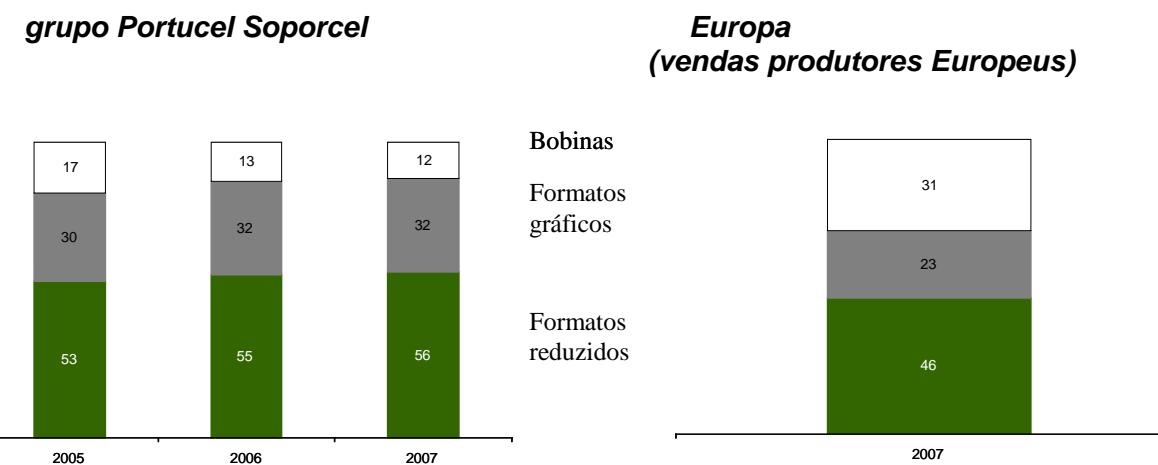
Fonte: grupo Portucel Soporcel e Cepifine

Esta evolução positiva nas vendas foi acompanhada por um enriquecimento do mix dos papéis do Grupo, com as vendas de produtos premium a crescerem 11% globalmente, e 17% no mercado europeu, consolidando a tendência que se vem desenhandando há vários anos, e comparando muito favoravelmente com a estrutura do mercado Europeu.

O aumento do peso dos produtos premium está em linha com a estratégia seguida pelo Grupo, e reflecte a percepção pelo mercado quer da qualidade dos seus produtos, quer da notoriedade e prestígio das suas marcas, quer ainda do elevado nível de serviço prestado aos canais de distribuição.

Também na segmentação por tipo de produto se verificou uma evolução positiva nas vendas, com mais 25 mil toneladas de cut-size e 12 mil toneladas de formatos gráficos, produtos de maior valor acrescentado, e menos 10 mil toneladas de bobinas.

Evolução do mix de formatos (% do volume de vendas)



Fonte: grupo Portucel Soporcel

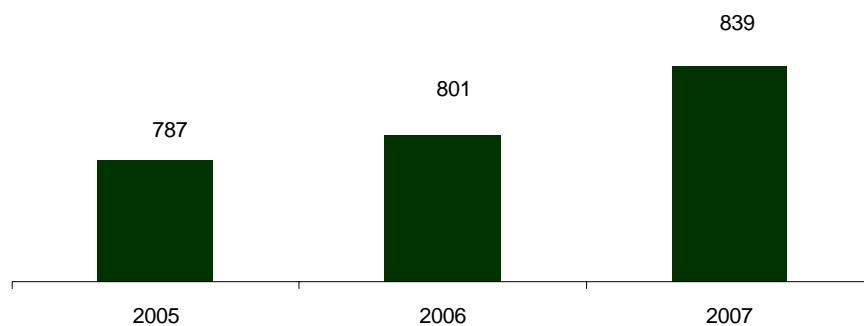
Fonte: Cepifine

O bom desempenho do Grupo foi igualmente verificado na edição de 2007 do Customer Satisfaction Survey, com evolução favorável em todas as áreas analisadas: Qualidade de Produto, Vendas, Serviço, Marketing e Desenvolvimento de Produto. No global, o Grupo registou uma melhoria de dois pontos percentuais no índice de satisfação de clientes atingido em 2006.

Preços

Os preços de referência de venda de papel UWF na Europa mantiveram a sua tendência de crescimento, tendo o índice PIX “A4-copy B” valorizado 4,6% ao longo do ano de 2007. Por sua vez, o valor médio do índice neste ano foi 4,8% superior ao valor médio em 2006.

Evolução do Preço médio do PIX “A4 – copy B”



Fonte: FOEX

O preço médio líquido das vendas do Grupo cresceu acima da evolução do PIX (5,5%). A evolução favorável dos preços de venda mais do que compensou o agravamento nos custos de produção verificados em 2007, originando uma melhoria nas margens de contribuição unitárias do negócio papel.

Marcas

As marcas de papel do grupo Portucel Soporcel consolidaram em 2007 a sua posição de relevo nos mercados europeus. Destacando-se na sua posição de papel de escritório mais vendido no mundo no segmento *premium*, o Navigator foi considerado, pelos consumidores europeus, como a marca com melhor qualidade percebida e a marca de fábrica líder em termos de *Brand Equity* (estudo independente conduzido pela Opticom International Research).

A quota das marcas de fábrica do Grupo, no total de vendas em folhas, subiu novamente 7 pontos percentuais, para os 59%, valor singularmente elevado em empresas desta dimensão.

Verificou-se um aumento expressivo das vendas de papel de escritório com certificação FSC durante o ano de 2007, pelo facto de o Grupo ter já as suas fábricas de pasta e papel certificadas de acordo com a norma FSC-CoC de cadeia de responsabilidade e como resultado da compra no mercado de fibra certificada (madeira, pasta de fibra longa e pasta reciclada).

A prioridade inicial em termos de certificação foi dada às marcas de fábrica *Premium*, para o segmento do papel de escritório: Navigator e Pioneer, bem como às marcas com um posicionamento que inclui benefícios ambientais específicos como o Navigator Eco-logical, Navigator Hybrid, Discovery e Explorer Recycled.

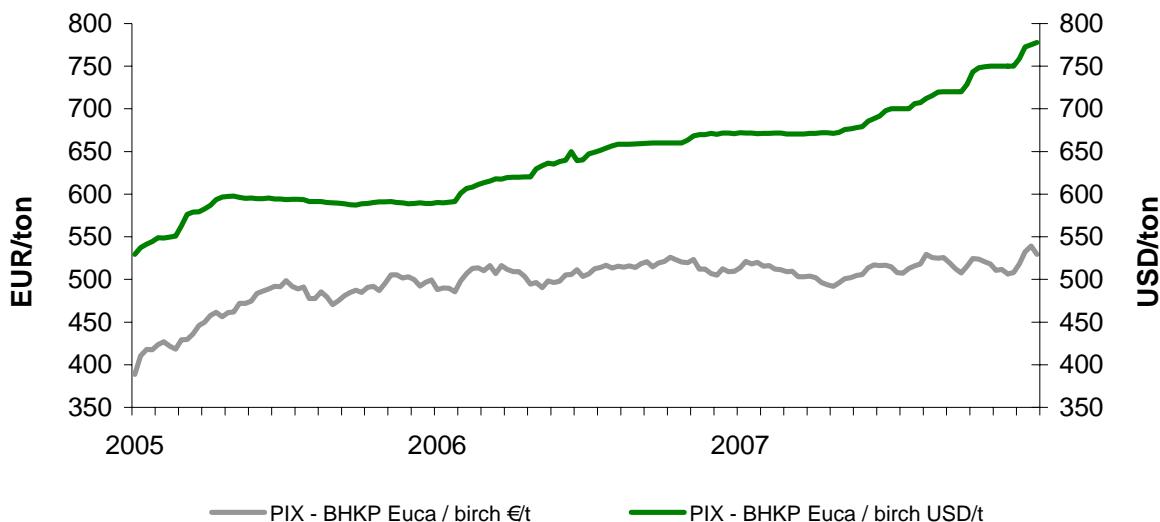
No final do ano, o Grupo obteve a certificação de acordo com a norma FSC de gestão florestal (FSC-FM) de larga maioria das florestas geridas pelo grupo Portucel Soporcel. Este facto permitirá já em 2008, o aumento de vendas das marcas já certificadas, bem como a certificação de outras marcas de fábrica.

3.1.2 Pasta

O mercado mundial de pasta foi marcado em 2007 pela forte desvalorização cambial do USD face às moedas de algumas das principais regiões produtoras de pasta, como Canadá, Brasil, Chile, Uruguai e Zona Euro.

Como se verifica no quadro seguinte, que reflecte a evolução do índice PIX em USD e em EUR, o preço médio da pasta de eucalipto foi de USD 702, o que representa o valor mais elevado desde que há registo do PIX, correspondendo a uma valorização média no ano de 10%. No entanto, o preço médio em EUR em 2007 (513 euros) manteve-se praticamente inalterado face a 2006 (509 euros).

Evolução do Preço PIX -BHKP Eucalipto / Birch em USD e EUR / ton



Por outro lado, a valorização do Real e do CAD face ao dólar, afectou a competitividade dos produtores latino-americanos e canadianos, contribuindo deste modo para a sustentação dos preços em USD.

O ano fica igualmente marcado por restrições de ordem diversa na disponibilidade de fibra (Europa, Indonésia e América do Norte são os exemplos mais significativos), com forte impacto no respectivo custo e que originou diversas perturbações na oferta de pasta ao mercado.

A nível do eucalipto, o ano de 2007 assistiu ao crescimento da capacidade instalada em 1,8 M tons, em particular devido à entrada em operação de novas linhas de produção na América Latina.

No entanto, este movimento foi compensado por um aumento global da procura, principalmente no mercado chinês onde prossegue um investimento muito expressivo em novas capacidades de produção de papel com necessidade de pasta de mercado importada, assistindo-se por outro lado ao encerramento massivo, por questões ambientais, de unidades de pequena dimensão que recorrem a fontes locais de fibra, tipicamente não à base de madeira.

Este movimento de reforço da procura, a par das restrições na oferta de fibra, permitiu manter os fundamentais do mercado intactos e a respectiva taxa de utilização elevada.

A produção de pasta branca de eucalipto do grupo Portucel Soporcel ascendeu a 1,3 milhões de toneladas em 2007, evidenciando um aumento anual de 1% e posicionando-o como o maior produtor europeu e um dos maiores a nível mundial, neste tipo de pasta.

O Grupo colocou no mercado 544 mil toneladas de pasta, quantidade ligeiramente inferior ao volume vendido em 2006, facto explicado por se ter verificado uma maior integração em papel, com a consequente redução da produção disponível para venda no mercado.

O preço médio líquido das vendas do Grupo estabilizou, em EUR, em relação ao nível de preços de 2006, em linha com a evolução dos preços de referência do mercado nesta moeda.

O destino da exportação de pasta continuou a reflectir a orientação dominante do Grupo no sentido de privilegiar os mercados europeus, onde se situam os produtores de papéis de maior qualidade, com capacidade tecnológica e *know how* para valorizar as qualidades naturais da pasta de eucalipto *globulus* produzido pelo Grupo.

A nível comercial foi preocupação da força de vendas manter um contacto estreito e constante com os clientes, assegurando níveis de serviço compatíveis com as suas necessidades e ultrapassando dificuldades pontuais de logística provocadas pelos aumentos dos custos dos combustíveis e por alguma escassez de oferta.

Globalmente, em 2007, o Grupo expediu das suas fábricas de Pasta e Papel 1,6 milhões de toneladas de produtos para mais de 80 países em todo o mundo, com um crescimento de 1,5% face a 2006, alicerçado no crescimento do negócio Papel.

O transporte dos produtos do Grupo (Pasta e Papel) continuou a ser feito maioritariamente via marítima (mais de 50% do volume) durante o ano de 2007, tendo contudo o transporte rodoviário registado o crescimento mais significativo em relação a 2006 por virtude do maior volume de Papel vendido para mercados Europeus próximos de Portugal.

Apesar do aumento significativo dos preços dos combustíveis decorrentes do agravamento do preço do petróleo durante 2007 (+9% no WTI), os custos de transporte da Pasta sofreram um aumento de 7%, sobretudo devido ao aumento dos fretes marítimos, enquanto que o agravamento nos custos de transporte do Papel se manteve nos 1,5%. Para este comportamento contribuiu o incremento nas vendas nos mercados mais próximos das fábricas, e o menor recurso à distribuição secundária.

3.2 Análise da Contribuição dos Resultados do Grupo Portucel

3.2.1 Indicadores económico-financeiros

<i>Valores em milhares de euros</i>	IFRS Dezembro 2007	IFRS Dezembro 2006	Var. % Dezembro 07/06
Volume de vendas	1.147.395	1.080.659	6%
Outros Proveitos	22.246	23.503	(5%)
Gastos e Perdas	(827.306)	(791.644)	5%
EBITDA	342.335	312.519	10%
EBITDA Recorrente	342.335	310.992	10%
Amortizações e perdas por imparidade	(95.350)	(103.246)	(8%)
Provisões (reforços e reversões)	(9.946)	(26.047)	(62%)
EBIT	237.039	183.226	29%
Resultados Financeiros líquidos	(27.541)	(26.457)	4%
Resultados Antes de Impostos	209.498	156.769	34%
Impostos sobre Lucros	(72.641)	(46.380)	57%
Lucros retidos do exercício	136.857	110.389	24%
Atribuível aos Accionistas da Portucel*	136.838	110.371	24%
Atribuível a Interesses Minoritários (IM)	19	18	4%
Cash-Flow	242.153	239.682	1%
Margem EBITDA (%)	29,8%	28,9%	3%
Margem EBIT (%)	20,7%	17,0%	22%
Activo líquido total	2.521.630	2.378.979	6%
Capitais Próprios (antes de IM)	1.122.448	1.086.985	3%
Dívida Líquida	367.704	480.060	(23%)
* dos quais 75,19% são atribuíveis à Semapa			

Notas:

- Os valores supra referidos poderão diferir dos individualmente apresentados pelo sub Grupo, em virtude dos ajustamentos de consolidação efectuados ao nível da holding Semapa
- EBITDA Total: resultado operacional + amortizações e perdas por imparidade + provisões – reversão de provisões
- Dívida Líquida = dívida remunerada não corrente (líquida de encargos com a emissão de empréstimos) + dívida remunerada corrente (incluindo dívida a accionistas) – caixa e equivalentes, em conformidade com o normativo IFRS

3.2.2 Investimentos

Em 2007 o investimento em activo fixo situou-se em cerca de 52,8 milhões de euros, parte não despicienda dos quais diz respeito ao investimento na nova fábrica de papel conforme contratos adjudicados após Outubro de 2007.

Este nível de investimento marca o início de um ciclo de forte investimento do Grupo, cuja principal componente será a referida nova fábrica de papel, conforme foi oportunamente divulgado.

3.2.3 Endividamento

Em 2007 o endividamento líquido do Grupo registou uma redução de 112,4 milhões de euros, como resultado de uma boa geração de caixa, não obstante o pagamento de 60,6 milhões de euros de dividendos relativos ao exercício de 2006, o pagamento em Dezembro de 53,7 milhões de euros de dividendos antecipados (de forma a permitir aos pequenos accionistas usufruírem do benefício fiscal que expirava em 31 de Dezembro de 2007), e o início dos desembolsos relativos ao investimento na nova fábrica de papel de Setúbal.

Com o actual nível de endividamento líquido e a liquidez disponível, o Grupo apresenta uma sólida posição financeira, que lhe permitirá concretizar os seus planos de investimento e desenvolvimento estratégico.

A estrutura de endividamento líquido, em 31 de Dezembro de 2007 era a seguinte:

Estrutura da dívida (em milhões de €)	Dez-07	Dez-06
Médio Longo Prazo	692,1	738,5
Empréstimos obrigacionistas*	670,2	694,1
Outros empréstimos	21,9	44,3
Papel Comercial	0,0	0,0
Descobertos e outros	60,8	10,5
Total da dívida	752,9	749,0
Depósitos bancários e Caixa	-385,2	-268,9
Total dívida líquida	367,7	480,1

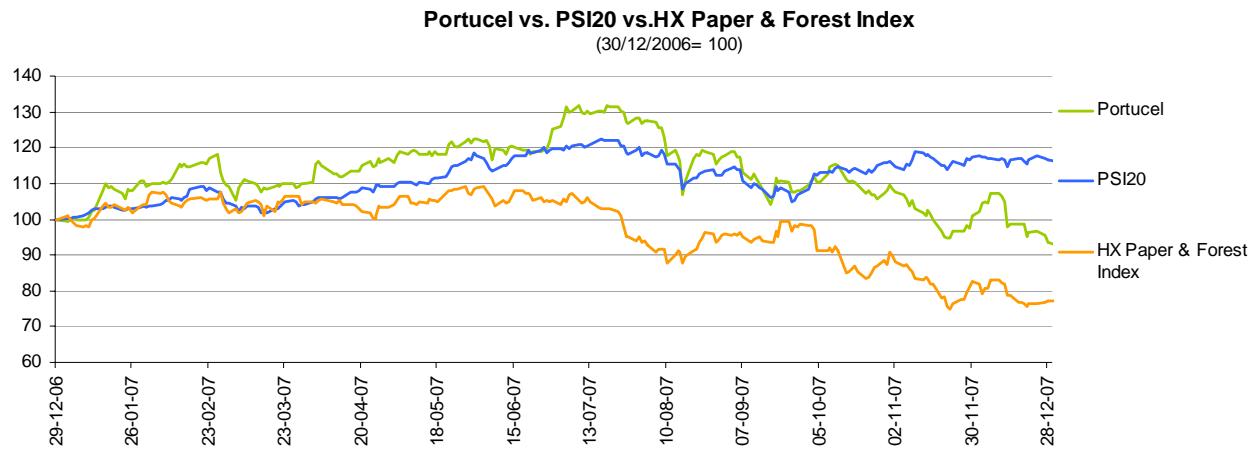
* líquidos de encargos

3.2.4 Evolução do título no mercado de capitais

O ano de 2007 caracterizou-se por alguma volatilidade nos mercados de capitais, em particular na segunda metade do ano. As principais bolsas europeias tiveram um desempenho misto, com alguns índices a registar ganhos expressivos, nomeadamente o índice da bolsa de Lisboa, o PSI20, que se valorizou cerca de 16%, e com outros índices a acumular perdas, caso do índice Ftse 30, que perdeu cerca de 4%.

As acções da Portucel tiveram um comportamento totalmente diferenciado entre o 1º e o 2º semestre de 2007, já que, durante a 1ª parte do ano, as acções registaram um ganho de 25%, e no 2º semestre, a partir de meados de Agosto, o título acumulou uma perda de cerca de 13%. Em termos anuais, as acções registaram uma perda de cerca de 7%, que compara desfavoravelmente com o PSI20, mas que, no entanto, compara favoravelmente com o comportamento das restantes empresas do sector. O índice HX151050 PI, que agrupa as acções de empresas do sector tais como a Stora-Enso, a UPM-Kymmene e a M-real, entre outras, registou uma perda acumulada durante o ano de cerca de 23%.

Importa realçar o aumento do volume transaccionado, fruto do acréscimo de dispersão de capital realizado no final de 2006, com o título a transaccionar uma média diária de 3,5 milhões de acções em 2007, que compara com 0,6 milhões no ano anterior.



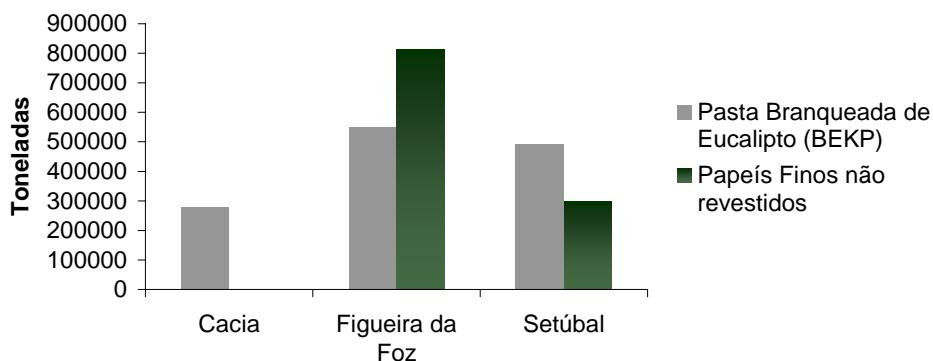
3.2.5 Actividade Industrial

Qualidade e Eficiência

A sofisticação tecnológica, os elevados níveis de desempenho e eficiência das unidades industriais do grupo Portucel Soporcel, a cuidadosa selecção de matérias-primas e o know-how dos seus recursos humanos, encontram-se na base da qualidade superior do papel e da pasta produzidos, que são um padrão de referência a nível mundial.

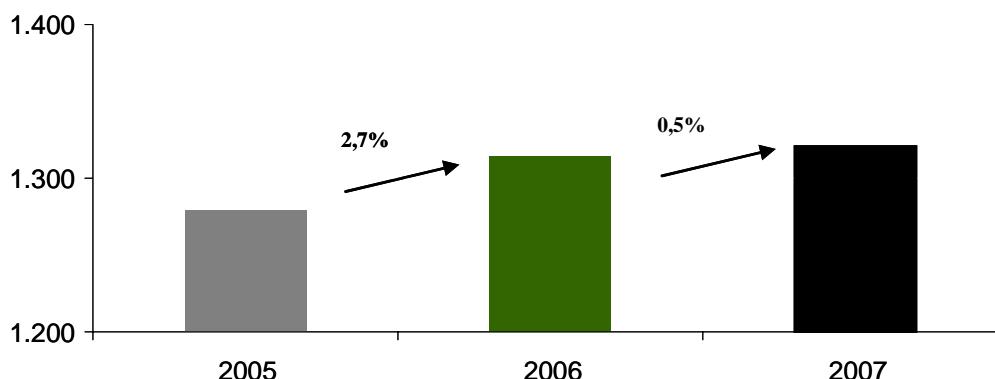
Fruto dos investimentos de melhoria contínua realizados nas unidades fabris foi possível alcançar em 2007 um acréscimo global de produção de cerca de 1% em relação ao ano anterior. Destaca-se, na fábrica de Cacia, um incremento de 7,2% na produção de pasta, como resultado da utilização integral da nova caldeira de recuperação, bem como o aumento global de 1,1% na produção de papel do complexo industrial da Figueira da Foz com as máquinas de papel, PM1 e PM2, a ultrapassarem as anteriores produções em 1,4% e 1,0%, respectivamente.

Produções por Unidade Fabril 2007

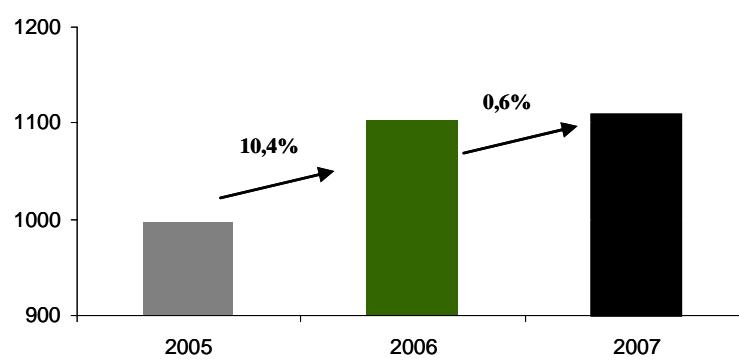


A obtenção de novos níveis máximos de produção foi possível graças ao pleno uso da capacidade industrial instalada e à melhoria dos indicadores de eficiência.

Produções de Pasta (milhares de tAD)



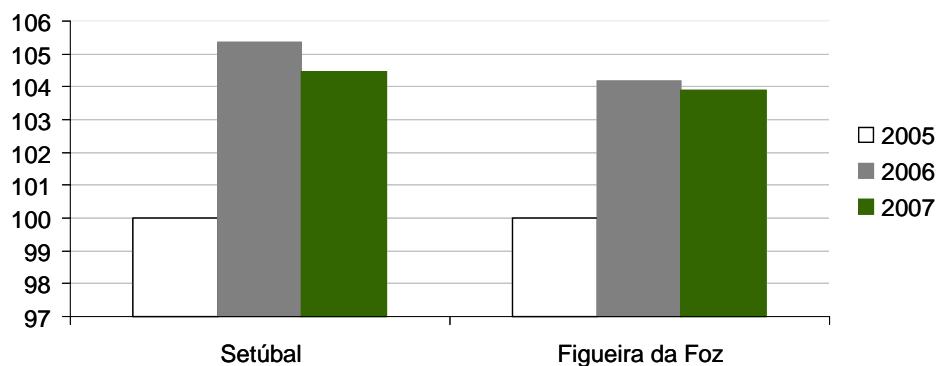
Produções de Papel nas Bobinadoras (milhares ton)



A análise dos custos verificados em 2007 revela um agravamento no valor dos principais factores de produção, a madeira e os produtos químicos, com reflexos ao nível do acréscimo dos custos variáveis de produção. Esta situação deve-se à conjuntura dos mercados a nível mundial e, especialmente, do mercado interno de abastecimento de madeira.

De registar importantes reduções dos custos fixos em todas as unidades fabris resultantes dos programas de melhoria de eficiência realizados.

Custo de Produção de Papel (base 100 =2005)



Para o nível de resultados alcançados contribuíram, de forma significativa, o óptimo desempenho energético atingido e a grande estabilidade de operação, aspectos decisivos para atenuar o acréscimo de custos das matérias-primas.

A plena actividade da EMA 21, empresa de manutenção do grupo Portucel Soporcel, permitiu a consolidação de níveis elevados de disponibilidade dos equipamentos industriais, com custos de manutenção relativamente reduzidos. Foram assim reforçados os ganhos obtidos no ano anterior, face à utilização mais eficiente dos recursos de manutenção e à adopção de uma política global na contratação de serviços de manutenção.

Investimentos

O Grupo iniciou em 2007 um novo e ambicioso ciclo de investimentos de grande envergadura, onde assume um lugar central o lançamento do projecto da nova Fábrica de Papel em Setúbal com a adjudicação da nova máquina. Os projectos relativos à central de cogeração de ciclo combinado, a instalar no complexo industrial de Setúbal e às duas centrais de produção de energia a partir de biomassa, a instalar na fábrica de Cacia e no complexo industrial de Setúbal, terão igualmente um forte impacto no desenvolvimento do Grupo.

Destacam-se ainda, no complexo industrial da Figueira da Foz, o início de funcionamento do novo descascador de madeira e a construção do novo sedimentador secundário permitindo, respectivamente, a utilização de uma maior percentagem de madeira com casca e a melhoria dos indicadores ambientais desta unidade.

Na fábrica de pasta do complexo industrial de Setúbal foram concluídos os projectos de ligação à rede da EDP em 60 KV que permitiram reduzir o custo de aquisição de energia eléctrica, bem como o projecto de remoção de cloretos na caldeira de recuperação tendo em vista a redução do consumo de químicos (sulfato de sódio).

Ainda nesta unidade, foi concretizada a primeira fase do revamping da caldeira de recuperação tendo-se obtido uma melhoria significativa na disponibilidade deste equipamento. Na fábrica de papel foram realizados importantes investimentos na PM III, com a substituição do accionamento da máquina e o revamping integral da bobinadora, o que permitiu atingir um acréscimo na disponibilidade do equipamento.

3.2.6 Recursos e Funções Suporte

3.2.6.1 Actividade Florestal e Abastecimento de Madeiras

Gestão Sustentável

A produtividade florestal é um dos pilares essenciais para a competitividade do grupo Portucel Soporcel. O Grupo gera cerca de 120 mil hectares, organizados em 1305 unidades de gestão distribuídas por 152 concelhos do País. Uma das prioridades em 2007 foi dar sequência à selecção rigorosa destes activos florestais, com o objectivo de continuar a obter uma produção elevada e sustentável, para além de melhorar a produtividade dos solos, num estrito respeito pelo Ambiente.

A madeira de eucalipto para fins industriais, a principal produção florestal do grupo Portucel Soporcel, atingiu em 2007 o montante de 874 mil metros cúbicos equivalentes sem casca, o que representa um crescimento de mais de 30% relativamente a 2006 (666 mil metros cúbicos), e também a 2005 (656 mil metros cúbicos). No entanto, a tónica na gestão da diversidade do património florestal do Grupo levou à obtenção de produções relevantes de cortiça, vinho, caça e pastagens, entre outros produtos.

A posição competitiva das operações florestais é uma preocupação estratégica do Grupo, que prosseguiu em 2007 um programa de racionalização do património florestal (próprio e arrendado), a par da reflorestação das áreas com potencial produtivo. Este projecto visou aumentar a produtividade média, um factor decisivo para a sustentabilidade futura das plantações de eucalipto. Como resultado destas boas práticas, o grupo Portucel Soporcel já está hoje a atingir o potencial máximo de produção em quase todo o seu património florestal.

Em 2007 deu-se ainda continuidade ao projecto dedicado às operações de corte, rechega e transporte florestais, que permitiu conquistar importantes ganhos de produtividade.

No campo do transporte, é de assinalar a nova legislação (D.L. nº 203/2007 de 28 de Maio) que veio permitir a utilização de camiões de 60 toneladas e até 25,25 metros de comprimento. Trata-se de um objectivo pelo qual o grupo Portucel Soporcel se bateu activamente e que representa um grande passo para a melhoria da produtividade desta operação.

A reforma gerada nestas áreas permitiu ainda consolidar o relacionamento com os prestadores de serviço traduzido numa maior consistência no auto-abastecimento. Os resultados reflectem-se nos níveis máximos registados no âmbito das entregas mensais, com impactos positivos no ano, em termos globais.

O esforço sistemático do Grupo neste domínio traduz-se na sua crescente afirmação como o grande referencial da produção florestal em Portugal, constituindo um exemplo de boas práticas a seguir pelos proprietários florestais, tanto na vertente operacional, como nas vertentes ambiental e social.

Incêndios Florestais

É de assinalar em 2007 a melhoria notável registada em Portugal ao nível das áreas percorridas pelos incêndios florestais. Foi um ano em que arderam cerca de 31 mil hectares (21,6 mil hectares de povoamentos e 9,4 mil hectares de matos), 2,4 vezes menos que em 2006 e quase sete vezes menos do que a média de 2002-2006.

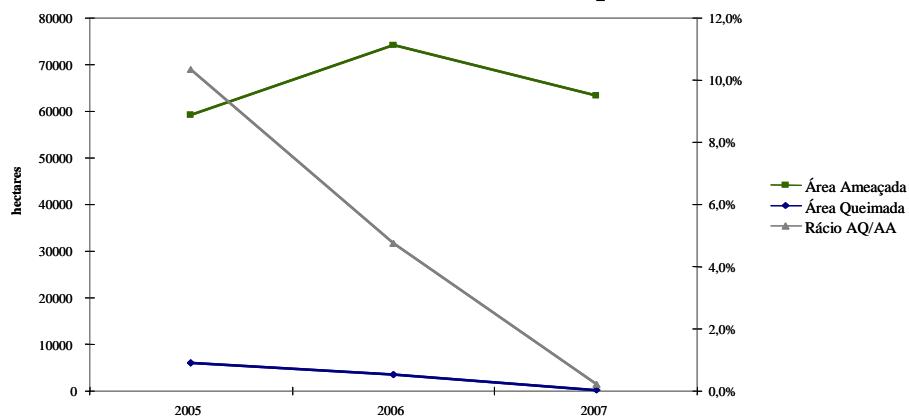
Sendo o segundo ano consecutivo de resultados positivos (em 2006 arderam pouco mais de 75 mil hectares), existem hoje mais razões para acreditar que há uma solução para este flagelo. Mas é fundamental que se mantenha a pressão no sentido de aprofundar as medidas que o País tem vindo a adoptar, com destaque para a prevenção estrutural, peça basilar do sistema nacional de prevenção e combate aos incêndios florestais.

O grupo Portucel Soporcel continuou a mobilizar recursos importantes para melhorar o nível de prevenção estrutural e também os campos da vigilância e capacidade na primeira intervenção. O Grupo investiu cerca de 3,6 milhões de euros na campanha de 2007, dos quais 2 milhões em acções de prevenção, e deu continuidade à estratégia de mobilizar importantes meios humanos e tecnológicos através da Afocelca, organização das empresas do sector para a prevenção e apoio ao combate aos incêndios florestais (onde o Grupo detém uma posição maioritária).

Os resultados para o grupo Portucel Soporcel foram muito positivos pois, embora o património ameaçado tenha sido de uma ordem de grandeza semelhante a anos anteriores, a área queimada foi de apenas 131 hectares.

Esta melhoria de desempenho deveu-se à conjugação de factores climatéricos favoráveis, à melhoria do grau de eficácia do sistema nacional de combate aos incêndios florestais e ao trabalho persistente, dedicado e profissional dos quadros florestais do Grupo e da Afocelca.

Incêndios florestais 2007 no Grupo



Certificação Florestal e Gestão da Biodiversidade

Fruto de um empenhado processo iniciado em anos anteriores, o grupo Portucel Soporcel obteve a certificação florestal de mais de 102 mil hectares do património florestal sob sua gestão (dos quais cerca de 74% são povoamentos de eucalipto), segundo o programa do Forest Stewardship Council (FSC).

Alcançar este objectivo em 2007 foi um importante marco que irá permitir ao Grupo dar provas visíveis de uma gestão florestal responsável, correspondendo às exigências de um mercado internacional em que os consumidores revelam uma preferência crescente por marcas e produtos com origem em florestas bem geridas e certificadas por entidades credíveis, para além de reforçar o envolvimento do Grupo com a comunidade através da valorização dos produtos nacionais necessários às suas actividades silvícolas e industriais.

O certificado atribuído pela Soil Association/ Woodmark (SA-FM/COC-001785) abrange, numa primeira fase, a rolaria de eucalipto destinada à produção de pasta para papel. Até ao momento, o processo envolveu investimentos de 500 mil euros, com destaque para as iniciativas no âmbito da conservação da Biodiversidade. Em paralelo, o Grupo prosseguiu com os trabalhos preparatórios para a obtenção da certificação segundo os critérios do PEFC (Programme for the Endorsement of Forest Certification Schemes), visando concluir este projecto no primeiro semestre de 2008.

Com o objectivo de fomentar em Portugal a certificação da floresta privada não industrial, o Grupo deu continuidade a iniciativas de formação e sensibilização através de parcerias e protocolos com diversas associações de produtores florestais.

Outro facto relevante em 2007 foi a participação do Grupo na iniciativa nacional FSC, tendo integrado a nova Associação para a Gestão Florestal Responsável, designada por FSC Portugal, a par de outras entidades relevantes da fileira florestal portuguesa. Além do desenvolvimento de uma norma nacional, esta associação tem por objectivo atingir em Portugal a meta de meio milhão de hectares de floresta certificada até 2010.

No domínio da gestão da biodiversidade, um tema prioritário para o Grupo, tiveram lugar iniciativas relevantes, com destaque para o reforço da parceria já estabelecida com a WWF (World Wide Fund for Nature). Em meados de 2007, e no âmbito desta parceria, a WWF confirmou que cerca de 48% do património que veio a obter a certificação florestal, reúne atributos consistentes para ser classificado como Áreas de Alto Valor de Conservação à escala da paisagem.

Também com o apoio de especialistas em biodiversidade, teve início um conjunto de projectos visando a conservação de valores naturais em diferentes áreas do património gerido pelo grupo Portucel Soporcel. Uma ação específica passou pela parceria entre o Grupo e o Centro de Estudos da Avifauna Ibérica (CEAI) para a protecção da Águia de Bonelli, uma espécie com estatuto de “ameaçada”.

Respondendo ao desafio global com o objectivo de travar a perda de biodiversidade, o Grupo adoptou a filosofia de gestão “Business and Biodiversity”, celebrando um protocolo com o ICBN (Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade), e aderiu à Iniciativa Countdown 2010 desenvolvida no seio da World Conservation Union (IUCN).

Abastecimento de Madeira

O grupo Portucel Soporcel adquiriu em 2007 cerca de 4,1 milhões de metros cúbicos de madeira descascada, dos quais 2,9 milhões (69,5%) provenientes do mercado nacional, 867 mil (20,5%) de matas próprias e 397 mil (10%) a partir de mercados externos.

O ano de 2007 foi marcado pela escassez de matéria-prima e uma forte concorrência no mercado interno. Esta situação é em grande parte reflexo dos incêndios florestais, em particular dos anos de 2005, e ainda de 2003, cujos efeitos se tornaram mais visíveis em 2007, altura em que estariam em idade de corte volumes significativos de madeira que deixaram de estar disponíveis para alimentar as necessidades da indústria. A agravar a redução de existências e disponibilidade de eucalipto em Portugal, os níveis de exportação mantiveram-se elevados, tendo aumentado este ano para 1.300 mil toneladas de madeira.

Apesar desta situação, o grupo Portucel Soporcel conseguiu manter a sua quota no mercado nacional, tendo registado um acréscimo de cerca de 94 mil metros cúbicos face a 2006, o que resultou de um enorme esforço financeiro, com inevitáveis implicações ao nível dos resultados. A par deste investimento, o Grupo avançou com uma política comercial activa junto dos fornecedores e produtores florestais, assente em novas formas de trabalho que premeiam a qualidade da madeira e a qualidade dos serviços prestados.

Compras

Ao longo de 2007, verificou-se uma elevada instabilidade no mercado de algumas matérias-primas, provocada pelo aparecimento de novas fontes de procura relacionadas com as energias alternativas.

Registou-se, igualmente, uma assinalável escassez em alguns produtos, situação que exigiu um esforço adicional para encontrar fontes de abastecimento e estabelecer acordos passíveis de garantir o fornecimento das matérias-primas às unidades fabris.

Esta instabilidade do mercado e o acréscimo de procura a nível mundial originou uma inevitável subida de preços na maioria das matérias-primas. Para atenuar a dependência dos fornecedores institucionais, que procuram o aproveitamento a curto prazo das condições de mercado, foram desenvolvidas várias acções no sentido de obter uma maior sustentabilidade no aprovisionamento e uma maior racionalização no consumo.

Neste campo, o Grupo firmou acordos a longo prazo com fornecedores de proximidade geográfica para garantir a estabilização no fornecimento de matérias-primas. Foram estudadas novas alternativas de mercado e de negociação com os fornecedores e realizaram-se ainda estudos de mercado para uma melhor definição da política de compras relativamente a matérias-primas essenciais. A par destas medidas, o Grupo expandiu a capacidade logística e de armazenamento, de modo a assegurar soluções mais flexíveis para o fornecimento de matérias-primas provenientes de fontes longínquas.

Em paralelo, prosseguiu-se uma cooperação entre as diferentes áreas fabris e de manutenção, aproveitando as sinergias do Grupo, com o objectivo de uniformizar os materiais adquiridos em cada unidade e alcançar uma negociação conjunta dos produtos comuns.

3.2.6.2 Ambiente

A meta da eco-eficiência

O grupo Portucel Soporcel prosseguiu em 2007 um vasto conjunto de iniciativas no campo da responsabilidade ambiental. Estas iniciativas vão desde o recurso intensivo a energias renováveis passando pela valorização dos resíduos e pela preservação da qualidade do ar e o controlo dos efluentes líquidos, entre várias outras intervenções.

É no quadro global de procura da eco-eficiência que se justifica o facto de o Grupo se posicionar no pelotão da frente face às restantes empresas papeleiras europeias e mundiais, sendo praticamente auto-suficiente em termos energéticos (produzindo cerca de 90% da sua energia eléctrica a partir de uma fonte renovável, a biomassa florestal).

Com o objectivo de alcançar uma prática de "baixa intensidade de carbono", a floresta do Grupo reteve no final do ano mais de 7 milhões de toneladas de dióxido de carbono (CO₂ equivalente), o que ultrapassa em cerca de 26 vezes o montante das emissões de CO₂ registadas ao longo de 2007 no conjunto das instalações fabris e energéticas do Grupo.

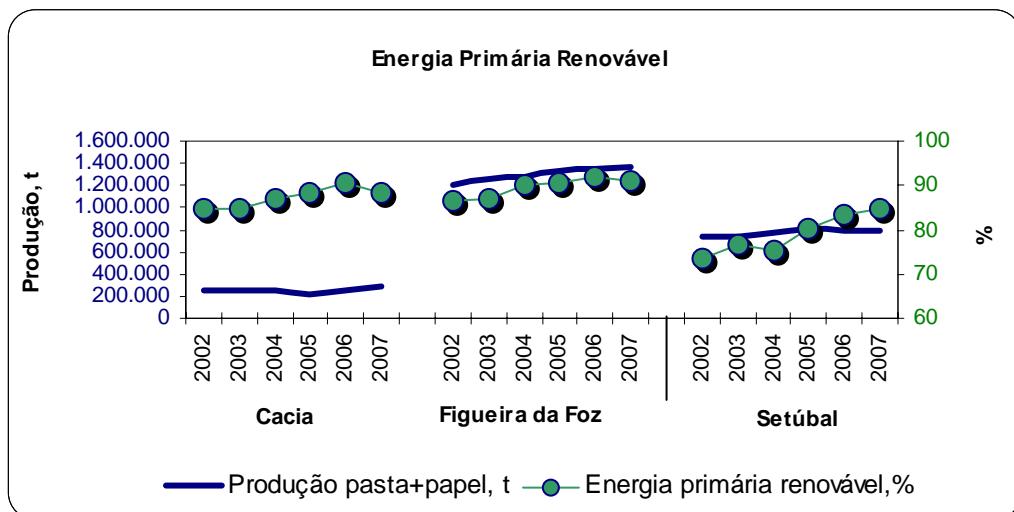
O Grupo tem vindo, assim, a consolidar a sua estratégia no sentido de posicionar o Ambiente no topo das suas prioridades de gestão, através da adopção pro-activa de práticas e tecnologias inovadoras capazes de responder às suas preocupações ambientais.

Desempenho Ambiental

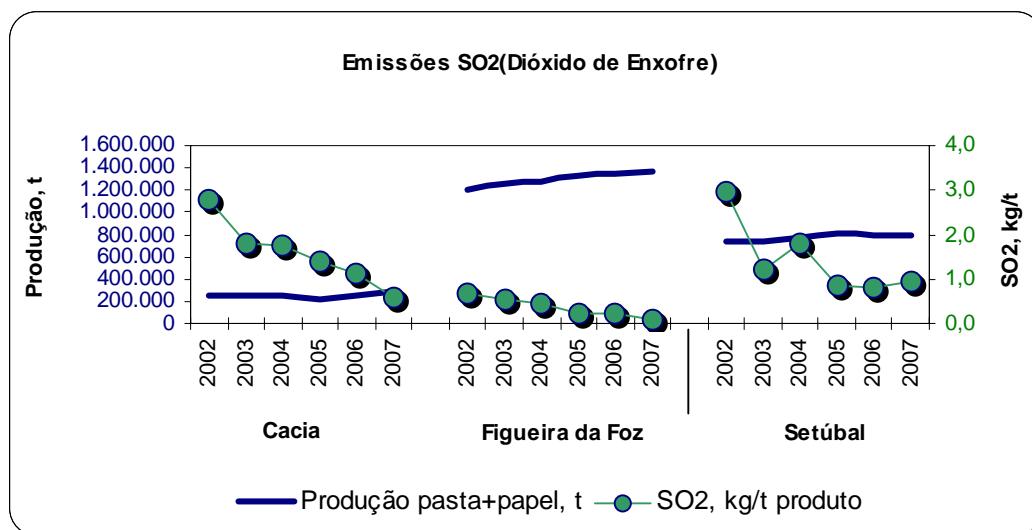
As fábricas do grupo Portucel Soporcel apresentaram em 2007 um bom desempenho ambiental, evidenciado numa série de indicadores. Estes resultados devem-se a um apertado e rigoroso controlo, a par da monitorização e estabilidade dos processos produtivos e do recurso às melhores técnicas disponíveis.

Em 2007, verificou-se uma consolidação e uma melhoria do desempenho ambiental a vários níveis:

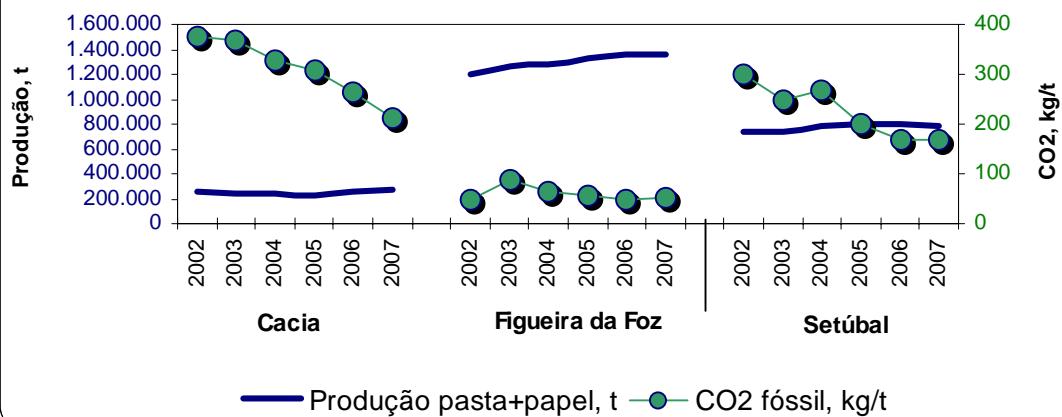
- Utilização racional da energia, com particular destaque para a utilização de combustíveis de origem renovável;



- Redução das emissões gasosas:
 - SO₂ e CO₂ de origem fóssil, em particular na fábrica de Cacia, em resultado da optimização obtida após o arranque da nova caldeira de recuperação, equipada com as melhores tecnologias disponíveis.
 - NOx na fábrica de Setúbal, como resultado da optimização da alimentação de ar primário na fornalha da Caldeira de Biomassa.

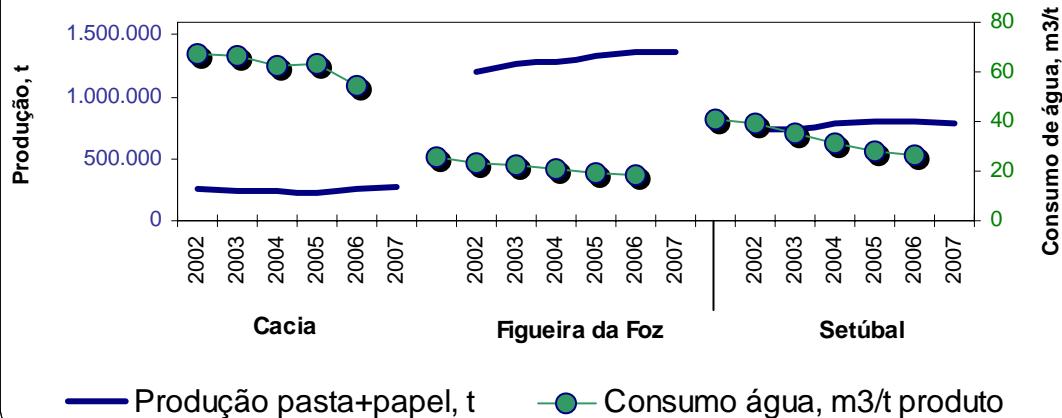


Emissões CO2 fóssil

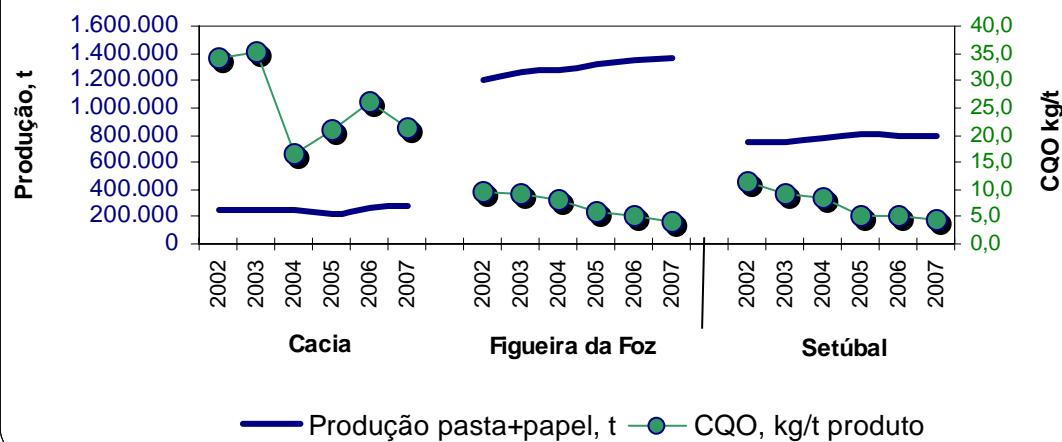


- Redução do consumo de recursos naturais, nomeadamente do consumo de água, e melhoria da qualidade das emissões no efluente, nas três unidades fabris do Grupo, como efeito da optimização dos circuitos das águas do processo e estabilidade dos processos produtivos.

Consumo de água



Carência Química de oxigénio, CQO



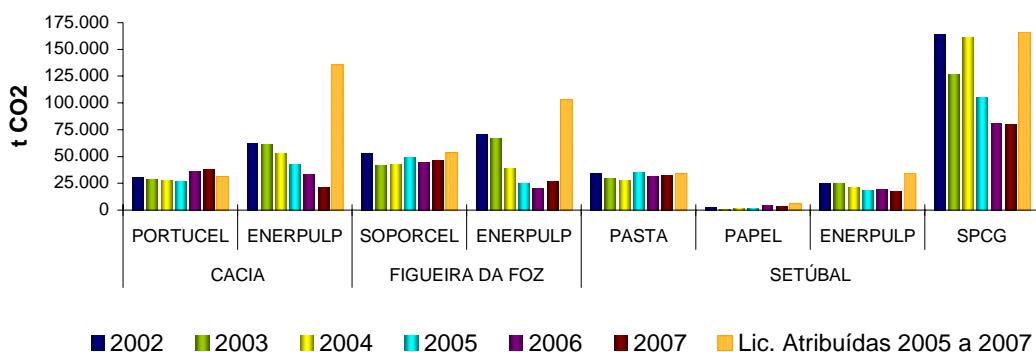
No complexo industrial da Figueira da Foz, destaca-se a entrada em funcionamento, no primeiro semestre de 2007, de um novo descascador de madeira. Este novo equipamento trouxe um melhor desempenho ambiental ao processo, designadamente na minimização das perdas de madeira, redução do ruído e menor consumo energético.

No segundo semestre de 2007, teve início a execução do projecto de ampliação da ETAR deste complexo industrial com o objectivo de alargar o tratamento secundário ao efluente da fábrica de papel. Esta nova instalação, em funcionamento no início de 2008, irá contribuir para a redução das emissões no efluente tratado.

Terminado o primeiro período (2005-2007), do Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão (PNALE I), verificou-se um bom desempenho de todas as instalações abrangidas, incluindo as actividades de produção de energia e produção de pasta e papel.

As emissões anuais de CO₂ de origem fóssil das instalações do grupo Portucel Soporcel foram significativamente inferiores às licenças atribuídas, uma vez que este Plano teve como base as emissões históricas das instalações no período compreendido entre 2000 e 2002 tendo sido, desde então, implementadas diversas medidas que permitiram uma redução significativa das emissões de CO₂ fóssil.

Emissões de CO₂ / Licenças atribuídas



A preocupação crescente com a gestão de resíduos, privilegiando a sua valorização e redução na fonte, tem conduzido à procura de medidas e soluções alternativas à deposição, bem como à sensibilização de todos os colaboradores do Grupo para esta matéria.

É de salientar que cerca de 80% dos resíduos que resultam directamente da produção são valorizados, quer para reutilização nas florestas geridas pelo Grupo, quer para reutilização no processo produtivo – e ainda para utilização como fonte energética. Os restantes 20% são direcionados para aterros ou para entidades externas devidamente licenciadas e responsáveis pela sua gestão.

3.2.6.3 Energia

O grupo Portucel Soporcel manteve em 2007 um desempenho energético muito positivo que se caracteriza por uma situação próxima da auto-suficiência. A produção de energia eléctrica do Grupo cresceu 4% face ao ano anterior, atingindo os 992 GWh, o que corresponde ao consumo médio de 450 mil habitantes e a 2% do consumo total em Portugal.

O desempenho energético na vertente do consumo também foi favorável caracterizando-se por uma redução dos consumos específicos que, na actividade de produção de papel, correspondeu a 1,5%.

Assumindo o seu estatuto de maior produtor nacional de energia a partir de biomassa, cerca de 92% desta produção energética foi assegurada por centrais de cogeração, que fazem recurso a combustíveis renováveis (biomassa florestal e subprodutos resultantes do processo de produção de pasta). Trata-se de uma modalidade que combina energia eléctrica e térmica, um processo mais eficiente que a convencional produção exclusiva de energia eléctrica.

Em 2007, a produção de energia eléctrica do grupo Portucel Soporcel a partir de biomassa florestal correspondeu a cerca de 55% do total de energia produzida em Portugal com base nesta fonte renovável. A este montante, deverá ainda crescer-se a produção da Soporgen, empresa participada do Grupo vocacionada para o fornecimento de energia térmica ao complexo industrial da Figueira da Foz, que em 2007 produziu 437 GWh. A produção total da energia eléctrica do Grupo em conjunto com a da Soporgen representa já cerca de 3% do consumo total de energia eléctrica em Portugal.

Bioenergia e Combustíveis Fósseis

Analizando a evolução de 2002 a 2007, o grupo Portucel Soporcel atingiu uma significativa redução de 40% nas emissões de CO₂ (dióxido de carbono), como resultado de elevados esforços financeiros no sentido de minimizar o uso de combustíveis fósseis. Tendo em conta os aumentos de produção sucessivos, os valores de emissão de gases com efeito de estufa (GEE) actualmente atingidos situam-se em níveis muito reduzidos de emissão por unidade de produto, situação que evidencia o compromisso do Grupo em adoptar práticas que permitam conter os efeitos das alterações climáticas resultantes da concentração de GEE.

No campo energético são de salientar os novos projectos lançados pelo Grupo e que compreendem a adjudicação de uma nova central de cogeração de ciclo combinado a gás natural, destinada a suprir as necessidades de energia térmica da nova Fábrica de Papel de Setúbal, a qual, em funcionamento normal, irá fornecer anualmente à rede eléctrica nacional cerca de 600 GWh.

A estratégia do Grupo neste domínio passa por assumir um papel cada vez mais relevante na produção nacional de energias renováveis, na vertente biomassa. Com este objectivo foi lançado o projecto para a construção de duas novas centrais termoeléctricas a biomassa, a instalar na fábrica de Cacia e no complexo industrial de Setúbal, tendo cada central uma potência eléctrica de 12,5 MW e garantindo, no seu conjunto, uma produção líquida para a rede correspondente a cerca de 167 GWh/Ano.

Biomassa Florestal para Fins Energéticos

Na área da biomassa para energia, o grupo Portucel Soporcel tem-se afirmado como entidade produtora e fornecedora de biomassa florestal e de resíduos de madeira consolidando a sua posição com a assinatura, em 2007, de contratos comerciais com várias entidades nacionais para clientes externos ao Grupo.

Em 2007, deu-se continuidade ao abastecimento das unidades do Grupo através dos seus três centros de recepção de biomassa situados nas unidades fabris e foi adquirido um novo equipamento de Trituração, dispondo-se actualmente de uma capacidade anual de Trituração própria de 90 mil toneladas.

Apesar dos constrangimentos existentes na recolha e transporte de matéria-prima devido às suas características, à sua natureza dispersa e ao baixo peso por unidade, os resultados de 2007 consolidam o programa do Grupo no desenvolvimento desta actividade, num mercado ainda incipiente e com alguma subida dos custos de produção. Nos últimos dois anos em Portugal constituíram-se organizações no sentido de responder aos desafios colocados, contribuindo e consolidando experiências de forma a encarar de forma economicamente viável a actividade de gestão da biomassa.

No âmbito do programa Prolunp e das parcerias estabelecidas com a Direcção Geral dos Recursos Florestais, é de salientar a actuação do Grupo em algumas áreas deste programa, através da erradicação do nemátodo do pinheiro. O sucesso alcançado foi resultado da aplicação de técnicas e práticas de gestão florestal, da investigação realizada nesta matéria e da intervenção de recursos humanos e financeiros sendo mais um exemplo da contribuição do Grupo no sentido de melhorar a vitalidade da floresta portuguesa.

3.2.6.4 Inovação

Um processo integrado

A inovação no grupo Portucel Soporcel é um processo integrado que envolve toda a cadeia de valor da empresa, permitindo criar e melhorar de forma significativa as marcas, produtos e serviços, com

propostas de sucesso para o mercado, mas também conduzindo a aumentos de eficiência e de produtividade nos processos internos.

A Agência Portuguesa para o Investimento, com base no parecer técnico positivo da Agência de Inovação, aprovou três candidaturas do grupo Portucel Soporcel ao programa SIME I&DT para desenvolvimento de novos produtos nas três unidades industriais da empresa, bem como a melhoria dos processos associados. Estes projectos envolvem um elevado número de participantes das várias áreas do Grupo visando o reforço da produtividade, competitividade e inserção no mercado global.

O esforço organizado de desenvolvimento de produtos permitiu criar o Navigator Hybrid inserido na gama Navigator, especialmente concebido para um segmento de consumidores ambientalmente conscientes, sobretudo no que toca à diminuição da utilização de recursos naturais através da sua reutilização. Suportado por um conceito diferenciador, o Navigator Hybrid assegura a obtenção de resultados de nível superior, exigidos pelos consumidores, tanto em termos de desempenho como de qualidade de impressão, maximizando a protecção ambiental.

O posicionamento deste produto assenta em três conceitos fundamentais para a poupança de recursos naturais – Reduzir, Reutilizar e Reciclar – uma fórmula híbrida resultante de uma combinação única e inovadora entre fibras recicladas e fibras virgens. Mais de 80% da energia usada para o fabrico deste produto tem origem em recursos renováveis, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável.

A inovação também esteve presente nas marcas com a renovação de conceitos de comunicação nos segmentos office e offset permitindo o reconhecimento do mercado e dos especialistas do sector com a atribuição de diversos prémios, nomeadamente o de “Produto do Ano 2007” atribuído ao Navigator Kids, eleito no âmbito do “Grande Prémio de Marketing Inovação” promovido pela TNS Euroteste e pela consultora Peres & Partners.

No âmbito da melhoria dos processos internos foi iniciado, ao nível do sistema de movimentação de papel nos circuitos internos e no transporte para cliente, um projecto de recolha de ideias com elevado potencial, com a participação de colaboradores da organização.

Salienta-se ainda que, no final de 2007, o grupo Portucel Soporcel desenvolveu e patenteou dois novos equipamentos de medição da qualidade de papel que permitem quantificar o impacto do papel no desgaste dos equipamentos de impressão e, consequentemente, na sua longevidade, e analisar a superfície do papel quantificando defeitos estéticos cada vez mais relevantes nos papéis para impressão e particularmente em papéis com um posicionamento premium.

Investigação aplicada

O grupo Portucel Soporcel, através do RAIZ – Instituto da Investigação da Floresta e Papel, assegura um conjunto significativo de actividades de investigação aplicada nas áreas do processo industrial, ambiente e floresta além de consultoria e formação.

Em 2007, no âmbito do programa de melhoramento genético, teve início o desenvolvimento de melhores variedades de eucalipto, com maior robustez e plasticidade para utilização em determinadas regiões, permitindo a obtenção de um rendimento superior na produção da pasta.

No campo da bioenergia, foram realizados os primeiros ensaios culturais de diversas espécies com potencial energético, tendo-se procedido à análise de processos de extracção de biomassa residual e desenvolvido o estudo de processos de pré-extracção de constituintes da madeira não úteis para a produção de pasta e sua conversão em combustíveis líquidos.

O ano foi igualmente marcado pela parceria com as Universidades de Aveiro, Beira Interior e Coimbra, com o intuito de dar continuidade aos projectos que visam desenvolver modificações na superfície do papel conduzindo a uma qualidade superior na impressão.

No que se refere à melhoria ambiental, procedeu-se à análise dos sistemas de águas das fábricas de pasta, identificando medidas para a redução dos consumos e simulando os impactes de alterações tecnológicas futuras.

4 Área de Negócios de Cimentos e Derivados - SECIL

4.1 Síntese Global da Actividade do Grupo Secil¹

A actividade do Grupo Secil no exercício de 2007 foi positiva, em resultado da consolidação das actividades realizadas no Líbano e do contributo das operações cimenteiras da Tunísia, que permitiram compensar o decréscimo da actividade desenvolvida em Portugal resultante da situação de recessão prolongada em que se encontra o sector da construção civil.

Conforme referido, em termos de desenvolvimento do negócio merece especial referência a aquisição do controlo da empresa **Ciment de Sibline** localizada no **Líbano**. Esta aquisição permitiu aumentar a capacidade de produção do Grupo Secil em cerca de 1,2 milhões de toneladas por ano, enquadrando-se na estratégia de internacionalização do grupo que visa o reforço da sua presença em mercados com crescimento potencial nos próximos anos.

O volume de negócios consolidado do Grupo Secil ascendeu a **564,2 milhões de euros**, registando um crescimento de **21,0%** relativamente ao exercício económico de 2006, em grande parte devido à integração da unidade de negócio Líbano – Cimento, que passou a ser consolidada no Grupo Secil.

Os resultados antes de amortizações, depreciações, provisões, encargos financeiros e impostos (EBITDA) atingiram **151,3 milhões de euros**, registando uma aumento de **5,2%** face ao período homólogo do ano de 2006. Com efeito, a boa performance da unidade de negócio Tunísia-Cimento e a consolidação das unidades de negócio Líbano-Cimento e Cimentos Madeira permitiram contrabalançar o desempenho menos favorável da unidade de negócio Portugal-Cimento.

De referir que durante o exercício de 2007, a Secil voltou a não ultrapassar o valor anual das licenças que lhe foram atribuídas pelo Governo Português no âmbito do PNALE (Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão de CO₂). Ao contrário do sucedido no ano precedente, em que os excedentes das licenças de CO₂ geraram um ganho **7,5 milhões de euros**, em 2007 não foram comercializados licenças de CO₂ em virtude de o preço das mesmas situar-se próximo de zero.

Os resultados antes de encargos financeiros e impostos (EBIT) situaram-se em **108,70 milhões de euros**, registando variação incremental positiva de 3,5% face ao exercício económico de 2006.

Os resultados líquidos antes de interesses minoritários ascenderam a **EUR 69,64 milhões de euros**, registando uma variação negativa de **9,5%** face ao período homólogo de 2006. A deterioração do resultado líquido é explicada i) pelo aumento dos encargos financeiros e ii) pelo aumento do imposto sobre o rendimento em 1,8 milhões de euros face a 2006.

Este aumento do imposto sobre o rendimento resultou do impacto das novas empresas incluídas no perímetro de consolidação e, sobretudo, da elevada taxa de imposto na Tunísia, país onde se verificou um crescimento muito significativo dos resultados tributáveis.

O investimento global ascendeu a **84 milhões de euros**, sendo que **41 milhões de euros** representam investimentos operacionais e **43 milhões de euros** correspondem essencialmente a aquisições de participações em empresas subsidiárias e associadas.

A dívida líquida ascendeu a **150,5 milhões de euros** no final do ano tendo verificado um aumento de **9,1%** face ao valor registado em 2006. Este aumento essencialmente deveu-se a mobilização de fundos para os investimentos acima mencionados e à integração da dívida líquida da Sibline.

Durante o ano a **Secil** continuou a dedicar particular atenção ao tema da **Sustentabilidade**.

¹ As demonstrações financeiras do Grupo Semapa incorporam proporcionalmente 51% destas demonstrações financeiras, as quais poderão diferir das apresentadas individualmente pelo Grupo Secil, na sequência de ajustamentos de consolidação efectuados

Como aspecto fundamental das práticas relacionadas com a **Sustentabilidade**, privilegiam-se os conceitos de racionalização e respeito pelas expectativas das diferentes partes interessadas, nomeadamente a exploração mais racional dos recursos naturais utilizados (substituindo matérias-primas naturais e combustíveis fósseis por materiais alternativos), a maior eficiência energética e o forte apoio e participação das entidades locais nas actividades, numa política de acção social junto dos nossos colaboradores, suas famílias e comunidades envolventes.

As acções desenvolvidas neste âmbito foram particularmente significativas ao nível da unidade de negócio **Portugal-Cimento** merecendo especial destaque as seguintes:

- Publicação do segundo Relatório de Sustentabilidade relativo à actividade desenvolvida no período 2002-2006 elaborado de acordo com as orientações da “Global Reporting Initiative”; a sua elaboração considerou as sugestões e críticas feitas ao primeiro Relatório, nomeadamente pelos membros das Comissões de Acompanhamento das fábricas.
- Aumento da utilização de combustíveis alternativos de 12,1%, em 2006, para 15,2%, em 2007.
- Diminuição das emissões específicas de CO₂ de 703 kg/t, em 2006, para 678 kg/t, em 2007, devida à diminuição da taxa de incorporação de clínquer no cimento e ao aumento da utilização dos combustíveis alternativos.
- Obtenção da certificação do sistema de gestão de segurança e saúde no trabalho de acordo com as normas OHSAS 18 001 e NP-3497 nas fábricas da **Maceira-Liz** e **Cibra-Pataias**.
- Continuação do projecto destinado a implementar um Sistema Integrado de Qualidade, Ambiente e Segurança (QAS) visando integrar as componentes ambiental e de segurança em todos os processos, redefinir os indicadores mais adequados e racionalizar a documentação dos diferentes sistemas permitindo a simplificação e agilização dos respectivos procedimentos.

4.2 Indicadores consolidados da actividade do Grupo Secil

4.2.1 Indicadores financeiros

Os principais indicadores financeiros consolidados dos exercícios de 2007 e 2006 apresentam-se conforme segue:

Valores em milhares de euros	IFRS Dezembro 2007*	IFRS Dezembro 2006*	Var. % Dezembro 07/06
Volume de vendas	564.175	466.376	21%
Outros Proveitos	12.956	99.466	(87%)
Gastos e Perdas	(425.871)	(422.071)	1%
EBITDA	151.260	143.771	5%
EBITDA Recorrente	150.662	133.199	13%
Amortizações e perdas por imparidade	(41.840)	(34.613)	21%
Provisões (reforços e reversões)	(718)	(4.142)	(83%)
EBIT	108.702	105.015	4%
Resultados Financeiros líquidos	(13.934)	(5.206)	168%
Resultados Antes de Impostos	94.768	99.809	(5%)
Impostos sobre Lucros	(25.144)	(22.826)	10%
Lucros retidos do período	69.624	76.983	(9,5%)
Atribuível aos Accionistas da Secil*	64.632	77.316	(16%)
Atribuível a Interesses Minoritários (IM)	4.992	(333)	(1598%)
Cash-Flow	112.182	115.739	(3%)
Margem EBITDA %	26,8%	30,8%	(13%)
Margem EBIT %	19,3%	22,5%	(14%)

Nota:

- Os valores supra referidos poderão diferir dos individualmente apresentados pelo sub Grupo, em virtude dos ajustamentos de consolidação efectuados ao nível da holding Semapa

Valores em milhares de euros	IFRS Dezembro 2007*	IFRS Dezembro 2006*	Var. % 07/06
Activo líquido total	940.664	848.516	11%
Dívida Líquida	150.481	137.957	9%

*51% dos quais atribuíveis ao Grupo Semapa

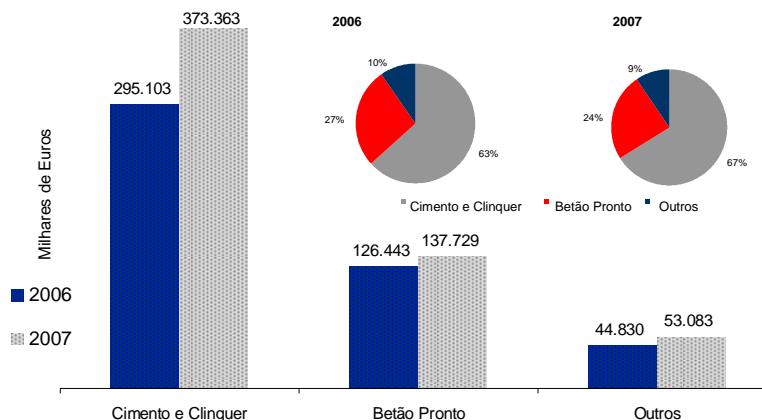
4.2.2 Indicadores operacionais

Os principais indicadores operacionais consolidados dos exercícios de 2007 e 2006 apresentam-se conforme segue:

	Unid.	2007	2006	Var. % 07/06
Capacidade produtiva anual de cimento	1 000 t	6.850	5.631	22%
Vendas Cimento cinzento	1 000 t	5.238	4.121	27%
Vendas Cimento branco	1 000 t	93	81	15%
Vendas Cal artificial	1 000 t	63	75	(17%)
Vendas Clinquer	1 000 t	361	219	65%
Betão-pronto	1 000 m ³	2.476	2.353	5%
Inertes	1 000 t	2.579	2.196	17%
Prefabricação em betão	1 000 t	159	143	11%
Argamassas	1 000 t	399	331	20%
Cal hidráulica	1 000 t	34	36	(7%)
Cimento-cola	1 000 t	7	8	(17%)
Número de pessoal	nº	2.769	2.138	29%

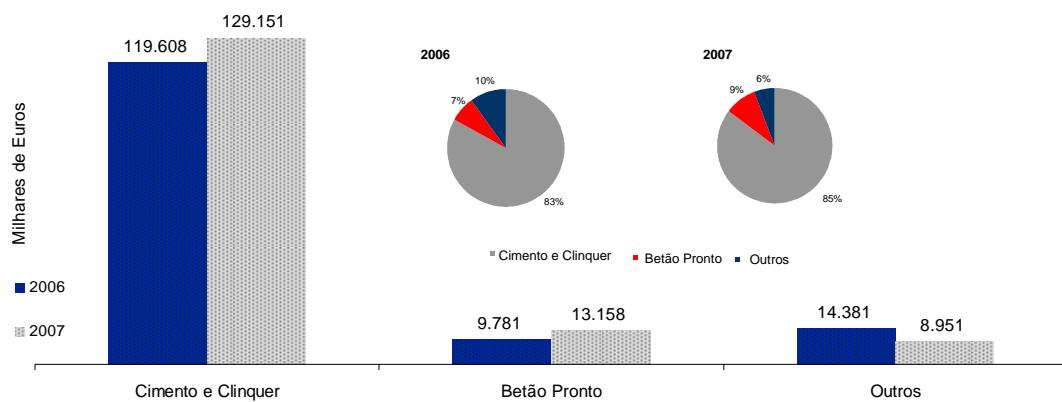
Distribuição do volume de negócios e EBITDA por segmentos

Volume de Negócios



O volume de negócios nos três principais segmentos de negócio do Grupo Secil evoluíram favoravelmente relativamente ao ano transacto. Em 2007 assistiu-se a um reforço do segmento de Cimento e Clínquer, cujo peso relativo aumentou cerca de 4 pontos percentuais, face ao exercício de 2006.

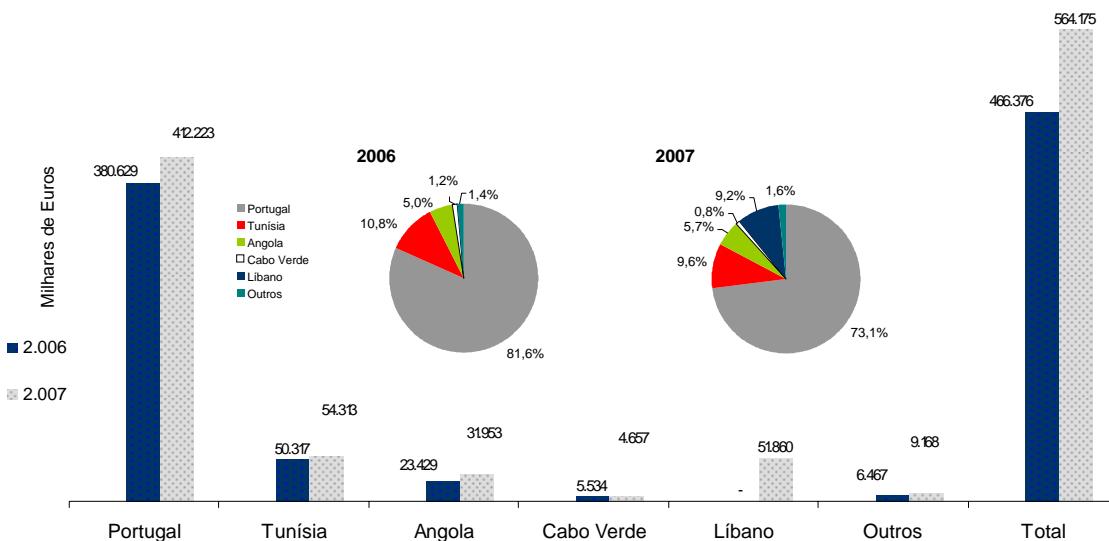
EBITDA



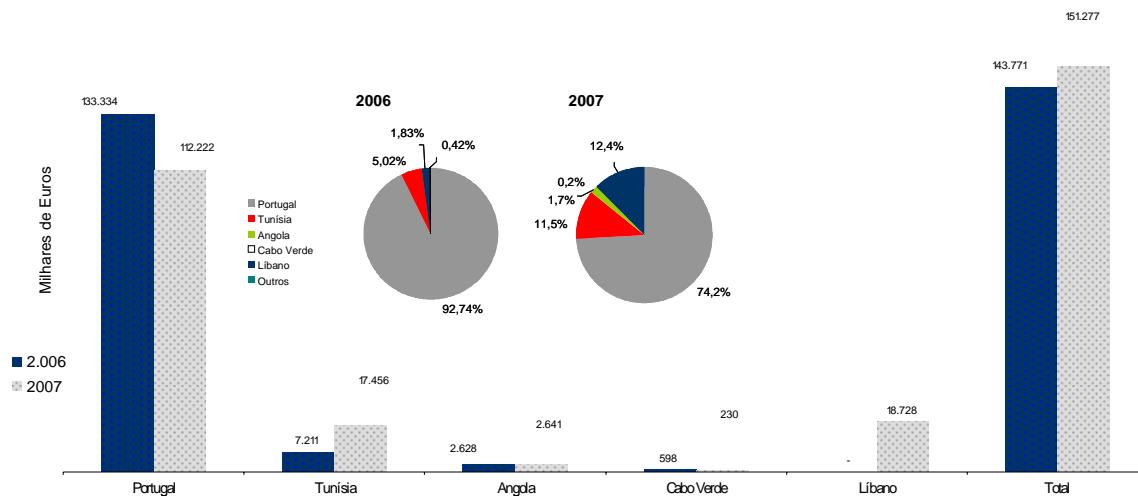
Tanto o segmento Cimento e Clínquer, como o Betão Pronto registaram aumentos face a 2006, quer em termos absolutos, quer em termos relativos. O segmento Cimento e Clínquer contribuiu em cerca de 85% para a formação do EBITDA total do Grupo Secil.

Distribuição do volume de negócios e EBITDA por país

Volume de Negócios



EBITDA



A dispersão geográfica do volume de negócios e EBITDA, revela o crescente nível de internacionalização do Grupo Secil, na sequência do qual se constata que o contributo das operações fora de Portugal em 2007 representa mais de 25% do total no que se refere aos dois indicadores, com destaque para a escala das operações na Tunísia, Líbano e Angola.

4.3 Desempenho por segmento geográfico e de negócio

4.3.1 Portugal

Os indicadores globais da actividade desenvolvida em Portugal pelo Grupo Secil, no exercício de 2006 e 2007, apresentam-se como segue:

Portugal	Volume de Negócios a)			EBITDA			Quantidades Vendidas			
	2007	2006	Var. %	2007	2006	Var. %	Unid.	2007	2006	Var. %
Cimento e Clinquer	242.485	221.572	9,44%	91.280	110.055	(17,06%)	1.000 t	2.548	2.545	0,12%
Betão Pronto	127.210	122.343	3,98%	12.212	9.445	29,30%	1.000 m3	2.209	2.244	(1,55%)
Inertes	12.020	9.748	23,30%	4.719	2.972	58,8%	1.000 t	2.513	2.099	19,70%
Argamassas	20.310	17.901	13,46%	3.883	2.846	36,44%	1.000 t	417	356	16,96%
Pré-fabricados	10.199	9.064	12,52%	129	1.871	(93,12%)	1.000 t	132	115	15,52%
Total	412.223	380.629	8,30%	112.222	127.188	(11,77%)				

a) Com base no país de origem

4.3.1.1 Cimento e Clínquer

Mercado e Comercialização

No exercício de 2007, o sector da construção teve uma evolução negativa embora sejam de realçar os sinais positivos de recuperação verificados durante o 2º semestre. De acordo com o INE, a actividade da construção e obras públicas terá caído cerca de 4% em 2007 (Índice de produção na construção e obras públicas INE – Janeiro 2008). Segundo a FEPICOP – Federação portuguesa da indústria de construção e obras públicas, a evolução da actividade terá sido negativa apenas em 0,7% (Análise de Conjuntura – Janeiro de 2008).

O consumo de cimento na União Europeia deverá ter crescido cerca de 2,1% em 2007, abaixo do crescimento verificado no ano precedente (6,7%).

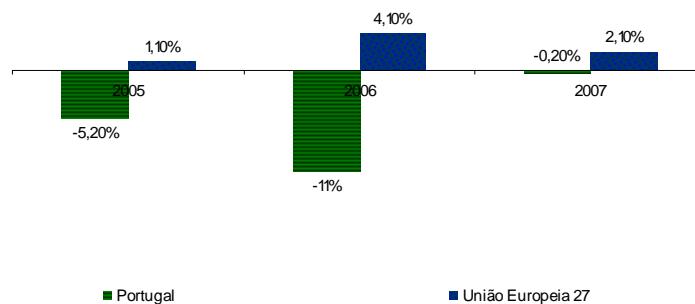
Em Portugal, estima-se que o consumo de cimento tenha atingido 7,9 milhões de toneladas o que representa um decréscimo marginal face a 2006 (- 0,2%) após seis anos de queda continuada e severa. No decorrer do 2º semestre do ano de 2007 verificou-se a inversão dessa tendência negativa o que permite encarar o ano de 2008 com moderado optimismo.

A evolução negativa da procura de cimento nos últimos anos reflecte a situação de recessão que atravessou o sector da construção nesse período, quer nas vertentes da construção residencial e não residencial, quer na vertente das obras públicas.

Conforme se referiu, houve sinais de recuperação nos sectores da construção não residencial e das obras públicas durante o segundo semestre do ano, permanecendo em retracção o sector da construção residencial.

Estima-se que o cimento comercializado no país com base em importações de cimento e clínquer tenha regredido, na ordem de 13%, tendo atingido cerca de 550.000 toneladas.

Variação Anual de Consumo de Cimento e Clinquer (estimativa)



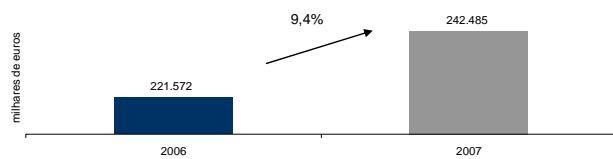
Neste contexto, a Secil acentuou o seu dinamismo comercial e postura de proximidade e serviço ao cliente o que permitiu manter a quota de mercado.

No mercado interno manteve-se a presença nos segmentos mais importantes, nomeadamente no betão-pronto, na prefabricação em betão e nas argamassas, e o fornecimento às principais cadeias de retalho de materiais de construção em todo o país.

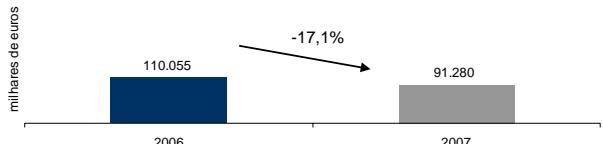
Pelo segundo ano consecutivo, apesar da concorrência se ter intensificado, foi possível suster a degradação do nível dos preços que se verificou ao longo dos últimos anos.

O volume de negócios de Cimento e Clínquer atingiu **242,5 milhões de euros** correspondendo a 2,5 milhões de toneladas. Relativamente a 2006, verificou-se um aumento de 9,4% em valor e 2,0% em quantidade, impulsionado pela actividade de exportação.

Volume de Negócios



EBITDA



A evolução do volume de negócios teve no mercado interno um aumento em 2,0%, enquanto que as exportações aumentaram cerca de 52,3%.

Em termos de performance operacional, o EBITDA situou-se em 91,3 milhões de euros, tendo diminuído 17,1% face a 2006. Esta diminuição deveu-se à diminuição das vendas no mercado interno que tem margens superiores às do mercado de exportação e, sobretudo, ao aumento substancial dos custos de energia térmica, eléctrica, dos preços do petcoke e dos fretes marítimos. No entanto, estes factores adversos foram minimizados através da utilização de resíduos como combustível e como matéria-prima.

Assinala-se a incorporação de cimento Secil em várias obras relevantes e de prestígio, já concluídas ou em curso de realização, designadamente a Ponte da Lezíria, a Ponte da Figueira da Foz, o Hospital Privado de Braga, a Piscina Olímpica de Braga, a Igreja da Santíssima Trindade em Fátima, as Bibliotecas de Coimbra e de Viana do Castelo e várias obras de arte na rede nacional de estradas e autoestradas, nomeadamente na A17 e no Eixo Norte-Sul em Lisboa; noutras países, destaca-se o Porto de Malabo na Guiné Equatorial.

A partir de 2007, a Secil passou a comercializar a cal hidráulica produzida na **Secil Martingança**.

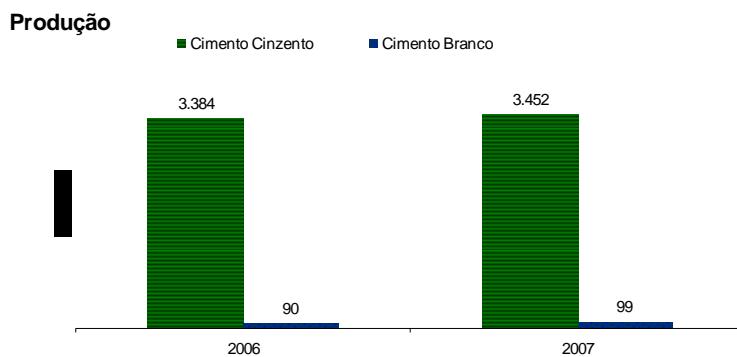
Iniciou-se o estudo e implementação de acções para avaliação de produtos mais eco-eficientes, tendo sido criado para este efeito um grupo de trabalho com a participação das várias Unidades de Negócio do **Grupo**.

O sistema de distribuição respondeu cabalmente às solicitações do mercado. Num ano em que se verificaram aumentos muito significativos dos preços dos combustíveis e dos fretes marítimos, a gestão dos custos de transporte foi uma prioridade gerida com sucesso; com efeito, verificou-se um aumento de apenas 3% no custo médio de transporte por tonelada de cimento vendida no continente.

Na área da distribuição salienta-se a abertura do entreposto rodoviário de Vila Real e do entreposto ferroviário de Penafiel localizado em Irivo.

Produção de Cimento

A produção global de cimento atingiu 3,6 milhões de toneladas e aumentou ligeiramente face a 2006 (+2%). Esse aumento foi, em parte, devido ao arranque, em Julho, do projecto dos cimentos compostos; com efeito, as fábricas registaram, ao longo do ano, um nível de utilização da capacidade produtiva próximo do limite



A produtividade do trabalho manteve-se em níveis interessantes, em resultado do esforço sustentado de racionalização que tem sido empreendido.

O cimento produzido nas três fábricas continua a apresentar características finais bastante homogéneas e elevados padrões de qualidade, aspecto que se considera essencial para garantir um reconhecimento geral no mercado sobre o alto nível de exigência por que se pauta a Secil.

Os preços de aquisição do petcoke e do carvão (CIF Setúbal) apresentaram um agravamento significativo face ao ano de 2006, na ordem dos 25%.

De registar o esforço empreendido pelas três fábricas na redução dos seus custos de produção. Essa acção de racionalização foi fundamental para atenuar os efeitos negativos do aumento dos custos energéticos acima mencionados. Neste âmbito salienta-se o incremento da utilização de resíduos como energia e como matéria-prima.

A fábrica **Secil-Outão** prosseguiu o processo de valorização de resíduos industriais banais (RIBs). Relativamente aos resíduos industriais perigosos (RIPs), foi impedida judicialmente de prosseguir a sua utilização através de uma providência cautelar interposta, em Janeiro, pelas Câmaras de Setúbal, Palmela e Sesimbra; subsequentemente foi interposto recurso ao Tribunal Administrativo do Sul, que não foi aceite, tendo a Secil recorrido para o Supremo Tribunal Administrativo.

Dada a morosidade do processo e a eventualidade das decisões judiciais principais obrigarem à execução de um novo EIA - Estudo de Impacto Ambiental, a Secil promoveu voluntariamente a sua realização na sequência do qual espera obter, em Junho de 2008, uma declaração de impacto ambiental favorável.

As fábricas **Maceira-Liz** e **Cibra-Pataias** obtiveram a certificação dos sistemas de gestão de segurança e saúde do trabalho (OHSAS 18001:1999).

A fábrica **Cibra-Pataias** obteve a licença ambiental. Por seu lado, a fábrica **Secil-Outão** tem a expectativa de obter, em 2008, o registo no EMAS (Eco Management Audit Scheme).

Na fábrica **Cibra-Pataias** iniciou-se a utilização regular de pneus usados e farinhas animais a partir do 2º semestre do ano. Na fábrica **Maceira-Liz** prosseguiu-se com a utilização de pneus usados nos termos habituais.

Globalmente as emissões de CO₂ reduziram-se em cerca de 120 000 t que não foram comercializadas dado o seu valor ter caído para valores próximos de zero.

No âmbito do projecto dos cimentos compostos iniciou-se, em Julho e nas três fábricas, a produção dos cimentos tipo II 32,5 BL e tipo II 42,5 AL com a incorporação máxima de aditivos permitida pela norma EN-171.

Em 2007 foi finalmente aprovado o novo plano de lavra da pedreira de calcário e marga da fábrica **Secil-Outão**.

Assinala-se ainda o início a gestão da biodiversidade nas fábricas assim como o início do projecto Biomares, patrocinado pela **Secil**, que corresponde à reposição da vegetação marinha na pradaria do Portinho da Arrábida.

Recursos Humanos

Prosseguiram as acções visando aumentar a motivação e eficácia dos recursos humanos, bem como melhorar a identificação do pessoal com a cultura e os objectivos do **Grupo Secil**.

Em simultâneo com a política de racionalização dos recursos humanos prosseguiu-se o processo de recrutamento de pessoas qualificadas no âmbito do qual foram admitidos nove colaboradores. Em Dezembro, o número de colaboradores ao serviço ascendia a 691 pessoas (632 efectivos e 59 eventuais) tendo-se registado uma diminuição de dez efectivos relativamente ao ano anterior. Parte dos eventuais integram um programa de preparação específico com vista à sua integração nos quadros da empresa.

Investimento

Lançaram-se e realizaram-se investimentos visando a melhoria do desempenho fabril, o equipamento das fábricas para a valorização energética dos vários tipos de resíduos e a melhoria da qualidade dos produtos fornecidos, das condições ambientais e do serviço prestado aos clientes.

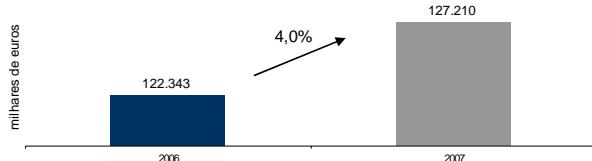
Os investimentos em imobilizado corpóreo e incorpóreo ascenderam globalmente a 22,8 milhões de euros, sendo de destacar as seguintes acções:

- Arranque, nas três fábricas, da instalação dos misturadores nas moagens de cimento no âmbito do projecto dos cimentos compostos;
- Adjudicação das instalações de combustíveis alternativos para utilização de CDRs – Combustíveis derivados de resíduos nas três fábricas;

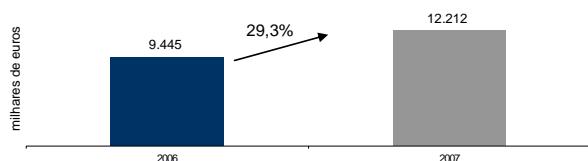
- Conclusão da moagem de calcário na fábrica **Maceira-Liz**;
- Melhoramento dos moinhos de cru para produção de calcário na fábrica **Secil-Outão**;
- Modificação da torre de ciclones e câmara de fumos num dos fornos da fábrica **Secil-Outão**.

4.3.1.2 Betão-Pronto (inclui Região Autónoma da Madeira)

Volume de Negócios



EBITDA



O mercado de betão-pronto manteve-se em níveis idênticos aos verificados em 2006, sendo de assinalar o comportamento particularmente agressivo revelado por alguns concorrentes.

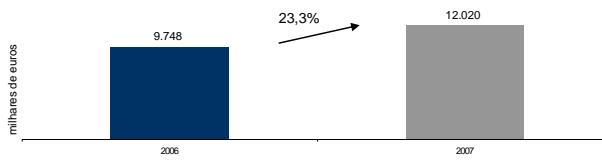
Neste contexto, o volume de negócios decresceu em quantidade (- 1,6%), tendo no entanto aumentado em valor (4,0%). Este aumento do volume de negócios deveu-se aos seguinte factores: (i) inclusão da subsidiária Cimentos Madeira no perímetro de consolidação do Grupo Secil e (ii) aumento do preço de venda, na ordem dos 4%, que permitiu melhorar as margens de comercialização.

O desempenho global foi positivo e melhorou significativamente. Com efeito, o EBITDA ascendeu a 12,2 milhões de euros, o que representa um crescimento de 29,3% face a 2006.

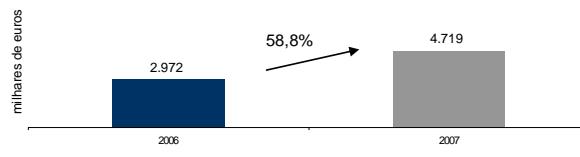
Salientam-se, como factos relevantes, a aquisição da empresa **Minerbetão** e de terrenos no Algarve com vista à transferência da central de betão de Ferreiras. De referir também a liquidação da empresa **Lisconcreto-Unibetão** realizada no âmbito da reorganização empresarial das empresas da **SBI**.

4.3.1.3 Inertes (inclui Região Autónoma da Madeira)

Volume de Negócios



EBITDA



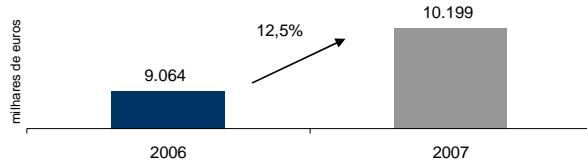
O volume de negócios dos inertes durante o ano de 2007 ascendeu a **12,0 milhões de euros**, registando um aumento de 23,3%, em valor e de 19,7%, em quantidades.

O EBITDA atingiu **4,7 milhões de euros** tendo aumentado **58,8%** relativamente ao ano anterior. Para esta performance contribuíram o aumento das vendas, o apertado controlo de custos (não obstante os encargos com a energia terem subido substancialmente) e, ainda, os resultados positivos do novo departamento de desmonte de pedreiras.

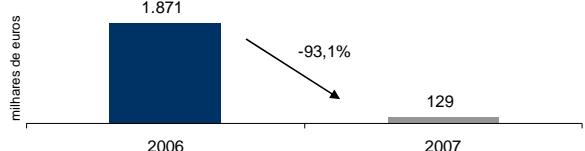
Salientam-se, como factos relevantes, a obtenção do interesse municipal por parte da Câmara de Vila Nova de Famalicão para o projecto Joane e a aquisição de vários equipamentos pesados de transporte e de escavação.

4.3.1.4 Pré-Fabricação em Betão

Volume de Negócios



EBITDA



A actividade das empresas do Grupo que actuam neste mercado continua severamente afectada pela situação de recessão em que o sector de construção civil permanece. Globalmente, estima-se que a procura de prefabricados em betão tenha caído cerca de 25%.

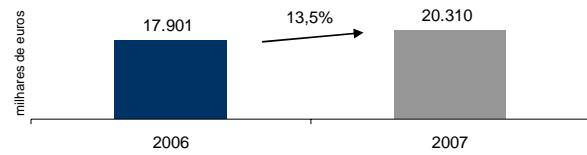
O sector continua com uma oferta largamente excedentária, que tem gerado uma situação de concorrência muito agressiva, num cenário de preços em queda continuada nos últimos cinco anos; esta situação tem provocado a falência de muitas empresas que operam no sector.

Em valor, o volume de negócios de Pré-fabricados em Betão ascendeu a **10,2 milhões de euros**, correspondente a **132 mil ton**, o que representa um aumento de **12,5%**, em valor, e um acréscimo de **15,5%** em quantidades, relativamente ao período homólogo de 2006.

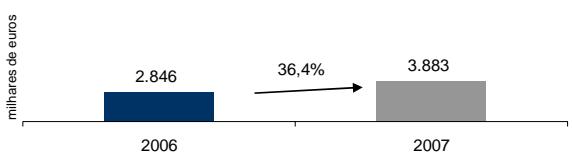
O EBITDA atingiu **129 mil euros**, o que representa uma diminuição de **93,1%** face ao ano anterior, fundamentalmente devido ao expressivo agravamento que se tem registado em alguns factores de custo, nomeadamente o aço e o cimento.

4.3.1.5 Argamassas

Volume de Negócios



EBITDA



Apesar da crise em que permanece o sector da construção residencial, o mercado das argamassas conseguiu crescer moderadamente devido, fundamentalmente, à substituição das argamassas tradicionais feitas em obra por argamassas industriais. Inversamente, e pelos mesmos motivos, o mercado da cal hidráulica continuou o seu percurso descendente, o que sucede pelo quarto ano consecutivo.

O volume de negócios desta unidade aumentou 13,5% face a 2006 (de **17,9** para **20,3** milhões de euros). A performance melhorou significativa aferida pela evolução positiva do EBITDA em 36,4%, tendo alcançado em 2007 um valor global de 3,9 milhões de euros.

Em 2007, a Secil adquiriu uma participação adicional na **Secil Martingança** passando a deter uma participação de 97%.

Como factos relevantes salientam-se ainda o lançamento de produtos técnicos (o RHP fort e korte e a argamassa de chapisco), o investimento em equipamento para fornecimento de argamassas em obra e a adopção do sistema informático SAP.

4.3.1.6 Valorização energética de biomassa e de resíduos

A **Secil** participa em vários projectos empresariais cujo objectivo é apoiar a valorização de resíduos como combustíveis e como matérias-primas.

Biomassa

A actuação nesta área é feita através da **Sobioen** cujo objectivo é transportar e comercializar produtos e sub-produtos agro-florestais para produção de energia.

Em 2007, salientam-se o aumento do consumo de resíduos e, como aspecto negativo, a diminuição do preço devida, em parte, à desvalorização da cotação do CO₂ que, no final do ano, se situou próximo do zero.

A **Sobioen** empenhou-se bastante nos concursos públicos das centrais eléctricas de biomassa, sendo de salientar a atribuição de duas centrais ao consórcio em que se encontra integrada.

O volume de negócios evoluiu positivamente atingindo **1,3 milhões de euros** o que representa um aumento de **129,3%** face a 2006.

No exercício de 2007, a **Sobioen** apresentou um **EBITDA de -0,5 milhões de euros**.

Em 2008 é esperada uma melhoria do preço da biomassa impulsionada pelo novo período do mercado de CO₂ na União Europeia (2008-2012) que terá impacto positivo no desempenho da **Sobioen**.

Outros Resíduos Banais

A **AVE** obteve um volume de negócios de **4,6 milhões de euros**, o que representa um aumento de **38%** face a 2006. O EBITDA atingiu **0,96 milhões de euros** tendo aumentado **42,6%**, face ao ano anterior, o que revela uma melhoria significativa da performance da empresa.

Para 2008, prevê-se um aumento da actividade decorrente dos contratos já celebrados e o reinício da co-incineração de RIPs.

Escóreas

Em 2007, a **Ecoresíduos** adquiriu 30% da **Prescor** passando a deter a totalidade do capital dessa empresa

A **Prescor** prosseguiu a sua actividade de transformação em produto cimentício das escórias (resíduo do produto siderúrgico) tendo produzido cerca de 60.000 t desse produto destinado a ser incorporado no cimento e no betão

O volume de negócios atingiu **1,11 milhões de euros** e o EBITDA ascendeu a **0,89 milhões de euros**.

4.3.2 Tunísia

4.3.2.1 Enquadramento Macroeconómico

A actividade económica na Tunísia manteve um ritmo elevado de crescimento apesar do aumento dos preços da energia, nomeadamente dos preços do petróleo e do gás natural.

Com efeito, estima-se que o PIB tenha aumentado 6% em 2007, superior ao crescimento de 5,2% verificado no ano anterior.

Esta evolução foi conseguida pelo crescimento do sector industrial, em particular das indústrias metalomecânicas e eléctricas (+ 36%) e têxtil (+ 6%); no sector dos serviços destacam-se o crescimento do turismo (+ 7%) e das telecomunicações (+ 8%).

A situação traduz um dinamismo seguro da economia alicerçado no forte crescimento da procura interna e externa e espelhado no aumento sensível da procura de energia (+ 17%).

O forte dinamismo da economia não se fez sentir na actividade da construção que se estima ter crescido apenas 2,7%. Com efeito o atraso na aprovação do 11º Plano Quinquenal de Desenvolvimento bem como a necessidade de mobilizar fundos para cobrir o défice energético tiveram como consequência o abrandamento do investimento público em construção.

A taxa de inflação situou-se em 3,1%, abaixo de 2006 (4,7%). A taxa de juro de referência do Banco Central fixou-se em 5,4%, sensivelmente no mesmo nível ao verificado no ano precedente.

Manteve-se, tal como verificado nos anos anteriores, a desvalorização do dinar tunisino face ao euro que, em 2007, se cifrou em 3,4%.

4.3.2.2 Cimento e Clinquer

Mercado e Comercialização

O consumo total de cimento e cal artificial atingiu cerca de 6,1 milhões de toneladas o que representa um crescimento de 2% relativamente ao ano anterior. Na Região Sul, porém, esse crescimento foi de apenas 1%.

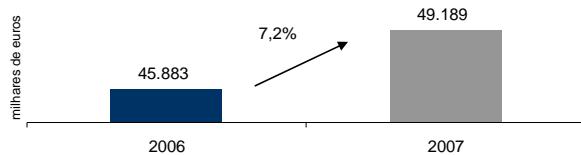
A Société des Ciments de Gabès aumentou o volume de negócios para o mercado interno em cerca de 7%; por outro lado, o volume de negócios para exportação aumentou, em cerca de 8,2%, tendo sido possível obter margens de comercialização favoráveis.

Em valor, o volume de negócios global de Cimento e Clínquer ascenderam a **49,2 milhões de euros**, correspondente a 993 mil ton, o que representa um aumento de **7,2%**, em valor, e um acréscimo de **5,0%** em quantidades, face ao período homólogo de 2006.

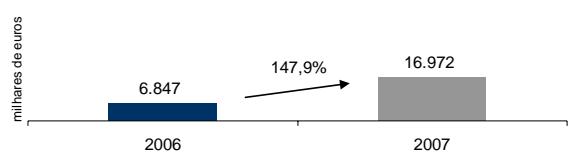
O crescimento do volume de negócios resultou do efeito conjunto de aumento dos preços e das quantidades vendidas.

O EBITDA atingiu **17,0 milhões de euros**, apresentando um crescimento de **147,9%** relativamente ao ano anterior, reflectindo o aumento do preço do cimento nos mercados interno e externo e a substancial melhoria verificada na gestão fabril que permitiu reduzir custos de manutenção, custos energéticos e custos com pessoal.

Volume de Negócios



EBITDA



Em Maio de 2007 e ao abrigo do sistema de homologação de preços que permanece em vigor, o Governo estabeleceu um aumento de 7,8%.

Mais uma vez, e contrariamente às expectativas e aos compromissos assumidos pelo Governo Tunisino, os preços do cimento não foram liberalizados. Relembra-se que no processo de privatização da indústria cimenteira a liberalização de preços constava, expressamente, do respectivo caderno de encargos.

Produção

A produção de clínquer foi de 1.012.000 t tendo aumentado face ao ano anterior (+ 14%). De realçar a obtenção desta performance não obstante a concorrência de duas situações que afectaram, severa e negativamente, a produção normal da fábrica, nomeadamente, (i) a avaria de um transformador por um período de dois meses que obrigou a uma gestão apertada da energia eléctrica; e, (ii) um acidente resultante de uma explosão com gás tendo provocado a paragem prolongada de um dos fornos durante um mês.

A produção de cimento e cal artificial atingiu 1.166.000 t correspondendo a um ligeiro aumento relativamente ao ano anterior (+ 3%).

O desempenho industrial da fábrica melhorou em resultado da redução substancial dos custos de manutenção e da diminuição dos consumos específicos energéticos.

Recursos Humanos

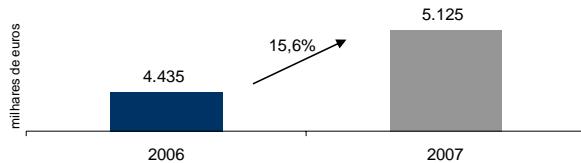
No final do ano, o número de trabalhadores ascendia a 380 pessoas, menos 44 do que em 2006, prosseguindo-se assim uma política de racionalização dos recursos humanos, em simultâneo com o processo de recrutamento de jovens técnicos qualificados em áreas fundamentais para a modernização da empresa.

Investimento

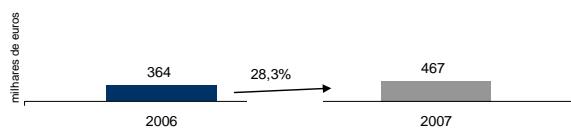
O investimento realizado ascendeu a 6,5 milhões de euros, sendo de salientar a instalação de um separador de 3^a geração numa das moagens de cimento e de um analisador em linha à saída do britador; procedeu-se também à substituição dos sistemas de extração e transporte dos silos de cimento às ensacadoras.

4.3.2.3 Betão Pronto e Pré-fabricação em betão

Volume de Negócios



EBITDA



O mercado do betão-pronto permanece em crescimento nas regiões onde operam a **Sud Béton** e a **Zarzis Béton** (Sfax, Gabès e Zarzis). Por seu lado, o mercado da prefabricação em betão cresceu apenas ligeiramente.

Neste contexto, as vendas em quantidade subiram francamente no betão-pronto (+ 15,1%) tendo diminuído na área da prefabricação em betão (- 8,2%) por se terem perdido os fornecimentos para o Governo de Sfax.

Assinala-se o crescimento apreciável do volume de negócios dos segmentos betão-pronto e prefabricados em betão (+ 15,6%) face ao ano de 2006, tendo ascendido a **5,1 milhões de euros**. A performance também melhorou, relativamente ao ano anterior, tendo o EBITDA destes dois segmentos atingido 467.269,0 euros, o que representa um crescimento de **28,3%** face ao ano transacto.

4.3.3 Líbano

Durante o ano de 2007 a Secil adquiriu uma participação adicional do capital da **Sibline** que lhe permitiu passar a ter a maioria do capital, conforme anteriormente mencionado.

Esta aquisição inseriu-se na estratégia de internacionalização da Secil visando reforçar a presença em mercados com maior potencial de crescimento nos próximos anos.

4.3.3.1 Enquadramento Macroeconómico

Estima-se o crescimento anual do PIB no **Líbano** em cerca de 1,7%. Este crescimento reduzido expressa a inversão da tendência negativa verificada durante o primeiro semestre do ano. No entanto, salientamos que esta melhoria foi devida, em parte, ao facto de a economia ter sido negativamente afectada durante o segundo semestre de 2006 pela guerra.

O baixo ritmo do crescimento económico foi também devido a factores externos, nomeadamente ao aumento dos preços do petróleo e dos cereais e à depreciação do USD face ao EUR. O Líbano é um país muito dependente das importações sendo que as importações da União Europeia representam cerca de 40% do total.

Os sectores da construção e do imobiliário mantiveram um ritmo de crescimento apreciável apesar de se ter sentido alguma desaceleração.

No entanto, a principal instabilidade do Líbano consiste na situação de impasse político que se instalou durante o ano de 2007. Só a resolução dessa impasse poderá trazer de novo estabilidade e confiança aos agentes económicos e estimular um crescimento normal da economia.

4.3.3.2 Cimento e Clínquer

A procura de cimento atingiu 3,9 milhões de toneladas e cresceu significativamente face a 2006 (+ 18%); tendo a Síria sido responsável por parte desse crescimento.

Líbano (milhares de euros)	Volume de Negócios 2007	EBITDA 2007
Cimento e Clinquer	46.104	18.216
Mercado interno	42.162	
Mercado externo	3.942	

Apesar do difícil enquadramento político-económico em que se desenvolveram as actividades naquele país o volume de negócios atingiu cerca de **46,1 milhões de euros**.

O EBITDA foi cerca de **18,2 milhões de euros** e cresceu 2% face ao ano anterior o que se pode considerar bastante positivo tendo em conta o aumento dos preços da energia e do acordo entre os produtores de cimento e o governo libanês relativamente à diminuição dos preços de venda de cimento em 10 USD, no âmbito da reconstrução do país. Esta performance resultou essencialmente do aumento das vendas e optimização da gestão fabril.

4.3.3.3. Betão Pronto

A **Secil** está presente neste mercado através da **Soime**, empresa controlada pela **Sibline** e localizada em Beirute. Em 2007 a **Soime** vendeu 141.000 m³ de betão-pronto representando um aumento de 8% face ao ano anterior.

Libano (milhares de euros)	Volume de Negócios 2007	EBITDA 2007
Betão Pronto	5.756	512

Durante o exercício económico de 2007, o volume de negócios atingiu **5,8 milhões de euros** (crescimento de 31% face a 2006). O EBITDA ascendeu a 512,2 mil euros (aumento de 68% face ao período homólogo de 2006).

4.3.4 Angola

4.3.4.1 Enquadramento Macroeconómico

A economia angolana voltou a ter um crescimento significativo em 2007 suportado pela evolução positiva do sector petrolífero e pelo processo de reconstrução nacional financiado por linhas de crédito externo contratadas, fundamentalmente, com a China. A reconstrução nacional tem alavancado o sector não petrolífero que tem apresentado crescimentos elevados nos dois últimos anos. Globalmente o PIB terá registado um crescimento na ordem dos 18% (19% em 2006).

A situação política está claramente condicionada pela marcação das eleições gerais que, estando inicialmente previstas para finais de 2007, foram recentemente anunciadas para Setembro de 2008.

Relativamente à situação macroeconómica refere-se a manutenção da taxa de inflação ao nível do ano anterior (12%) e a valorização do kwanza face ao dólar americano.

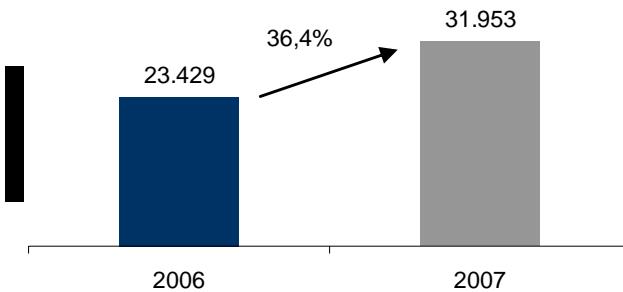
As operações da **Secil** em **Angola** foram positivamente afectadas pelo impacto do enquadramento acima referido na procura de materiais de construção, sendo negativamente afectadas pelos constrangimentos estruturais que bloqueiam o lado da oferta (disponibilidade de recursos humanos com formação adequada, transportes, fornecimento de energia eléctrica).

A evolução do preço do clínquer no mercado internacional e o aumento dos fretes marítimos tiveram também um impacto grande na actividade da **Secil-Lobito** e no mercado de cimento.

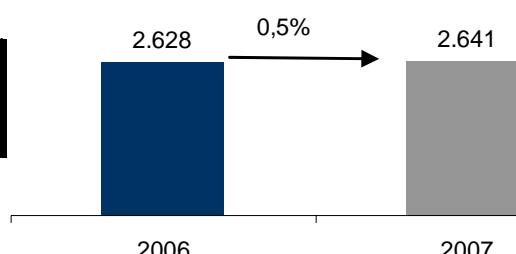
4.3.4.2 Cimento e Clínquer

Em 2007 a procura de cimento terá crescido e superado o volume de 2006 (1,8 milhões de toneladas) em resultado do crescimento sustentado da economia e da realização de grandes projectos de reconstrução nacional. A procura foi satisfeita por produtores nacionais e, também, por cimento importado dado a indústria cimenteira nacional não ter capacidade para responder às necessidades globais. O referido crescimento foi particularmente sentido no segundo semestre do ano.

Volume de Negócios



EBITDA



A **Secil-Lobito** atingiu um volume de negócios de 236.773 t, em quantidade, e **de 32,0 milhões de euros** em valor, o que representa um crescimento de **36,4%** em valor e quantidade, face aos valores verificados no ano anterior.

A performance manteve-se em linha com a verificada no ano anterior, tendo o **EBITDA** conjunto da **Secil Lobito** e **Secil Angola** atingido **2,6 milhões de euros**, o que representa um crescimento de **0,5%** face ao ano anterior.

Investimento

O investimento atingiu **3,3 milhões de euros**, sendo de destacar a aquisição de camiões cisterna para apoio à distribuição de cimento, a aquisição de geradores de energia eléctrica e o desenvolvimento do projecto da nova linha de produção.

Conforme já mencionado, refere-se a aprovação, pelo Conselho de Ministros do Governo Angolano, do investimento na nova linha de produção e a subsequente assinatura, em Dezembro, do contrato de investimento com a ANIP – Agência Nacional de Investimento Privado.

O investimento ascende a **141 milhões de USD** e inclui uma unidade de produção de electricidade. Com este investimento a **Secil-Lobito** passará a dispor de uma capacidade de produção anual de **500.000 t** de clínquer e **900.000 t** de cimento. O início da construção da nova linha está previsto para 2008.

Recursos Humanos

Ao nível dos recursos humanos assinala-se o início do programa de formação de trabalhadores da **Secil-Lobito**, no Centro Técnico do **Grupo**, com a partida para **Portugal** do primeiro grupo no mês de Julho.

4.3.5 Cabo Verde

4.3.5.1 Enquadramento Macroeconómico

A economia caboverdeana manteve, em 2007, o seu ritmo de crescimento sustentado. O produto interno bruto terá crescido 6,9%, ligeiramente acima dos 6,5% verificados em 2006 (FMI – Word Economic Outlook – Outubro 2007).

A taxa de inflação situou-se em 4,5%, abaixo do ano anterior (5,4%).

No que respeita à construção assinala-se a conclusão de algumas infra-estruturas importantes, nomeadamente o aeroporto internacional da Boavista e a circular rodoviária da cidade da Praia.

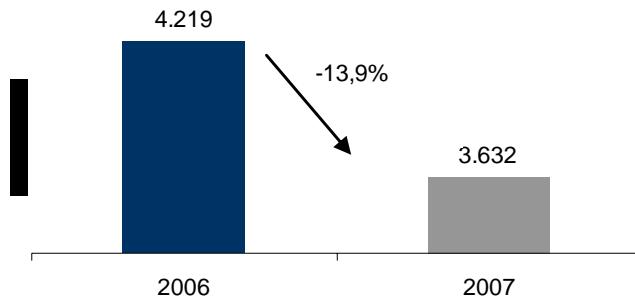
Foram apresentados e iniciados diversos projectos de investimento privado, no entanto, condicionalismos de várias ordens, nomeadamente ao nível das operações portuárias nas ilhas do Sal e da Boavista, não permitiram um desenvolvimento mais acelerado desses projectos.

Para 2008 prevê-se a manutenção do crescimento sustentado da economia e o arranque de alguns projectos públicos importantes, nomeadamente a ampliação do porto da cidade da Praia e de projectos privados, sobretudo na área do turismo. Ao nível político, o ano será marcado pelas eleições municipais a realizar, previsivelmente, em Maio.

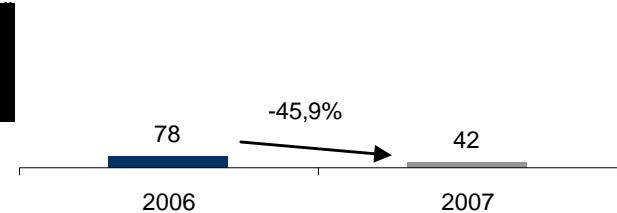
4.3.5.2 Cimento e Clinquer

O mercado de cimento evoluiu de forma moderada sobretudo devido ao sector privado, com especial destaque para a construção particular e para o desenvolvimento de projectos na área do turismo. Estima-se que a procura de cimento tenha atingido 270.000 t.

Volume de Negócios



EBITDA



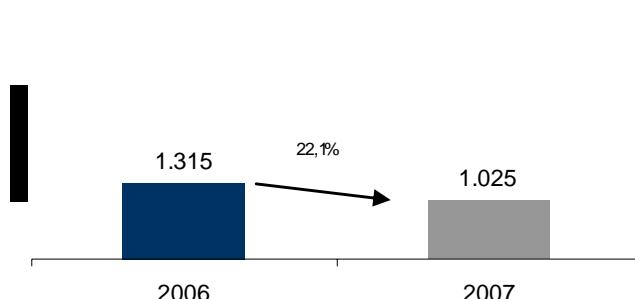
A **Secil-Cabo Verde** atingiu vendas de 34.000 t o que representa uma diminuição de **21,7%** face ao ano anterior; o volume de negócios cifrou-se em **3,6 milhões de euros**, apresentando igualmente uma redução de **13,9%** face ao ano transacto. Esta diminuição é exclusivamente devida à política comercial da Secil que abasteceu directamente parte dos clientes outrora abastecidos pela **Secil-Cabo Verde**.

A performance da empresa situou-se em níveis razoáveis, tendo o EBITDA ascendido a **42,1 mil euros**, tendo no entanto regredido face a 2006 em **45,9%** pelos motivos atrás referidos.

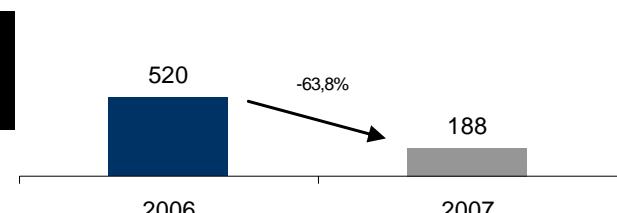
4.3.5.3 Inertes e Pré-fabricados de Betão

O mercado de inertes na ilha de Santiago teve duas fases distintas, o primeiro semestre em que a evolução foi positiva e consonante com o ano anterior e o segundo semestre marcado pelo aparecimento de novos operadores e pelas importações de areia natural da costa africana que condicionaram fortemente a actividade da **ICV – Inertes de Cabo Verde**. O mercado global de inertes na ilha de Santiago terá atingido 470.000 t.

Volume de Negócios



EBITDA



Neste contexto, o volume de negócios atingiu 66.665 toneladas de inertes e 2.553 toneladas de produtos prefabricados em betão. Em valor, o volume de negócios atingiu **1,0 milhões de euros** tendo decrescido face ao ano anterior (- 22,1%).

O EBITDA cifrou-se em **187,9 mil euros** tendo diminuído **63,8%** face a 2006.

4.4 Recursos Financeiros

4.4.1 Recursos Financeiros

A dívida líquida consolidada do Grupo Secil, a 31 de Dezembro de 2007, totalizou **150,5 milhões de euros**, tendo aumentado em **12,9 milhões de euros** face ao valor apurado no final do ano transacto: **138,0 milhões de euros**.

Este aumento decorre essencialmente, da mobilização de fundos para o investimento e à consolidação da dívida da **Sibline**.

Os financiamentos bancários registados nas demonstrações financeiras são maioritariamente denominados em euros. As excepções são os financiamentos contraídos na **Tunísia**, denominados na moeda local, e os financiamentos contraídos no **Líbano**, maioritariamente denominados em USD.

Dos novos financiamentos contratados destaca-se um empréstimo obrigacionista a 10 anos para a **SBI** no montante de **40 milhões de euros**.

Em Março a **CMP** tomou conhecimento da atribuição de um prémio de conversão para fundo perdido, no valor de 5,3 milhões de euros, de um incentivo já anteriormente recebido a título reembolsável no âmbito do projecto de investimento submetido ao abrigo do programa SIME.

4.4.2 Pensões e Outros benefícios pós-emprego

Os planos de benefícios sociais em vigor implicam responsabilidades com Planos de Pensões, Planos de Saúde e outros.

A gestão dos fundos de pensões autónomos constituídos pelas empresas do **Grupo** tem sido, desde a sua constituição, confiada a entidades independentes. A rentabilidade anual dos fundos de pensões autónomos obtida em 2007 foi de 4,1%, na **Secil**, 5,7%, na **CMP**, e 3,1% na **Secil Betões e Inertes**. Adoptou-se uma política conservadora, privilegiando activos de menor risco.

O total das responsabilidades com pensões a 31 de Dezembro de 2007 ascendem a 43,1 milhões de euros. Estas responsabilidades encontram-se cobertas por fundos autónomos e contratos de seguro os quais, em 31 de Dezembro de 2007, apresentavam uma situação financeira deficitária de 44 mil euros. Adicionalmente o Grupo Secil assumiu responsabilidades com outros benefícios pós emprego, que em 31 de Dezembro de 2007 ascendem a 28,3 milhões de euros.

O processo interposto pela **Secil** contra o Estado Português para resarcimento dos danos causados pela incorrecta avaliação das responsabilidades do fundo de pensões da **CMP** contida na informação confidencial do concurso de reprivatização da **Secil** e da **CMP** continua a correr os seus termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa tendo sido realizadas as audiências do julgamento e aguardando-se a respectiva decisão.

5 Recursos Humanos do Grupo Semapa

A política de recursos humanos do Grupo SEMAPA está orientada para a melhoria contínua da produtividade através do reforço de qualificação dos Colaboradores e do desenvolvimento das suas competências, a par de um esforço de racionalização e redimensionamento.

A aposta em recursos humanos qualificados, com carreiras profissionais especializadas, bem como o esforço na qualificação profissional através da realização de acções de formação adequadas continuam a ser vectores estratégicos da política de recursos humanos do Grupo.

O total de efectivos do Grupo Semapa passou de 4.202 Colaboradores, em Dezembro de 2006, para 4.364 Colaboradores em Dezembro de 2007, conforme pode ser observado no quadro seguinte:

Segmento	2006	2007
Pasta e Papel	1.951	1.952
Cimento e Derivados	2.231	2.391
Holdings	20	21
Total	4.202	4.364

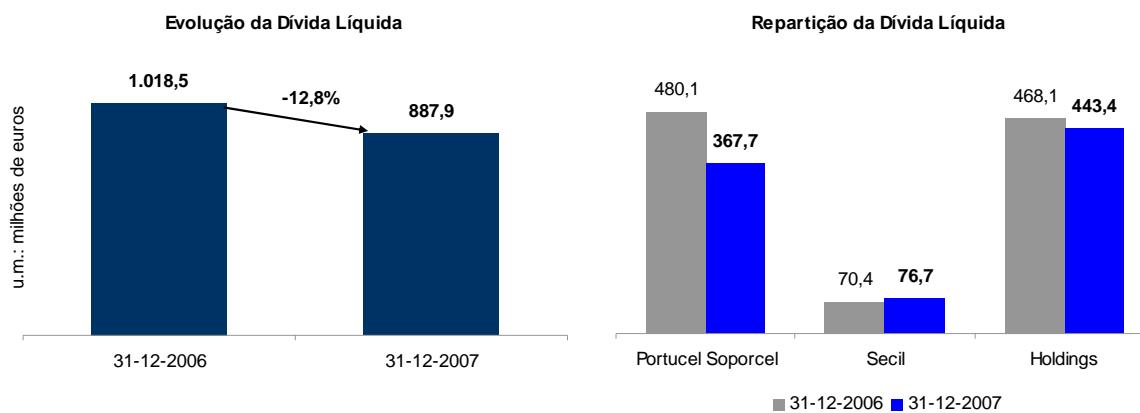
O aumento total de efectivos verificado no segmento Cimento e Derivados decorreu, essencialmente, da aquisição das subsidiárias Ciment de Sibline Grupo Cimentos Madeira.

6 Área Financeira do Grupo Semapa

6.1 Endividamento

No final do exercício de 2007, a dívida líquida consolidada da Semapa totalizou cerca de 887,9 milhões de euros, o que compara com 1.018,5 milhões de euros registado no final de Dezembro de 2006.

De seguida, apresenta-se evolução da dívida total consolidada, bem como a sua decomposição, no final de 2007 comparativamente ao final de Dezembro de 2006:



Em Março de 2007, o Grupo Portucel Soporcel procedeu ao reembolso antecipado do empréstimo BEI, no montante de 28,9 milhões de euros, o qual estava inicialmente previsto ocorrer em Março de 2009, o que reflecte a elevada capacidade do Grupo Portucel Soporcel na geração de cash-flow.

O aumento de endividamento do Grupo Secil decorreu essencialmente dos investimentos realizados no primeiro semestre nomeadamente no reforço das participações nas sociedades Ciment de Sibline e Secil Martingança.

Em Março de 2007, de acordo com o contratado, a Semapa SGPS procedeu ao reembolso de 25% do valor nominal das obrigações emitidas ao abrigo do empréstimo obrigacionista – Semapa 98 – no valor de 5,6 milhões de euros.

Para a redução do endividamento ao nível das Semapa SGPS e Sub Holdings, contribuíram os seguintes factores: (i) o encaixe de 85,2 milhões de euros com a alienação de acções da EDP, (ii) o recebimento de dividendos da Portucel e da Secil (82,3 e 19,1 milhões de euros, respectivamente), pese embora se tenha (i) pago dividendos de 27,2 milhões de euros, (ii) adquirido acções próprias no valor de 36,7 milhões de euros, (iii) adquirido em bolsa acções da Portucel no montante de 68,7 milhões de euros e suportado os custos de estrutura.

É relevante neste âmbito a aquisição de 2.720.000 acções próprias realizada pela sociedade no dia 4 de Julho, usando da autorização para o efeito concedida pelos accionistas na assembleia geral de 21 de Março de 2007. A aquisição foi realizada com objectivos de longo prazo e motivada pela convicção de que se tratava de uma aquisição geradora de valor para a sociedade. As acções foram adquiridas em bolsa pelo montante global de 36.747.200 euros, tendo a Semapa encerrado o exercício com um total de 5.447.975 acções próprias, das quais 2.720.000 por si directamente detidas e 2.727.975 também sujeitas ao regime de acções próprias por serem detidas pela Seminv Investimentos, SGPS, S.A., integralmente dominada pela Semapa.

6.2 Gestão de Risco

As actividades do Grupo Semapa estão expostas a um conjunto de riscos, quer de natureza financeira, quer de natureza operacional. A gestão de riscos tem como prioridade a detecção e cobertura dos riscos que possam ter um impacto materialmente relevante no “resultado líquido” e nos “capitais próprios” ou que criem restrições significativas à prossecução do desenvolvimento dos negócios do Grupo.

6.2.1 Riscos Financeiros

Risco Cambial

No ano de 2007, o USD registou uma desvalorização de 10,5% face ao Euro.

Uma vez que as vendas de pasta e as exportações de papel do Grupo Portucel Soporcel para países não europeus são denominadas em USD, encontrando-se fortemente expostas ao risco cambial, principalmente no que se refere ao USD, foi contratado um conjunto de instrumentos financeiros tendentes a minimizar os efeitos das variações cambiais, cobrindo cerca de 80% das vendas sujeitas ao risco cambial neste período e a quase totalidade dos valores de balanço denominados em moeda estrangeira.

No que concerne ao Grupo Secil, globalmente, as variações cambiais face ao euro verificadas durante o ano na Tunísia, no Líbano e em Angola tiveram um impacto negativo nos capitais próprios da Secil no montante de cerca de 9,8 milhões de euros. Os impactos negativos registaram-se na Tunísia e no Líbano: 7,9 milhões de euros correspondentes à proporção do Grupo na valorização do capital próprio da **Société des Ciments de Gabès** e 2,5 milhões de euros correspondentes à proporção do Grupo na valorização do capital próprio da Ciment de Sibline. O impacto da participação em Angola foi positivo, em cerca de 0,6 milhões de euros.

O Grupo Secil realizou uma optimização dos fluxos intra-grupo em moeda estrangeira com vista à potenciação do “hedging natural”. Para os fluxos não compensados naturalmente, o risco tem vindo a ser analisado, e coberto, através da contratação de estruturas de opções cambiais que estabelecem o contra-valor máximo a pagar e permitem beneficiar, parcialmente, de evoluções favoráveis na taxa de câmbio.

A Semapa SGPS e as suas sub-holdings instrumentais não se encontram expostas ao risco de taxa de câmbio uma vez que não efectuam transacções com o estrangeiro.

Risco de Taxa de Juro

O ano de 2007 foi marcado por duas subidas das taxas directoras, por parte do Banco Central Europeu, num total de 0,50%. Assim, em Dezembro, a principal taxa de referência situava-se nos 4,00%.

Os principais indexantes do mercado, utilizados como referência nos financiamentos do Grupo, registaram aumentos significativos ao longo do ano, fechando a Euribor a 3 meses em 4,684% contra 3,725% no final de 2006.

Em relação ao Grupo Portucel Soporcel, o custo da quase totalidade da dívida financeira contraída está indexado a taxas de referência de curto prazo – geralmente Euribor 6m. Com o objectivo de reduzir a exposição a variações desfavoráveis da taxa de juro, o Grupo decidiu fixar as taxas numa parte dos seus empréstimos de médio longo prazo, tendo para tal contratado swaps de taxa de juro. No final do ano, cerca de 30% da sua dívida de médio longo prazo estava coberta relativamente a variações de taxas de juro.

A Secil, por seu lado, em 2005, optou por fazer uma cobertura parcial do risco da taxa de juro através de uma estrutura de derivados que fixou um valor máximo para os encargos financeiros relativos à dívida de longo prazo com reembolsos escalonados. A 31 de Dezembro de 2007 esta dívida era de cerca de 71,5 milhões de euros, sendo o valor de mercado da referida cobertura de 1,0 milhão de euros, aproximadamente. A dívida remanescente foi mantida num regime de taxa variável.

No que concerne à actividade da Holding, encontra-se exposta a risco de taxa de juro, uma vez que todos os financiamentos se encontram em regime de taxa de juro variável.

Risco de Liquidez

A adequada maturidade da dívida do Grupo Semapa, face às características das áreas de negócios onde actua, a contratação de linhas de crédito em regime de conta corrente com um conjunto alargado de instituições de crédito, assim como o montante significativo em caixa disponível no final do exercício, garantem ao Grupo um nível elevado de liquidez.

6.2.2 Riscos Operacionais

Risco do Preço da Pasta

De modo a diminuir o risco associado a flutuações do preço da pasta, o Grupo contratou no início de 2007, para um montante de cerca de 5% das suas vendas, operações de cobertura, que permitem limitar a um intervalo definido o efeito da volatilidade do preço.

Risco de Crédito da Carteira de Clientes

O Grupo Portucel Soporcel está sujeito a risco no crédito que concede aos seus clientes, tendo adoptado uma política de maximização da cobertura do risco através de um seguro de crédito. As vendas que não estão abrangidas por um seguro de crédito estão sujeitas a regras que procuram assegurar que as vendas sejam efectuadas a clientes com um risco aceitável e que limitam a exposição a montantes máximos pré-definidos e aprovados para cada cliente.

No Grupo Secil, diligenciou-se, desde há algum tempo a esta parte, pela contratação de apólices de seguro de crédito para as áreas de negócios do cimento, betão-pronto, inertes, prefabricação e argamassas, com coberturas diferenciadas em função do risco inerente a cada uma das áreas de negócio.

Riscos Patrimoniais, responsabilidade civil, acidentes pessoais e doença

O Grupo procedeu à renegociação da carteira de seguros para 2008 relativa às diferentes áreas de negócios sendo de salientar uma redução significativa das taxas dos prémios de seguros em todas as áreas.

6.3 Pensões e Outros benefícios pós-emprego

O total das responsabilidades com pensões, em termos consolidados, apurado a 31 de Dezembro de 2007, ascendia a 258,5 milhões de euros, dos quais 146,7 milhões de euros se encontravam cobertos através de fundos de pensões autónomos. As responsabilidades não cobertas nessa data, no montante de 111,8 milhões de euros, respeitam a i) 13,8 milhões de euros do Grupo Portucel Soporcel, ii) 6,2 milhões de euros do Grupo Secil e iii) 91,8 milhões de euros da Semapa.

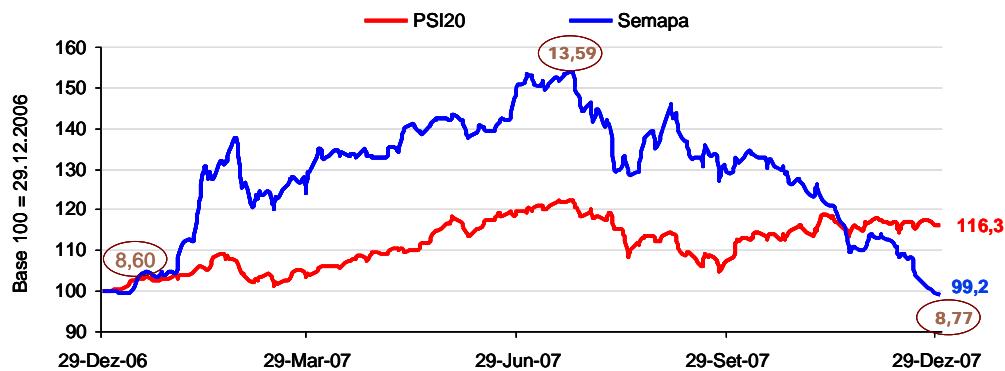
Adicionalmente, o Grupo Semapa apurou também responsabilidades com outros benefícios pós-emprego no total de 10,8 milhões de euros (2,5 milhões de euros do Grupo Portucel Soporcel e 8,3 milhões de euros do Grupo Secil).

6.4 Evolução da Performance Bolsista

O ano de 2007 caracterizou-se por alguma volatilidade nos mercados de capitais, em particular na segunda metade do ano. As principais bolsas europeias tiveram um desempenho misto, com alguns índices a registar ganhos expressivos, nomeadamente o índice da bolsa de Lisboa, o PSI20, que se valorizou cerca de 16%, e com outros índices a acumular perdas, caso do índice FTSE 30, que perdeu cerca de 4%.

Em 2007, o título da Semapa teve um desempenho bolsista bastante positivo até à crise que abalou os mercados financeiros em Agosto, acabando por encerrar o ano praticamente aos mesmos níveis registados no final de 2006 e ligeiramente abaixo da performance do PSI20, conforme pode ser observado no gráfico que a seguir se apresenta:

Evolução das Cotações - desde 29.12.2006 até 31.12.2007



Nota: cotações de fecho

Assim, constata-se que os títulos da Semapa registaram uma valorização de 51% no 1º semestre de 2007 e que, a partir de meados de Agosto até ao final de 2007, o título acumulou uma perda de cerca de 23%. No ano de 2007, a cotação acabou por desvalorizar cerca de 0,79%.

A cotação de fecho diária do título Semapa variou entre o mínimo de 8,77 euros e o máximo de 13,59 euros. O volume médio diário, no período em referência, situou-se nos 280.902 títulos.

Na sessão após a divulgação dos resultados referentes ao exercício de 2006, ocorrida no dia 2 de Março de 2007, registou-se um ajustamento da cotação do título tendo a cotação diminuído em 4,8% face à sessão anterior.

Aquando do pagamento de dividendos relativos ao exercício de 2007, não se registou ajustamento relevante na cotação do título Semapa.

6.5 Dividendos

No que se refere à distribuição de dividendos, a sociedade tem seguido a política de distribuir um montante tal que não seja necessário recorrer a endividamento adicional significativo e que não ponha em causa a sua solidez financeira. Procura-se manter, por um lado, uma estrutura financeira compatível com o crescimento sustentado do Grupo e diversas áreas de negócio, e por outro, indicadores sólidos de solvabilidade. Deste modo:

- No dia 13 de Abril de 2007, a Semapa pagou dividendos relativos ao exercício de 2006 no valor global de 27.216.463 euros, correspondentes a 0,23 euros por acção em circulação.
- Na Assembleia Geral da Secil foi aprovada a distribuição de um dividendo de 0,38 euros por acção relativo ao exercício de 2006, o qual foi pago a 4 de Abril, no montante total de 19.008.907 euros.
- Em Outubro de 2007, a Secil pagou um dividendo antecipado, no valor total de 19.509.141,60 euros correspondente a 0,39 euros por acção.
- Na Assembleia Geral da Portucel, foi deliberada a distribuição de um dividendo de 0,79 euros por acção relativo ao exercício de 2006, no montante total de 60.627.721 euros, tendo sido pago em 13 de Abril.
- Em Dezembro de 2007, a Portucel pagou um dividendo antecipado no valor total de 53.720.765,00 euros, correspondente a 0,070 euros por acção.

6.6 Resultado Líquido de 2007

O Resultado Líquido Consolidado da Semapa durante exercício de 2007, antes de interesses minoritários foi de **161,5 milhões de euros**, dos quais são atribuíveis aos accionistas da Semapa **122,0 milhões de euros**.

7 Perspectivas para 2008

O ano de 2008 será marcado por uma grande incerteza quanto ao impacto que a crise que assola actualmente os mercados financeiros terá na economia dos principais mercados do Grupo Semapa.

É expectável que a economia norte-americana continue o processo de acentuado arrefecimento que tem registado desde 2006, existindo mesmo a possibilidade de entrar em recessão durante o corrente ano. Espera-se igualmente que a economia europeia sofra um abrandamento, mantendo contudo um crescimento económico positivo. Como consequência, a economia global deverá desacelerar também em 2008, esperando-se contudo que as economias emergentes mantenham alguma pujança.

Quanto a perspectiva para 2008 da Semapa SGPS fora do âmbito da actividade das participadas, nada de novo há a registar, embora seja de deixar duas notas.

Em primeiro lugar nota-se que, embora não seja de prever impacto relevante, seja positivo ou negativo, não está ainda definitivamente fechado o sistema de ajustamento de preço da venda da participação minoritária da Secil à CRH, actuais sócios Irlandeses, nos termos dos usuais mecanismos contratuais então acordados. Admitimos que seja possível encerrar este assunto durante o exercício de 2008.

Em segundo lugar, tem já julgamento marcado para Maio de 2008 a acção judicial que a Semapa, através da sua subsidiária Semapa Inversiones SL, mantém contra diversas sociedades dos Grupos Teixeira Duarte, BCP e Lafarge, relativa à violação da obrigação de lançamento de uma OPA obrigatória sobre acções da Cimpor.

As perspectivas para 2008 estão no entanto em grande medida dependentes da evolução da actividade das principais participadas. Assim:

GRUPO PORTUCEL SOPORCEL

No contexto macro-económico já referido, perspectiva-se uma evolução ligeiramente positiva no nível de procura de papéis finos não revestidos na Europa, principal mercado para os produtos do Grupo. Este desenvolvimento da procura, associado ao processo de reestruturação encetado por algumas empresas concorrentes, traduzido, nomeadamente, em alguma redução da capacidade instalada, deverá permitir a manutenção de bons níveis nas taxas de ocupação da indústria europeia.

Por seu lado, a procura de pasta de eucalipto deverá manter-se forte durante o ano de 2008, sustentada na continuação de um elevado ritmo de crescimento do mercado chinês, assim como no crescimento do consumo de papel *tissue* e numa maior utilização de fibra virgem no seu processo de fabrico.

No entanto, a debilidade e risco de nova depreciação do dólar face ao euro constituem uma ameaça que poderá afectar negativamente os preços de venda de pasta e de parte das vendas de papel, assim como aumentar a concorrência no mercado europeu, quer por parte de produtores localizados em zonas de influência dominante da divisa norte-americana, quer por repatriação de exportações europeias.

O elevado custo da madeira representa um factor de grande preocupação, que poderá ter um impacto negativo nos resultados anuais do Grupo, não se prevendo que a situação difícil que se vive neste mercado venha a ter uma evolução favorável no curto prazo.

Também a conjuntura vigente no mercado dos principais produtos químicos consumidos pelo Grupo deverá, previsivelmente, traduzir-se num aumento dos custos de exploração.

Neste difícil contexto, o Grupo continuará a pautar a sua actividade pela exigente procura de melhorias de eficiência operacional, de forma a continuar a manter intacta a sua capacidade competitiva nos exigentes mercados internacionais em que a sua presença se tem vindo a afirmar ano após ano.

O Grupo prosseguirá em 2008 uma fase de fortes investimentos, com particular destaque para a nova fábrica de papel que está a instalar no seu complexo industrial de Setúbal, projectando o Grupo para um novo patamar no conjunto dos maiores produtores mundiais de papéis não revestidos de impressão e escrita.

A nova Directiva das energias renováveis. Um sério desafio para o futuro

No final de 2007 ficou ultimada a Directiva do Conselho sobre energia renovável – que viria a ser anunciada nos primeiros dias de 2008 (23 de Janeiro) – e que constitui um enorme desafio colocado a todos os países membros da União Europeia, em geral, e uma séria ameaça à indústria papeleira europeia, em particular.

Essa Directiva – que fixa em 20% o nível da energia renovável consumida na União em 2020 – embora admita finalmente a existência de consumos conflituais e concorrentes para a biomassa florestal disponível, não acautela em nenhum momento a hierarquização dos usos de maior valor acrescentado (como é o caso da indústria papeleira) versus os usos exclusivamente energéticos de valor acrescentado bem menor.

Pairá pois sobre a indústria papeleira a ameaça de uma concorrência verdadeiramente desleal de usos e práticas não sustentáveis, num momento em que este sector industrial está irreversivelmente comprometido com a Sociedade em relação à sustentabilidade do uso das suas matérias-primas florestais.

O ano de 2008 e seguintes ficam pois dependentes dos melhoramentos que o Parlamento Europeu possa introduzir na versão final da directiva, em matérias como o comércio de “certificados verdes” (GOO-guarantees of origin), como a promoção da co-geração a partir da biomassa, como as prioridades e regras de acesso à rede de distribuição de energia e, especialmente, como os critérios e exigências de sustentabilidade do uso energético das matérias primas lenhosas.

Para responder a todos estes desafios, particularmente ao último, a indústria papeleira, juntamente com todas as partes interessadas (especialmente as autoridades públicas) tem de ter condições para melhorar e incrementar a disponibilidade física da madeira, nomeadamente através de políticas florestais

ambientalmente criativas, socialmente justas e economicamente consequentes. Em Portugal, é sabido, esta matéria é crucial para o futuro da fileira silvo-industrial do eucalipto.

GRUPO SECIL

Em **Portugal** no segmento de **cimento e clínquer**, perspectiva-se para 2008 uma evolução moderadamente positiva atendendo à conjuntura do sector. A Secil estima manter a sua posição no mercado interno, prosseguir com o aumento das exportações e melhorar a performance através da racionalização dos custos de produção e de distribuição. Nos restantes segmentos de negócio, antevê-se o seguinte:

- **betão-pronto e argamassas:** evolução do mercado em linha com as perspectivas gerais do sector da construção que apontam para uma melhoria moderada.
- **Pré-fabricação em betão:** perspectiva-se ainda um ano adverso para as empresas que actuam neste mercado dado não ser ainda expectável uma melhoria da procura dos produtos prefabricados.
- **Inertes:** ligeiro crescimento, com o alargamento da intervenção do departamento de desmonte ao mercado do Norte e a entrada no negócio do tratamento e comercialização de resíduos da construção.
- **Argamassas:** evolução em sintonia com as perspectivas gerais do sector da construção que apontam para uma melhoria muito moderada.

Na **Tunísia** estima-se uma evolução do consumo de cimento em linha com o verificado em 2007; a **Société des Ciments de Gabès** espera melhorar a sua performance fabril e comercial. Permanece, no entanto, uma incerteza quanto à posição do Governo Tunisino no que respeita à liberalização dos preços. No segmento do betão-pronto, antevê-se uma evolução positiva essencialmente devido ao efeito de penetração.

No **Líbano**, no segmento de cimento, o mercado poderá crescer caso exista estabilidade política, após a realização das eleições presidenciais. Neste contexto espera-se que a **Sibline** possa aumentar as vendas e melhorar a performance, tendo em consideração a procura de cimento associada às obras de reconstrução e aos grandes projectos de infra-estrutura. No segmento de betão pronto, espera-se um crescimento do mercado em consonância com o mercado do cimento.

Em **Angola**, as perspectivas de evolução do mercado de cimento permanecem favoráveis, quer ao nível do país quer ao nível da região Sul, mercado natural da **Secil-Lobito**, dadas as expectativas existentes quanto à continuação de um vasto conjunto de obras no âmbito do processo de reconstrução nacional. A aprovação pelo Governo Angolano da nova linha de produção referida anteriormente, permitirá consolidar a estratégia de expansão do Grupo Secil nesta região.

Por último, em **Cabo Verde**: no segmento do cimento, estima-se que o sector da construção tenha uma evolução moderadamente positiva em 2008, com o arranque de algumas obras públicas importantes, pelo que a **Secil-Cabo Verde** tem como objectivo consolidar e aumentar a sua quota de mercado. No segmento dos inertes e pré-fabricados em betão, espera-se igualmente uma evolução positiva, sendo objectivo da **ICV – Inertes de Cabo Verde** posicionar-se como fornecedora privilegiada das empresas de construção. No entanto, o excesso de oferta de inertes e as importações vão continuar a condicionar a rentabilidade da empresa.

Acontecimentos Subsequentes

- No decurso do mês de Janeiro do ano corrente, a Semapa SGPS reforçou em 0,20% a sua participação na subsidiária Portucel, através da aquisição em bolsa de 1,5 milhões de acções.
- Aquisição de 2.434.368 acções próprias pelo Grupo Portucel Soporcel, representativas de 0,317% do capital social da Portucel SA.
- No decurso do mês de Janeiro do ano corrente, a participada Secil tomou conhecimento da decisão judicial definitiva, a qual lhe foi favorável, relativa ao Incentivo Fiscal à Internacionalização, previsto no Decreto-Lei 401/99 de 14 de Outubro, ao qual se candidatara no âmbito da aquisição da Société des Ciments de Gabes, no exercício de 2000. Esta candidatura havia sido recusada pela Administração Fiscal apesar do parecer favorável do ICEP. Em virtude da referida decisão, a participada reconheceu nas contas do exercício de 2007 um crédito sobre o Estado Português, no montante de Euros 5.985.575 respeitante a este benefício.
- Também em Janeiro de 2008 foi retomada a co-incineração de resíduos industriais perigosos na Fábrica da Secil no Outão, na sequência de um acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de 14 de Janeiro que revogou a anterior decisão decretada no âmbito dessa providência cautelar.

8 Referências Finais

O ano de 2007 representou para a Semapa mais um ano de crescimento e de consolidação da Empresa e do Grupo, um dos maiores grupos de raiz industrial portugueses.

Para o resultado obtido muito contribuíram e, por isso, aqui deixamos expressos os nossos agradecimentos:

- Aos nossos Colaboradores, cujo esforço e dedicação tornou possível o desenvolvimento de uma das mais dinâmicas Empresas/ Grupo portugueses;
- O apoio e compreensão dos nossos Clientes e Fornecedores, assumindo-se como parceiros do nosso projecto;
- A cooperação das Instituições Financeiras, das Autoridades de Regulação e de Fiscalização;
- A colaboração do Conselho Fiscal e da Mesa da Assembleia Geral; e
- Aos nossos Accionistas que continuadamente nos têm acompanhado e cuja confiança acreditamos que continuaremos a merecer.

9 Proposta de Aplicação de Resultados

- Considerando que a Empresa deve manter uma estrutura financeira compatível com o crescimento sustentado do Grupo que tutela nas diversas Áreas de Negócio onde opera, e
- Considerando que a independência da Empresa perante o sistema financeiro passa pela preservação no curto, médio e longo prazos de níveis de endividamento consolidados que permitam a manutenção de indicadores sólidos de solvabilidade,

Propõe-se a aplicação dos Resultados Líquidos do exercício individual, apurados segundo o normativo POC, no montante de 121.950.560,81 euros (cento e vinte e um milhões, novecentos e cinquenta mil, quinhentos e sessenta euros e oitenta e um cêntimos) conforme segue:

Dividendos às acções em circulação (25,5 cêntimos/ acção)	29.481.173,48 euros
Reservas Livres	35.181.477,69 euros
Resultados Transitados	57.287.909,64 euros

Lisboa, 25 de Fevereiro de 2008

O Conselho de Administração

Pedro Mendonça de Queiroz Pereira
Presidente

Maria Maude Mendonça de Queiroz Pereira Lagos
Vogal

Carlos Eduardo Coelho Alves
Vogal

José Alfredo de Almeida Honório
Vogal

Francisco José de Melo e Castro Guedes
Vogal

Carlos Maria Cunha Horta e Costa
Vogal

José Miguel Pereira Gens Paredes
Vogal

Paulo Miguel Garcês Ventura
Vogal

Rita Maria Lagos do Amaral Cabral
Vogal

António da Nóbrega de Sousa da Câmara
Vogal

António Paiva de Andrade Reis
Vogal

Fernando Maria Costa Duarte Ulrich
Vogal

Joaquim Martins Ferreira do Amaral
Vogal



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS

EXERCÍCIO DE 2007

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

Valores em Euros	Notas	2007	2006*	2006**
Réditos				
Vendas	4	1.404.209.668	1.294.142.455	1.506.711.135
Prestação de Serviços	4	31.165.056	24.764.314	40.324.241
Outros proveitos				
Ganhos na alienação de activos não correntes	5	30.995.869	16.803.462	22.763.684
Outros ganhos operacionais	5	24.116.259	60.254.834	103.032.797
Variações de Justo valor nos activos biológicos	19	(370.699)	(12.943.423)	(12.943.423)
Gastos e perdas				
Inventários consumidos e vendidos	6	(498.271.500)	(417.637.678)	(475.090.535)
Variação da produção	6	3.717.334	(1.932.295)	(2.409.080)
Materiais e serviços consumidos	6	(381.224.931)	(381.216.416)	(461.695.890)
Gastos com o pessoal	6	(166.503.477)	(158.579.300)	(189.973.887)
Outros gastos e perdas	6	(15.166.747)	(50.491.887)	(87.107.345)
Provisões líquidas	6	(12.545.957)	(27.897.739)	(29.927.467)
Depreciações, amortizações e perdas por imparidade	8	(116.830.240)	(121.042.577)	(138.003.094)
Resultados operacionais		303.290.635	224.223.750	275.681.136
Apropriação de resultados em empresas associadas	9	611.427	1.268.934	2.488.107
Resultados financeiros líquidos	10	(58.574.635)	(47.194.035)	(50.964.237)
Resultados antes de impostos		245.327.427	178.298.649	227.205.006
Imposto sobre o rendimento	11	(83.843.941)	(51.713.457)	(62.898.078)
Resultado líquido do exercício		161.483.486	126.585.192	164.306.928
Lucros retidos do exercício				
Atribuível aos accionistas da Semapá		121.950.561	91.399.271	91.399.271
Atribuível a interesses minoritários	13	39.532.925	35.185.921	72.907.657
Resultados por acção				
Resultados básicos por acção, Eur	12	1,067	0,791	0,791
Resultados diluídos por acção, Eur	12	1,067	0,791	0,791

* Contas pro-forma com participação Secil consolidada pelo método proporcional

** Conforme reportado ao mercado nas contas do exercício de 2006

BALANÇO CONSOLIDADO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

Valores em Euros	Notas	31-12-2007	31-12-2006*	31-12-2006**
ACTIVO				
Activos não correntes				
Goodwill	15	285.675.118	280.185.705	334.524.956
Outros activos intangíveis	16	152.963.362	160.717.430	168.997.827
Terrenos, edifícios e equipamentos	17	1.621.494.019	1.631.186.509	1.852.260.296
Propriedades de investimento	18	177.434	185.593	363.907
Activos biológicos	19	122.924.753	123.295.452	123.295.452
Investimentos em associadas	20	1.878.882	21.396.746	41.455.988
Activos disponíveis para venda	21	1.427.137	78.763.132	79.230.810
Activos por impostos diferidos	28	33.704.431	54.407.280	66.187.428
Outros activos não correntes		1.232.046	1.802.212	3.533.748
		2.221.477.182	2.351.940.059	2.669.850.412
Activos correntes				
Existências	23	177.434.516	144.926.850	171.224.461
Valores a receber correntes	24	375.324.637	304.265.715	354.023.377
Estado	25	44.160.535	31.365.807	34.650.137
Caixa e seus equivalentes	31	438.742.899	287.607.139	306.130.212
		1.035.662.587	768.165.511	866.028.187
Activo total		3.257.139.769	3.120.105.570	3.535.878.599
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Capital e reservas				
Capital social	26	118.332.445	118.332.445	118.332.445
Acções próprias	26	(47.164.986)	(10.399.412)	(10.399.412)
Prémios de emissão de acções		3.923.459	3.923.459	3.923.459
Reservas de conversão cambial	27	(14.378.266)	(9.359.315)	(9.359.315)
Reservas de justo valor	27	4.755.757	22.532.476	22.532.476
Outras Reservas	27	614.568.727	550.385.918	550.385.918
Lucros retidos	27	(56.162.674)	(29.812.510)	(29.812.510)
Lucros retidos do exercício		121.950.561	91.399.271	91.399.271
Capital Próprio atribuível ao Grupo		745.825.023	737.002.332	737.002.332
Interessados minoritários	13	304.873.080	313.767.641	525.275.087
Capital Próprio total		1.050.698.103	1.050.769.973	1.262.277.419
Passivos não correntes				
Passivos por impostos diferidos	28	272.965.603	277.334.301	313.834.584
Pensões e outros benefícios pós-emprego	29	122.608.285	134.939.566	151.214.038
Provisões	30	46.454.921	32.927.995	37.105.479
Passivos remunerados	31	1.208.813.406	1.259.330.756	1.324.378.845
Outros passivos		21.698.842	22.787.609	23.879.161
		1.672.541.057	1.727.320.227	1.850.412.107
Passivos correntes				
Passivos remunerados	31	117.794.597	46.764.046	67.837.778
Valores a pagar correntes	32	316.026.889	241.069.259	288.271.418
Estado	25	100.079.123	54.182.065	67.079.877
		533.900.609	342.015.370	423.189.073
Passivo total		2.206.441.666	2.069.335.597	2.273.601.180
Capital Próprio e passivo total		3.257.139.769	3.120.105.570	3.535.878.599

* Contas pro-forma com participação Secil consolidada pelo método proporcional

** Conforme reportado ao mercado nas contas do exercício de 2006

DEMONSTRAÇÃO DE RENDIMENTOS E GASTOS CONSOLIDADOS RECONHECIDOS NO PERÍODO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

Valores em Euros	31-12-2007	31-12-2006*	31-12-2006**
Lucros retidos do exercício antes de interesses minoritários	161.483.486	126.585.192	164.306.928
Justo valor de instrumentos financeiros derivados	3.086.462	9.542.506	9.542.506
Justo valor de investimentos financeiros disponíveis para venda (Nota 27)	(18.092.125)	17.616.685	16.893.140
Diferenças de conversão cambial	(7.865.139)	(5.648.439)	(11.191.019)
Ganhos e (Perdas) Actuariais	12.406.135	1.920.706	308.517
Impostos sobre os itens supra quando aplicável	(5.251.363)	(2.248.090)	(1.890.708)
Rendimento reconhecido directamente no capital próprio	(15.716.030)	21.183.368	13.662.436
Total dos Rendimentos e gastos reconhecidos no exercício	145.767.456	147.768.560	177.969.364
Atribuível a:			
Accionistas da Semapa	105.373.832	110.464.409	110.464.409
Interesses minoritários	40.393.624	37.304.151	67.504.955
	145.767.456	147.768.560	177.969.364

* Contas pro-forma com participação Secil consolidada pelo método proporcional

** Conforme reportado ao mercado nas contas do exercício de 2006

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS CONSOLIDADOS

DE 1 DE JANEIRO DE 2006 A 31 DE DEZEMBRO DE 2007

	Capital Social	Acções Próprias	Prémios de emissão	Reservas de justo valor	Outras Reservas	Reservas de conversão cambial	Lucros retidos	Lucros retidos período	Total	Interesses minoritários	Total	NOTAS
Capital próprio em 1 de Janeiro de 2006	118.332.445	(10.399.412)	3.923.459	58.609	270.268.242	(3.671.963)	(11.044.472)	334.026.873	701.493.781	542.403.235	1.243.897.016	
Transposição das demonstrações financeiras das empresas participadas estrangeiras	-	-	-	-	-	(5.687.352)	-	-	(5.687.352)	(6.385.881)	(12.073.233)	
Aplicação do resultado líquido do exercício 2005:												
- Transferência para reservas	-	-	-	-	280.117.676	-	4.209.570	(284.327.246)	-	-	-	
- Dividendos pagos	-	-	-	-	-	-	-	(49.699.627)	(49.699.627)	-	(49.699.627)	
Alterações de perímetro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(52.321.808)	(52.321.808)	13
Dividendos pagos pelas subsidiárias aos minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(31.478.685)	(31.478.685)	13
Ganhos e perdas actuariais em CP's*	-	-	-	-	-	-	2.276.775	-	2.276.775	(1.325.868)	950.907	29
Justo valor de activos financeiros disponíveis para venda*	-	-	-	17.616.685	-	-	-	-	17.616.685	(723.545)	16.893.140	27
Justo valor de instrumentos financeiros*	-	-	-	4.857.182	-	-	-	-	4.857.182	2.135.781	6.992.963	27
Diferenças de aquisição a interesses minoritários	-	-	-	-	-	-	(26.525.335)	-	(26.525.335)	-	(26.525.335)	27
Dividendos distribuídos à subsidiária Seminv, SGPS, SA	-	-	-	-	-	-	1.145.750	-	1.145.750	-	1.145.750	
Outros movimentos	-	-	-	-	-	-	125.202	-	125.202	64.201	189.403	
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	91.399.271	91.399.271	72.907.657	164.306.928	
Capital próprio em 31 de Dezembro de 2006	118.332.445	(10.399.412)	3.923.459	22.532.476	550.385.918	(9.359.315)	(29.812.510)	91.399.271	737.002.332	525.275.087	1.262.277.419	
Transposição das demonstrações financeiras das empresas participadas estrangeiras	-	-	-	-	-	(5.018.951)	-	-	(5.018.951)	(2.846.188)	(7.865.139)	
Aplicação do resultado líquido do exercício 2006:												
- Transferência para reservas	-	-	-	-	64.182.809	-	-	(64.182.809)	-	-	-	
- Dividendos pagos	-	-	-	-	-	-	-	(27.216.462)	(27.216.462)	-	(27.216.462)	14
Aquisição de Acções Próprias	-	(36.765.574)	-	-	-	-	-	-	(36.765.574)	-	(36.765.574)	26
Alterações de perímetro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(18.355.769)	(18.355.769)	35
Alteração do método de consolidação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(211.507.450)	(211.507.450)	1.2
Dividendos pagos pelas subsidiárias aos minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(30.929.289)	(30.929.289)	13
Ganhos e perdas actuariais em CP's*	-	-	-	-	-	-	4.937.198	-	4.937.198	3.035.487	7.972.685	29
Justo valor de activos financeiros disponíveis para venda*	-	-	-	(18.092.125)	-	-	-	-	(18.092.125)	-	(18.092.125)	27
Justo valor de instrumentos financeiros*	-	-	-	1.597.148	-	-	-	-	1.597.148	671.402	2.268.550	27
Reserva de Revalorização resultante da aquisição de controlo*	-	-	-	(1.281.742)	-	-	-	-	(1.281.742)	-	(1.281.742)	27
Diferenças de aquisição a interesses minoritários	-	-	-	-	-	-	(31.890.244)	-	(31.890.244)	-	(31.890.244)	27
Dividendos distribuídos à subsidiária Seminv, SGPS, SA	-	-	-	-	-	-	627.434	-	627.434	-	627.434	
Outros movimentos	-	-	-	-	-	-	(24.552)	-	(24.552)	(3.125)	(27.677)	
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	121.950.561	121.950.561	39.532.925	161.483.486	
Capital próprio em 31 de Dezembro de 2007	118.332.445	(47.164.986)	3.923.459	4.755.757	614.568.727	(14.378.266)	(56.162.674)	121.950.561	745.825.023	304.873.080	1.050.698.103	

* Montantes líquidos de impostos diferidos

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

Valores em Euros	Notas	31 de Dezembro de 2007			
		Cimento	Papel	Holding	Total
ACTIVIDADES OPERACIONAIS					
Recebimentos de clientes		334.886.941	1.147.635.205	-	1.482.522.146
Pagamentos a fornecedores		(201.778.796)	(666.796.750)	(2.295.722)	(870.871.268)
Pagamentos ao pessoal		(31.505.951)	(113.579.365)	(8.071.333)	(153.156.649)
Fluxos gerados pelas operações		101.602.194	367.259.090	(10.367.055)	458.494.229
(Pagamentos)/recebimentos do imposto sobre o rendimento		(265.013)	(12.279.477)	262.840	(12.281.650)
Outros (pagamentos)/recebimentos da actividade operacional		(31.853.228)	(42.427.479)	(3.198.224)	(77.478.931)
Fluxos das actividades operacionais (1)		69.483.953	312.552.134	(13.302.439)	368.733.648
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Recebimentos provenientes de:					
Investimentos financeiros		5.941.099	-	83.606.135	89.547.234
Imobilizações corpóreas		506.941	3.434.799	14.000	3.955.740
Juros e proveitos similares		896.301	14.848.478	221.655	15.966.434
Dividendos		553.191	-	128.317	681.508
		7.897.532	18.283.277	83.970.107	110.150.916
Pagamentos respeitantes a:					
Investimentos financeiros		(21.970.095)	(1.827.986)	(114.631.663)	(138.429.744)
Saldos de caixa e equivalentes por variação de perímetro		5.214.212	-	-	5.214.212
Imobilizações corpóreas		(20.631.555)	(56.532.905)	(185.708)	(77.350.168)
		(37.387.438)	(58.360.891)	(114.817.371)	(210.565.700)
Fluxos das actividades de investimento (2)		(29.489.906)	(40.077.614)	(30.847.264)	(100.414.784)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Recebimentos provenientes de:					
Empréstimos obtidos		83.466.832	32.101.544	694.649.499	810.217.875
Pagamentos respeitantes a:					
Empréstimos obtidos		(87.996.694)	(29.009.721)	(645.234.976)	(762.241.391)
Amortização de contratos de locação financeira		(163.693)	(329.261)	-	(492.954)
Juros e custos similares		(5.395.251)	(40.567.770)	(21.615.433)	(67.578.454)
Dividendos		-	(31.778.074)	(26.589.028)	(58.367.102)
Aquisição de acções próprias		-	-	(36.765.574)	(36.765.574)
		(93.555.638)	(101.684.826)	(730.205.011)	(925.445.475)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(10.088.806)	(69.583.282)	(35.555.512)	(115.227.600)
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (1)+(2)+(3)		29.905.241	202.891.238	(79.705.215)	153.091.264
EFEITO DAS DIFERENÇAS DE CÂMBIO		(1.955.504)	-	-	(1.955.504)
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO EXERCÍCIO		37.802.191	268.898.911	(570.890)	306.130.212
ALTERAÇÃO DO MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO		(18.523.073)	-	-	(18.523.073)
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO EXERCÍCIO	31	47.228.855	471.790.149	(80.276.105)	438.742.899

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO 2006

Valores em Euros	Notas	31 de Dezembro de 2006			
		Cimento	Papel	Holding	Total
ACTIVIDADES OPERACIONAIS					
Recebimentos de clientes		546.105.443	1.053.123.002	-	1.599.228.445
Pagamentos a fornecedores		(341.031.512)	(655.413.557)	(2.869.136)	(999.314.205)
Pagamentos ao pessoal		(50.092.479)	(103.997.306)	(20.767.100)	(174.856.885)
Fluxos gerados pelas operações		154.981.452	293.712.139	(23.636.236)	425.057.355
(Pagamentos)/recebimentos do imposto sobre o rendimento		4.323.052	3.939.352	327.687	8.590.091
Outros (pagamentos)/recebimentos da actividade operacional		(68.149.077)	46.959.696	(5.699.713)	(26.889.094)
Fluxos das actividades operacionais (1)		91.155.427	344.611.187	(29.008.262)	406.758.352
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Recebimentos provenientes de:					
Investimentos financeiros		29.843.293	-	8.774.217	38.617.510
Imobilizações corpóreas		2.764.227	3.255.574	-	6.019.801
Subsídios de investimento		71.982	-	-	71.982
Juros e proveitos similares		1.007.284	18.764.019	656.800	20.428.103
Dividendos		2.079.559	-	689.148	2.768.707
		35.766.345	22.019.593	10.120.165	67.906.103
Pagamentos respeitantes a:					
Investimentos financeiros		(1.932.964)	-	(77.452.159)	(79.385.123)
Saldos de caixa e equivalentes por variação de perímetro		1.091.916	-	-	1.091.916
Imobilizações corpóreas		(32.700.315)	(21.706.834)	(157.305)	(54.564.454)
		(33.541.363)	(21.706.834)	(77.609.464)	(132.857.661)
Fluxos das actividades de investimento (2)		2.224.982	312.759	(67.489.299)	(64.951.558)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Recebimentos provenientes de:					
Empréstimos obtidos		500.017.085	-	575.009.696	1.075.026.781
		500.017.085		575.009.696	1.075.026.781
Pagamentos respeitantes a:					
Empréstimos obtidos		(550.543.319)	(77.335.039)	(542.325.964)	(1.170.204.322)
Amortização de contratos de locação financeira		(458.053)	(474.441)	-	(932.494)
Juros e custos similares		(9.723.924)	(43.454.011)	(19.763.045)	(72.940.980)
Dividendos		(17.031.707)	(13.255.046)	(48.553.877)	(78.840.630)
		(577.757.003)	(134.518.537)	(610.642.886)	(1.322.918.426)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(77.739.918)	(134.518.537)	(35.633.190)	(247.891.645)
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (1)+(2)+(3)		15.640.491	210.405.409	(132.130.751)	93.915.149
efeito das diferenças de câmbio		(1.136.627)	-	-	(1.136.627)
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO EXERCÍCIO		42.523.563	89.521.261	81.306.866	213.351.690
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO EXERCÍCIO	31	57.027.427	299.926.670	(50.823.885)	306.130.212

ÍNDICE DAS NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1.	Resumo das principais políticas contabilísticas	9	3.4	Justo valor dos activos biológicos	21	
1.1	Bases de preparação	9	3.5	Risco de Crédito	21	
1.2	Alterações de métodos de consolidação e comparabilidade	9	4.	Relato por segmentos	22	
1.3	Bases de Consolidação	10	5.	Outros proveitos operacionais	23	
1.3.1	Subsidiárias	10	6.	Gastos e perdas	23	
1.3.2	Associadas	10	7.	Remuneração dos membros dos órgãos sociais	23	
1.3.3	Empreendimentos conjuntos	10	8.	Depreciações, amortizações e perdas por imparidade	24	
1.4	Relato por segmentos	11	9.	Apropriação de resultados em empresas associadas	24	
1.5	Conversão cambial	11	10.	Resultados financeiros Líquidos	24	
1.5.1	Moeda Funcional e de Relato	11	11.	Imposto sobre o rendimento	24	
1.5.2	Saldos e transacções expressos em moedas estrangeiras	11	12.	Resultados por acção	25	
1.5.3	Empresas do Grupo	11	13.	Interesses minoritários	26	
1.6	Activos intangíveis	12	14.	Aplicação do resultado do exercício anterior	26	
1.6.1	Direitos de emissão de CO2	12	15.	Goodwill	26	
1.6.2	Marcas	12	16.	Outros activos intangíveis	28	
1.7	Goodwill	12	17.	Terrenos, edifícios e outros equipamentos	29	
1.8	Terrenos, Edifícios e Equipamentos	12	18.	Propriedades de investimento	30	
1.9	Propriedades de investimento	12	19.	Activos biológicos	30	
1.10	Imparidade de activos não correntes	13	20.	Investimentos em associadas	30	
1.11	Activos biológicos	13	21.	Activos disponíveis para venda	30	
1.12	Investimentos financeiros	13	22.	Imparidades em activos não correntes e correntes	31	
Empréstimos concedidos e contas a receber			13	23.	Existências	31
Activos financeiros ao justo valor através de resultados			13	24.	Valores a receber correntes	31
Investimentos detidos até à maturidade			13	25.	Estado	32
Activos financeiros disponíveis para venda			14	26.	Capital social e acções próprias	32
1.13	Instrumentos financeiros derivados	14	27.	Reservas e Lucros retidos	33	
1.14	Imposto sobre o rendimento	14	28.	Impostos diferidos	34	
1.15	Existências	15	29.	Pensões e outros benefícios pós-emprego	37	
1.16	Valores a receber correntes	15	30.	Provisões	41	
1.17	Caixa e seus equivalentes	15	31.	Passivos remunerados	41	
1.18	Capital Social e Acções Próprias	15	32.	Valores a pagar correntes	42	
1.19	Passivos remunerados	15	33.	Instrumentos financeiros derivados	43	
1.20	Encargos financeiros com empréstimos	15	34.	Saldo s e transacções com partes relacionadas	43	
1.21	Provisões	16	35.	Alterações no perímetro de consolidação	44	
1.22	Pensões e outros benefícios pós-emprego	16	36.	Dispêndios em matérias ambientais	44	
1.22.1	Planos de pensões de benefícios definidos	16	37.	Custos suportados com auditoria e revisão legal de contas	45	
1.22.2	Outros benefícios pós emprego	16	38.	Número de pessoal	45	
1.22.3	Férias e subsídio de férias e prémios	17	39.	Compromissos	45	
1.23	Valores a pagar correntes	17	40.	Outros compromissos assumidos pelas empresas do Grupo	46	
1.24	Subsídios	17	41.	Activos contingentes	46	
1.25	Locações	17	42.	Cotações utilizadas	49	
Locações incluídas em contratos conforme IFRIC 4			17	43.	Processo de Reprivatização da subsidiária Portucel, SA	49
1.26	Distribuição de dividendos	18	44.	Eventos subsequentes	50	
1.27	Réido e especialização dos exercícios	18	45.	Empresas incluídas na consolidação	51	
1.28	Activos e passivos contingentes	18				
1.29	Eventos subsequentes	18				
1.30	Novas normas, alterações e interpretações a normas existentes	18				
2.	Gestão do Risco	18				
2.1	Factores do risco financeiro	18				
2.1.1	Risco cambial	19				
2.1.2	Risco de taxa de juro	19				
2.1.3	Risco de crédito	19				
2.1.4	Risco de liquidez	19				
2.2	Factores do risco operacional	19				
2.2.1	Abastecimento de matérias-primas da subsidiária Portucel	19				
2.2.2	Preço de mercado da pasta e do papel	20				
2.2.3	Procura de produtos - Portucel	20				
2.2.4	Sector da Construção	20				
2.2.5	Procura de produtos - Secil	20				
2.2.6	Concorrência	20				
2.2.7	Legislação ambiental	20				
2.2.8	Custos energéticos	21				
2.2.9	Necessidade de investimentos significativos em novas aquisições no futuro	21				
3.	Estimativas e julgamentos contabilísticos relevantes	21				
3.1	Imparidade do Goodwill	21				
3.2	Imposto sobre o Rendimento	21				
3.3	Pressupostos actuariais	21				

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
DE 2007

(Nas presentes notas, todos os montantes são apresentados em euros, salvo se indicado o contrário.)

O Grupo SEMAPA (Grupo) é constituído pela Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. (Semapa) e Subsidiárias. A Semapa foi constituída em 21 de Junho de 1991 e tem como objecto social a gestão de participações sociais noutras sociedades como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

Sede Social: Av. Fontes Pereira de Melo, 14, Lx
Capital Social: Euros 118.332.445
N.I.P.C.: 502 593 130

A Semapa lidera um Grupo Empresarial com actividades em dois ramos de negócio distintos: cimentos e derivados e pasta e papel, desenvolvidos, respectivamente, sob a égide da Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. e da Portucel – Empresa Produtora de Pasta e Papel, S.A., e respectivas subsidiárias.

Com a publicação do Decreto-Lei 143/2006, de 28 de Julho, o Estado definiu o modelo para a terceira fase de reprivatização da subsidiária Portucel, que consistiu na alienação de acções representativas até 25,72% do capital social da Empresa, o qual ocorreu através de uma Oferta Pública de Venda (OPV) realizada em 14 de Novembro de 2006, após o que a empresa ficou totalmente privatizada.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 25 de Fevereiro de 2008.

Os responsáveis da Empresa, isto é, os membros do Conselho de Administração que assinam o presente relatório, declararam que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nele constante foi elaborada em conformidade com as Normas Contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados das empresas incluídas no perímetro de consolidação do Grupo.

1. Resumo das principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras consolidadas estão descritas abaixo.

1.1 Bases de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro adoptadas pela União Europeia (IFRS – anteriormente designadas Normas Internacionais de Contabilidade – IAS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e Interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) ou pelo anterior Standing Interpretations Committee (SIC), em vigor à data da preparação das referidas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 45), e tomando por base o custo histórico, excepto para os instrumentos financeiros e activos biológicos que se encontram registados ao justo valor (Notas 33 e 19).

A preparação das demonstrações financeiras exige a utilização de estimativas e julgamentos relevantes na aplicação das políticas contabilísticas do Grupo. As principais asserções que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou os pressupostos e estimativas mais significativas para a preparação das referidas demonstrações financeiras, estão divulgados na Nota 3.

1.2 Alterações de métodos de consolidação e comparabilidade

A partir de 1 de Janeiro de 2007 a manutenção do Chief Executive Officer e do Chief Financial Officer nomeados pela Semapa na Secil deixou de ser imposta pelos acordos celebrados com a CRH – accionista minoritário - da Secil, pelo que a partir da referida data a participação financeira na Secil, de 51%, passou a ser consolidada pelo método proporcional, isto não obstante o acordo prever a manutenção por parte da Semapa do direito de nomear a maioria dos membros do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, bem como o Presidente do Conselho de Administração da sociedade.

A alteração do método de consolidação não produz qualquer impacto ao nível dos resultados líquidos ou dos capitais próprios consolidados da Semapa, excluindo interesses minoritários, ou da capacidade em distribuir dividendos.

Os comparativos apresentados nas presentes notas não sofreram qualquer alteração face aos oportunamente divulgados no exercício de 2006, ou seja, incluem a referida subsidiária consolidada pelo método integral, em conformidade com o preconizado no normativo IFRS, pelo que a comparabilidade se encontra afectada por este facto.

1.3 Bases de Consolidação

1.3.1 Subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem o poder de decisão sobre as políticas financeiras e operacionais, geralmente representado por mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito dos direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados quando se avalia se o Grupo detém o controlo sobre outra entidade.

O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondentes à participação de terceiros nas mesmas são apresentados nas rubricas de interesses minoritários, respectivamente, no balanço consolidado em linha própria no capital próprio e na demonstração de resultados consolidada. As empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas encontram-se detalhadas na Nota 46.

É utilizado o método de compra para contabilizar a aquisição de subsidiárias. O custo de uma aquisição é mensurado pelo justo valor dos bens entregues, dos instrumentos de capital emitidos e dos passivos incorridos, ou assumidos na data de aquisição, adicionados dos custos directamente atribuíveis à aquisição.

Os activos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial são mensurados inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses minoritários. O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da parcela do Grupo dos activos e passivos identificáveis adquiridos é registado como Goodwill que se encontra detalhado na nota 15.

As subsidiárias são consolidadas, pelo método integral, a partir da data em que o controlo é transferido para o Grupo.

Na aquisição de parcelas adicionais de capital em sociedades já controladas pelo Grupo, o diferencial apurado entre a percentagem de capitais adquiridos e o respectivo valor de aquisição é registado directamente em Capitais próprios na rubrica Lucros retidos (Nota 27).

Sempre que de um reforço de posição no capital social de uma empresa associada resulte a aquisição de controlo, passando esta a integrar as demonstrações financeiras consolidadas pelo método integral, a quota parte dos justos valores atribuídos aos activos e passivos, correspondente às percentagens anteriormente detidas, é registada numa rubrica de capital próprio, em Reservas de justo valor, sob a denominação de Reservas de revalorização resultantes da aquisição de controlo (Nota 27).

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da subsidiária adquirida (Goodwill negativo), a diferença é reconhecida directamente na Demonstração dos Resultados na rubrica Outros proveitos operacionais.

As transacções internas, saldos, ganhos não realizados em transacções e dividendos distribuídos entre empresas do grupo são eliminados. As perdas não realizadas são também eliminadas, excepto se a transacção revelar evidência de imparidade de um activo transferido.

As políticas contabilísticas das subsidiárias foram alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir consistência com as políticas adoptadas pelo Grupo.

1.3.2 Associadas

Associadas são todas as entidades sobre as quais o grupo exerce influência significativa mas não possui controlo, geralmente com investimentos representando entre 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em associadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do período, e pelos dividendos recebidos.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis da associada na data de aquisição, se positivas são reconhecidas como Goodwill e mantidas na rubrica Investimento em associadas. Se essas diferenças forem negativas são registadas como proveito do período na rubrica Apropriação de resultados em empresas associadas.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade sendo registadas como custo as perdas por imparidade que se demonstrem existir também naquela rubrica. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir são objecto de reversão à excepção do Goodwill.

Quando a participação do Grupo nas perdas da associada iguala ou ultrapassa o seu investimento nestas sociedades, o Grupo deixa de reconhecer perdas adicionais, excepto se tiver incorrido em responsabilidades ou efectuado pagamentos em nome destas.

Os ganhos não realizados em transacções com as associadas são eliminados na extensão da participação do Grupo nas mesmas. As perdas não realizadas são também eliminadas, excepto se a transacção revelar evidência de imparidade de um bem transferido.

As políticas contabilísticas de associadas foram alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir consistência com as políticas adoptadas pelo Grupo. Os investimentos em associadas encontram-se detalhados na Nota 20.

1.3.3

Empreendimentos conjuntos

Uma entidade conjuntamente controlada é um empreendimento conjunto que envolve o estabelecimento de uma sociedade, de uma parceria ou de outra entidade em que o Grupo tenha um interesse.

As entidades conjuntamente controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação proporcional sendo os activos, passivos e rendimentos e gastos das entidades conjuntamente controladas reconhecidos linha a linha nas demonstrações financeiras consolidadas.

1.4 Relato por segmentos

Segmento de negócio é um grupo de activos e operações do Grupo que estão sujeitos a riscos e retornos diferentes dos de outros segmentos de negócio.

Foram identificados dois segmentos de negócio: Pasta e Papel e Cimento e derivados.

Pasta e Papel

A Portucel – Empresa Produtora de Pasta e Papel, S.A. é a subsidiária, cuja participação maioritária foi adquirida em 2004, que lidera o Grupo Empresarial conexo à produção e comercialização, em Portugal, na Alemanha, Espanha, França, Itália, Grâ-Bretanha, Holanda, Áustria e Estados Unidos da América entre outros de menor relevância, de pastas celulósicas, papel e seus derivados ou afins, aquisição de madeiras, produção florestal e agrícola, corte das florestas da produção e comercialização de pasta e papel, actividades exercidas em Portugal essencialmente por si e pelas suas subsidiárias Soporcel – Sociedade Portuguesa de Papel, S.A. e Portucel Florestal, S.A., entre outras.

Cimento e derivados

A Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. é a sociedade que lidera o Grupo Empresarial dos cimentos e derivados e exerce a sua actividade em Portugal, Tunísia, Espanha, Angola, Holanda, França, Líbano e Cabo Verde, destacando-se a produção de cimento, através das suas subsidiárias, nas fábricas de Maceira, Pataias, Outão, Gabés (Tunísia), Lobito (Angola) e Beirute (Líbano) e a produção e comercialização de betão, inertes pré fabricados e exploração de pedreiras, através das suas subsidiárias, cujas participações se encontram, essencialmente, concentradas na Sub-Holding Secil Betões e Inertes, SGPS, S.A..

Segmento geográfico é uma área individualizada comprometida em fornecer produtos ou serviços num ambiente económico particular e que está sujeito a riscos e benefícios diferentes daqueles dos segmentos que operam em outros ambientes económicos. O segmento geográfico é definido com base no país de destino dos bens e serviços vendidos pelo Grupo.

As políticas contabilísticas do relato por segmentos são as utilizadas consistentemente no Grupo. Todos os créditos intersegmentais são a preços de mercado e todos os débitos intersegmentais são eliminados na consolidação. A informação relativa aos segmentos identificados encontra-se apresentada na Nota 4.

1.5 Conversão cambial

1.5.1 Moeda Funcional e de Relato

Os elementos incluídos nas Demonstrações Financeiras de cada uma das entidades do Grupo são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que a entidade opera (moeda funcional). As Demonstrações Financeiras consolidadas são apresentadas em Euros, sendo esta a moeda funcional e de relato do Grupo.

1.5.2 Saldos e transacções expressos em moedas estrangeiras

Todos os activos e passivos do Grupo expressos em moedas estrangeiras foram convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data do balanço.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, foram registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados consolidados do exercício.

1.5.3 Empresas do Grupo

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo que possuam uma moeda funcional diferente da sua moeda de relato são convertidas para a moeda de relato como segue:

- (i) Os activos e passivos de cada Balanço são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data das Demonstrações Financeiras;

As diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como componente separada no Capital Próprio, na rubrica reservas de conversão cambial.

- (ii) Os rendimentos e os gastos de cada Demonstração de Resultados são convertidos pela taxa de câmbio média do período de reporte, a não ser que a taxa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas em vigor nas datas das transacções, sendo neste caso os rendimentos e os gastos convertidos pelas taxas de câmbio em vigor nas datas das transacções.

1.6 Activos intangíveis

Os activos intangíveis, com excepção dos direitos de emissão de CO₂, encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de amortizações e perdas por imparidade, pelo método das quotas constantes durante um período que varia entre 3 e 5 anos.

1.6.1 Direitos de emissão de CO₂

As Licenças de emissão de CO₂ atribuídas ao Grupo no âmbito do Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão de CO₂, a título gratuito, são registadas na rubrica Activos Intangíveis pelo valor de mercado na data de atribuição por contrapartida de um passivo, na rubrica Proveitos diferidos - Subsídios a reconhecer, de igual montante.

Pelas emissões de CO₂ efectuadas pelo Grupo é registado um custo operacional por contrapartida de um passivo e de proveito operacional em resultado do reconhecimento da quota parte do subsídio correspondente. As vendas de direitos de emissão darão origem a um ganho ou perda apurada entre o valor de realização e o respectivo custo de aquisição, deduzido do correspondente subsídio do Estado, o qual é registado em Outros rendimentos e ganhos operacionais ou Outros gastos e perdas respectivamente.

1.6.2 Marcas

Sempre que numa concentração de actividades empresariais sejam identificadas marcas, o Grupo procede ao seu reconhecimento em separado nas demonstrações financeiras consolidadas como um activo mensurado ao custo histórico, o qual corresponde ao justo valor na data da aquisição.

Na mensuração subsequente as marcas encontram-se reflectidas nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo pelo seu custo deduzido de perdas por imparidade.

1.7 Goodwill

O Goodwill representa o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis das subsidiárias na data de aquisição.

O Goodwill não é amortizado e encontra-se sujeito a testes por imparidade, numa base mínima anual. As perdas por imparidade relativas a Goodwill não podem ser revertidas. Ganhos ou perdas decorrentes da venda de uma entidade incluem o valor do Goodwill correspondente.

1.8 Terrenos, Edifícios e Equipamentos

Os terrenos, edifícios e equipamentos adquiridos até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registados ao custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

No que respeita às sociedades CMP, Société des Ciments de Gabés (SCG), Portucel e Soporcet, o custo das imobilizações corpóreas na data de aquisição destas sociedades foi determinado com base em avaliações efectuadas por entidades independentes.

Os activos fixos tangíveis adquiridos posteriormente à data de transição são apresentados ao custo de aquisição deduzido de depreciações e perdas por imparidade. O custo de aquisição inclui todos os dispêndios directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes são incluídos no custo de aquisição do bem ou reconhecidos como activos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a empresa e o respectivo custo possa ser mensurado com fiabilidade. Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.

As amortizações são calculadas sobre o custo de aquisição, sendo utilizado o método das quotas constantes por duodécimos, a partir da data de entrada em funcionamento dos bens, utilizando-se as taxas que melhor reflectem a sua vida útil estimada, como segue:

Anos médios de vida útil	
	Terrenos de exploração
14	Edifícios e outras construções
12 – 30	Equipamentos:
6 – 25	Equipamento básico
4 - 9	Equipamento de transporte
2 - 8	Ferramentas e utensílios
4 - 8	Equipamento administrativo
6	Taras e vasilhames
4 - 10	Outras imobilizações corpóreas

Os valores residuais dos activos e as respectivas vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário, na data do balanço. Se a quantia escriturada é superior ao valor recuperável do activo, procede-se ao seu reajustamento para o valor recuperável estimado mediante o registo de perdas por imparidade (Nota 1.10).

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações deduzido dos custos de transacção e a quantia escriturada do activo, e são reconhecidos na demonstração dos resultados, como outros proveitos ou outros custos operacionais.

1.9 Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são valorizadas ao custo de aquisição líquido de amortizações e perdas por imparidade sendo que, para as adquiridas até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), o custo de aquisição corresponde ao custo de aquisição histórico ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data.

1.10 Imparidade de activos não correntes

Os activos não correntes que não têm uma vida útil definida, não estão sujeitos a amortização, mas são objecto de testes de imparidade anuais. Os activos sujeitos a amortização são revistos quanto à imparidade sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável.

Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia escriturada do activo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um activo, deduzidos os gastos para venda, e o seu valor de uso. Para realização de testes por imparidade, os activos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente fluxos de caixa (unidades geradoras de fluxos de caixa a que pertence o activo), quando não seja possível fazê-lo individualmente, para cada activo.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram (com excepção das perdas por imparidade do Goodwill – ver Nota 1.7).

A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como Outros proveitos operacionais, a não ser que o activo tenha sido reavaliado, situação em que a reversão corresponderá a um acréscimo da reavaliação. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registada em períodos anteriores.

1.11 Activos biológicos

Os activos biológicos são mensurados ao justo valor, deduzido dos custos estimados de venda no momento da colheita. Os activos biológicos do Grupo correspondem às florestas detidas para produção de madeira.

Na determinação do justo valor das florestas foi utilizado o método do valor presente de fluxos de caixa descontados, os quais foram apurados através de um modelo desenvolvido internamente, no qual foram considerados pressupostos correspondentes à natureza dos activos em avaliação, nomeadamente, a produtividade das florestas, o preço de venda da madeira deduzido do custo de corte, rechega e transporte, os custos de plantação e manutenção e a taxa de desconto.

A taxa de desconto utilizada corresponde a uma taxa de mercado, determinada tendo em consideração a rentabilidade que o Grupo espera obter dos activos florestais e o risco associado aos mesmos.

As alterações ao justo valor resultantes de alterações de estimativas de crescimento, período de corte, preço, custo e outras premissas são reconhecidas em

Variações de justo valor dos activos biológicos na demonstração dos resultados.

No momento do corte, a madeira é valorizada pelo justo valor deduzido dos custos estimados no ponto de venda.

1.12 Investimentos financeiros

O Grupo classifica os seus investimentos nas seguintes categorias: activos financeiros ao justo valor através de resultados, empréstimos concedidos e contas a receber, investimentos detidos até à maturidade e activos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende do objectivo de aquisição do investimento. Os gestores determinam a classificação no momento de reconhecimento inicial dos investimentos e reavaliam essa classificação em cada data de relato.

Todas as aquisições e alienações destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, sendo o justo valor equivalente ao preço pago, incluindo despesas de transacção. A mensuração subsequente depende da categoria em que o investimento se insere, como segue:

Empréstimos concedidos e contas a receber

Os empréstimos concedidos e contas a receber são activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados num mercado activo. São originados quando o Grupo fornece dinheiro, bens ou serviços directamente a um devedor, sem intenção de negociar a dívida.

São incluídos nos activos correntes, excepto quanto a maturidades superiores a 12 meses após a data do Balanço, sendo nesse caso classificados como activos não correntes.

Os empréstimos concedidos e contas a receber são incluídos no balanço em Valores a receber correntes.

Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Um activo financeiro é classificado nesta categoria se adquirido principalmente com o objectivo de venda a curto prazo ou se assim designado pelos gestores. Os activos desta categoria são classificados como correntes se forem detidos para negociação ou sejam realizáveis no período até 12 meses da data de balanço. Estes investimentos são mensurados ao justo valor através da demonstração de resultados.

Investimentos detidos até à maturidade

Os investimentos detidos até à maturidade são activos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, que o Grupo tem intenção e capacidade para manter até à maturidade. Esta categoria de investimento está registada ao custo amortizado pelo método da taxa de juro efectiva.

Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que são designados nesta categoria ou que não são classificados em nenhuma das outras categorias. São incluídos em activos não correntes, excepto se os gestores entenderem alienar o investimento num prazo até 12 meses após a data do balanço (Nota 21). Estes investimentos financeiros são contabilizados ao valor de mercado, entendido como o respectivo valor de cotação à data de balanço.

Se não existir mercado activo, o Grupo determina o justo valor através da aplicação de técnicas de avaliação, que incluem o uso de transacções comerciais recentes, a referência a outros instrumentos com características semelhantes, a análise de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções modificados para incorporar as características específicas do emitente. As mais e menos valias potenciais resultantes são registadas directamente na reserva de justo valor até que o investimento financeiro seja vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, momento em que o ganho ou perda acumulado, anteriormente reconhecido na reserva de justo valor é incluído no resultado líquido do período. (Nota 27)

Caso não exista um valor de mercado ou não o seja possível determinar, os investimentos em causa são mantidos ao custo de aquisição. São reconhecidas perdas por imparidade para a redução de valor nos casos que se justifiquem.

O Grupo avalia, em cada data de balanço, se há uma evidência objectiva de que um activo financeiro ou um grupo de activos financeiros sofreram uma perda por imparidade. Se existir uma diminuição no justo valor por um período prolongado dos activos disponíveis para venda, a perda cumulativa – calculada pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor corrente, menos qualquer perda por imparidade nesse activo financeiro que já foi reconhecida em resultados – é anulada através do capital próprio e reconhecida no resultado do período.

Uma perda por imparidade reconhecida relativamente a activos financeiros disponíveis para venda é revertida se a perda tiver sido causada por eventos externos específicos de natureza excepcional que não se espera que se repitam mas que acontecimentos externos posteriores tenham feito reverter, sendo que nestas circunstâncias a reversão não afecta a demonstração de resultados, registo-se a subsequente flutuação positiva do activo na reserva de justo valor.

1.13 Instrumentos financeiros derivados

O Grupo utiliza derivados com o objectivo de gerir os riscos financeiros a que se encontra sujeito. Sempre que as expectativas de evolução de taxas de juro e de câmbio o justifiquem, o Grupo procura contratar operações de protecção contra movimentos adversos, através de instrumentos derivados, tais como interest rate swaps (IRS), caps e floors, forwards, etc. Na selecção de instrumentos financeiros derivados são essencialmente valorizados os aspectos económicos dos mesmos. Os instrumentos financeiros derivados são registados no balanço pelo seu justo valor.

Na medida em que sejam consideradas coberturas eficazes, as variações no justo valor são inicialmente registadas por contrapartida de capitais próprios e posteriormente reclassificadas para a rubrica Ganhos/Perdas em instrumentos financeiros em Resultados financeiros líquidos na data da sua liquidação.

Desta forma e em termos líquidos, os custos associados aos financiamentos cobertos são periodificados à taxa inerente à operação de cobertura contratada. Os ganhos ou perdas decorrentes de rescisão antecipada deste tipo de instrumento são reconhecidos em resultados aquando da sua ocorrência.

Apesar de os derivados contratados pelo Grupo corresponderem a instrumentos eficazes na cobertura económica de riscos, nem todos qualificam como instrumentos de cobertura contabilística de acordo com as regras e requisitos do IAS 39. Os instrumentos que não qualifiquem como instrumentos de cobertura contabilística são registados no balanço pelo seu justo valor e as variações no mesmo são reconhecidas em Comissões e perdas em instrumentos financeiros. (Nota 10)

Sempre que possível, o justo valor dos derivados é estimado com base em instrumentos cotados. Na ausência de preços de mercado, o justo valor dos derivados é estimado através do método de fluxos de caixa descontados e modelos de valorização de opções, de acordo com pressupostos geralmente utilizados no mercado. O justo valor dos instrumentos financeiros derivados encontra-se incluído, essencialmente nas rubricas de Valores a receber correntes e de Valores a pagar correntes.

1.14 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento inclui imposto corrente e imposto diferido. O imposto corrente sobre o rendimento é determinado com base nos resultados líquidos, ajustados em conformidade com a legislação fiscal vigente à data de balanço.

O imposto diferido é calculado com base na responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a respectiva base de tributação. Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa fiscal que se espera estar em vigor no período em que as diferenças temporárias serão revertidas.

São reconhecidos impostos diferidos activos sempre que exista razoável segurança de que serão gerados lucros futuros contra os quais poderão ser utilizados. Os impostos diferidos activos são revistos periodicamente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do exercício, excepto se resultarem de valores registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

1.15 Existências

As existências encontram-se valorizadas de acordo com os seguintes critérios:

i) Mercadorias e matérias-primas

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao mais baixo entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio.

ii) Produtos acabados e produtos e trabalhos em curso

Os produtos acabados e intermédios e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao mais baixo de entre o custo de produção (que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, tomando por base o nível normal de produção) e o valor realizável líquido.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado deduzido dos custos estimados de acabamento e de comercialização. As diferenças entre o custo e o valor realizável líquido, se inferior, são registadas em Inventários consumidos e vendidos.

1.16 Valores a receber correntes

Os saldos de clientes e outros valores a receber correntes são contabilizados pelo valor nominal deduzido de perdas por imparidade, necessárias para os colocar ao seu valor realizável líquido esperado. (Nota 24)

As perdas por imparidade são registadas quando existe uma evidência objectiva de que o Grupo não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das contas a receber.

1.17 Caixa e seus equivalentes

A rubrica de caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com maturidade inicial até 3 meses, que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor. Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa esta rubrica inclui também os

descobertos bancários, os quais são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica Passivos remunerados.

1.18 Capital Social e Acções Próprias

As acções ordinárias são classificadas no capital próprio (Nota 26).

Os custos directamente atribuíveis à emissão de novas acções ou outros instrumentos de capital próprio são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, a valor recebido resultante da emissão.

Os custos directamente imputáveis à emissão de novas acções ou opções, para a aquisição de um negócio são incluídos no custo de aquisição, como parte do valor da compra.

As acções próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição, como uma redução do capital próprio, na rubrica Acções próprias sendo os ganhos ou perdas inerentes à sua alienação registados em Outras reservas. Em conformidade com a legislação comercial aplicável, enquanto as acções próprias se mantiverem na posse da sociedade, é tornada indisponível uma reserva de montante igual ao seu custo de aquisição.

Quando alguma empresa do Grupo adquire acções da empresa-mãe (acções próprias) o pagamento, que inclui os custos incrementais directamente atribuíveis (líquidos de impostos), é deduzido ao capital próprio atribuível aos detentores do capital da empresa-mãe até que as acções sejam canceladas, reemitidas ou alienadas.

Quando tais acções são subsequentemente vendidas ou reemitidas, qualquer recebimento, líquido de custos de transacção directamente atribuíveis e de impostos, é reflectido no capital próprio dos detentores do capital da empresa, em outras reservas.

1.19 Passivos remunerados

Os passivos remunerados são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transacção incorridos sendo, subsequentemente apresentados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos de custos de transacção) e o valor de reembolso é reconhecido na demonstração de resultados ao longo do período da dívida, utilizando o método da taxa de juro efectiva.

A dívida remunerada é classificada no passivo corrente, excepto se o Grupo possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do Balanço. (Nota 31)

1.20 Encargos financeiros com empréstimos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos são geralmente reconhecidos como custos financeiros, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. (Nota 10)

Os encargos financeiros de empréstimos directamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de activos fixos são capitalizados, fazendo parte do custo do activo.

A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das actividades de construção ou desenvolvimento do activo e é interrompida após o início de utilização ou quando o projecto em causa se encontre suspenso ou substancialmente concluído.

Qualquer proveito directamente relacionado com um investimento específico é deduzido ao custo do referido activo.

1.21 Provisões

São reconhecidas provisões sempre que o Grupo tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, seja provável que uma saída de fluxos e/ou de recursos se torne necessária para liquidar a obrigação e possa ser efectuada uma estimativa fiável do montante da obrigação.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data. (Nota 30)

O Grupo incorre em dispêndios e assume passivos de carácter ambiental. Assim, os dispêndios com equipamentos e técnicas operativas que assegurem o cumprimento da legislação e dos regulamentos aplicáveis (bem como a redução dos impactos ambientais para níveis que não excedam os correspondentes a uma aplicação viável das melhores tecnologias disponíveis desde as referentes à minimização do consumo energético, das emissões atmosféricas, da produção de resíduos e do ruído, às estabelecidas para a execução de planos de requalificação visual e paisagística) são capitalizados quando se destinem a servir de modo duradouro a actividade do Grupo, bem como se relacionem com benefícios económicos futuros e que permitam prolongar a vida, aumentar a capacidade ou melhorar a segurança ou eficiência de outros activos detidos pelo Grupo. (Notas 30 e 36)

Adicionalmente, os terrenos utilizados em exploração de pedreiras têm de ser sujeitos a reconstituição ambiental, sendo prática do Grupo a reconstituição continuada e progressiva dos espaços libertos pelas pedreiras, reconhecendo nos resultados desse mesmo período, os dispêndios incorridos.

No caso das pedreiras cuja reconstituição apenas é possível no fim da exploração, o Grupo solicitou a entidades independentes e especializadas a avaliação dessas responsabilidades, bem como o período estimado de exploração, reconhecendo provisões para este efeito (Nota 30).

1.22 Pensões e outros benefícios pós-emprego

1.22.1 Planos de pensões de benefícios definidos

Algumas subsidiárias do Grupo assumiram o compromisso de pagar aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma por velhice, invalidez, reforma antecipada e pensões de sobrevivência, constituindo planos de pensões de benefícios definidos.

Conforme referido na Nota 29, o Grupo constituiu Fundos de Pensões autónomos como forma de financiar uma parte das suas responsabilidades por aqueles pagamentos.

De acordo com o IAS 19, as empresas com planos de pensões reconhecem os custos com a atribuição destes benefícios à medida que os serviços são prestados pelos empregados beneficiários.

Deste modo a responsabilidade total do Grupo é estimada, pelo menos, semestralmente, à data dos fechos intercalar e anuais de contas, para cada plano separadamente, por uma entidade especializada e independente de acordo com o método das unidades de crédito projectadas.

Os custos por responsabilidades passadas, que resultem da implementação de um novo plano ou acréscimos nos benefícios atribuídos, são reconhecidos imediatamente, nas situações em que os benefícios se encontram a ser pagos ou se encontram vencidos.

A responsabilidade assim determinada é apresentada no Balanço, deduzida do valor de mercado dos fundos constituídos, na rubrica Pensões e outros benefícios pós-emprego, nos passivos não correntes.

Os desvios actuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos utilizados para efeito de apuramento de responsabilidades e o que efectivamente ocorreu (bem como de alterações efectuadas aos mesmos e do diferencial entre o valor esperado da rentabilidade dos activos dos fundos e a rentabilidade real) são reconhecidos, quando incorridos, directamente em capitais próprios (Ver Nota 27).

Os ganhos e perdas gerados por um corte ou uma liquidação de um plano de pensões de benefícios definidos são reconhecidos em resultados do exercício quando o corte ou a liquidação ocorrer.

Um corte ocorre quando se verifica uma redução material no número de empregados ou o plano é alterado de forma a que os benefícios atribuídos sejam reduzidos, com efeito material.

1.22.2

Outros benefícios pós emprego

Adicionalmente, o Grupo atribui os seguintes benefícios pós-emprego:

Subsídio de reforma e morte

A CMP – Cimentos Maceira e Pataias, S.A. assumiu com os seus trabalhadores a responsabilidade pelo pagamento de (i) um subsídio de reforma por velhice e por invalidez, o qual representa 3 meses do último salário auferido e (ii) um subsídio por morte do trabalhador activo, de valor igual a 1 mês do último salário auferido.

Adicionalmente, algumas das empresas do Grupo Portucel assumiram responsabilidades de pagamento de um prémio de reforma, equivalente a 6 meses de vencimento, caso o empregado se reforme na data normal da reforma (65 anos).

Prémio de antiguidade

A Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. e a CMP – Cimentos Maceira e Pataias, S.A. assumiram com os seus trabalhadores a responsabilidade pelo pagamento de prémios: na Secil àqueles que atingem 25, 35 e 40 anos de antiguidade e (ii) na CMP àqueles que atingem 20 e 35 anos, calculados com base na remuneração base mensal, até 3 salários.

Assistência na doença

A Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. e a CMP – Cimentos Maceira e Pataias, S.A., mantêm para com os seus empregados um regime de assistência na doença, de natureza supletiva relativamente aos serviços oficiais de Saúde e Segurança Social, extensivo a familiares, reformados e viúvas.

Sob este regime, vêm sendo comparticipados custos de determinados cuidados de saúde: (i) na Secil através do Seguro de Saúde, contratado pela Empresa e (ii) na CMP, através da “Cimentos – Federação das Caixas de Previdência”, para os trabalhadores nela incluídos, bem como, mediante aprovação prévia dos serviços médicos da empresa, para os restantes trabalhadores.

1.22.3 Férias e subsídio de férias e prémios

De acordo com a legislação vigente, os trabalhadores têm, anualmente, direito a 25 dias úteis de férias, bem como a um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento.

De acordo com o Sistema de Gestão de Desempenho vigente, os trabalhadores têm direito a uma gratificação de acordo com os objectivos definidos anualmente, direito esse normalmente adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Assim, estas responsabilidades são registadas no período em que os trabalhadores adquirem o respectivo direito, por contrapartida da demonstração de resultados, independentemente da data do seu pagamento, e o saldo por liquidar à data de balanço está relevado na rubrica de Valores a pagar correntes.

1.23 Valores a pagar correntes

Os saldos de fornecedores e valores a pagar correntes são registados pelo seu valor nominal. (Nota 32)

1.24 Subsídios

Os subsídios estatais só são reconhecidos após existir segurança de que o Grupo cumprirá as condições inerentes aos mesmos e que os subsídios serão recebidos.

Os subsídios à exploração, recebidos com o objectivo de compensar o Grupo por custos incorridos, são registados na demonstração dos resultados de forma sistemática durante os períodos em que são reconhecidos os custos que aqueles subsídios visam compensar.

Os subsídios relacionados com activos biológicos valorizados pelo seu justo valor, conforme o IAS 41, são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os termos e condições de atribuição do subsídio estiverem satisfeitos.

Os subsídios ao investimento recebidos com o objectivo de compensar o Grupo por investimentos efectuados em activos imobilizados são incluídos na rubrica Valores a pagar correntes e são reconhecidos em resultados, durante a vida útil estimada do respectivo activo subsidiado, por dedução ao valor das amortizações.

1.25 Locações

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro.

De acordo com este método o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo na rubrica de empréstimos, os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo, calculada conforme descrito na Nota 1.8, são registados como custos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

As locações em que uma parte significativa dos riscos e benefícios da propriedade é assumida pelo locador sendo o Grupo locatário, são classificadas como locações operacionais. Os pagamentos efectuados nas locações operacionais, líquidos de quaisquer incentivos recebidos do locador, são registados na demonstração dos resultados durante o período da locação.

Locações incluídas em contratos conforme IFRIC 4

O Grupo reconhece uma locação operacional ou financeira sempre que celebre um acordo, compreendendo uma transacção ou uma série de transacções relacionadas, que, mesmo não assumindo a forma legal de uma locação, transmita um direito de usar um activo em retorno de um pagamento ou de uma série de pagamentos.

1.26 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos detentores do capital é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo no período em que os dividendos são aprovados pelos accionistas e até ao momento da sua liquidação.

1.27 Réido e especialização dos exercícios

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados consolidada quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração de resultados consolidada com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

Os juros recebidos são reconhecidos pelo princípio da especialização do exercício, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa de juro efectiva durante o período até à maturidade.

As empresas do Grupo registam os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual os custos e proveitos são reconhecidos à medida em que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes custos e proveitos são registadas nas rubricas Valores a receber correntes e Valores a pagar correntes (Notas 24 e 32 respectivamente).

1.28 Activos e passivos contingentes

Os passivos contingentes em que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja apenas possível, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo divulgados nas notas, a menos que a possibilidade de se concretizar a saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.

São reconhecidas provisões para passivos que satisfaçam as condições previstas na Nota 1.21.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas mas são divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

1.29 Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à

data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se materiais.

1.30 Novas normas, alterações e interpretações a normas existentes

Os regulamentos (CE) n.º 108/2006, n.º 708/2006 e n.º 1329/2006 da Comissão, de 11 de Janeiro, de 8 de Maio e de 8 de Setembro, adoptaram as seguintes normas:

Novas normas em vigor no exercício de 2007

Novas Normas em vigor	Data de aplicação*
IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgação de informação	1 de Janeiro de 2007
IFRIC 7 - Abordagem de reexpressão prevista na IAS 29	1 de Março de 2006
IFRIC 8 - Âmbito da IFRS 2	1 de Maio de 2006
IFRIC 9 - Derivados embutidos	1 de Junho de 2006
IFRIC 10 - Relato financeiro intercalar e imparidade	1 de Novembro de 2006

* Exercícios iniciados em ou após

A adopção destas novas normas não produziu impactos significativos sobre a posição patrimonial e resultados do Grupo.

Novas normas de aplicação não mandatória em 31 de Dezembro de 2007

Novas Normas de aplicação futura	Data de aplicação*
IFRIC 11 - Transacções com acções próprias	1 de Março de 2007
IFRS 8 - Segmentos Operacionais **	1 de Janeiro de 2009
IFRIC 12 - Contratos de concessão **	1 de Janeiro de 2008
IFRIC 13 - Programas de retenção de clientes **	1 de Julho de 2008
IFRIC 14 - IAS 29 - O Limite dos activos afectos aos planos de benefício definido, requisitos de financiamento mínimo. **	1 de Janeiro de 2008
Alterações ao IAS 23 - Custos de Financiamento **	1 de Janeiro de 2008

* Exercícios iniciados em ou após

** Normas ainda não aprovadas pela Comissão Europeia

O Grupo não concluiu ainda o apuramento de todos os impactos decorrentes da aplicação das normas supra pelo que optou pela não adopção antecipada das mesmas. Contudo, não espera que estas venham a produzir efeitos materiais sobre a sua posição patrimonial e resultados.

2. Gestão do Risco

2.1 Factores do risco financeiro

A Semapa, enquanto sociedade gestora de participações sociais (SGPS), não desenvolve directamente qualquer actividade, pelo que o cumprimento das obrigações por si assumidas depende dos cash flows gerados pelas suas participadas.

A Semapa enquanto SGPS, tem como principais activos as acções representativas do capital social das sociedades por si participadas.

A empresa depende assim da eventual distribuição de dividendos por parte das sociedades suas participadas, do pagamento de juros, do reembolso de empréstimos concedidos e de outros cash-flows gerados por essas sociedades.

A capacidade das sociedades participadas da Semapa disponibilizarem fundos dependerá, em parte, da sua capacidade de geração de cash flows positivos e, por outro lado, está dependente dos respectivos resultados, reservas disponíveis e estrutura financeira.

O Grupo Semapa tem um programa de gestão do risco que foca a sua análise nos mercados financeiros com vista a minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira do Grupo Semapa.

A gestão do risco é conduzida pela Direcção Financeira da holding e das principais subsidiárias de acordo com políticas aprovadas pelas respectivas Administrações.

Existe ainda junto da Semapa uma Comissão de Controlo Interno com funções específicas na área do controlo de riscos da actividade da sociedade.

2.1.1 Risco cambial

A variação da taxa de câmbio do euro face a outras moedas pode afectar a receitas do Grupo Semapa de diversas formas.

No que respeita ao Grupo Portucel, por um lado, o preço da pasta no mercado mundial é tradicionalmente fixado em USD, pelo que a evolução do euro face ao USD poderá ter um impacto nas vendas futuras do Grupo Portucel. Por outro lado, uma parte significativa das vendas de pasta e papel é denominada em moedas diferentes do euro, com especial destaque para o USD.

O risco cambial do Grupo Secil resulta sobretudo das compras de petcoke pagas em USD. O Grupo Secil realizou uma optimização dos fluxos intra-grupo em moeda estrangeira com vista à potenciação do 'hedging natural'.

Para os fluxos não compensados naturalmente, o risco tem vindo a ser analisado e coberto através da contratação de estruturas de opções cambiais, que estabelecem o contra-valor máximo a pagar e permitem beneficiar parcialmente de evoluções favoráveis na taxa de câmbio.

O Grupo Secil detém activos localizados na Tunísia, Angola e Líbano, pelo que a variação das moedas dos referidos países poderá ter impacto no balanço da Semapa.

2.1.2 Risco de taxa de juro

O Grupo Portucel decidiu fixar as taxas numa parte dos seus empréstimos de médio prazo, tendo para tal contratado swaps de taxa de juro

O Grupo Secil, em finais de 2005, optou por contratar uma cobertura parcial do risco da taxa de juro através de uma estrutura de derivados que lhe fixa um valor máximo para os encargos financeiros relativos à dívida de longo prazo com reembolso escalonados. A restante dívida, foi mantida num regime de taxa variável.

2.1.3 Risco de crédito

O agravamento das condições económicas globais ou adversidades que afectem apenas as economias a uma escala local pode originar a incapacidade dos clientes em saldar as obrigações decorrentes das vendas de produtos. O seguro de crédito tem sido um dos instrumentos adoptados pelo Grupo Semapa para minorar os impactos negativos deste tipo de risco.

2.1.4 Risco de liquidez

O Grupo gera o risco de liquidez por duas vias: garantindo que a sua dívida financeira tem uma componente elevada de médio e longo prazo com maturidades adequadas às características da indústria de que faz parte, e dispondo de facilidades de crédito, disponíveis a todo o momento.

2.2 Factores do risco operacional

2.2.1 Abastecimento de matérias-primas da subsidiária Portucel

O aprovisionamento de madeiras, nomeadamente de eucalipto, está sujeito a variações de preço e a eventuais dificuldades de abastecimento que poderão ter um impacto significativo nos custos de produção das empresas produtoras de BEKP (Bleached Eucalyptus Kraft Pulp – Pasta Branca de Eucalipto).

A madeira de eucalipto é a principal matéria-prima utilizada pela Portucel na produção de pasta de papel, representando quase metade dos seus custos totais de produção e distribuição.

A madeira utilizada pela Portucel é oriunda de terrenos por si controlados, da aquisição a produtores nacionais e de importações.

Embora a Portucel privilegie a utilização de madeira própria e o estabelecimento de contratos de corte com produtores, o que lhe permite antever um fornecimento adequado das suas necessidades de matéria-prima lenhosa, não existem garantias de um abastecimento sustentado no futuro.

A plantação de novas áreas de eucalipto está sujeita a autorização das entidades competentes, pelo que o aumento das áreas florestadas ou a substituição de algumas das actuais áreas não estão dependentes dos produtores de celulose.

Em caso de insuficiência da produção nacional, a Portucel terá de aumentar as quantidades importadas, o que poderá implicar o aumento do custo médio desta matéria-prima.

A actividade do Grupo Portucel encontra-se ainda exposta aos riscos relacionados com incêndios florestais, nomeadamente: (i) a destruição de stocks actuais e futuros de madeira; (ii) aos custos acrescidos de exploração florestal para preparação dos terrenos e posterior plantação de novas espécies; (iii) ao menor rendimento da madeira queimada e aos custos necessários para a sua preparação antes de uma eventual utilização no processo produtivo.

2.2.2 Preço de mercado da pasta e do papel

Os preços de mercado da pasta e do papel influenciam de forma significativa as receitas da Portucel e a sua rentabilidade.

As variações do preço da pasta resultam, essencialmente, de alterações da capacidade de produção instalada a nível mundial, criando desequilíbrios na oferta face à procura no mercado. O preço do papel de impressão e escrita tem acompanhado, historicamente, as variações do preço da pasta, embora com uma volatilidade menor e com um desfasamento temporal de alguns meses.

As aquisições da Papéis Inapa e da Soporcel, permitiram que a Portucel deixasse de comercializar exclusivamente pasta de papel para passar a apresentar um mix de vendas constituído por dois terços de papel e um terço de pasta. O aumento do peso do papel no conjunto de vendas da Portucel veio contribuir para uma redução da volatilidade das receitas e dos cash flows, e consequentemente uma redução dos riscos associados à exploração.

2.2.3 Procura de produtos - Portucel

Uma eventual diminuição da procura de BEKP e de papel de impressão e escrita não revestido nos mercados da União Europeia poderá ter um impacto significativo nas vendas da Portucel.

A BEKP enquanto matéria-prima para a produção de papel de impressão e escrita apresenta vantagens comparativas face a outros tipos de pastas, o que lhe permite ser competitiva, mesmo com um preço ligeiramente superior. Esta situação pode vir a alterar-se no futuro, nomeadamente através do desenvolvimento de outras pastas com qualidade igual ou superior à BEKP.

A procura da pasta produzida pela Portucel depende também da evolução da capacidade instalada para produção de papel a nível mundial, pois são os produtores de papel os principais clientes da Portucel.

A procura de papel de impressão e escrita tem estado, historicamente, relacionada com factores macroeconómicos e com o crescente uso de material de cópia e de impressão. Uma quebra da economia, a nível mundial, poderá provocar um abrandamento ou decréscimo da procura do papel de impressão e escrita e por essa via afectar o desempenho da empresa.

As preferências dos consumidores podem ter um impacto na procura global de papel ou de certos tipos em particular.

A procura do papel produzido actualmente pela Portucel pode ser afectada pelo comportamento dos consumidores, nomeadamente pela utilização de e-mail e outros meios electrónicos e, ainda, pela eventual preferência por produtos reciclados.

2.2.4 Sector da Construção

O volume de negócios da Secil depende do nível de actividade no sector da construção em cada um dos mercados geográficos em que opera. O sector da construção tende a ser cíclico, especialmente em economias maduras, e depende do nível de construção residencial e comercial, bem como do nível de investimentos em infra-estruturas.

O sector da construção é sensível a factores como as taxas de juro e uma quebra da actividade económica numa dada economia pode conduzir a uma recessão no sector da construção.

Apesar da empresa considerar que a sua diversificação geográfica é a melhor forma de conseguir a estabilização dos seus resultados, a sua actividade, situação financeira e resultados operacionais podem ser negativamente afectados por uma quebra do sector da construção em qualquer mercado significativo em que opere.

2.2.5 Procura de produtos - Secil

Nos mercados maduros a procura de cimento e outros materiais de construção tende a ser bastante regular ao longo do ano. Apenas se nota uma redução da procura durante o mês de Dezembro. A procura dos produtos da Secil está, em geral, alinhada com esse padrão de comportamento.

2.2.6 Concorrência

O aumento da concorrência nos mercados em que opera pode ter um impacto significativo nos preços e consequentemente na rentabilidade do Grupo Semapa.

O ambiente competitivo nos negócios em que o Grupo Semapa está envolvido pode ser significativamente afectado por factores regionais como o número de concorrentes e a capacidade de produção em cada mercado regional, a proximidade de recursos naturais ao mercado regional e as condições económicas e a procura de produto em cada mercado.

Adicionalmente, a política de preços dos concorrentes nos mercados regionais do Grupo Semapa pode afectar negativamente a sua actividade, situação financeira e resultados operacionais.

2.2.7 Legislação ambiental

Nos últimos anos, a legislação comunitária e nacional tem vindo a tornar-se mais limitativa no que respeita ao controlo dos efluentes.

O Grupo Semapa respeita a legislação actualmente em vigor, tendo para isso realizado investimentos muito significativos nos últimos anos. Embora não se preveja, num futuro próximo, alterações significativas à actual legislação, existe a possibilidade da Semapa necessitar de realizar investimentos adicionais nesta área, de modo a cumprir com eventuais novos limites que venham a ser aprovados.

2.2.8 Custos energéticos

Os custos com energia assumem um peso significativo na maioria das actividades das participadas da Semapa.

A Empresa proteja-se, em certa medida, contra o risco da subida do preço da energia através da possibilidade de algumas das suas fábricas utilizarem combustíveis alternativos e de contratos de fornecimento de energia eléctrica de longo prazo para algumas das necessidades energéticas.

Apesar destas medidas, flutuações significativas nos custos da electricidade e dos combustíveis podem afectar negativamente a sua actividade, situação financeira e resultados operacionais da Semapa.

2.2.9 Necessidade de investimentos significativos em novas aquisições no futuro

O Grupo Semapa considera que podem surgir oportunidades de crescimento quer orgânico quer pela via de aquisições.

3. Estimativas e julgamentos contabilísticos relevantes

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas exige que a gestão do Grupo efectue julgamentos e estimativas que afectam os montantes de proveitos, custos, activos, passivos e divulgações à data do balanço.

Estas estimativas são determinadas pelos julgamentos da gestão do Grupo, baseados: (i) na melhor informação e conhecimento de eventos presentes e em alguns casos em relatos de peritos independentes e (ii) nas acções que a empresa considera poder vir a desenvolver no futuro. Todavia, na data de concretização das operações, os seus resultados poderão ser diferentes destas estimativas.

As estimativas e as premissas que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico dos activos e passivos no exercício seguinte são apresentadas abaixo:

3.1 Imparidade do Goodwill

O Grupo testa anualmente, para efeitos de análise de imparidade do Goodwill, que regista no seu Balanço, de acordo com a política contabilística indicada na Nota 1.10. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de fluxos de caixa são determinados com base no cálculo de valores de uso. Esses cálculos exigem em uso de estimativas.

3.2 Imposto sobre o Rendimento

O Grupo reconhece passivos para liquidações adicionais de impostos que possam resultar de revisões pelas autoridades fiscais. Quando o resultado final destas situações é diferente dos valores inicialmente registados, as diferenças terão impacto no imposto sobre o rendimento e nas provisões para

impostos, no período em que tais diferenças se constatam.

3.3 Pressupostos actuariais

As responsabilidades referentes a planos de benefícios a empregados com benefícios definidos são calculadas com base em determinados pressupostos actuariais. Alterações nestes pressupostos podem ter um impacto relevante naquelas responsabilidades.

No exercício de 2007 o Grupo procedeu à alteração de alguns pressupostos, nomeadamente, da taxa de desconto utilizada no cálculo das suas responsabilidades com pensões de 4,5% para 5,25% (conforme referido na Nota 29) tendo o impacto positivo global ascendido a Euros 33.599.485.

3.4 Justo valor dos activos biológicos

Na determinação do justo valor dos activos biológicos é utilizado o método do valor presente de fluxos de caixa descontados, no qual se consideram pressupostos correspondentes à natureza dos activos em avaliação (Nota 1.11). Alterações nestes pressupostos podem implicar valorizações/desvalorizações destes activos.

Em 31 de Dezembro de 2007, um agravamento de 0,5% na taxa de desconto utilizada, 5,5%, implicaria uma desvalorização deste activo em Euros 5.386.212.

3.5 Risco de Crédito

Conforme referido anteriormente, o Grupo gera os riscos de crédito na carteira de saldos a receber através de análises de risco criteriosas aquando da abertura de crédito para novos clientes e da sua revisão regular (Nota 24).

Pela natureza intrínseca dos seus clientes, não se encontram disponíveis de forma generalizada ratings de crédito para a carteira, que permitam a sua categorização e análise enquanto população homogénea. Desta forma, são recolhidos elementos do comportamento financeiro dos clientes através de contactos regulares, bem como através de contactos com outras entidades envolvidas na relação comercial (por exemplo, agentes de vendas).

Paralelamente, os sub-Grupos Portucel e Secil contratualizaram com diversas companhias de seguro de crédito a inclusão da generalidade dos saldos das referidas carteiras em apólices de seguros que reduzem a sua exposição, nesses saldos, à franquia a liquidar em caso de sinistro, que varia em função da origem geográfica dos clientes.

4. Relato por segmentos

A informação por segmentos é apresentada em relação aos segmentos de negócio identificados nomeadamente Pasta e Papel e Cimento e Derivados. Os resultados, activos e passivos de cada segmento correspondem àqueles que lhe são directamente atribuíveis, assim como os que numa base razoável lhes podem ser atribuídos. A informação financeira por segmentos de negócio, do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, analisa-se como segue:

Valores em Euros	Pasta e Papel	Cimento e Derivados	Holdings	Consolidado
RÉDITOS	1.147.394.506	287.729.064	251.154	1.435.374.724
Resultados operacionais	237.039.169	55.438.069	10.813.397	303.290.635
Resultados financeiros líquidos externos	(27.541.005)	(7.717.576)	(23.316.054)	(58.574.635)
Parte de lucros líquidos em associadas	-	611.427	-	611.427
Imposto sobre o rendimento	(72.640.740)	(12.823.644)	1.620.443	(83.843.941)
Resultados actividades ordinárias	136.857.424	35.508.276	(10.882.214)	161.483.486
Interesses minoritários	(36.986.840)	(2.546.085)	-	(39.532.925)
Resultado líquido do período	99.870.584	32.962.191	(10.882.214)	121.950.561
OUTRAS INFORMAÇÕES				
Total dos Activos segmentais	2.521.630.393	480.896.664	254.612.712	3.257.139.769
Investimentos em Associadas	130.074	1.748.808	-	1.878.882
Total de Passivos segmentais	1.398.944.917	233.984.322	573.512.427	2.206.441.666
Amortizações e perdas por imparidade	95.350.149	21.338.328	141.763	116.830.240
Provisões líquidas	9.945.622	366.042	2.234.293	12.545.957

A informação financeira por segmentos de negócio, ***em base comparativa pró-forma***, do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, analisa-se como segue:

Valores em Euros	Pasta e Papel	Cimento e Derivados	Holdings	Consolidado
RÉDITOS	1.080.659.265	237.851.817	395.687	1.318.906.769
Resultados operacionais	183.225.935	53.557.689	(12.559.874)	224.223.750
Resultados financeiros líquidos externos	(26.456.536)	(3.924.087)	(16.813.412)	(47.194.035)
Parte de lucros líquidos em associadas	-	1.268.934	-	1.268.934
Imposto sobre o rendimento	(46.380.484)	(11.641.136)	6.308.163	(51.713.457)
Resultados actividades ordinárias	110.388.915	39.261.400	(23.065.123)	126.585.192
Interesses minoritários	(35.355.932)	170.011	-	(35.185.921)
Resultado líquido do período	75.032.983	39.431.411	(23.065.123)	91.399.271
OUTRAS INFORMAÇÕES				
Total dos Activos segmentais	2.378.979.466	432.743.367	308.382.737	3.120.105.570
Investimentos em Associadas	516.307	20.877.987	2.452	21.396.746
Total de Passivos segmentais	1.291.812.984	212.602.959	564.919.654	2.069.335.597
Amortizações e perdas por imparidade	103.246.062	17.652.784	143.731	121.042.577
Provisões líquidas	26.046.991	2.112.575	(261.827)	27.897.739

A informação financeira por segmentos de negócio, ***conforme reportada ao mercado no exercício de 2006***, analisa-se como segue:

Valores em Euros	Pasta e Papel	Cimento e Derivados	Holdings	Consolidado
RÉDITOS	1.080.659.265	466.376.111	-	1.547.035.376
Resultados operacionais	183.225.935	105.015.076	(12.559.875)	275.681.136
Resultados financeiros líquidos externos	(26.456.536)	(7.694.289)	(16.813.412)	(50.964.237)
Parte de lucros líquidos em associadas	-	2.488.107	-	2.488.107
Imposto sobre o rendimento	(46.380.484)	(22.825.756)	6.308.162	(62.898.078)
Resultados actividades ordinárias	110.388.915	76.983.138	(23.065.125)	164.306.928
Interesses minoritários	(35.355.932)	(37.551.725)	-	(72.907.657)
Resultado líquido do exercício	75.032.983	39.431.413	(23.065.125)	91.399.271
OUTRAS INFORMAÇÕES				
Total dos Activos segmentais	2.378.979.466	848.516.406	308.382.727	3.535.878.599
Investimentos em Associadas	516.307	40.937.229	2.452	41.455.988
Total de Passivos segmentais	1.291.812.984	416.868.547	564.919.649	2.273.601.180
Amortizações e perdas por imparidade	103.246.062	34.613.301	143.731	138.003.094
Provisões líquidas	26.046.991	4.142.303	(261.827)	29.927.467

Segmento geográfico

	Cimentos e Derivados	Pasta e Papel	Total	
	2007	2006	2007	2006
Vendas e prestações de serviços:				
Portugal	196.772.850	337.733.873	187.315.561	152.837.513
Resto da Europa	8.885.802	18.659.416	781.339.803	739.609.646
América	-	-	80.533.185	77.617.400
Africa	43.700.005	87.187.690	-	80.533.185
Ásia	24.382.594	-	-	77.617.400
Overseas	23.987.812	22.795.132	98.205.956	110.594.706
	287.729.063	466.376.111	1.147.394.505	1.080.659.265
			1.435.123.568	1.547.035.376

Salienta-se que, a redução no volume de negócios correspondente ao segmento de Cimentos e Derivados decorre da integração pelo método proporcional do sub-Grupo Secil, a partir de 1 de Janeiro de 2007, conforme referido na Nota 1.2, motivo pelo qual a comparabilidade dos valores apresentados se encontra afectada.

5. Outros proveitos operacionais

Em 2007 e 2006, a rubrica Outros proveitos operacionais decompõe-se como segue:

Valores em Euros	2007	2006
Reversão de ajustamentos (Nota 22)	709.990	1.931.649
Reversão de imparidades (Nota 16 e 22)	1.594.000	-
Proveitos suplementares	6.541.928	8.048.157
Ganhos em existências	1.639.497	538.255
Ganhos na alienação de activos não correntes	30.995.869	22.763.684
Ganhos na alienação de activos correntes	777.130	1.022.657
Subsídios - Licenças de emissão CO2	1.241.471	68.947.605
Subsídios ao investimento (Nota 32)	3.304.132	4.743.857
Outros proveitos operacionais	8.308.111	11.654.686
	55.112.128	125.796.481

O valor na rubrica de Proveitos suplementares refere-se essencialmente a electricidade, água e outros produtos florestais, nos montantes de Euros 4.669.462 (2006: Euros 5.341.728), Euros 559.102 (2006: Euros 524.957) e Euros 334.983 (2006: Euros 1.141.401), respectivamente.

No exercício de 2007 e 2006 os ganhos obtidos na alienação de activos não correntes detalham-se como segue:

Valores em Euros	2007	2006
Terrenos, edifícios e equipamentos	1.936.952	4.153.879
Investimentos em associadas	36.893	2.375.709
Activos disponíveis para venda	26.230.146	1.374.591
Alienação de licenças de CO2	2.791.878	14.859.505
	30.995.869	22.763.684

Os ganhos na alienação de activos disponíveis para venda decorrem essencialmente da alienação de 20.123.117 acções da EDP – Energias de Portugal, SA, detidas pelo Grupo, a qual gerou um ganho no montante de Euros 26.217.374 (Nota 21).

6. Gastos e perdas

Em 2007 e 2006, a rubrica Gastos e perdas decompõe-se como segue:

Valores em Euros	2007	2006
Custo das Vendas e Prestações de Serviços		
Inventários consumidos e vendidos	(498.271.500)	(475.090.535)
Materiais e serviços consumidos	(381.224.931)	(461.695.890)
Variação de produção	3.717.334	(2.409.080)
Gastos com Pessoal		
Remunerações dos Órgãos Sociais	(13.763.154)	(18.387.090)
Outras remunerações	(101.374.696)	(111.556.120)
Pensões	(11.136.597)	(12.006.505)
Outros gastos com pessoal	(40.229.030)	(48.024.172)
	(166.503.477)	(189.973.887)
Outros Gastos e Perdas Operacionais		
Trabalhos para a própria empresa	465.273	446.878
Quotizações	(612.076)	(757.374)
Donativos	(611.957)	(647.766)
Pesquisa e desenvolvimento	(56)	(2.413.615)
Gastos com emissões de CO2	(1.241.471)	(68.947.605)
Imparidades em existências e dívidas a receber	(1.982.166)	(3.462.096)
Perdas em existências	(1.055.587)	(325.610)
Impostos indirectos	(7.023.763)	(4.124.918)
Perdas na alienação de activos não correntes	(121.572)	(576.174)
Outros gastos operacionais	(2.983.372)	(6.299.065)
	(15.166.747)	(87.107.345)
Provisões líquidas (Nota 30)	(12.545.957)	(29.927.467)
Total dos Gastos e Perdas	(1.069.995.278)	(1.246.204.204)

Em 31 de Dezembro de 2007 os montantes supra apresentados incluem apenas 51% dos montantes da participada Secil, conforme referido na nota 1.2.

A rubrica Remunerações dos órgãos sociais inclui um montante de Euros 6.419.003 (2006: Euros 7.342.171), referente à especialização de prémios de desempenho aos membros do Concelho de Administração da Semapa.

A rubrica de Outros gastos com pessoal inclui Euros 284.754 correspondente a indemnizações pagas por rescisões contratuais por mútuo acordo, ocorridas no decurso do exercício de 2007 (2006: Euros 2.668.331).

Esta rubrica inclui ainda Euros 15.161.119 (2006: Euros 10.856.026), referente à especialização de prémios de desempenho a pagar em 2008.

7. Remuneração dos membros dos órgãos sociais

Em 2007 e 2006, a rubrica Remunerações dos membros dos órgãos sociais, incluindo prémios de desempenho, decompõe-se como segue:

Valores em Euros	2007	2006
Conselho de Administração		
Semapa SGPS, S.A.	6.277.755	9.137.505
Membros do CA da Semapa noutras empresas	3.462.343	5.288.471
Órgãos sociais de outras empresas do Grupo	4.023.056	3.961.114
	13.763.154	18.387.090

Adicionalmente o Conselho de Administração da Semapa bem como o da Portucel beneficiam de planos de pensões conforme descrito na nota 29.

8. Depreciações, amortizações e perdas por imparidade

Em 2007 e 2006, a rubrica Depreciações, amortizações e perdas por imparidade decompõe-se como segue:

Valores em Euros	2007	2006
Depreciações de Terrenos, Edifícios e Equipamentos		
Terrenos	(1.321.965)	(2.638.285)
Edifícios	(23.247.655)	(27.063.451)
Equipamento Básico	(86.232.511)	(99.046.332)
Outros Activos tangíveis	(5.287.198)	(7.092.097)
	<u>(116.089.329)</u>	<u>(135.840.165)</u>
Amortizações de Activos Intangíveis		
Propriedade industrial e outros direitos	(464.420)	(104.576)
	<u>(464.420)</u>	<u>(104.576)</u>
Perdas por Imparidade em Activos Intangíveis		
Goodwill (Nota 15, 20 e 22)	(276.491)	(464.353)
Outros Activos intangíveis - Marcas (Nota 16)	-	(1.594.000)
	<u>(276.491)</u>	<u>(2.058.353)</u>
	<u>(116.830.240)</u>	<u>(138.003.094)</u>

As depreciações encontram-se líquidas de subsídios ao investimento reconhecidos (Nota 24).

9. Apropriação de resultados em empresas associadas

No exercício de 2007 e 2006, o Grupo apropriou-se de resultados em empresas associadas conforme segue:

Valores em Euros	2007	2006
Sub-Grupo Secil		
Ciment de Sibline S.A.L.	76.881	-
Chryso - Aditivos de Portugal, S.A.	(9.830)	777.314
Setefrete, SGPS, S.A.	435.000	35.845
Betão Liz, S.A.	125.372	240.438
Cimentaçor - Cimentos dos Açores, Lda.	35.466	945.900
Ecoresíduos, Lda.	-	712.761
Viroc Portugal - Ind. Madeiras e Cimento, S.A.	-	(261.346)
Cimentos Madeira, Lda.	(2.015)	-
Be-Power, Serviços e Equipamentos, Lda	1.891	-
J.M. Henriques, Lda.	(51.338)	37.195
	611.427	2.488.107

Os montantes apresentados referentes às sociedades Ciment de Sibline e Cimentos Madeira correspondem à apropriação pelo Grupo da sua quota parte nos resultados das referidas empresas até à data da aquisição do controlo (Nota 35).

A empresa não reconhece impostos diferidos sobre estes montantes, quando positivos, por entender ser aplicável o disposto no artigo 46º do código do IRC.

10. Resultados financeiros Líquidos

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os Resultados financeiros líquidos decompõem-se como segue:

Valores em Euros	2007	2006
Juros suportados com empréstimos de accionistas	(437.274)	(272.673)
Juros suportados com outros empréstimos obtidos	(67.174.757)	(55.581.361)
Outros juros obtidos	15.803.417	6.357.679
Rendimentos de títulos de participação		689.147
Ganhos / (Perdas) com instrumentos financeiros de negociação	888.468	2.548.551
Ganhos / (Perdas) com instrumentos financeiros de cobertura	15.544.559	7.367.265
Especialização de prémios de opções	(6.276.500)	(5.600.960)
Juros compensatórios	(10.422.243)	
Diferenças de Câmbio	(4.589.418)	(5.543.320)
Outros custos e perdas financeiros	(2.309.813)	(2.395.709)
Outros proveitos e ganhos financeiros	398.926	1.467.144
	(58.574.635)	(50.964.237)

Os ganhos com instrumentos financeiros de cobertura incluem ganhos com SWAPS de taxa de juro de Euros 2.469.348, perdas com coberturas do preço da pasta de Euros 1.480.264 e ganhos com opções cambiais relativos à cobertura de orçamento de Euros 14.555.475.

Os ganhos com instrumentos financeiros de negociação no montante de Euros 888.468 dizem respeito a contratos de forwards cambiais, estando incluídas nas rubricas de diferenças de câmbio as variações cambiais dos saldos de clientes em divisas.

Os juros compensatórios estão associados a liquidações adicionais de impostos e contingências fiscais, designadamente em sede de IVA fora de Portugal, no período de 1998 a 2003 e de IRC e IVA em Portugal de 2003 a 2005, da subsidiária Portucel.

11. Imposto sobre o rendimento

Os grupos Semapa, Portucel e Secil encontram-se sujeitos ao regime especial de tributação de grupos de sociedades, constituído pelas empresas com uma participação igual ou superior a 90% e que cumprem as condições previstas no artigo 63º e seguintes do Código do IRC.

As empresas que se englobam no perímetro do grupo de sociedades sujeitas a este regime apuram e registam o imposto sobre o rendimento tal como se fossem tributadas numa óptica individual. Caso sejam apurados ganhos na aplicação deste regime, estes são registados como um proveito da Portucel.

De acordo com a legislação em vigor, os ganhos e perdas em empresas do grupo e associadas, resultantes da aplicação do método da equivalência patrimonial, são deduzidos ou acrescidas, respectivamente, ao resultado do período, para apuramento da matéria colectável.

Os dividendos são considerados no apuramento da matéria colectável do ano em que são recebidos, se as participações forem detidas por um período inferior a um ano ou representem uma percentagem inferior a 10% do capital social da participada excepto se o custo de aquisição for superior a Euros 20.000.000.

Em 2007 e 2006, a rubrica de impostos apresenta o seguinte detalhe:

Valores em Euros	2007	2006
Imposto corrente	46.623.428	18.487.979
Provisões para Impostos (Nota 25)	24.894.221	21.794.440
Imposto diferido	12.326.292	22.615.659
	83.843.941	62.898.078

A reconciliação da taxa efectiva de imposto nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, é evidenciada como segue:

Valores em Euros	2007	2006
Resultado antes de impostos	245.327.425	227.205.006
Imposto esperado	65.011.768	62.481.377
Diferenças (a)	6.984.626	(5.630.137)
Prejuízos fiscais recuperáveis de exercícios anteriores	(2.227.925)	1.371.934
Prejuízos fiscais não recuperáveis	1.539.696	8.060.206
Alteração taxa imposto	(576.561)	(12.133.963)
Provisão para imposto corrente	24.894.207	21.794.440
Ajustamentos à colecta	(11.781.870)	(13.045.779)
	83.843.941	62.898.078
Taxa efectiva de imposto	34,18%	27,68%

(a) Este valor respeita essencialmente a :

Efeito da aplicação do método da Equivalência Patrimonial	(334.936)	(2.023.759)
Mais / (Menos) valias fiscais	25.400.108	(1.223.166)
(Mais) / Menos valias contabilísticas	(27.484.781)	(5.810.229)
Ajustamentos e provisões tributadas	17.412.490	24.225.747
Benefícios fiscais	(2.372.617)	(1.099.152)
Dividendos de empresas sediadas fora da U.E.	-	7.823.051
Redução de provisões tributadas	(1.447.608)	(32.037.930)
Reforço de provisões tributadas	-	10.440.944
Provisões tributadas em exercícios anteriores	-	(5.629.669)
Resultados intra grupo sujeito a tributação	371.612	(5.867.233)
Dotações para fundo de pensões	1.553.135	(2.327.660)
Outros	13.259.677	(6.944.171)
Impacto fiscal (26,50%)	26.357.080	(20.473.226)
	6.984.626	(5.630.137)

A rubrica Ajustamentos à colecta inclui 51% dos montantes reconhecidos pela Secil no que respeita a duas situações conforme segue:

Benefícios fiscais à internacionalização

A Secil candidatou-se, no ano de 2000, ao Incentivo Fiscal à Internacionalização, previsto no Decreto-Lei 401/99 de 14 de Outubro, no âmbito da aquisição da Société des Ciments de Gabés. O incentivo consiste numa dedução à colecta de 10% do Investimento, efectuada na aquisição da participação no valor máximo de Euros 5.985.575.

A referida candidatura, embora com parecer favorável do ICEP foi recusada pela Administração Fiscal, tendo a Empresa recorrido judicialmente da decisão, reclamando os valores de imposto sobre o rendimento, pagos em excesso, nos exercícios de 2000 a 2005, que ascendem a Euros 5.985.575.

A acção judicial teve inicio no Tribunal Administrativo - Fiscal de Almada em 2004 o qual, em 18 de Janeiro de 2008, veio a julgar procedentes as impugnações referidas, motivo pelo qual foi reconhecido nas contas do exercício de 2007 o crédito de imposto respeitante a este benefício.

Retenção na fonte sobre dividendos - Cimpor

A empresa do Grupo Secil, Secilpar, SL com sede em Madrid deteve de Dezembro de 2000 a Abril de 2004 acções representativas de cerca de 10% do capital social da Cimpor, SGPS, S.A., tendo recebido dividendos de 2001 a 2003 no montante de Euros 25.960.429 os quais foram sujeitos a retenção na fonte em Portugal no montante de Euros 3.039.491, sendo certo que deveriam ser deduzidos ao imposto a pagar em Espanha.

A subsidiária Secilpar interpôs impugnação judicial em Portugal no que respeita às retenções na fonte relativas aos referidos dividendos por entender tratar-se de disposição discriminatória - ao abrigo do Tratado da União Europeia - a existência de taxas diversas de retenção na fonte relativamente a residentes e não residentes sedeados na União Europeia, matéria apenas corrigida pelo legislador pela publicação do Decreto-Lei nº 192/2005, de 7 de Novembro.

Em 8 de Novembro de 2007, o Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias (Primeira Secção) veio julgar favoravelmente um contribuinte português num processo idêntico, no conhecido caso Amurta (Acórdão sobre o processo C-379/05), motivo pelo qual o referido activo foi reconhecido nas demonstrações financeiras do Grupo.

As declarações anuais de rendimentos estão sujeitas em Portugal a revisão e eventual ajustamento por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos. Contudo, no caso de serem apresentados prejuízos fiscais estes podem ser sujeitos a revisão e liquidação pelas autoridades fiscais por um período de 6 anos.

Noutros países em que o Grupo desenvolve a sua actividade os prazos são diferentes, em regra superiores.

O Conselho de Administração entende que eventuais correções àquelas declarações em resultado de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais não terão efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2007, sendo certo que já foram revistos os exercícios até 2005, inclusive, nas subsidiárias Portucel e Soporcet e até 2004, inclusive, na participada Secil.

12. Resultados por acção

Não existem instrumentos financeiros convertíveis sobre as acções da Semapa, pelo que não existe diluição dos resultados.

Valores em Euros	2007	2006
Resultado atribuível aos Acionistas da Semapa	121.961.050	91.399.271
Número médio ponderado de acções	114.244.470	115.604.470
Resultado básico por acção	1,068	0,791
Resultado diluído por acção	1,068	0,791

O número médio ponderado de acções encontra-se deduzido do número de acções próprias de 2.727.975 detidas pela Seminv, S.A., sociedade subsidiária da Semapa SGPS, S.A. assim como 2.720.000 acções próprias adquiridas por esta em Julho de 2007.

Conforme proposta de aplicação dos resultados elaborada pelo Conselho de Administração, o dividendo proposto corresponde a 25,5 céntimos por acção, num montante total de Euros 29.481.173, os quais não se encontram reconhecidos como passivos financeiros nas presentes demonstrações financeiras consolidadas.

13. Interesses minoritários

Em 2007 e 2006, os Interesses minoritários evidenciados na Demonstração dos resultados detalham-se como segue:

Valores em Euros	2007	2006
Portucel - Empresa de Pasta e Papel, SA	36.967.840	35.337.644
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, SA	-	37.885.082
Raiz - Instituto de Investigação da Floresta e Papel	19.001	18.288
Grupo Secil Betões e Inertes	33.645	(164.057)
Société des Ciments de Gabés	30.705	47.396
Secil Martingança	24.426	296.140
Secil - Companhia de Cimento do Lobito, S.A.	124.540	(791.647)
Ciments de Sibline, S.A.L.	2.042.319	-
Grupo Cimentos Madeira	360.728	-
Outros	(70.279)	278.811
39.532.925	72.907.657	

Como referido anteriormente, a Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, SA, sociedade na qual o Grupo tem uma participação de 51%, passou a integrar o consolidado do Grupo Semapa pelo método proporcional motivo pelo qual não são, desde 1 de Janeiro de 2007, reconhecidos quaisquer resultados afectos a interesses minoritários.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os Interesses minoritários em Balanço detalham-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2007	31-12-2006
Portucel - Empresa de Pasta e Papel, SA	278.408.578	306.589.000
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, SA	-	204.784.966
Raiz - Instituto de Investigação da Floresta e Papel	237.401	181.774
Grupo Secil Betões e Inertes	150.196	224.514
Société des Ciments de Gabés	687.707	1.345.346
Secil Martingança	133.754	3.632.671
Secil - Companhia de Cimento do Lobito, S.A.	2.995.600	6.515.933
Ciments de Sibline, S.A.L.	19.042.136	-
Grupo Cimentos Madeira	2.564.120	-
Outros	653.588	2.000.883
304.873.080	525.275.087	

A movimentação dos interesses minoritários no decurso dos exercícios de 2007 e 2006 apresenta-se conforme segue:

Valores em Euros	Pasta e Papel	Cimento e Drivados	Total Reexpresso
Saldo em 1 Janeiro 2006	332.375.599	210.027.636	542.403.235
Variações perímetro	(49.876.101)	(2.445.707)	(52.321.808)
Dividendos	(13.257.177)	(18.221.508)	(31.478.685)
Reserva de conversão cambial	38.913	(6.424.794)	(6.385.881)
Instrumentos financeiros	2.135.781	-	2.135.781
Ganhos e perdas actuariais	(66.369)	(1.259.499)	(1.325.868)
JV activos disponíveis para venda	-	(723.545)	(723.545)
Outros movimentos nos CP's	64.201	-	64.201
Resultado do exercício	35.355.932	37.551.725	72.907.657
Saldo em 31 Dezembro 2006	306.770.779	218.504.308	525.275.087
Variações perímetro	(38.348.752)	19.992.984	(18.355.768)
Alteração do método de consolidação	-	(211.507.450)	(211.507.450)
Dividendos	(30.421.029)	(508.260)	(30.929.289)
Reserva de conversão cambial	2.264	(2.848.453)	(2.846.188)
Instrumentos financeiros	671.402	-	671.402
Ganhos e perdas actuariais	2.987.611	47.875	3.035.487
Outros movimentos nos CP's	(3.125)	-	(3.125)
Resultado do exercício	36.986.841	2.546.084	39.532.925
Saldo em 31 Dezembro 2007	278.645.991	26.227.089	304.873.080

A variação de perímetro ocorrida no segmento de Pasta e Papel resulta da aquisição, pelo Grupo, de uma participação adicional de 3,4% a interesses minoritários na subsidiária Portucel.

14. Aplicação do resultado do exercício anterior

Valores em Euros	<i>Aplicação do resultado do exercício de:</i>	
	2006	2005
Distribuição de dividendos	27.216.463	49.699.627
Reservas legais	-	1.445.412
Outras reservas	-	278.672.264
Resultados Transitados	64.182.808	4.209.570
Resultado líquido do exercício	91.399.271	334.026.873
Dividendos por acção	0,23	0,42

À data de 31 de Dezembro de 2007, a reserva legal encontra-se constituída pelo seu limite máximo à qual se acresce a reserva por prémio de emissão.

15. Goodwill

No decurso dos exercícios de 2007 e 2006, o movimento ocorrido na rubrica Goodwill, foi conforme segue:

Valores em Euros	31-12-2007	31-12-2006
Valor líquido no início do exercício	334.524.956	331.502.916
Variação de perímetro	(729.507)	139.445
Alteração do método de consolidação	(54.339.254)	-
Perdas por imparidade	-	(89.353)
Aquisições	7.613.028	5.946.429
Alienações	-	-
Ajustamento Cambial	(1.394.105)	(2.974.481)
Saldo Final	285.675.118	334.524.956

Nota: Os valores apresentados encontram-se líquidos de perdas por imparidade (Nota 22)

Conforme preconizado pela IFRS 1, o goodwill encontra-se sujeito a testes de imparidade efectuados numa base anual conforme política contabilística descrita na nota 1.7.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o Goodwill detalha-se como segue:

Entidade	Ano Aq.	31-12-2007	31-12-2006
Aquisições Semapa e restantes Holdings			
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, SA	1997	6.766.530	6.766.530
Cimentospar, SGPS, SA	2003	81.296.931	81.296.931
Portucel - Empresa Produtora de Pasta e Papel, S/A	2004	135.565.059	135.565.059
		223.628.520	223.628.520
Aquisições do sub-grupo Secil			
CMP - Cimentos Maceira e Pataias, S.A.	1994	24.906.178	48.835.643
Société des Ciments de Gabés	2000	17.595.400	35.667.739
Grupo Secil Betões e Inertes	2000	6.796.620	13.326.706
Sud-Béton-Société de Fabrication de Béton du Sud	2001	1.045.923	2.120.198
Tecnosecil, S.A.R.L.	2005	823.830	1.805.585
IRP- Indústria de Reboco de Portugal, S.A.	2005	1.557.891	3.054.688
Sicobetão - Fabricação de Betão, S.A.	2005	421.747	826.955
Secil Cabo Verde Comércio e Serviços, S.A.	2006	71.117	139.445
Secil Betões e Inertes, SGPS, S.A.	2005	311.197	610.192
Cimentos Costa Verde - Comércio de Cimentos, S.	2006	-	1.430.406
Ecoresiduos - Centro de Tratamento e Valorização	2006	1.570.227	3.078.879
Cimentos Madeira, S.A.	2007	924.103	-
Minerbetão, S.A.	2007	476.507	-
Ciments de Sibline, S.A.L.	2007	5.545.858	-
		62.046.598	110.896.436
		285.675.118	334.524.956

Em 31 de Dezembro de 2007 a rubrica goodwill inclui apenas 51% dos montantes da participada Secil, conforme referido na nota 1.2.

O Goodwill é atribuído às unidades geradoras de fluxos de caixa (CGU's) do Grupo, identificadas de acordo com o país da operação e o segmento de negócio, conforme segue:

31 de Dezembro de 2007			
Valores em Euros	Cimento e derivados	Pasta e Papel	Total
Portugal	125.027.931	135.565.059	260.592.990
Tunísia	18.641.323	-	18.641.323
Líbano	5.545.858	-	5.545.858
Angola	823.830	-	823.830
Cabo Verde	71.117	-	71.117
	150.110.059	135.565.059	285.675.118

31 de Dezembro de 2006			
Valores em Euros	Cimento e derivados	Pasta e Papel	Total
Portugal	159.226.930	135.565.059	294.791.989
Tunísia	37.787.937	-	37.787.937
Angola	1.805.585	-	1.805.585
Cabo Verde	139.445	-	139.445
	198.959.897	135.565.059	334.524.956

Para efeitos de testes de imparidade, o valor recuperável das CGU's é determinado com base no valor em uso, de acordo com o método dos fluxos de caixa descontados. Os cálculos baseiam-se no desempenho histórico e nas expectativas de desenvolvimento do negócio com a actual estrutura produtiva, sendo utilizado o orçamento para o ano seguinte e uma estimativa dos fluxos de caixa para um período subsequente de 4 anos.

Os principais pressupostos utilizados neste cálculo foram os seguintes:

	Portugal	Tunísia	Libano
WACC (após taxa de imposto)			
Cimento e Derivados	7,7%	9,4%	11,1%
Pasta e Papel	7,7%	NA	NA
Taxa de Imposto	26,50%	30,00%	15,00%

16. Outros activos intangíveis

No decurso dos exercícios findo em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o movimento ocorrido na rubrica Outros activos intangíveis, foi conforme segue:

Valores em Euros	Marcas	Despesas de investigação e de desenvolvimento	Propriedade industrial e outros direitos	Licenças de Emissão de CO2	Imobilizações em curso	Total
Reexpresso						
Custo de aquisição						
Saldo em 1 de Janeiro de 2006	151.488.000	4.291.159	2.352.590	73.934.383	-	232.066.132
Variação de perímetro	-	-	-	-	-	-
Aquisições	-	-	-	81.056.817	68.379	81.125.196
Alienações	-	-	-	(22.212.550)	-	(22.212.550)
Regularizações, transferências e abates	-	-	119.860	(113.806.105)	18.378	(113.667.867)
Ajustamento cambial	-	-	-	-	-	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	151.488.000	4.291.159	2.472.450	18.972.545	86.757	177.310.911
Alteração de método de consolidação	-	-	-	(8.280.397)	-	(8.280.397)
Variação de perímetro	-	-	-	-	-	-
Aquisições	-	-	1.835.461	4.722.252	-	6.557.713
Alienações	-	-	-	(2.173.803)	-	(2.173.803)
Regularizações, transferências e abates	-	(4.291.159)	(144.258)	(11.637.284)	(86.757)	(16.159.458)
Ajustamento cambial	-	-	-	-	-	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	151.488.000	-	4.163.653	1.603.313	-	157.254.966
Amort. acumuladas e perdas por imparidade						
Saldo em 1 de Janeiro de 2006	-	(4.291.159)	(2.323.505)	-	-	(6.614.664)
Variação de perímetro	-	-	-	-	-	-
Amortizações e perdas por imparidade	(1.594.000)	-	(104.576)	-	-	(1.698.576)
Alienações	-	-	-	-	-	-
Regularizações, transferências e abates	-	-	156	-	-	156
Ajustamento cambial	-	-	-	-	-	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	(1.594.000)	(4.291.159)	(2.427.925)	-	-	(8.313.084)
Variação de perímetro	-	-	-	-	-	-
Amortizações e perdas por imparidade	-	-	(464.420)	-	-	(464.420)
Alienações	-	-	-	-	-	-
Regularizações, transferências e abates	1.594.000	4.291.159	144.257	(1.543.516)	-	4.485.900
Ajustamento cambial	-	-	-	-	-	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	-	-	(2.748.088)	(1.543.516)	-	(4.291.604)
Valor líquido a 1 de Janeiro de 2006	151.488.000	-	29.085	73.934.383	-	225.451.468
Valor líquido a 31 de Dezembro de 2006	149.894.000	-	44.525	18.972.545	86.757	168.997.827
Valor líquido a 31 de Dezembro de 2007	151.488.000	-	1.415.565	59.797	-	152.963.362

O montante de Euros 151.488.000 relevado na rubrica Marcas, corresponde à valorização inicial apurada na avaliação efectuada por uma entidade especializada e independente, às marcas Navigator e Soperset, utilizando as respectivas projecções de fluxos de caixa actualizadas a uma taxa de desconto apropriada, na sequência da atribuição dos justos valores aos activos e passivos do sub-Grupo Portucel, o qual não se encontra sujeito a amortização por se considerar não ter vida útil definida (Nota 1.6).

A imparidade deste activo intangível é testada anualmente. O Grupo procedeu à sua avaliação, no primeiro semestre de 2007, da qual resultou um justo valor global no montante de Euros 199.245.000, substancialmente acima do valor de registo inicial conforme parágrafo anterior, pelo que foi revertida a perda por imparidade verificada na marca Soperset, no exercício de 2006, no montante de Euros 1.594.000 (Nota 5).

O aumento da rubrica Propriedade industrial e outros direitos em 2007 corresponde ao dispêndio com a indemnização de clientela/ clausula de não concorrência no mercado de papel nos EUA.

17. Terrenos, edifícios e outros equipamentos

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o movimento ocorrido nos Terrenos, Edifícios e outros equipamentos, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade, foi conforme segue:

Valores em Euros	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamentos e outros tangíveis Reexpresso	Imobilizado em curso	Adiantamentos	Total
Custo de aquisição						
Saldo em 1 de Janeiro de 2006	232.316.486	760.072.117	3.732.463.371	86.014.892	754.791	4.811.621.657
Variação de perímetro	2.231.338	2.620.113	7.081.853	241.727	1.224	12.176.255
Aquisições	135.640	1.217.768	24.272.877	27.493.799	991.868	54.111.952
Alienações	(765.240)	(3.859.659)	(9.404.614)	-	(14.817)	(14.044.330)
Regularizações, transferências e abates	(469.345)	2.150.696	85.131.823	(93.174.216)	(290.266)	(6.651.308)
Ajustamento cambial	(5.017.957)	(2.819.361)	(10.171.424)	(260.943)	(262)	(18.269.947)
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	228.430.922	759.381.674	3.829.373.886	20.315.259	1.442.538	4.838.944.279
Alteração do método de consolidação	(62.535.049)	(150.281.209)	(498.837.859)	(5.657.840)	(691.556)	(718.003.513)
Variação de perímetro	9.319.937	24.287.536	67.172.232	887.700	184.693	101.852.098
Aquisições	455.485	693.186	18.520.830	52.962.554	893.022	73.525.077
Alienações	(5.785)	(1.531.192)	(9.263.835)	(82.015)	-	(10.882.827)
Revalorizações de justo valor	(349.378)	4.886.733	3.313.598	(19.193.184)	(523.854)	(11.866.085)
Ajustamento cambial	(2.086.324)	(2.982.180)	(9.430.013)	(164.160)	(66.817)	(14.729.494)
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	173.229.808	634.454.548	3.400.848.839	49.068.314	1.238.026	4.258.839.535
Amort. acumuladas e perdas por imparidade						
Saldo em 1 de Janeiro de 2006	(20.826.530)	(418.175.328)	(2.425.674.251)	-	-	(2.864.676.109)
Variação de perímetro	-	663.292	(2.601.129)	-	-	(1.937.837)
Amortizações e perdas por imparidade	(2.638.285)	(27.063.451)	(106.138.429)	-	-	(135.840.165)
Alienações	101	3.238.402	8.752.876	-	-	11.991.379
Regularizações, transferências e abates	-	1.278.324	(3.449.824)	-	-	(2.171.500)
Ajustamento cambial	599.970	941.019	4.409.260	-	-	5.950.249
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	(22.864.744)	(439.117.742)	(2.524.701.497)	-	-	(2.986.683.983)
Alteração do método de consolidação	11.075.637	105.777.763	380.076.321	-	-	496.929.721
Variação de perímetro	(777.562)	(11.972.256)	(30.140.694)	-	-	(42.890.512)
Amortizações e perdas por imparidade	(1.321.965)	(23.247.655)	(110.312.495)	-	-	(134.882.115)
Alienações	-	732.409	9.051.593	-	-	9.784.002
Regularizações, transferências e abates	(134.840)	(701.696)	16.197.835	-	-	15.361.299
Ajustamento cambial	265.352	1.114.187	3.656.533	-	-	5.036.072
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	(13.758.122)	(367.414.990)	(2.256.172.404)	-	-	(2.637.345.516)
Valor líquido a 1 de Janeiro de 2006	211.489.956	341.896.789	1.306.789.120	86.014.892	754.791	1.946.945.548
Valor líquido a 31 de Dezembro de 2006	205.566.178	320.263.932	1.304.672.389	20.315.259	1.442.538	1.852.260.296
Valor líquido a 31 de Dezembro de 2007	159.471.686	267.039.558	1.144.676.435	49.068.314	1.238.026	1.621.494.019

O Grupo aplica a interpretação IFRIC 4 – Determinar se um acordo contém uma locação. Em virtude da adopção desta norma a rubrica Activo fixos tangíveis – Equipamentos e outros tangíveis foi aumentada em Euros 44.003.950 ao qual se deduziram as respectivas amortizações acumuladas no montante de Euros 23.468.774 (2006: Euros 20.535.177), com referência a 31 de Dezembro de 2007. Em 31 de Dezembro de 2007 o valor líquido contabilístico destes equipamentos ascende a Euros 20.535.176 (2006: Euros 23.468.773).

O Grupo detém registados na rubrica de Terrenos, activos relacionados com montados de sobre, cujo valor bruto a 31 de Dezembro de 2007 e 2006 ascendia a Euros 336.593. Estes activos encontram-se a ser amortizados durante a sua vida útil esperada, ascendendo o seu valor líquido contabilístico àquela data a Euros 42.390 (2006: Euros 75.189).

18. Propriedades de investimento

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a rubrica Propriedades de investimento, corresponde ao custo de aquisição líquido das amortizações acumuladas de um imóvel, propriedade da Secil, cuja vida útil remanescente ascende a 19 anos, sito na Rua Conselheiro Fernando Sousa, em Lisboa, actualmente arrendado a terceiros.

19. Activos biológicos

No decurso do exercício de 2007 e 2006, o movimento ocorrido nos activos biológicos decompõe-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2007	31-12-2006
Valor bruto a 1 de Janeiro	123.295.452	136.238.875
Variações de justo valor		
Cortes efectuados no exercício	(16.928.309)	(17.631.810)
Crescimento	5.642.698	4.645.197
Replantações	2.092.508	1.640.898
Outras variações de justo valor	8.822.404	(1.597.708)
Total de variações de justo valor	(370.699)	(12.943.423)
	122.924.753	123.295.452

Os montantes apresentados em Outras variações de justo valor correspondem, essencialmente, a alterações (positivas ou negativas) no volume estimado de potencial futuro de extracção de madeira por via de novas plantações, ganhos/perdas de eficiência na exploração dos activos florestais e abates por incêndios.

20. Investimentos em associadas

O movimento ocorrido nesta rubrica durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, foi como segue:

Valores em Euros	31-12-2007	31-12-2006
Saldo inicial	41.455.988	46.138.309
Variação de perímetro	(11.757.624)	(1.544.862)
Alteração do método de consolidação	(20.059.243)	-
Aquisições	26.010	126.032
Alienações	(6.023.184)	-
Resultado líquido apropriado	611.427	2.488.107
Dividendos recebidos	(553.191)	(2.932.683)
Ajustamento cambial	204.390	(2.528.771)
Perdas por imparidade	(276.491)	(375.000)
Outros movimentos	(1.749.200)	84.856
	1.878.882	41.455.988

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o total de investimentos em associadas inclui goodwill detalhado conforme segue:

Participadas/Associadas	Ano Aq.	Goodwill implícito	
		31-12-2007	31-12-2006
Betão Liz, S.A. a)	1999	-	542.140
Setefrete, SGPS, S.A.	2003	1.136.153	2.227.750
Ciments de Sibline, S.A.L. b)	2005	-	157.444
		1.136.153	2.927.334

a) Sociedade alienada em 2007

b) Sociedade incluída no consolidado em 2007

A Secil, através de uma subsidiária por si detida a 100%, adquiriu uma participação adicional representativa de 21,86% do capital social e dos direitos de voto da Sociedade Ciment de Sibline SAL, com sede em Beirute no Líbano, passando a mesma a ser reflectida pelo método integral nas contas consolidadas do sub-Grupo. (Nota 35).

A Secil reforçou igualmente a sua participação do capital da Cimentos Madeira, de 14,29% para 57%, passando a mesma a ser reflectida pelo método integral nas contas consolidadas do sub-Grupo.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os investimentos em associadas em balanço, incluindo o goodwill apurado na aquisição das mesmas, tinham a seguinte composição:

Participadas/Associadas	% detida	Valor contabilístico	
		31-12-2007	31-12-2006
Secil - Energia, Lda.	51,00%	27.219	50.477
Betão Liz, S.A. a)	17,02%	-	9.697.708
Transcil, Lda.	16,83%	381	748
Cimentapor, Lda. a)	12,75%	-	2.339.227
Ciment de Sibline S.A.L. b)	14,34%	-	24.162.392
Chryso - Aditivos de Portugal, S.A.	20,40%	9.310	37.529
Setefrete, SGPS, S.A.	12,75%	1.468.485	3.111.132
Cimentos Madeira, Lda. b)	7,29%	-	1.535.128
MC - Materiaux de Construction	25,17%	1.424	2.888
J.M. Henriques, Lda.	25,50%	214.087	-
Be-Power, Serviços e Equipamentos, Lda	3,06%	27.900	-
Portucel International Trading, SA b)	100%	-	386.234
Sopogen	8%	4.000	4.000
Liaison Technologie	2%	126.076	126.032
Outros	-	-	2.493
		1.878.882	41.455.988

a) Sociedade alienada em 2007

b) Sociedade incluída no consolidado em 2007

21. Activos disponíveis para venda

O movimento ocorrido nesta rubrica no decurso do exercício de 2007 e 2006, foi como segue:

Valores em Euros	31-12-2007	31-12-2006
Justo valor no inicio do exercício	79.230.810	18.584.241
Alteração do método de consolidação	(467.678)	-
Aquisições	11.676	59.906.603
Alienações	(85.275.621)	(13.106.256)
Obrigações cedidas a terceiros	-	(2.899.097)
Variação cambial	(195.355)	(147.821)
Variações de Justo valor	8.123.305	16.893.140
Justo valor no fim do período	1.427.137	79.230.810

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os Activos disponíveis para venda tinham a seguinte composição:

Investimentos disponíveis para venda	31-12-2007	31-12-2006
Títulos da dívida pública de Angola	291.412	954.445
Acções da EDP - Energias de Portugal, SA	402.300	77.618.369
Acções do Banco Espírito Santo, SA	724.665	657.996
Acções do Banco Comercial Português, SA	8.760	-

Valor no final do exercício	31-12-2007	31-12-2006
	1.427.137	79.230.810

No exercício de 2007, o Grupo procedeu à alienação de 20.123.117 acções da EDP – Energias de Portugal, SA, operação da qual resultou uma mais valia no montante de Euros 26.217.374 conforme mencionado na nota 5.

22. Imparidades em activos não correntes e correntes

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a movimentação das imparidades em activos não correntes foi conforme segue:

Valores em Euros	Goodwill*	Activos Intangíveis	Activos fixos Tangíveis	Investimentos Associadas	Total
1 de Janeiro de 2006	(18.858.581)	-	(19.357.083)	(635.189)	(38.850.853)
Variação do perímetro	-	-	-	306.000	306.000
Ajustamento cambial	1.122.515	-	-	-	1.122.515
Reforço (Nota 8)	(464.353)	(1.594.000)	-	-	(2.058.353)
Reversões	-	-	-	-	-
Utilizações	-	-	-	250.000	250.000
Transferências	-	-	-	61.017	61.017
31 de Dezembro de 2006	(18.200.419)	(1.594.000)	(19.357.083)	(18.172)	(39.169.674)
Variação do perímetro	-	-	-	-	-
Alteração do método de consolidação	8.918.205	-	-	8.904	8.927.109
Ajustamento cambial	-	-	-	-	-
Reforço (Nota 8)	(276.491)	-	-	-	(276.491)
Reversões (Nota 5 e 16)	-	1.594.000	-	-	1.594.000
Utilizações	-	-	11.724.990	-	11.724.990
Transferências	-	-	-	-	-
31 de Dezembro de 2007	(9.558.705)	-	(7.632.093)	(9.268)	(17.200.069)

*Imparidade do Goodwill referente a empresas subsidiárias e associadas

No decurso dos exercícios de 2007 e 2006, a movimentação das imparidades em activos correntes foi conforme segue:

Valores em Euros	Existências	Cientes c/c	Valores a rec. Associadas	Outros Devedores	Total
1 de Janeiro de 2006	(1.927.566)	(18.551.425)	(2.188.719)	(8.744.812)	(31.412.522)
Variação do perímetro	(5.782)	(678.071)	-	-	(683.853)
Ajustamento cambial	(7.942)	103.818	-	8.711	104.587
Reforço (Nota 6)	(820.637)	(2.003.297)	(408.207)	(229.955)	(3.462.096)
Reversões (Nota 5)	375.426	292.402	291.916	971.905	1.931.649
Utilizações	-	519.618	-	19.487	539.105
Transferências	207.790	-	-	-	207.790
31 de Dezembro de 2006	(2.178.711)	(20.316.955)	(2.305.010)	(7.974.664)	(32.775.340)
Variação do perímetro	(1.309.245)	(1.812.001)	-	(56.776)	(3.178.022)
Alteração do método de consolidação	912.627	7.074.777	1.129.455	-	12.916.777
Ajustamento cambial	192.156	70.424	-	3.906	266.486
Reforço (Nota 6)	(1.087.944)	(696.049)	(68.876)	(129.297)	(1.982.166)
Reversões (Nota 5)	126.939	580.428	-	2.623	709.990
Utilizações	-	394.056	-	-	394.056
Transferências	-	(29.262)	-	680.769	651.507
31 de Dezembro de 2007	(3.344.178)	(14.734.582)	(1.244.431)	(3.673.521)	(22.996.712)

23. Existências

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, as existências, tinham a seguinte composição:

Valores em Euros	31-12-2007	31-12-2006
Matérias primas	119.904.813	113.172.679
Produtos e trabalhos em curso	11.966.041	10.441.625
Sub-produtos e desperdícios	199.683	466.935
Produtos acabados e mercadorias	39.817.730	41.946.121
Mercadorias	4.673.999	4.521.803
Adiantamentos	872.250	675.298
	177.434.516	171.224.461

Nota: Os valores apresentados encontram-se líquidos de perdas por imparidade (nota 22)

24. Valores a receber correntes

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a rubrica de Valores a receber correntes, decompõe-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2007	31-12-2006
Clientes	268.249.339	299.393.387
Clientes - empresas associadas (Nota 34)	-	3.081.295
Instrumentos financeiros derivados (Nota 33)	14.562.920	16.879.141
Outros devedores	87.794.052	28.288.134
Acréscimo de proveitos	2.326.226	2.455.783
Custos diferidos	2.392.100	3.925.637
	375.324.637	354.023.377

Nota: Os valores apresentados encontram-se líquidos de perdas por imparidade (nota 22)

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os saldos a receber de clientes apresentava a seguinte estrutura de antiguidade, considerando como referência a data de vencimento dos valores em aberto:

Valores em Euros	31-12-2007	31-12-2006
Não vencidos	220.323.598	241.612.509
de 1 a 180 dias	49.936.984	59.624.069
de 181 a 360 dias	2.215.294	6.612.954
de 361 a 540 dias	665.314	1.622.841
de 541 a 720 dias	413.047	327.568
mais de 720	9.429.684	9.910.401
Saldo bruto de clientes	282.983.921	319.710.342

Imparidade acumulada (Nota 22)	(14.734.582)	(20.316.955)
Saldo de clientes líquido de imparidades	268.249.339	299.393.387

Os valores apresentados correspondem aos valores em aberto, face aos prazos de vencimento contratados. Apesar de existirem atrasos na liquidação de alguns valores face a esses prazos, tal não resulta na identificação de situações de imparidade para além das consideradas através das correspondentes perdas.

Estas são apuradas atendendo à informação regularmente reunida sobre o comportamento financeiro dos clientes do grupo, que permite, em conjugação com a experiência reunida na análise da carteira e em conjugação com os sinistros de crédito que se verifiquem, na parte não atribuível à seguradora, definir o valor das perdas a reconhecer no período.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a rubrica Outros devedores detalha-se conforme segue:

Valores em Euros	31-12-2007	31-12-2006
Saldos com partes relacionadas		
Empresas do grupo (Nota 34)	2.386	4.610
Outras partes relacionadas (Nota 34)	628.477	1.403.985
Accionistas	-	812.465
	630.863	2.221.060
Outros devedores		
Adiantamentos a fornecedores	626.611	1.057.962
Subsídio a receber do IAPMEI	3.850.409	12.849.769
AICEP - Incentivos financeiros a receber	71.343.438	-
Outros	11.342.731	12.159.343
	87.163.189	26.067.074
	87.794.052	28.288.134

Em 12 de Julho de 2006, foram celebrados entre o Grupo e a API – Agência Portuguesa para o Investimento (actual AICEP) quatro contratos de investimento (em curso e a realizar até 30 de Junho de 2008) os quais compreendem incentivos fiscais e financeiros nos montantes globais de Euro 74.913.245 e Euro 102.038.801, respectivamente, a que correspondem investimentos totais de cerca de Euros 900.000.000. Em 31 de Dezembro de 2007, exercício de aprovação dos contratos por Bruxelas, o investimento efectuado ao abrigo dos projectos relativamente aos quais foram assegurados incentivos financeiros a receber do AICEP encontravam-se num estágio de desenvolvimento superior ao montante correspondente dos incentivos efectivamente recebidos. Desta forma, para garantir a especialização dos exercícios no reconhecimento destes incentivos, foi reconhecido como um valor a receber o saldo correspondente ao montante dos incentivos contratados mas ainda não recebidos, na medida dos investimentos efectuados, tendo sido reconhecidos nos resultados a quota parte do incentivo financeiro correspondente às amortizações dos equipamentos enquadráveis no projecto e já contabilizadas em parte do período de elegibilidade do mesmo (de 2002 a

2007), no montante de Euros 18.014.811 (Nota 8), em conformidade com a política descrita na nota 1.22.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, as rubricas de Acréscimo de proveitos e Custos diferidos detalham-se conforme segue:

Valores em Euros	31-12-2007	31-12-2006
Acréscimos de proveitos		
Juros a receber	737.191	339.527
Descontos em compras	87.538	20.955
Subsídios a receber	485.646	866.783
Indemnizações a receber	369.797	682.126
Outros	646.054	546.392
	2.326.226	2.455.783
Custos diferidos		
Grandes reparações	-	1.534.246
Seguros	95.791	209.249
Outros	2.296.309	2.182.142
	2.392.100	3.925.637
	4.718.326	6.381.420

25. Estado

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, não existiam dívidas em situações de mora com o Estado e outros Entes Públicos. Os saldos com estas entidades detalham-se como segue:

Activos correntes

Valores em Euros	31-12-2007	31-12-2006
Estado e Outros entes Pùblicos		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas -	6.640.724	6.018.758
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares -	-	4.331
Imposto sobre o Valor Acrescentado	9.758.465	7.911.777
Imposto sobre o Valor Acrescentado - Reembolsos pec	26.553.624	18.237.657
Restantes Impostos	1.207.722	2.477.614
	44.160.535	34.650.137

O montante de reembolsos pedidos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 detalha-se como segue por empresa e por mês:

Valores em Euros	Ago /2007	Set /2007	Out /2007	Nov /2007	Dez /2007	Total		
Enerpulp	931.757	718.001	820.763	842.966	1.078.333	4.391.820		
Portucel	2.280.696	2.522.905	3.010.962	3.167.416	5.191.271	16.173.250		
Soporcet	-	-	-	2.923.501	2.811.924	5.735.425		
Viveiros Aliança	-	-	110.915	-	-	110.915		
Raiz	-	-	-	-	142.214	142.214		
	3.212.453	3.240.906	3.942.640	6.933.883	9.223.742	26.553.624		
Valores em Euros	Jun /2006	Jul /2006	Ago /2006	Set /2006	Out /2006	Nov /2006	Dez /2006	Total
Enerpulp	607.076	686.409	663.392	794.073	810.857	737.640	964.627	5.264.074
Portucel	-	2.265.984	-	-	-	1.799.064	1.861.505	5.926.553
Soporcet	-	2.502.307	-	-	-	4.212.687	34.269	6.749.269
Viveiros Aliança	-	-	-	92.713	-	-	3.896	
Raiz	-	-	-	-	-	-	201.158	
	663.392	886.786	810.857	6.749.391	3.065.455	18.237.557	20.158.158	

Passivos correntes

Valores em Euros	31-12-2007	31-12-2006
Estado e Outros entes Públicos		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas - IRC	29.826.133	8.449.446
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares - IRS	2.646.079	3.369.425
Imposto sobre o Valor Acrescentado	5.753.828	8.139.532
Contribuições para a Segurança Social	2.784.354	2.987.906
Liquidações adicionais de imposto	57.644.398	43.558.882
Outros	1.424.331	577.686
100.079.123	67.079.877	

A rubrica Liquidações adicionais de imposto inclui 51% de um montante de Euros 9.289.439, incluindo juros compensatórios de Euros 970.938 decorrente de uma liquidação adicional em virtude da inspecção tributária em base individual ao IRC do exercício de 2002, na Secil, no que respeita ao IRC apurado em base agregada - ao abrigo do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades. A liquidação

respeita à consideração pela Administração Fiscal de um montante de Euros 24.950.000 como liberalidade, aquando da alienação da Secil Investimentos, SGPS, S.A., na parte de capital que resulta do aumento do capital social efectuado nesse ano para cobertura dos capitais próprios negativos da sociedade.

A rubrica de Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas – IRC decompõe-se do seguinte modo:

Valores em Euros	31-12-2007
Imposto sobre o rendimento do exercício	46.623.428
Ajustamento cambial	(72.278)
Pagamentos por conta	(12.859.645)
Retenções na fonte a recuperar	(3.277.635)
IRC de exercícios anteriores	(587.737)
	29.826.133

O saldo da rubrica Liquidações adicionais de imposto, em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, detalha-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2007	31-12-2006
IRC		
Liquidação adicional 1998 - Grupo Portucel	2.544.659	2.544.659
Liquidação adicional 1999 - Grupo Portucel	8.019.119	8.019.119
Liquidação adicional 2000 - Grupo Portucel	1.393.034	1.393.034
Liquidação adicional 2001 - Grupo Portucel	188.408	188.408
Liquidação adicional 2002 - Grupo Se cil	4.613.275	5.827.876
Liquidação adicional 2003 - Grupo Portucel	4.600.804	5.959.167
Liquidação adicional 2004 - Grupo Portucel	282.959	3.392.709
Liquidação adicional 2005 - Grupo Portucel	4.087.313	2.522.586
Acção inspectiva 2005 - Grupo Portucel RETGS	18.948.939	-
Processo fiscal relativo a incentivo fiscal MP2 - Soporc el	5.503.293	3.298.743
Outros - Se cil	7.462.595	15.654.581
	57.644.398	43.555.882

26. Capital social e acções próprias

Em 31 de Dezembro de 2007, o capital social da Semapa, encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 118.332.445 acções com o valor nominal de 1 Euro.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 as pessoas colectivas que detinham posições relevantes no capital da sociedade detalham-se conforme segue:

Nome	Nº de Acções	% 31-12-2007	% 31-12-2006
Credit Suisse Group	23.600.000	19,94	19,94
Sodim, SGPS, S.A.	23.365.000	19,75	22,07
Longapar, SGPS, S.A.	20.000.000	16,90	16,90
Cimo - Gestão de Participações, SGPS, S.A.	14.211.710	12,01	12,33
Banco BPI, SA	11.855.974	10,02	10,02
Banco Espírito Santo, SA	6.191.854	5,23	5,52
Morgan Stanley	3.159.859	2,67	-
Seminv - Investimentos, SGPS, S.A	2.727.975	2,31	2,31
Acções próprias	2.720.000	2,30	-
Bestinver Gestión, SGIC, S.A.	2.609.327	2,21	-
Sonaca - Sociedade Nacional de Canalizações, S.A.	1.630.590	1,38	1,06
Outros accionistas com participações inferiores a 2%	6.260.156	5,29	9,85
	118.232.445	100,00	100,00

A sociedade Seminv Investimentos, SGPS, S.A. é uma empresa subsidiária do Grupo Semapa pelo que as 2.727.975 acções por si detidas encontram-se evidenciadas como acções próprias nas Demonstrações Financeiras consolidadas do Grupo.

Adicionalmente, no dia 4 de Julho de 2007, a Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. adquiriu, através de compra realizada em bolsa, 2.720.000 acções próprias, correspondentes a 2,30% do seu capital social.

27. Reservas e Lucros retidos

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a rubrica de Reserva de justo valor, Reservas cambiais e Outras reservas decompõe-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2007	31-12-2006
Justo valor de instrumentos financeiros	5.443.476	3.846.329
Justo valor de activos disponíveis para venda	594.023	18.686.147
Revalorização resultante da aquisição de controlo	(1.281.742)	-
Total de reservas de justo valor	4.755.757	22.532.476
Reserva de conversão cambial	(14.378.266)	(9.359.315)
Reserva legal	23.666.489	23.666.489
Outras reservas	590.902.238	526.719.429
Total de Outras reservas	614.568.727	550.385.918
Total de reservas	604.946.218	563.559.079

Justo valor de Instrumentos financeiros

O montante de Euros 5.443.476, líquido de impostos diferidos, no montante de Euros 1.962.614, apresentado na rubrica Justo valor de instrumentos financeiros, corresponde à quota parte apropriada da variação do justo valor dos instrumentos financeiros classificados como de cobertura, da subsidiária Portucel, cuja valorização, em 31 de Dezembro de 2007, ascendia a Euros 12.514.043 (Nota 33), contabilizados em conformidade com a política descrita na nota 1.13.

Justo valor de Activos disponíveis para venda

O montante de Euros 594.023 corresponde:

- i) à apropriação pelo Grupo do justo valor dos títulos da dívida de Angola, no montante de Euros 316.386;
- ii) à variação de justo valor, no montante de Euros 78.240, em 90.000 acções ainda detidas pelo Grupo na sociedade EDP; e
- iii) à variação de justo valor, no montante de Euros 199.397, das acções detidas pelo Grupo no Banco Espírito Santo.

Adicionalmente, foi transferido para resultados um montante de Euros 18.158.794 correspondente à reserva de justo valor existente em 31 de Dezembro de 2006, relativa às acções da EDP alienadas no exercício de 2007 (Nota 5), em conformidade com a política descrita na nota 1.12.

Revalorizações resultantes de aquisições de controlo

O montante de Euros 1.281.742 negativos evidenciado nesta rubrica corresponde à apropriação pelo Grupo do justo valor atribuído aos activos da subsidiária Ciment de Sibline, na parte proporcional à participação já detida antes da aquisição do controlo, facto que ocorreu em 2007 (Nota 20).

Reserva de Conversão cambial

O montante negativo de Euros 14.378.266 respeita à apropriação pelo Grupo das diferenças cambiais

resultantes da conversão das demonstrações financeiras das sociedades que operam fora da zona Euro, essencialmente na Tunísia, Líbano, Angola, Estados Unidos da América e Reino Unido.

Reservas legais

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital, o que se verifica em 31 de Dezembro de 2007.

Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da sociedade poderá, contudo, ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Outras Reservas

Correspondem a reservas livres para distribuição aos accionistas constituídas através da transferência de resultados de exercícios anteriores.

Na sequência da aquisição de 2.720.000 acções próprias, pelo montante de Euros 36.765.574, foi tornada indisponível uma reserva de igual montante, em conformidade com a legislação comercial aplicável, reserva esta que deverá ser mantida até à alienação das referidas acções.

Lucros Retidos

No exercício de 2006, o Grupo registou nesta rubrica um montante de Euros 26.535.335, correspondente à diferença apurada entre a percentagem adicional (de 4,7%) adquirida pelo Grupo no capital da subsidiária Portucel e o respectivo valor de aquisição. Este tratamento corresponde ao previsto na IFRS 3 – Concentração de Actividades Empresariais revista, embora esta norma não tenha ainda sido aprovada pela União Europeia.

No exercício de 2007, o Grupo voltou a reforçar em 3,4% a sua posição accionista na Portucel, através da aquisição em bolsa de 26.067.336 acções, donde resultou uma diferença de aquisição positiva, no montante de Euros 30.369.562, registada directamente em resultados retidos.

São igualmente registados nesta rubrica os desvios actuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos utilizados para efeito de apuramento de responsabilidades com benefícios pós emprego e o que efectivamente ocorreu (bem como de alterações efectuadas nos mesmos e do diferencial entre o valor esperado da rentabilidade dos activos dos fundos e a rentabilidade real) conforme política descrita na Nota 1.22.1.

No exercício de 2007 foi registado nesta rubrica um montante total de Euros 7.972.684 (Nota 29), dos quais Euros 4.937.198 foram apropriados pelo Grupo, correspondentes à sua proporção nos impactos ocorridos na Semapa e suas subsidiárias.

28. Impostos diferidos

No decurso do exercício de 2007, o movimento ocorrido nos activos e passivos por impostos diferidos de cada subgrupo, foi o seguinte:

Valores em Euros	A 1 de Janeiro de 2007	Alteração do método de consolidação	Ajustamento Cambial	Demonstração de resultados		Lucros Retidos	Transferências	Variação de perímetro	A 31 de Dezembro de 2007							
				Aumentos	Reduções											
Diferenças temporárias que originam activos por impostos diferidos																
Sub-Grupo Portucel																
Prejuízos fiscais reportáveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-							
Ajustamento de activos incorpóreos	799.755	-	-	-	-	-	-	-	799.755							
Provissões tributadas	8.163.405	-	-	150.000	(5.461.959)	-	-	-	2.851.446							
Ajustamento de activos immobilizados	14.468.241	-	-	64.953	(11.323.344)	-	-	-	3.209.850							
Insuficiência do fundo de pensões	35.154.141	-	-	29.840	(2.655.203)	(15.544.166)	-	-	16.984.612							
Instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-							
Mais-valias contabilísticas diferidas (intra-grupo)	5.529.002	-	-	-	(3.134.583)	-	-	-	2.394.419							
Valorização das florestas em crescimento	54.016.754	-	-	-	(10.131.492)	-	-	-	43.885.262							
Actualização de encargos com Explorações Silvícolas	36.842.876	-	-	-	(36.842.876)	-	-	-	-							
Amortizações em activos sujeitos à IFRIC 4	3.859.215	-	-	61.799	-	-	-	-	3.921.014							
Incentivos fiscais ao investimento	-	-	-	14.522.414	-	-	-	-	14.522.414							
Sub-Grupo Secl																
Provissões tributadas	16.148.598	(7.912.813)	(41.145)	594.893	(1.158.951)	-	(298.996)	432.012	7.763.598							
Prejuízos fiscais reportáveis	32.857.214	(16.100.035)	-	583.071	(7.570.169)	-	298.996	97.500	10.166.577							
Responsabilidade por subsídio de reforma	928.737	(455.081)	-	72.415	(32.623)	(27.104)	-	-	486.344							
Responsabilidade por prémio de antiguidade	1.443.723	(707.424)	-	70.804	(43.743)	(44.588)	-	-	718.772							
Insuficiência do fundo de pensões	3.631.508	(1.779.439)	-	272.114	(65.782)	77.135	(1.451.771)	-	683.765							
Benefícios de reforma sem fundo autónomo	12.890.239	(6.316.217)	-	423.514	(840.701)	(329.136)	-	347.880	6.175.579							
Desreconhecimento do subsídio ao investimento	5.521.683	(2.705.625)	-	80.344	-	-	-	-	2.896.402							
Desreconhecimento de activos intangíveis	-	-	-	519.018	(361.192)	(487.861)	-	95.965	(234.070)							
Reconhecimento de custos diferidos	-	-	-	-	(232.340)	-	-	-	(232.340)							
Responsabilidade por assistência na doença	14.319.379	(7.016.496)	(555.394)	29.666	(3.378.198)	-	-	6.993.033	10.391.990							
Mais-valias contabilísticas diferidas (intra-grupo)	2.396.459	(1.174.265)	(596.538)	2.645.839	(13.683.698)	(811.553)	(1.451.771)	7.966.390	(4.709.137)							
	248.970.929	(44.167.395)	(1.193.077)	20.120.684	(96.916.854)	(17.167.273)	(2.903.542)	15.932.780	122.676.252							
Diferenças temporárias que originam passivos por impostos diferidos																
Sub-Grupo Portucel																
Reavaliação de activos immobilizados	(31.157.665)	-	-	-	6.614.632	550.675	-	-	(23.992.358)							
Benefícios de reforma	(999.297)	-	-	(46.780)	17.197	(158.512)	-	-	(1.187.392)							
Instrumentos financeiros	(7.464.582)	-	-	-	-	(3.086.461)	-	-	(10.551.043)							
Justo valor dos activos fixos - Soporcet	(246.794.514)	-	-	-	3.506.033	-	-	-	(243.288.481)							
Extensão da vida útil dos activos fixos tangíveis	(48.887.412)	-	-	(41.269.373)	-	-	-	-	(90.156.785)							
Menos-valias diferidas contabilísticas intra-grupo	(73.100.049)	-	-	-	19.948.826	-	-	-	(53.151.223)							
Mais valia fiscais com tributação diferida	-	-	-	-	-	-	-	-	-							
Harmonização do critério das amortizações	(14.579.836)	-	-	-	-	-	-	-	(14.579.836)							
Justo valor dos activos intangíveis - Marcas	(149.894.000)	-	-	(1.594.000)	-	-	-	-	(151.488.000)							
Justo valor dos activos fixos - Portucel	(298.534.351)	-	-	-	24.877.863	-	-	-	(273.656.488)							
Sub-Grupo Secl																
Reavaliação de activos immobilizados	(17.755.098)	8.699.998	-	(376)	2.425.426	-	11.261.140	(732.313)	3.898.777							
Alteração do método de cálculo das amortizações	(79.902.200)	39.152.078	140.275	(10.279.538)	-	-	(3.334.057)	-	(54.223.442)							
Justo valor de subsidiárias	(136.583.897)	66.926.110	1.731.267	-	2.353.746	-	-	(656.694)	(66.229.468)							
Menos-valias contabilísticas diferidas (intra-grupo)	(25.170.219)	12.333.407	-	-	346.950	-	(7.890.682)	-	(20.380.544)							
Instrumentos financeiros	(1.089.350)	533.782	-	-	60.875	-	-	-	(494.693)							
Diferimento da tributação de mais-valias	(7.038.883)	3.449.053	-	-	2.872.712	-	(36.401)	-	(753.519)							
Acréscimos de amortizações	(2.795.024)	1.369.562	48.689	(198.906)	111.951	-	-	-	(1.463.728)							
Excesso do fundo de pensões	-	-	-	(578.374)	306.678	(1.329.982)	1.451.771	(511.653)	(661.560)							
Outras diferenças temporárias	-	-	-	13.304	(204.040)	51.000	-	(51.000)	(190.736)							
Outras empresas																
Menos-valias contabilísticas diferidas (intra-grupo)	(31.775.587)	-	-	-	17.214.256	-	-	-	(14.561.331)							
	(1.173.521.964)	132.463.990	1.933.535	(54.171.387)	80.708.145	(4.024.280)	1.451.771	(1.951.660)	(1.017.111.850)							
Valores reflectidos no balanço																
Activos por impostos diferidos	66.187.428	(11.780.148)	(90.473)	4.639.460	(21.849.754)	(4.332.046)	(384.719)	1.314.683	33.704.431							
Passivos por impostos diferidos	(313.834.584)	36.500.284	571.849	(29.800.920)	34.684.923	(1.063.109)	384.719	(408.765)	(272.965.603)							

No decurso do exercício de 2006, o movimento ocorrido nos activos e passivos por impostos diferidos de cada subgrupo, foi o seguinte:

Valores em Euros	A 1 de Janeiro	Ajustamento	Demonstração de resultados		Lucros Retidos	Transferências	Variação de perímetro	A 31 de Dezembro
	de 2006	Cambial	Aumentos	Reduções				de 2006
Diferenças temporárias que originam activos por impostos diferidos								
Sub-Grupo Portucel								
Prejuízos fiscais reportáveis	123.858	-	-	(281.141)	157.283	-	-	-
Ajustamento de activos incorpóreos	7.394.291	-	-	(6.594.536)	-	-	-	799.755
Provisões tributadas	8.870.178	-	1.025.225	(1.731.998)	-	-	-	8.163.405
Ajustamento de activos immobilizados	15.400.681	-	-	(932.440)	-	-	-	14.468.241
Insuficiência do fundo de pensões	37.589.072	-	5.507.645	(7.915.125)	(27.451)	-	-	35.154.141
Instrumentos financeiros	2.077.924	-	-	-	(2.077.924)	-	-	-
Mais-valias contabilísticas diferidas (intra-grupo)	4.200.155	-	1.328.847	-	-	-	-	5.529.002
Valorização das florestas em crescimento	78.685.280	-	11.169.983	(35.838.509)	-	-	-	54.016.754
Actualização de encargos com Explorações Silvícolas	73.774.331	-	-	(36.931.455)	-	-	-	36.842.876
Amortizações em activos sujeitos à IFRIC 4	3.663.197	-	196.018	-	-	-	-	3.859.215
Sub-Grupo Secil								
Provisões tributadas	12.954.545	(158.530)	5.078.003	(1.139.154)	-	(586.266)	-	16.148.598
Prejuízos fiscais reportáveis	51.727.461	-	73.385	(20.197.174)	-	586.266	667.276	32.857.214
Responsabilidade por subsídio de reforma	906.651	-	73.917	(68.100)	16.269	-	-	928.737
Responsabilidade por prémio de antigüedad	1.431.349	-	132.357	(78.943)	(41.040)	-	-	1.443.723
Insuficiência do fundo de pensões	2.956.339	-	-	(5.570.335)	1.173.312	5.072.192	-	3.631.508
Benefícios de reforma sem fundo autónomo	18.613.414	-	842.591	(1.534.002)	40.428	(5.072.192)	-	12.890.239
Desreconhecimento do subsídio ao investimento	4.618.277	-	903.406	-	-	-	-	5.521.683
Responsabilidade por assistência na doença	6.502.926	-	6.334.158	(624.945)	2.107.240	-	-	14.319.379
Mais-valias contabilísticas diferidas (intra-grupo)	1.739.330	-	857.050	(199.921)	-	-	-	2.396.459
	333.229.259	(158.530)	33.522.585	(119.637.778)	1.348.117	-	667.276	248.970.929
Diferenças temporárias que originam passivos por impostos diferidos								
Sub-Grupo Portucel								
Reavaliação de activos immobilizados	(34.055.387)	-	(550.675)	3.448.397	-	-	-	(31.157.665)
Benefícios de reforma	(1.018.029)	-	(97.337)	-	116.069	-	-	(999.297)
Instrumentos financeiros	-	-	-	-	(7.464.582)	-	-	(7.464.582)
Justo valor dos activos fixos - Soporcet	(247.887.582)	-	-	1.093.068	-	-	-	(246.794.514)
Extensão da vida útil dos activos fixos tangíveis	-	-	(48.887.412)	-	-	-	-	(48.887.412)
Menos-valias diferidas contabilísticas intra-grupo	(37.052.365)	-	(36.047.684)	-	-	-	-	(73.100.049)
Harmonização do critério das amortizações	(14.193.473)	-	(386.363)	-	-	-	-	(14.579.836)
Justo valor dos activos intangíveis - Marcas	(151.488.000)	-	-	1.594.000	-	-	-	(149.894.000)
Justo valor dos activos fixos - Portucel	(323.412.214)	-	-	24.877.863	-	-	-	(298.534.351)
Sub-Grupo Secil								
Reavaliação de activos immobilizados	(22.142.253)	-	-	4.536.292	-	-	(149.137)	(17.755.098)
Alteração do método de cálculo das amortizações	(64.835.254)	404.979	(15.471.925)	-	-	-	-	(79.902.200)
Justo valor de subsidiárias	(122.353.734)	7.749.679	(22.080.666)	4.621.313	-	-	(4.520.489)	(136.583.897)
Menos-valias contabilísticas diferidas (intra-grupo)	(36.087.601)	-	-	10.917.382	-	-	-	(25.170.219)
Instrumentos financeiros	(162.038)	-	(927.312)	-	-	-	-	(1.089.350)
Diferimento da tributação de mais-valias	(7.475.851)	176.476	-	260.492	-	-	-	(7.038.883)
Acréscimos de amortizações	(2.340.822)	124.133	(578.335)	-	-	-	-	(2.795.024)
Outras empresas								
Menos-valias contabilísticas diferidas (intra-grupo)	(54.177.269)	-	-	22.401.682	-	-	-	(31.775.587)
	(1.118.681.872)	8.455.267	(125.027.709)	73.750.489	(7.348.513)	-	(4.669.626)	(1.173.521.964)
Valores reflectidos no balanço								
Activos por impostos diferidos	92.143.526	(69.042)	9.340.948	(33.187.406)	195.105	-	183.501	68.606.632
Efeito da alteração de taxa	-	-	(3.396.398)	996.675	(19.481)	-	-	(2.419.204)
Total dos Activos por impostos diferidos	92.143.526	(69.042)	5.944.550	(32.190.731)	175.624	-	183.501	66.187.428
Passivos por impostos diferidos	(316.973.323)	2.792.376	(34.474.396)	21.690.811	(2.020.842)	-	(1.217.827)	(330.203.201)
Efeito da alteração de taxa	-	-	15.934.141	479.966	(45.490)	-	-	16.368.617
Total dos Passivos por impostos diferidos	(316.973.323)	2.792.376	(18.540.255)	22.170.777	(2.066.332)	-	(1.217.827)	(313.834.584)

Prejuízos fiscais reportáveis com imposto diferido activo

São reconhecidos impostos diferidos activos sobre prejuízos fiscais na medida em que seja provável a realização do respectivo benefício fiscal, através da existência de lucros tributáveis futuros. Os impostos diferidos activos reconhecidos pelo Grupo referem-se a prejuízos fiscais que podem ser deduzidos aos lucros tributáveis futuros, conforme segue:

Valores em Euros	31-12-2007	31-12-2006	Data limite
Secipar, SL*	9.515.461	31.597.117	2019
Lisconcreto – Unibetão, S.A.*	-	385.670	2009
Camilo e Lopez, Lda.*	-	173.946	2010
Ecoresíduos, Lda.*	572.088	627.096	2010
Minerbetão, S.A.*	79.028	-	2011
Britobetão*	-	73.385	2012
	10.166.577	32.857.214	

* Em 31 de Dezembro de 2007 os montantes supra apresentados relativos às subsidiárias da participada Secil encontram-se relevados em apenas 51% dos seus efectivos montantes em conformidade com o referido na nota 1.2.

Prejuízos fiscais reportáveis sem imposto diferido activo

Os prejuízos fiscais sobre os quais o Grupo considera, nesta data, não existir a capacidade de dedução a lucros tributáveis futuros, e como tal sem imposto diferido activo, detalham-se conforme segue:

Valores em Euros	Posição em							
	31-12-2007	31-12-2006	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Semapa, SGPS, SA	18.325.643	21.129.445						
2001	-	2.803.802						
2002	4.374.315	4.374.315	4.374.315	-	-	-	-	-
2003	5.120.440	5.120.440	-	5.120.440	-	-	-	-
2004	8.830.888	8.830.888	-	-	8.830.888	-	-	-
Seminv, SGPS, SA	15.730.099	15.730.099						
2003	7.987.025	7.987.025	-	7.987.025	-	-	-	-
2004	7.743.074	7.743.074	-	-	7.743.074	-	-	-
Seinpart, SGPS, SA	8.248.989	8.249.483						
2001	-	494	-	-	-	-	-	-
2002	1.395	1.395	1.395	-	-	-	-	-
2003	1.889	1.889	-	1.889	-	-	-	-
2004	3.996.548	3.996.548	-	-	3.996.548	-	-	-
2005	4.249.157	4.249.157	-	-	-	4.249.157	-	-
Cimentospar, SGPS, Lda.	593.484	593.484						
2005	593.484	593.484	-	-	-	593.484	-	-
Portucel Florestal, S.A.	13.915.018	17.406.032						
2001	-	3.491.014	-	-	-	-	-	-
2002	5.989.592	5.989.592	5.989.592	-	-	-	-	-
2003	7.925.426	7.925.426	-	7.925.426	-	-	-	-
Aliança Florestal, SA	-	31.049						
2001	-	31.049	-	-	-	-	-	-
Enerforest, S.A.	-	133.842						
2001	-	133.842	-	-	-	-	-	-
Tecnipapel, Lda	152.048	202.865						
2001	-	50.816	-	-	-	-	-	-
2002	152.048	152.048	152.048	-	-	-	-	-
Secil Pré-betão, S.A.*	2.145.604	2.781.272						
2003	228.918	448.859	-	228.918	-	-	-	-
2004	190.716	373.953	-	-	190.716	-	-	-
2005	34.887	68.405	-	-	-	34.887	-	-
2006	963.928	1.890.055	-	-	-	-	963.928	-
2007	727.155	-	-	-	-	-	-	727.155
Secil Angola, SARL*	3.499.943	9.446.910						
2006	3.499.943	9.446.910	-	-	3.499.943	-	-	-
2007	196.046	-	-	-	-	196.046	-	-
Cimentos Costa Verde*	179.274	-						
2007	179.274	-	-	-	-	-	-	179.274
Sobioen, SA*	549.324	-						
2007	549.324	-	-	-	-	-	-	549.324
Silonor, S.A. (indefinida)*	3.102.705	4.930.546						
	65.713.534	80.635.027	10.517.351	21.263.698	24.261.169	5.073.574	963.928	1.455.753

* Em 31 de Dezembro de 2007 os montantes supra apresentados relativos às subsidiárias da participada Secil encontram-se relevados em apenas 51% dos seus efectivos montantes em conformidade com o referido na nota 1.2.

29. Pensões e outros benefícios pós-emprego

Conforme referido na Nota 1.30 o Grupo atribui aos seus trabalhadores e seus familiares diversos benefícios pós emprego. A evolução das responsabilidades assumidas, reflectidas no balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2006, são conforme segue:

Valores em Euros	Pensões a cargo do Grupo	Insuficiência/ (excesso) dos fundos	Morte e subsídios de reforma	Assistência na doença	Prémios de antiguidade	Total
Saldo Inicial	96.843.476	37.679.108	928.736	14.318.995	1.443.723	151.214.038
Alteração método Consol.	(6.316.221)	(1.779.439)	(455.081)	(7.016.308)	(707.424)	(16.274.473)
Acréscimo Responsabilidade	8.418.937	(21.803.991)	(2.502.246)	22.886	26.217	(15.838.197)
Variação de perímetro	347.879	(511.653)	-	95.965	-	(67.809)
Pagamentos efectuados	(1.234.434)	(2.406.649)	(32.623)	(352.725)	(43.743)	(4.070.174)
Dotações para fundos	-	7.644.900	-	-	-	7.644.900
Saldo final	98.059.637	18.822.276	(2.061.214)	7.068.813	718.773	122.608.285

Relativamente aos gastos suportados com pensões, no exercício de 2006, o detalhe é conforme segue:

Valores em Euros	Serviços correntes	Custo dos juros	Retorno esperado dos activos do plano	Impacto no resultado do exercício
Benefícios pós-emprego				
Pensões a cargo do Grupo	361.038	4.042.245	-	4.403.283
Pensões com fundo autónomo	4.499.189	8.280.451	(6.700.291)	6.079.349
Morte e subsídios de reforma	47.952	24.463	-	72.415
Assistência na doença	137.242	373.506	-	510.748
Prémios de antiguidade	32.445	38.357	-	70.802
	5.077.866	12.759.022	(6.700.291)	11.136.597

As responsabilidades e gastos apresentados correspondem aos diversos planos existentes no universo de empresas que constituem o Grupo.

No exercício de 2007, o Grupo procedeu à alteração de alguns dos pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades assumidas com complementos de pensões de reforma, nomeadamente à alteração da taxa de desconto de 4,5% para 5,25%, por considerar serem estes os pressupostos que melhor se adequam à realidade financeira e económica actual do Grupo.

Semapá

A Assembleia Geral Anual de accionistas, realizada em 30 de Março de 2005, aprovou o Regulamento de reforma dos administradores da Semapa, em execução do disposto no artigo 17º dos estatutos da sociedade. Nos termos do referido regulamento, os administradores da Semapa têm direito ao abono de uma pensão mensal vitalícia paga 12 vezes por ano, a partir dos 55 anos de idade, se tiverem, regra geral, prestado o mínimo de 8 anos de serviço à sociedade, seguidos ou interpolados, na qualidade de administradores, o qual só poderá ser exercido quando da cessação de funções. Esta pensão atinge um máximo de 80%, sobre o vencimento mensal à data de cessação de funções, nos casos em que estejam atingidos 20 anos ao serviço da sociedade (8 dos quais na qualidade de administrador) e um mínimo de 27,2% correspondente a oito anos nessa qualidade. A estes montantes serão no entanto subtraídos os valores de pensões recebidos pelos beneficiários através do sistema público de segurança social.

Uma vez que os estatutos da sociedade determinam que os mandatos dos Órgãos sociais correspondem a um período de quatro anos, a responsabilidade decorrente deste plano é apurada e contabilizada a partir do início do segundo mandato.

Em 31 de Dezembro de 2007, o montante de responsabilidade afecta a este plano ascende a Euros 91.827.435. Não foi constituído qualquer fundo de pensões para financiamento desta responsabilidade que ficou a cargo do Grupo.

Sub Grupo Portucel

Presentemente, coexistem diversos planos de complemento de pensões de reforma e de sobrevivência, bem como de prémios de reforma, no conjunto das empresas que constituem o perímetro de consolidação do Grupo Portucel, existindo, para determinadas categorias de trabalhadores activos, planos com carácter supletivo em relação aos abaix descritos, igualmente com património autónomo afecto à cobertura dessas responsabilidades adicionais.

Nos termos do Regulamento dos Benefícios Sociais em vigor, os empregados do quadro permanente da Portucel e das suas principais subsidiárias, com mais de cinco anos de serviço (dez anos de serviço para a Soporcel, Aliança Florestal e Raiz) têm direito, após a passagem à reforma ou em situação de invalidez, a um complemento mensal de pensão de reforma ou de invalidez. Esse complemento está definido de acordo com uma fórmula que tem em consideração a remuneração mensal líquida actualizada para a categoria profissional do empregado à data da reforma e o número de anos de serviço, no máximo de 30 (máximo de 25 para a Soporcel, Aliança Florestal e Raiz), sendo ainda garantidas pensões de sobrevivência ao cônjuge e a descendentes directos. Para cobrir esta responsabilidade, foram constituídos fundos de pensões autónomos, geridos por entidade externa, estando os activos dos fundos repartidos por cada uma das empresas.

Adicionalmente, algumas das empresas do Grupo Portucel assumiram responsabilidades de pagamento de um prémio de reforma, equivalente a 6 meses de vencimento, caso o empregado se reforme na data normal da reforma (65 anos).

Em 31 de Dezembro de 2007, o montante de responsabilidades afecta a planos de benefícios pós-emprego respeitantes a quatro administradores do sub Grupo Portucel, ascende a Euros 3.758.404 (2006: Euros 3.864.107).

Sub Grupo Secil

O Grupo Secil implementou os planos de benefícios definidos, abaixo discriminados:

(i) Planos de benefícios definidos com fundos geridos por terceiras entidades

RESPONSABILIDADES POR COMPLEMENTOS DE PENSÕES DE REFORMA E SOBREVIVÊNCIA

- (i) CMP- Cimentos Maceira e Pataias, S.A.;
- (ii) Unibetão- Industrias de Betão Preparado, S.A.;
- (iii) Cimentos Madeira, Lda.;

Assumiram o compromisso de pagar aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complementos de reforma por velhice, invalidez, reforma antecipada e pensões de sobrevivência. As responsabilidades derivadas destes planos são asseguradas por fundos autónomos, administrados por terceiros. Estes planos são avaliados semestralmente, às datas dos fechos intercalar e anuais das demonstrações financeiras, por entidades especializadas e independentes, utilizando o método de crédito da unidade projectada.

(ii) Planos de benefícios definidos a cargo do Grupo

RESPONSABILIDADES POR COMPLEMENTOS DE PENSÕES DE REFORMA E SOBREVIVÊNCIA

As responsabilidades decorrentes dos reformados da Secil, à data de constituição do Fundo de Pensões, 31 de Dezembro de 1987, são asseguradas directamente pela Secil. De igual forma, as responsabilidades assumidas por várias das suas subsidiárias, em Portugal, que se dedicam à produção e comercialização de betão pronto e argamassas, são asseguradas directamente por aquelas empresas.

Estes planos são igualmente avaliados semestralmente, por entidades independentes, utilizando o método de cálculo dos capitais de cobertura correspondentes aos prémios únicos das rendas vitalícias imediatas, na avaliação das responsabilidades com actuais pensionistas e o método de crédito da unidade projectada, na avaliação das responsabilidades com activos.

RESPONSABILIDADES POR ASSISTÊNCIA NA DOENÇA

A Secil e a suas subsidiárias CMP- Cimentos Maceira e Pataias, S.A., Cimentos Madeira, Lda., Brimade – Sociedade de Britas da Madeira, S.A. e a Promadeira – Sociedade Técnica de Construção da Ilha da Madeira, Lda., mantém com os seus empregados um regime de assistência na doença, de natureza supletiva relativamente aos serviços oficiais de saúde, extensivo a familiares, pré-reformados e reformados e viúvas. Sob este regime, vêm sendo comparticipados custos de determinados cuidados de saúde:

- (i) na Secil através do Seguro de Saúde, contratado pela empresa;
- (ii) na CMP, através da "Cimentos - Federação das Caixas de Previdência", para os trabalhadores nela incluídos, bem como, mediante aprovação prévia dos serviços médicos da empresa, para os restantes trabalhadores; e
- (iii) nas subsidiárias Cimentos Madeira, Brimade e Promadeira, mediante aprovação prévia dos serviços médicos das empresas.

RESPONSABILIDADES POR SUBSÍDIOS DE REFORMA E MORTE

A subsidiária CMP - Cimentos Maceira e Pataias, S.A. assumiu com os seus trabalhadores a responsabilidade pelo pagamento de um subsídio de reforma por velhice e por invalidez. Este subsídio de reforma representa 3 meses do último salário auferido. Adicionalmente,

concede um subsídio por morte do trabalhador activo, de valor igual a 1 mês do último salário auferido.

RESPONSABILIDADES POR PRÉMIOS DE ANTIGUIDADE

A Secil e a subsidiárias CMP – Cimentos Maceira e Pataias, S.A., assumiram com os seus trabalhadores a responsabilidade pelo pagamento de prémios àqueles que:

- (i) na Secil, atingem 25, 35 e 40 anos; e
- (ii) na CMP, atingem 20 e 35 anos de antiguidade nas referidas empresas, os quais são pagos no ano em que o trabalhador perfaz aquele número de anos ao serviço da Empresa.

Estas responsabilidades são asseguradas directamente pela Empresa.

PRESSUPOSTOS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DAS RESPONSABILIDADES

Os estudos actuariais desenvolvidos por entidades independentes, com referência a 31 de Dezembro de 2007 e 2006, para efeitos de apuramento nessas datas das responsabilidades por serviços passados, tiveram por base os seguintes pressupostos:

	31-12-2007	31-12-2006
Tabelas de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tabela de Invalidez	EKV 80	EKV 80
Taxa de crescimento das pensões	2,25%	2,25%
Taxa técnica de juro	5,25%	4,50%
Taxas de rendimento	5,25%	4,50%
Taxas de crescimento salarial	2,50%	2,50%
Taxa de reversibilidade das pensões	50%	50%
Nº de prestações anuais do complemento Semapa	12	12
Formula de Benefícios da Segurança Social	DL nº 187/2007 de 10 de Maio	DL nº 35/2002 de 19 de Fevereiro

Fundos afectos a planos de Benefícios com pensões

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 a evolução do património dos fundos foi conforme segue

Valores em Euros	31-12-2007	31-12-2006	
	Fundo autónomo	Capital seguro	Fundo autónomo
Valor no inicio do exercício	156.950.033	-	140.474.142
Alteração do método de consolidação	(19.811.248)	-	-
Variação de perímetro	-	969.537	-
Dotação efectuada no exercício	8.981.100	31.529	14.161.000
Rendimento esperado dos fundos no exercício	6.772.941	131.511	6.467.042
Rendimento dos fundos no exercício (em CP's)*	(3.415.332)	-	730.751
Pensões pagas	(3.839.890)	(92.491)	(4.732.902)
Outras variações	-	-	(150.000)
	145.637.604	1.040.086	156.950.033

A composição dos fundos, em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, é conforme segue:

Valores em Euros	31-12-2007	31-12-2006				
	Acções	Obrigações	Index Linked Bonds	Imobiliário	Liquidéz	Outras aplicações - curto prazo
Acções	27.561.293	37.678.154				
Obrigações	77.112.980	79.387.654				
Index Linked Bonds	4.806.086	13.155.964				
Imobiliário	72.612	503.367				
Liquidéz	32.180.213	4.609.696				
Outras aplicações - curto prazo	3.904.420	21.615.198				
	145.637.604	1.040.086	156.950.033			

Responsabilidades com planos de Benefícios com pensões

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 a responsabilidade do Grupo com planos de pensões de reforma e sobrevivência, era conforme segue

Valores reflectidos no Balanço	31-12-2007				31-12-2006		
	Fundo autónomo	Apólice de Seguro	Assumido pelo Grupo	Total	Fundo autónomo	Assumido pelo Grupo	Total
Valores em Euros							
Responsabilidades por serviços passados							
- Activos	110.742.892	505.211	92.132.248	203.380.351	130.737.208	84.126.112	214.863.320
- Pré reformados	618.168	-	-	618.168	1.698.239	-	1.698.239
- Aposentados	48.595.200	-	5.870.772	54.465.972	62.193.692	12.717.365	74.911.057
Valor de mercado dos fundos	(145.637.604)	(1.040.086)	-	(146.677.690)	(156.950.033)	-	(156.950.033)
Insuficiência / (excesso)	14.318.656	(534.875)	98.003.020	111.786.801	37.679.106	96.843.477	134.522.583
Valores na Demonstração dos Resultados	31-12-2007				31-12-2006		
Valores em Euros	Fundo autónomo	Apólice de Seguro	Assumido pelo Grupo	Total	Fundo autónomo	Assumido pelo Grupo	Total
Serviços correntes	4.480.795	18.394	361.038	4.860.227	4.497.382	108.238	4.605.620
Custo dos juros	7.995.607	20.605	4.042.245	12.058.457	8.294.803	4.474.031	12.768.834
Retorno esperado dos activos do plano	(6.660.148)	(40.143)	-	(6.700.291)	(6.278.713)	-	(6.278.713)
Outros	-	-	264.237	264.237	-	-	-
	5.816.254	(1.144)	4.667.520	10.482.630	6.513.472	4.582.269	11.095.741
Evolução das responsabilidades em Balanço	31-12-2007				31-12-2006		
Valores em Euros	Fundo autónomo	Apólice de Seguro	Assumido pelo Grupo	Total	Fundo autónomo	Assumido pelo Grupo	Total
Responsabilidades no início do período	194.629.139	-	96.843.477	291.472.616	179.894.500	102.909.209	282.803.709
Alteração do método de consolidação	(21.590.686)	-	(6.316.221)	(27.906.907)	-	-	-
Variação de perímetro	-	457.884	347.879	805.763	-	-	-
Custo/(Proveito) reconhecidos	12.476.402	38.999	4.403.283	16.918.684	12.366.124	4.582.269	16.948.393
Ganhos e perdas actuariais (em CP's)	(21.775.324)	8.329	4.015.654	(17.751.341)	2.003.772	(3.502.624)	(1.498.852)
Transferência de responsabilidades para o Fundo	56.618	-	(56.618)	-	5.097.645	(5.097.645)	-
Pensões pagas no período	(3.839.890)	-	(1.234.434)	(5.074.324)	(4.732.902)	(2.047.732)	(6.780.634)
	159.956.259	505.212	98.003.020	258.464.491	194.629.139	96.843.477	291.472.616

Responsabilidades com outros benefícios pós emprego

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 a responsabilidade das empresas com subsídios de reforma e morte, assistência na doença bem como prémios de antiguidade, era como segue:

Valores reflectidos no Balanço	31-12-2007				31-12-2006			
	Assistência na doença	Reforma e morte	Prémio de antiguidade	Total	Assistência na doença	Reforma e morte	Prémio de antiguidade	Total
Valores em Euros								
Responsabilidades por serviços passados								
- Activos	2.901.051	2.547.556	718.772	6.167.379	6.085.768	928.736	1.443.724	8.458.228
- Aposentados	4.167.762	486.342	-	4.654.104	8.233.227	-	-	8.233.227
	7.068.813	3.033.898	718.772	10.821.483	14.318.995	928.736	1.443.724	16.691.455

Valores reflectidos na Demonstração dos Resultados

Valores em Euros	2007				2006			
	Assistência na doença	Reforma e morte	Prémio de antiguidade	Total	Assistência na doença	Reforma e morte	Prémio de antiguidade	Total
Serviços correntes	137.242	47.952	32.445	217.639	168.360	33.888	68.188	270.436
Custo dos juros	373.506	24.463	38.359	436.328	536.130	40.029	64.169	640.328
	510.748	72.415	70.804	653.967	704.490	73.917	132.357	910.764

Evolução das responsabilidades em Balanço

Valores em Euros	31-12-2007				31-12-2006			
	Assistência na doença	Reforma e morte	Prémio de antiguidade	Total	Assistência na doença	Reforma e morte	Prémio de antiguidade	Total
Responsabilidades no início do período	14.318.995	928.736	1.443.724	16.691.455	12.152.369	906.651	1.431.349	14.490.369
Alteração do método de consolidação	(7.016.308)	(455.081)	(707.425)	(8.178.814)	-	-	-	-
Variação de perímetro	95.965	-	-	95.965	-	-	-	-
Custo/(Proveito) reconhecidos	510.748	72.415	70.804	653.967	704.490	73.917	132.357	910.764
Desvios actuariais (perdas/ ganhos)	(487.862)	2.520.451	(44.588)	1.988.001	2.107.240	16.269	(41.040)	2.082.469
Benefícios pagos no período	(352.725)	(32.623)	(43.743)	(429.091)	(645.104)	(68.101)	(78.942)	(792.147)
	7.068.813	3.033.898	718.772	10.821.483	14.318.995	928.736	1.443.724	16.691.455

Pressupostos actuariais	31-12-2007			31-12-2006		
	Assistência na doença	Reforma e morte	Prémio de antiguidade	Assistência na doença	Reforma e morte	Prémio de antiguidade
Pressupostos gerais						
Tabelas de invalidez	EKV 80	EKV 80	EKV 80	EKV 80	EKV 80	EKV 80
Tabelas de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90
Taxa de crescimento salarial	n/a	3,30%	3,30%	n/a	3,30%	3,30%
Taxa de juro técnica	5,25%	5,25%	5,25%	4,50%	4,50%	4,50%
Crescimento das despesas de saúde	4,60%	n/a	n/a	4,60%	n/a	n/a

Ganhos e perdas actuariais reconhecidos em Capitais próprios no período

Os ganhos e perdas actuariais reconhecidos directamente nos capitais próprios no exercício de 2007, conforme política descrita na nota 1.22, detalham-se conforme segue:

Valores em Euros	Ganhos e (perdas) actuariais			Impacto nos Capitais próprios 31-12-2007		
	Alteração pressupostos	Outros	Activos do plano esperado vs real	Valor Bruto	Imposto diferido	
Benefícios pós-emprego						
Responsabilidades por pensões a cargo do Grupo	10.706.239	(14.721.893)	-	(4.015.654)	(86.085)	(4.101.739)
Responsabilidades por pensões com fundo autónomo	22.029.241	(204.117)	(3.415.332)	18.409.792	(4.900.749)	13.509.043
Responsabilidades por morte e subsídios de reforma	29.098	(2.549.550)	-	(2.520.452)	693.396	(1.827.056)
Responsabilidades por assistência na doença	790.263	(302.402)	-	487.861	(128.197)	359.664
Responsabilidades por prémios de antiguidade	44.644	(56)	-	44.588	(11.816)	32.772
	33.599.485	(17.778.018)	(3.415.332)	12.406.135	(4.433.451)	7.972.684

30. Provisões

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, realizaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

Valores em Euros	Processos Judiciais	Processos Fiscais	Recuperação Ambiental	Outras	Total
1 de Janeiro de 2006	1.800.864	-	695.013	4.974.654	7.470.531
Variação de perímetro	-	-	-	(112.878)	(112.878)
Aumentos (Nota 6)	457.654	13.919.015	269.630	16.753.774	31.400.073
Utilizações	(11.947)	-	(91.642)	-	(103.589)
Reposições (Nota 6)	(470.625)	-	(121.990)	(879.991)	(1.472.606)
Ajustamento Cambial	-	-	-	(76.052)	(76.052)
31 de Dezembro de 2006	1.775.946	13.919.015	751.011	20.659.507	37.105.479
Variação de perímetro	-	-	-	2.459.909	2.459.909
Alteração do método de cons.	-	-	(367.995)	(3.809.489)	(4.177.484)
Aumentos (Nota 6)	395.018	11.683.760	158.947	16.792.511	29.030.236
Reposições (Nota 6)	(736.223)	(2.806.045)	(142.452)	(12.799.560)	(16.484.280)
Utilizações	-	-	(56.896)	(1.043.103)	(1.099.999)
Ajustamento Cambial	-	-	-	(313.320)	(313.320)
Transferências	-	-	-	(65.620)	(65.620)
31 de Dezembro de 2007	1.434.741	22.796.730	342.615	21.880.835	46.454.921

Em 31 de Dezembro de 2007 as provisões para processos fiscais incluem contingências fora de Portugal em sede de IVA relativas às subsidiárias Portucel e Soporcel, bem como em Portugal, de IVA, IRC e Imposto do Selo.

Por seu turno, o reforço das Outras provisões respeitam essencialmente a benefícios complementares de Segurança Social para o pessoal.

31. Passivos remunerados

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a dívida líquida remunerada detalha-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2007	31-12-2006
Dívida a terceiros remunerada		
Não Corrente	1.208.813.406	1.324.378.845
Corrente	117.794.597	67.837.778
	1.326.608.003	1.392.216.623
Caixa e seus equivalentes		
Númerário	290.104	295.363
Depósitos bancários imediatamente mobiliz	37.434.621	12.755.194
Outras aplicações de tesouraria	401.018.174	293.079.655
	438.742.899	306.130.212
Dívida líquida remunerada	887.865.104	1.086.086.411

Dívida remunerada não corrente

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a dívida remunerada não corrente detalha-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2007	31-12-2006
Não correntes		
Empréstimos por obrigações	920.400.000	927.244.591
Papel Comercial	55.500.000	123.550.000
Empréstimos bancários	240.073.263	262.202.409
Encargos com emissão de empréstimos	(7.522.896)	(8.258.462)
Dívida bancária remunerada	1.208.450.367	1.304.738.538
Locação Financeira	256.919	856.195
Outros empréstimos - POE's	106.120	18.784.112
Outras dívidas remuneradas	363.039	19.640.307
Total de dívida remunerada não corrente	1.208.813.406	1.324.378.845

Empréstimos Bancários

O montante apresentado em Empréstimos bancários incluía, em 31 de Dezembro de 2006, Euros 66.263.756 referente a dois instrumentos financeiros contratados pela Semapa SGPS com a Caixa – Banco de Investimento (Put & Call

Combination) e com o Credit Suisse International (Portucel Total Return Swap), os quais lhe confereiam o direito de, em datas pré-determinadas, comprar 2,95% e 1,13% do capital social da Portucel S.A. No dia 12 de Fevereiro de 2007, e ao abrigo do contrato celebrado com o Caixa – Banco de Investimento, a Semapa exerceu o direito de compra dos referidos 2,95 % representativos do capital social da Portucel.

O montante evidenciado em Outros empréstimos – POE's corresponde a empréstimos reembolsáveis recebidos pelo Grupo, no âmbito do programa SIME (Sistema de Incentivo à Modernização Empresarial) remunerados à taxa zero.

Empréstimos por obrigações

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os empréstimos por obrigações não correntes detalham-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2007	31-12-2006
Empréstimos por obrigações		
Portucel 2005 / 2010	300.000.000	300.000.000
Portucel 2005 / 2013	200.000.000	200.000.000
Portucel 2005 / 2012	150.000.000	150.000.000
Portucel 2005 / 2008	25.000.000	25.000.000
Portucel 2005 / 2010 II	25.000.000	25.000.000
Semapa 2006 / 2016	175.000.000	175.000.000
Semapa 2006 / 2016	50.000.000	50.000.000
Semapa 1998 / 2008	2.244.591	2.244.591
SBI 2007	20.400.000	-
	947.644.591	927.244.591

Valores em Euros	Montante	Vencimento	Indexante
Empréstimos por obrigações			
Portucel 2005 / 2010	300.000.000	Março 2010	Euribor 6m
Portucel 2005 / 2013	200.000.000	Maio 2013	Euribor 6m
Portucel 2005 / 2012	150.000.000	Outubro 2012	Euribor 6m
Portucel 2005 / 2008	25.000.000	Dezembro 2008	Euribor 6m
Portucel 2005 / 2010 II	25.000.000	Dezembro 2010	Euribor 6m
Semapa 2006 / 2016	175.000.000	Abri 2016	Euribor 6m
Semapa 2006 / 2016	50.000.000	Mai 2016	Euribor 6m
SBI 2007	20.400.000	Dezembro 2017	Euribor 6m
	945.400.000		

Os empréstimos obrigacionistas do sub-Grupo Portucel, efectuados por subscrição privada, num montante total de Euros 700.000.000, serão integralmente reembolsados numa única prestação.

Dois dos referidos empréstimos obrigacionistas, nos montantes de Euros 300.000.000 e 150.000.000, encontram-se cotados na Euronext Lisboa sob as designações de "Obrigações Portucel 2005 / 2010" e "Obrigações Portucel 2005 / 2012". O valor unitário destes títulos em 31 de Dezembro de 2007 era de Euros 100,71 e Euros 100,26 respectivamente (2006: Euros 100,00 e Euros 100,25 respectivamente).

Adicionalmente, a Semapa SGPS, SA, no âmbito do processo de reestruturação da dívida ocorrida no exercício de 2006, contratou, nesse exercício, dois empréstimos obrigacionistas, nos montantes de Euros 50.000.000 e Euros 175.000.000 pelo prazo de 10 anos, liderados pelos bancos Banco BPI, SA e Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. conjuntamente com o Caixa BI, respectivamente. Este último encontra-se cotado na Euronext Lisboa sob a designação "Obrigações Semapa 2006/2016" ascendendo o seu valor unitário, em 31 de Dezembro de 2007, a Euros 100,93.

Os prazos de reembolso relativamente ao saldo registado em empréstimos bancários, outros empréstimos e empréstimos obrigacionistas de médio e longo prazo detalham-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2007	31-12-2006
1 a 2 anos	42.991.352	89.101.813
2 a 3 anos	373.426.668	65.222.344
3 a 4 anos	9.730.556	357.438.347
4 a 5 anos	154.656.614	8.570.594
Mais de 5 anos	579.774.193	687.898.014
	1.160.579.383	1.208.231.112

Dívida remunerada corrente

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a dívida remunerada corrente detalha-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2007	31-12-2006
Correntes		
Empréstimos por obrigações	27.244.590	5.611.476
Empréstimos bancários	71.355.858	49.675.771
Dívida bancária remunerada	98.600.448	55.287.247
Empréstimos de curto prazo de accionistas	12.429.256	8.755.110
Locação Financeira	434.102	720.387
Outros empréstimos - POE	6.330.791	3.075.034
Outras dívidas remuneradas	19.194.149	12.550.531
Total de dívida remunerada corrente	117.794.597	67.837.778

Dívida referente a locações financeiras

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os planos de reembolso da dívida do Grupo referente a locações financeiras, exceptuando os Equipamentos – Soporgen, detalha-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2007	31-12-2006
A menos de 1 ano	452.689	757.089
1 a 2 anos	162.519	566.418
2 a 3 anos	65.788	286.517
3 a 4 anos	35.428	88.300
4 a 5 anos	9.277	32.708
Mais de 5 anos	-	20.497
	725.701	1.751.529
Juros futuros	(34.680)	(174.947)
Valor actual das responsabilidades	691.021	1.576.582

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 o Grupo utiliza os seguintes bens adquiridos em Locação financeira:

Valores em Euros	31-12-2007		
	Valor aquisição	Amortização acumulada	Valor líquido contabilístico
Equipamento básico	2.906.843	(658.980)	2.247.863
Equipamento básico - Soporgen (IFRIC 4)	44.003.950	(23.468.774)	20.535.176
Equipamentos de transporte	696.550	(536.562)	159.988
	47.696.282	(24.702.149)	22.994.133
Valores em Euros	31-12-2006		
	Valor aquisição	Amortização acumulada	Valor líquido contabilístico
Edifícios e outras construções	314.947	(262.427)	52.520
Equipamento básico	1.604.022	(414.186)	1.189.836
Equipamento básico - Soporgen (IFRIC 4)	44.003.950	(17.601.580)	26.402.370
Equipamentos de transporte	2.045.417	(1.276.775)	768.642
Equipamento Administrativos	121.299	(30.585)	90.714
	48.089.635	(19.585.553)	28.504.082

O grupo detém uma participação de 8% na Soporgen – Sociedade Portuguesa de Geração de Electricidade e Calor, S.A. (Soporgen), empresa que tem como actividade principal a produção de energia eléctrica e vapor que é vendida maioritariamente à subsidiária Soporcel. A Soporcel tem a opção de compra do capital

que ainda não detém da Soporgen, por um montante que corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa esperados da empresa até ao termo de vigência do contrato para fornecimento de vapor energia eléctrica existente entre a Soporgen e a Soporcel.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os créditos bancários concedidos e não sacados, eram conforme segue:

Valores em Euros	31-12-2007	31-12-2006
Sub-Grupo Portucel	176.648.693	226.648.693
Sub-Grupo Seil	267.815.427	210.448.000
Semapá SGPS, SA	197.570.523	249.719.816
	642.034.643	686.816.509

Financial Covenants

Para determinado tipo de operações de financiamento, existem compromissos de manutenção de certos rácios financeiros cujos limites se encontram previamente negociados.

32. Valores a pagar correntes

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a rubrica de Valores a pagar correntes decompõe-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2007	31-12-2006
Fornecedores c/c	161.982.839	160.200.778
Fornecedores - partes relacionadas (Nota 34)	619.642	3.253.673
Fornecedores de Imobilizado c/c	10.145.916	14.772.119
Instituto do Ambiente - Licenças de emissão de CO2	42.542	18.393.144
Instrumentos Financeiros Derivados (Nota 33)	284.968	1.421.511
Outros credores	9.399.391	13.447.458
Acréscimos de custos	70.774.716	57.911.320
Proveitos diferidos	62.776.877	18.871.415
	316.026.891	288.271.418

O montante de Euros 18.393.144 registado na rubrica Instituto do Ambiente, em 2006, refere-se ao justo valor das licenças de emissão de gases com efeitos de estufa entregues pelas emissões realizadas no exercício de 2006, as quais foram atribuídas a título gratuito ao abrigo do Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão (PNALE).

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, as rubricas de Acréscimos de custos e Proveitos diferidos decompõe-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2007	31-12-2006
Acréscimo de custos		
Seguros	95.620	16.037
Custos com o pessoal	39.388.829	33.789.742
Juros a pagar (incluindo compensatórios)	20.312.756	9.799.838
Periodificação de gastos com energia	4.230.888	4.252.757
Serviços de transporte	543.069	344.275
Outros	6.203.554	9.708.671
	70.774.716	57.911.320
Proveitos diferidos		
Subsídios ao investimento	62.607.105	17.921.364
Subsídios - licenças de emissão CO2	29.813	579.401
Outros	139.959	370.650
	62.776.877	18.871.415

Movimentação ocorrida na rubrica Subsídios ao investimento

Valores em Euros	31-12-2007	31-12-2006
Saldo inicial	17.921.364	22.559.299
Alterações de perímetro	244.460	-
Alteração do método de consolidação	(7.003.875)	-
Ajustamento cambial	(45.474)	(224.419)
Subsídios recebidos no exercício	243.773	519.973
Subsídios reconhecidos nos resultados (Notas 5 e 8)	(19.694.076)	(4.743.857)
Estimativa de subsídio adicional a receber (Nota 24)	70.940.934	(189.632)
Saldo final	62.607.106	17.921.364

Movimentação ocorrida na rubrica Subsídios – licenças de emissão de CO2

Valores em Euros	31-12-2007	31-12-2006
Saldo inicial	579.401	11.422.108
Subsídios recebidos no exercício	1.387.266	81.056.817
Alteração do método de consolidação	(119.720)	-
Alienação de licenças	(400.274)	(23.951.250)
Devolução de licenças	(94.959)	-
Subsídios reconhecidos nos resultados	(1.236.532)	(67.208.905)
Variação de justo valor	(85.369)	(739.369)
Saldo final	29.813	579.401

Movimentação ocorrida nas licenças de emissão de CO2 – quantidades (ton.)

Unidades: TonCO2	31-12-2007	31-12-2006
Saldo inicial	89.414	506.772
Alteração do método de consolidação	(18.475)	-
Atribuições	609.304	3.376.408
Aquisições	-	-
Consumos	(263.964)	(2.838.448)
Alienações	(382.000)	(955.318)
34.279	89.414	

33. Instrumentos financeiros derivados

Com o objectivo de gerir o risco cambial associado aos recebimentos dos saldos de clientes foram contratadas opções que se vencem ao longo de 2008.

Em 2007, seguindo a prática de anos anteriores, por forma a reduzir o risco associado às flutuações dos preços da pasta das vendas previstas em 2008, foi contratado um instrumento financeiro de cobertura que se vence ao longo desse ano.

Adicionalmente para cobrir o risco de taxa de juro, estão contratados, desde 2005, swaps de taxa de juro associados aos empréstimos obrigacionistas.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o justo valor dos Instrumentos financeiros derivados, decompõe-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2007				31-12-2006
	Montante	Positivos	Negativos	Líquido	
Cobertura					
Swaps de taxa de juro (SWAP's)	262.500.000	6.553.318	-	6.553.318	6.585.447
Coberturas (vendas e preço da pasta)	78.459.036	6.245.693	(284.968)	5.960.725	7.155.635
	340.959.036	12.799.011	(284.968)	12.514.043	13.741.082
Negociação					
Securitizações de taxa de juro (CAP's)	-	-	-	-	(15)
Forwards cambiais	59.852.902	1.269.215	-	1.269.215	627.214
Opções sobre taxa de juro	43.015.318	184.227	-	184.227	314.343
Swaps de taxa de juro (SWAP's)	43.015.318	310.467	-	310.467	775.007
	145.883.538	1.763.909	-	1.763.909	1.716.549
	14.562.920	(284.968)	14.277.952	15.457.631	

O movimento dos saldos apresentados em balanço referentes a instrumentos financeiros, no primeiro semestre do ano, decompõe-se conforme segue:

Valores em Euros	Premios pagos	Variação Justo valor (Neg.)	Variação Justo valor (Cob.)	Total
Saldo inicial	6.276.500	1.716.549	7.464.582	15.457.631
Alteração do método de consolidação	-	(841.108)	-	(841.108)
Novos contratos	1.963.000	-	-	1.963.000
Maturidade (Nota 10)	(6.276.500)	-	(15.544.559)	(21.821.059)
Aumentos de justo valor (Nota 10)	-	888.468	18.631.020	19.519.488
Saldo final	1.963.000	1.763.909	10.551.043	14.277.952

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados encontra-se incluído na rubrica de Valores a pagar correntes (Nota 32), quando negativos e na rubrica Valores a receber correntes (Nota 24), quando positivo.

34. Saldos e transacções com partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os saldos com partes relacionadas decompõe-se como segue:

Valores em Euros	Dívida remunerada corrente		
	31-12-2007	31-12-2006	
Accionistas			
Cimo SGPS, SA	3.239.252	2.450.999	
Longapar, SGPS, SA	8.868.168	5.636.078	
Sonaca, SA	321.836	668.033	
	12.429.256	8.755.110	
Valores em Euros	31-12-2007	31-12-2006	
	Outros devedores	Cientes c/c	Outros devedores
Empresas Associadas e Empreendimentos conjuntos			
Betão Liz, S.A.	-	191.469	40.254
Cimento Madeira, Lda	-	2.021.103	29.545
Cimentaçor, Lda	-	501.478	138
Chryso Portugal, S.A.	-	-	88.116
J.M. Henriques, Lda.	51.455	-	-
Viroc Portugal	-	-	-
Seclil Unicon - S.G.P.S., Lda	3.500	-	3.627
Setefrete, S.A.	-	-	853.125
Be-power	6.170	-	-
Inertogrande	116.389	-	-
Seclil Prebetão	-	36.627	5.140
Afocelca, ACE	-	-	-
Soprogen	319.992	-	319.992
Cutpaper, ACE	-	330.618	61.305
TASC	2.743	-	2.743
Outras partes relacionadas	128.228	-	-
Total	628.477	3.081.295	1.403.985

No exercício de 2007 e 2006, as transacções ocorridas entre partes relacionadas decompõe-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2007		31-12-2006	
	Compras de serviços	Custos financeiros	Compras de serviços	Custos financeiros
Accionistas				
Cimiano SGPS, SA	107.740	-	107.740	-
Cimo SGPS, SA	-	130.253	-	127.485
Longapar, SGPS, SA	-	174.709	-	113.055
Sonaca, SA	-	34.169	-	32.077
	107.740	339.131	107.740	272.617
Valores em Euros	31-12-2007			
	Compras de serviços	Prestação de serviços operacionais	Proveitos (Prov) financeiros	
Outros accionistas em Empreendimentos conjuntos				
Irish Cement, Ltd.	-	4.313.976	-	-
CRH, plc	912.900	-	-	-
Seribo, S.A.	-	-	-	5.461
Outros accionistas	-	-	-	198.605
Empresas Associadas				
Viroc Portugal, S.A.	-	693.120	1.227	(59.476)
Chryso Portugal, S.A.	749.560	-	-	-
Setefrete, S.A.	729.407	-	-	-
Seclil Prebetão, S.A.	21.217	143.324	66.535	-
Outros	-	-	3.111	-
	2.413.084	5.150.420	70.873	144.590

	31-12-2006			
Valores em Euros	Compras de serviços	Prestação de serviços	Proveitos operacionais	Custos financeiros
Outros accionistas de subsidiárias				
Irish Cement, Ltd.		7.049.117	-	-
CRH, plc	1.780.000	-	-	-
Empresas Associadas e Empreendimentos conjuntos				
Betão Liz, S.A.	2.489.930	210.787	184	-
Cimentos Madeira, Lda	11.756	19.414.502	25.446	-
Cimentaçor, Lda	951	697.931	1.617	3
Viroc Portugal, S.A.	4.830	848.607	43.257	159.533
Setefrete, S.A.	2.107.577	-	-	-
Se cil Prebetão, S.A.	19.144	508.289	-	-
Asip, ACE	5.637.242	5.587.744	-	-
Afocelca, ACE	1.419.769	6.317	-	(4.846)
Cutpaper	2.859.916	1.639.429	-	5
	12.061.185	31.192.749	281.107	154.879

35. Alterações no perímetro de consolidação

No decurso do exercício de 2007, o impacto nas contas consolidadas por via de alterações no perímetro de consolidação foram conforme segue:

Valores em Euros	Total	Ciment de Sibline	Cimentos Madeira	Minerbetão	Martingança e Prescor
Activos não correntes					
Terrenos, edifícios e equipamentos	58.951.556	54.711.812	3.733.308	516.466	-
Investimentos em associadas	(11.757.624)	(11.311.052)	(446.542)	-	-
Outros activos por impostos diferidos	1.314.684	960.381	329.928	24.375	-
Outros activos não correntes	62.866	30.908	31.357	-	-
Activos correntes					
Existências	5.983.535	4.813.783	1.167.128	2.624	-
Estado	261.636	-	260.735	901	-
Outros valores a receber correntes	6.958.226	3.301.464	3.321.694	335.068	-
Interesses minoritários (Nota 13)	(19.992.865)	(19.483.137)	(245.428)	-	1.935.580
Passivos não correntes					
Provisões	(2.459.800)	(2.230.409)	(229.500)	-	-
Pensiones outros benefícios pós-emprego	67.409	-	67.809	-	-
Passivos por impostos diferidos	(408.763)	(73.883)	(291.367)	(43.533)	-
Passivos remunerados	(16.102.099)	(15.790.223)	-	(311.876)	-
Outros valores a pagar não correntes	(1.220.586)	(976.126)	(244.460)	-	-
Passivos correntes					
Passivos remunerados	(7.255.034)	(5.268.584)	(1.986.450)	-	-
Estado	(854.164)	(756.232)	(88.862)	(9.070)	-
Outros valores a pagar correntes	(5.973.243)	(3.006.169)	(2.448.884)	(518.190)	(2.554)
Total adquirido / integrado	7.585.935	4.922.524	731.066	(3.235)	1.933.026
Diferença de aquisição positiva (Nota 15)	7.613.027	6.212.417	924.103	476.507	-
Diferença de aquisição negativa					
Custo de aquisição líquido	15.198.962	11.134.941	1.655.169	473.272	1.933.026
Cada e equivalentes da cada	5.274.213	3.777.547	1.034.632	31.834	-
Património líquido adquirido / integrado	20.473.175	14.912.488	3.066.001	565.106	1.933.026

Alterações no perímetro – sub-Grupo Secil

Reforços de participações com aquisição de controlo

Ciment de Sibline, S.A.L., com sede no Líbano, reforço de 21,86%, passando a controlar 50,5% dessa subsidiária;

Cimentos Madeira, S.A., com sede no Funchal, reforço de 42,86%, passando a controlar 57,15% dessa subsidiária.

Novas aquisições

Minerbetão, Lda., com sede em Leiria, sendo o capital controlado a 100% pelo Grupo.

Reforço de participações em subsidiárias já controladas

Prescor, Lda., aquisição de 30%, passando a controlar 100% dessa subsidiária;

Secil Martingança, aquisição de 45,81%, passando a controlar 97% dessa subsidiária.

Alterações no perímetro – sub-Grupo Portucel

Sociedades constituídas integralmente dominadas

- PortucelSoporcel Papel, SGPS, SA;
- PortucelSoporcel Energia, SGPS, SA;

- PortucelSoporcel Participações, SGPS, SA;
- PortucelSoporcel Cogeração de Energia, SGPS, SA;
- PortucelSoporcel Comérico de Papel, SA;
- Impactvalue, SGPS, SA.

Alterações no perímetro – Semapa

Sociedades constituídas integralmente dominadas

- Verdeoculto, SGPS, SA.

Sociedades Liquidadas

- Cimenpar Investment BV;
- CMP Investment BV.

Adicionalmente, no decurso do último trimestre de 2007, foi efectuada uma reestruturação interna das participações de forma a simplificar a estrutura societária do Grupo pelo que a participação de 36,63% no capital da Portucel detida pela Semapa Investment BV foi transferida para a Seinpar Investment BV. A Semapa Investment BV procedeu igualmente à transferência da sua participação de 49% na Seinpart SGPS para a Semapa SGPS. De referir que esta última operação mereceu a aprovação, através de despacho conjunto, dos Ministros das Finanças e Economia, aprovação esta necessária em face do compromisso de manutenção, por um período de cinco anos, da estrutura de detenção da Seinpart SGPS, assumido na data da aquisição, em OPA, de 30% do capital da Portucel, SA, no exercício de 2004. Estas operações, realizadas a valores de mercado, não originaram qualquer impacto contabilístico nas presentes demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

36. Dispêndios em matérias ambientais

O Grupo no âmbito do desenvolvimento da sua actividade incorre em diversos encargos de carácter ambiental, os quais, dependendo das suas características, estão a ser capitalizados ou reconhecidos como um custo nos resultados operacionais do período.

Os dispêndios de carácter ambiental incorridos para preservar recursos ou para evitar ou reduzir danos futuros, e que se considera que permitem prolongar a vida ou aumentar a capacidade ou melhorar a segurança ou eficiência de outros activos detidos pelo Grupo, são capitalizados.

Os dispêndios capitalizados e reconhecidos em gastos no exercício de 2007, têm a seguinte discriminação:

Domínios	Imputados a custos	Capitalizados	Total
Emissões para a atmosfera	1.102.155	2.234.044	3.336.199
Gestão das águas residuais	3.690	21.182	24.872
Gestão dos resíduos	482.367	1.008.922	1.491.289
Proteção dos solos e das águas subterrâneas	55.954	40.638	96.592
Proteção da natureza	369.845	332.101	701.946
Caldeira de recuperação	-	522.552	522.552
Tratamento de efluentes líquidos	7.197.220	1.328.019	8.525.239
Reciclagem de materiais	1.093.298	-	1.093.298
Despesas com electrofilteros	799.072	-	799.072
Rede de esgotos	53.007	-	53.007
Aterro de resíduos sólidos	346.639	-	346.639
Outras actividades de proteção do ambiente	318.620	1.809.221	2.127.841
	11.821.867	7.296.679	19.118.546

Os dispêndios capitalizados e reconhecidos em gastos no exercício de 2006, têm a seguinte discriminação:

Domínios	Imputados a custos	Capitalizados	Total
Emissões para a atmosfera	2.337.965	4.127.262	6.465.227
Gestão das águas residuais	22.860	130.505	153.365
Gestão dos resíduos	272.632	1.543.702	1.816.334
Proteção dos solos e das águas subterrâneas	139.657	141.593	281.250
Caldeira de recuperação	-	9.100.517	9.100.517
Tratamento de efluentes líquidos	7.170.235	-	7.170.235
Reciclagem de materiais	899.630	-	899.630
Despesas com electrofiltros	689.765	-	689.765
Rede de esgotos	113.358	-	113.358
Aterro de resíduos sólidos	351.847	-	351.847
Outras actividades de proteção do ambiente	1.045.604	2.754.815	3.800.419
	13.043.553	17.798.394	30.841.947

Licenças de emissão de CO2

No âmbito do Protocolo de Quioto, a União Europeia comprometeu-se a reduzir a emissão de gases com efeito de estufa. Neste contexto, foi emitida uma Directiva Comunitária que prevê a comercialização das chamadas Licenças de emissão de CO2, entretanto transposta para a legislação portuguesa e que é aplicável, a partir de 1 de Janeiro de 2005, entre outras, à indústria de pasta e papel (Nota 32).

37. Custos suportados com auditoria e revisão legal de contas

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os dispêndios com serviços de revisão legal de contas e auditorias, decomponem-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2007	31-12-2006
Serviços de revisão legal de contas	428.673	435.460
Serviços de consultoria fiscal e outros	406.333	392.921
	835.006	828.381

Os serviços descritos como de assessoria fiscal e outros consistem essencialmente em serviços de apoio na salvaguarda do cumprimento de obrigações de índole fiscal, em Portugal e no estrangeiro, bem como em serviços de levantamentos de situações relativamente a processos operacionais de negócio, dos quais não resultou qualquer tipo de consultoria de reformulação de práticas, procedimentos ou controlos existentes. O Conselho de Administração entende existirem suficientes procedimentos de salvaguarda da independência dos auditores através da definição criteriosa dos trabalhos em sede de contratação.

38. Número de pessoal

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o número de colaboradores ao serviço das diversas empresas do Grupo, repartidos por segmento de negócio, detalha-se conforme segue:

Segmento	31-12-2007	31-12-2006
Pasta e Papel	1.952	1.951
Cimento e Derivados	2.391	2.231
Holdings	21	20
	4.364	4.202

O acréscimo verificado ao nível do segmento Cimento e Derivados (aqui incluído numa base de 100%) decorre das alterações de perímetro descritas na nota 35.

39. Compromissos

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, as garantias prestadas pelo Grupo decomponem-se como segue:

Entidade	31-12-2007	31-12-2006
Garantias prestadas		
DGT - Direcção Geral do Tesouro	50.000.000	50.000.000
IAPMEI (âmbito do POE)	6.329.702	11.021.574
DGCI - Direcção Geral dos Impostos	25.247.206	25.199.206
Financiamento Soprogen	888.889	1.111.111
Câmara Municipal de Setúbal	487.700	956.275
APSS - Adm. dos Portos de Setúbal e Sesimbra	189.959	372.468
Directriva Geral de Alfândegas	408.000	598.557
APDL - Administração do Porto de Leixões	297.736	583.796
OMMP e Elfoulad	40.817	80.033
Simria	514.361	514.361
Instituto de Conservação da Natureza - Arrábida	338.645	332.005
IFADAP	-	289.804
INGA - Instituto Nacional de Garantia Agrícola	94.521	185.334
IAPMEI (âmbito do PEDIP)	65.937	99.760
BankMed (Líbano)	24.487.456	-
Commerzbank (Líbano)	2.816.649	-
Comissão de Coordenação e Desenv. Reg. Centro	400.591	-
BNA (Tunisia)	237.237	-
Outras	3.937.440	2.844.474
	116.782.847	94.188.758
Outros compromissos		
De compra	110.637.607	7.332.178
	110.637.607	7.332.178
	227.420.454	101.520.936

A subsidiária Seinpart – Participações, SGPS, S.A. prestou uma garantia bancária, no exercício de 2004, a favor da Direcção Geral do Tesouro, no valor de Euros 50.000.000, a manter durante um período de cinco anos e destinada a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas por esta subsidiária, nos termos fixados no capítulo IV do caderno de encargos aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 194/2003, de 30 de Dezembro, relativa à privatização da Portucel.

No decurso do exercício de 2006, a Semapa SGPS e a Semapa Inversiones, SL, na qualidade de garante, celebraram com uma instituição financeira um contrato promessa de concessão de crédito, até um montante de Euros 200.000.000, tendo como objectivo financiar a aquisição de acções cotadas na Euronext Lisboa e que integrassem o PSI 20 e/ou aquisição de acções da Portucel.

Com a disponibilidade de fundos ao abrigo do referido contrato, a Semapa e/ou a Garante obrigam-se a dar em penhor as correspondentes acções adquiridas e/ou acções da Portucel que detenham em carteira, ou alternativamente a constituição de um depósito a prazo, suficiente para manter um rácio de cobertura do montante em dívida nunca inferior a 1,1. Desta linha de crédito encontrava-se utilizado, em 31 de Dezembro de 2007, o montante de Euros 133.079.000, tendo sido dadas em penhor 37.475.858 acções da Portucel, 86.386 acções da EDP e 2.720.000 acções próprias da Semapa SGPS.

Contrato de Investimento – AICEP

Em 12 de Julho de 2006 foi celebrado, entre a Portucel, a Soporcet e a AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, contratos de investimento, em curso e a realizar até 30 de Junho de 2008, que compreendem incentivos fiscais de Euros 22.480.095 e financeiros de Euros 102.038.801 no montante total de Euros 122.518.885, dos quais foram utilizados incentivos fiscais de Euros 4.434.524 e Euros 8.332.164 em 2007 e 2006, respectivamente.

Atendendo à fase de desenvolvimento dos projectos, o Grupo reconheceu até 31 de Dezembro de 2007 ganhos com os incentivos financeiros relativos à utilização dos investimentos elegíveis de Euros 18.014.811, encontrando-se reconhecido como um valor a receber Euros 71.343.348 relativos ao incentivo correspondente aos investimentos efectuados e ainda não financiados. Ao abrigo destes contratos a Portucel e a Soporcet irão ainda realizar investimentos no valor global de Euros 103.029.000 (Nota 9).

Adicionalmente foi celebrado um contrato com a subsidiária About the Future, S.A., para investimentos de 482 milhões de euros nos exercícios de 2007 e 2008, que prevê a atribuição de um incentivo fiscal a esse projecto de Euros 52.433.150.

Todos os contratos foram aprovados pelas autoridades nacionais e comunitárias, o último dos quais relativo à Soporcet em Junho de 2007.

Outros compromissos de compra

Para além do referido no ponto anterior, os compromissos de compra assumidos com fornecedores ascendiam em 31 de Dezembro de 2007 a Euros 110.637.607 relativos a investimentos em equipamento fabril.

40. Outros compromissos assumidos pelas empresas do Grupo

Promessas de Penhor

A Secil, no exercício de 2000, contraiu junto de instituições bancárias, financiamentos, com maturidade em 2010, tendo em vista a aquisição da subsidiária Société des Ciments de Gabés, na Tunísia.

No âmbito desses financiamentos a Secil entregou uma procuração irrevogável às instituições financeiras, permitindo-lhes constituir, em caso de incumprimento das suas obrigações, penhor sobre as acções da referida sociedade tunisina.

A subsidiária Société des Ciments de Gabés, contraiu junto de uma instituição bancária tunisina um financiamento no montante de TND 15.000.000 (Euros 8.823.529), para aquisição de equipamento básico para a sua unidade fabril.

No âmbito desse financiamento a subsidiária Société des Ciments de Gabés, entregou uma procuração irrevogável à instituição financeira, permitindo-lhe

constituir, em caso de incumprimento das suas obrigações, penhor sobre o referido equipamento.

A subsidiária Secil Martingança, Lda., em Abril de 2005, contraiu junto de uma instituição bancária um financiamento, com maturidade em 2012, para aquisição das subsidiárias IRP – Industrias de Rebocos de Portugal, S.A. e Lusocil – Sociedade Portuguesa de Cimento Cola, S.A..

No âmbito desse financiamento a Secil Martingança entregou uma procuração irrevogável à instituição financeira, permitindo-lhe constituir, em caso de incumprimento das suas obrigações, penhor sobre as acções das referidas sociedades.

Cartas Conforto

A Secil emitiu a favor de uma instituição financeira Cartas Conforto pelos financiamentos contraídos pela associada Viroc Portugal, S.A., no montante de Euros 2.574.082.

Investimento numa nova fábrica em Angola

Nos termos do Memorando de Entendimento celebrado entre o Governo de Angola e a Secil, em Abril de 2004, foi constituída em 29 de Novembro de 2005 a Secil – Companhia de Cimento do Lobito, S.A. detida a 51% pelo Grupo Secil e os restantes 49% pelo Estado Angolano, a qual começou a operar a partir de 1 de Janeiro de 2006, cessando assim o contrato de cessão de exploração da unidade fabril Encime do Lobito, celebrado entre o Estado Angolano e a TecnoSecil em vigor desde Setembro de 2000.

O capital social da Secil Lobito de USD 21.274.286 foi realizado através da transferência dos activos tangíveis e intangíveis da TecnoSecil e da Encime U.E.E. respectivamente pelo Grupo Secil e pelo Governo de Angola, pelo valor resultante da avaliação efectuada em Outubro de 2003 por uma empresa de auditoria internacional independente.

Num horizonte de 36 meses contados desde a data de realização do respectivo capital social a Secil Lobito irá instalar uma fábrica de cimento no Lobito.

41. Activos contingentes

Sub-grupo Secil

Reavaliação ao abrigo do processo de Privatização

A Secil procedeu, no exercício de 1995, à reavaliação dos seus activos ao abrigo do Decreto-Lei 22/92 de 14 de Fevereiro, com referência ao imobilizado corpóreo existente à data de 31 de Dezembro de 1993.

As matérias colectáveis dos exercícios de 1995 a 1999, foram corrigidas nos montantes referentes às amortizações, alegadamente em excesso, relativas à quota parte virtual assignada ao exercício de 1994, dando lugar a liquidações adicionais de IRC, recebidas e pagas integralmente ao Estado.

É convicção da Administração da Empresa, de que terá sucesso na presente contestação, cujo efeito total ascende a Euros 2.235.907.

A empresa perdeu a acção relativamente a 1995 (Euros 820.148), tendo recorrido para o Tribunal Central Administrativo que anulou a decisão do Tribunal de 1^a instância e ordenou o reinício do processo relativamente a 1995, tendo todavia para 1996 (Euros 795.311) confirmado o entendimento do Tribunal de 1^a Instância.

Os processos de 1997 (Euros 282.262), 1998 (Euros 327.323) e 1999 (Euros 10.464) já tiveram o seu início em 2004, no Tribunal de 1^a Instância, encontrando-se pendentes de decisão.

Plano de Pensões CMP

O Grupo registou nas suas demonstrações financeiras, no exercício findo em 31 de Dezembro de 1995, o montante de Euros 5.598.358 (o qual se encontra totalmente ajustado), a receber do Estado Português, em resultado de um estudo actuarial das responsabilidades com reformas, reportadas à data de 31 de Dezembro de 1993, avaliadas por uma entidade especializada e independente, no seguimento do processo de reprivatização da subsidiária CMP.

Em resultado da referida avaliação, foram detectados erros, tendo sido solicitado, em 1996, pela Administração da subsidiária CMP, ao Estado Português a regularização do montante acima referido.

A Administração da Secil, apresentou, em 16 de Setembro de 1999, um processo judicial contra o Estado Português, reclamando o pagamento daquele montante e respectivos juros, que aguarda decisão do Tribunal Administrativo, tendo-se iniciado no último trimestre de 2004 a fase de produção de prova.

IRC 2002

A Secil impugnou judicialmente a liquidação adicional de imposto, no montante de Euros 9.289.439, incluindo juros compensatórios de Euros 970.938, decorrente da inspecção tributária em base individual ao IRC do exercício de 2002, na Secil, no que respeita ao IRC apurado em base agregada - ao abrigo do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades, pelo que aguarda decisão do tribunal sobre o referido processo.

Sub-grupo Portucel

Reclamações /Impugnações

Nos termos do Dec. Lei n.º 36/93 de 13 de Fevereiro, as dívidas fiscais de empresas privatizadas referentes a períodos anteriores à data da privatização são da responsabilidade do Fundo de Regularização da Dívida Pública.

Neste contexto, os valores abaixo, no montante total de Euros 24.947.307, bem como as dívidas pagas e não reclamadas deverão ser resarcidas pelo respectivo Fundo.

IRC – Máquina de papel 2 – Euros 17.300.599

No decurso do primeiro semestre de 2003 foi desenvolvida uma acção de fiscalização pelas autoridades fiscais que incluiu a revisão dos aspectos relacionados com a utilização do incentivo fiscal ao investimento na segunda máquina de papel da Empresa.

Na sequência desta acção de fiscalização, a Administração Fiscal apresentou liquidações adicionais de IRC relativas aos exercícios de 1998 a 2001, as quais foram impugnadas judicialmente pela Soporcel ainda em 2003, no montante aproximado de Euro 11.797.305, incluindo juros de mora e compensatórios, aos quais acrescem Euros 5.503.293 relativos ao apuramento da responsabilidade dos exercícios posteriores até 2007, relacionadas essencialmente com as deduções efectuadas no IRC pela utilização deste incentivo fiscal, os quais se encontram elevados em 31 de Dezembro de 2007 na rubrica de Estado, no passivo.

Em consequência da impugnação judicial, a Soporcel prestou duas garantias bancárias à Direcção Geral de Contribuições e Impostos no montante de Euros 15.677.315 (Nota 39), cuja devolução solicitou, por terem decorrido mais de 3 anos desde que foram apresentadas, em conjunto com a competente impugnação judicial (Dezembro de 2003).

Retenções na fonte – Euros 2.643.586

Nos últimos exercícios a Administração Fiscal tem vindo a apresentar liquidações relativas a retenções na fonte alegadamente em falta por não terem sido efectuadas pelas empresas do Grupo, que se detalhavam como segue, com referência a 31 de Dezembro de 2007 e 2006.

Valores em Euros	31-12-2007	31-12-2006	Garantias prestadas
Portucel - 2004	372.659	-	470.482
Portucel - 2005	216.536	-	-
Soporcel - 2002	16.162	-	-
Soporcel - 2003	245.998	-	-
Soporcel - 2004	1.211.417	-	1.544.570
Soporcel - 2005	580.814	-	737.790
	2.643.586	-	2.752.842

O Grupo entendeu reclamar as liquidações anteriormente apresentadas, tendo a Administração Fiscal, nas reclamações já apreciadas, proposto indeferir as referidas reclamações. No entanto, em Novembro de 2007, perspectivando-se alteração legislativa entretanto incorporada no art.º 90A do CIRC por via da publicação do Orçamento de Estado de 2008, a Administração Fiscal aceitou suspender as referidas instâncias.

Com efeito esta alteração vem no sentido da interpretação efectuada pela empresa, pelo que se espera a breve trecho a decisão favorável das reclamações apresentadas.

IRC 2001 – Euros 314.340

A Portucel recebeu em Maio de 2005 – quando se encontrava a decorrer a inspecção fiscal ao exercício de 2002 - uma notificação de correcções resultantes de análise interna ao IRC de 2001, o qual deu origem a uma liquidação adicional, entretanto paga, de IRC e juros compensatórios de Euros 314.340.

A referida liquidação foi no entanto objecto de impugnação judicial, apresentada em 4 de Setembro de 2006, por incumprimento de formalidades legais pela Administração Fiscal, como a ausência de audição prévia e a caducidade do direito de liquidação desde 18 de Março de 2004, em virtude de já se ter verificado a análise externa ao exercício de 2001 efectuada pelos Serviços de Inspecção Tributária, a qual de resto já tinha dado origem a uma liquidação adicional de IRC em 2003, igualmente liquidada.

IRC 2002 – Euros 270.025

Em 15 de Novembro de 2006, a Soporcel reclamou a liquidação adicional, que entretanto liquidou, de IRC Euros 270.025.

Espera-se a breve trecho uma decisão favorável desta reclamação, em especial, por em data posterior à liquidação ter obtido os formulários em falta relativos ao incentivo fiscal à investigação e desenvolvimento no montante de Euros 100.806.

IRC Agregado 2003 – Euros 3.158.530

Em 15 de Outubro de 2007 a Portucel apresentou uma reclamação parcial do IRC liquidado de Euros 3.000.615,10, dos quais Euros 2.607.145 de imposto e Euros 393.480, tendo pois pago os remanescentes Euros 157.915, dos quais Euros 131.807 de imposto e Euros 26.108 de juros compensatórios.

O valor reclamado foi ainda em 5 de Novembro de 2007 objecto de compensação parcial em Euros 2.242.329 com o reembolso pendente de IVA de Agosto de 2007, tendo o valor remanescente sido garantido em 26 de Novembro de 2007, pelo valor de Euros 1.032.317. A Portucel interpôs recurso desta compensação tendo o Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada ordenado por sentença de 15 de Janeiro de 2008 a restituição do montante compensado.

A liquidação respeita essencialmente ao impacto fiscal de operações de reestruturação decididas pelo accionista Estado, no âmbito da privatização da Portucel, às quais foi aplicado indevidamente o regime de neutralidade fiscal previsto no IRC, por a Soporcel não ter cessado a exploração do negócio da floresta e por inexistirem motivos económicos válidos para se terem apurado de imediato mais-valias na alienação das partes de capital recebidas em troca dos activos transmitidos.

IRC Agregado de 2004 – Euros 1.167.629

A Portucel pagou em 10 de Dezembro de 2007 a liquidação adicional de imposto de Euros 1.078.403 e correspondentes juros compensatórios de Euros 89.227, a qual será reclamada parcialmente dentro dos prazos legais.

Do montante total de correcções à matéria colectável de Euros 3.539.759, será reclamado o montante de Euros 1.961.515 correspondentes a regularização de rolaria, perdas na alienação de prestações suplementares, dedução de rendimentos de partilha na liquidação e benefícios ao 1º emprego para jovens.

IRC Agregado de 2005 – Euros 10.498.592 (estimativa de imposto)

A fiscalização ao exercício de 2005, no qual o prejuízo fiscal agregado declarado foi de Euros 30.381.815, resultaram na emissão de relatórios finais em 28 de Dezembro de 2007 e 8 de Setembro de 2007 respectivamente na Portucel e Soporcel, pelo que viram já encerrada a fiscalização ao exercício de 2005, nos quais são apresentadas correcções à matéria colectável das referidas empresas de Euros 67.612.268 e Euros 6.865.841 respectivamente, cujo imposto se encontra adequadamente relevado no passivo.

Do montante total corrigido Euros 66.636.141 e Euros 6.817.635 correspondem a perda na alienação de investimentos financeiros, incluindo prestações suplementares, as quais a Administração Fiscal entende constituírem partes de capital no conceito plasmado no nº 5 do artigo 23º do Código do IRC.

Não é esse o entendimento da empresa, nem dos seus consultores e advogados suportados quer no parecer de reputados professores de contabilidade e de direito, quer na letra da lei em especial a redacção introduzida pelo Orçamento do Estado de 2006 ao artigo 42º do Código do IRC, quer a proibição de presunções inidívidas plasmada na Constituição da República Portuguesa, em especial no seu artigo 103º, no que se refere ao artigo 23º, nº 5 e 6 do CIRC.

Retenções na Fonte em Espanha – Euros 516.729

A ENCE – Empresa Nacional de Celulose, S.A., sociedade na qual a Portucel deteve 8% do capital social até 2004, pagou, entre 2001 e 2004, dividendos no montante global de Euros 3.444.862, os quais foram sujeitos a retenção na fonte no montante de Euros 516.729.

O valor retido foi contestado pela Portucel, junto da Administração Tributária Espanhola, com fundamento na violação do direito de livre estabelecimento consagrado no Tratado de Roma (os mesmos dividendos pagos a uma entidade residente em Espanha não seriam sujeitos a qualquer retenção na fonte). A reclamação foi indeferida em 2007, pelo que seguiu recurso para o Tribunal em 2008.

Adicionalmente, e durante o período, a Comissão Europeia solicitou formalmente a Espanha a alteração da lei que regula as retenções na fonte efectuadas a não residentes, nomeadamente no que respeita a dividendos pagos, dado que esta viola a lei comunitária por se tratar de uma norma discriminatória face à que regula a tributação dos rendimentos da mesma natureza, quando pagos entre sociedades residentes fiscais em Espanha tendo mesmo interposto acção judicial para o efeito junto do TJCE.

Imposto do Selo – Euros 891.618

Em 2 de Outubro de 2007, a Soporcet reclamou parcialmente a liquidação de imposto do selo de Euro 793.164 e de juros compensatórios de Euro 98.454, na parte correspondente ao período de 1 de Janeiro a 30 de Junho de 2004 no valor de Euro 451.180, dos quais Euro 399.164 de imposto e Euro 49.470 de juros compensatórios, garantidos em 19 de Outubro de 2007 pelo valor de 575.870.

O imposto foi liquidado por alegadamente a Soporcet não ter evidenciado as carências de tesouraria da Portucel SGPS, ao abrigo do qual as operações de tesouraria efectuadas pela Soporcet SGPS foram consideradas isentas de imposto.

Sendo a Portucel SGPS (entretanto incorporada por fusão na Parpública) o beneficiário económico da transacção e na data anterior à privatização (3 de Junho de 2004) a sociedade dominante da Soporcet, detendo indirectamente 55,72% do seu capital, foi o imposto liquidado repercutido a esta, tendo já sido recebido do montante pago de Euro 440.038, a parte correspondente ao imposto de Euro 394.002.

IVA de 2003 – Euros 2.509.101

A Soporcet foi alvo de uma liquidação adicional de IVA de Euros 2.509.101, incluindo juros compensatórios de Euros 227.759 em 19 de Setembro de 2006, a qual foi compensada com reembolsos pedidos de IVA, quando ainda decorria o prazo para interposição de reclamação. A empresa entende não ser devida a liquidação dado que respeita à regularização de IVA deduzido nas plantações florestais ao qual não é aplicável o artigo 24º do Código do IVA por não constituírem imóveis.

IVA 2004 – Euros 225.121

Em 3 de Outubro de 2007 a Portucel reclamou a liquidação adicional de IVA de Euros 206.580 e correspondentes juros compensatórios de Euros 18.541, a qual foi garantida em 23 de Outubro de 2007 pelo valor de Euros 284.215.

Do montante total de imposto, Euros 20.227 referem-se a abates contabilísticos de peças de reserva, os quais todavia não foram abatidos fisicamente, tendo o valor contabilístico das mesmas sido reposto em 2005 e constituída a correspondente provisão.

Os remanescentes Euros 186.353 correspondem a regularizações de rolagem, dos quais Euros 170.401

correspondem a períodos anteriores a 1 de Janeiro de 2004.

42. Cotações utilizadas

Os activos e passivos das subsidiárias e associadas estrangeiras foram convertidos para contra-valores em euros, ao câmbio de 31 de Dezembro de 2006.

As rubricas de resultados do exercício foram convertidas ao câmbio médio do período. As diferenças resultantes da aplicação destas taxas comparativamente aos valores anteriores foram reflectidas na rubrica “Reservas de conversão cambial” no capital próprio.

As cotações utilizadas no primeiro semestre de 2007 e no exercício de 2006, face ao Euro, foram as seguintes:

	2007	2006	Valorização/ (desvalorização)
TND (dinar tunisino)			
Câmbio médio do exercício	1,7498	1,6868	(3,73%)
Câmbio de fim do exercício	1,7911	1,7325	(3,38%)
LBN (libra libanesa)			
Câmbio médio do exercício	2.066,00	1.892,82	(9,15%)
Câmbio de fim do exercício	2.192,00	1.985,38	(10,41%)
USD (dólar americano)			
Câmbio médio do exercício	1,3705	1,2556	(9,15%)
Câmbio de fim do exercício	1,4721	1,3170	(11,78%)
GBP (libra esterlina)			
Câmbio médio do exercício	0,6843	0,6817	(0,38%)
Câmbio de fim do exercício	0,7334	0,6715	(9,21%)

43. Processo de Reprivatização da subsidiária Portucel, SA

Com a publicação do Decreto-Lei 6/2003, de 15 de Janeiro, o Estado definiu o modelo para a segunda fase do processo de reprivatização da Empresa, o qual previa que esta se realizasse em dois segmentos. Um segmento, que se concretizou em Maio de 2004, correspondeu à realização de um concurso para a alienação de um lote indivisível de acções representativas de um valor de 30% do capital da Portucel. O Grupo Semapa foi o vencedor do concurso tendo adquirido a referida participação através da Seinpart – Participações, SGPS, SA.

O Decreto-Lei acima referido previa também um segundo segmento que corresponde à venda directa de até 115.125.000 acções do capital da Empresa a um conjunto de instituições financeiras que deverão proceder à subsequente dispersão de acções junto de investidores institucionais.

Com a publicação do Decreto-Lei 143/2006, de 28 de Julho, o Estado definiu o modelo para a terceira fase de reprivatização da Empresa, que consistiu na alienação de acções representativas até 25,72% do capital social da Empresa, o qual ocorreu através de uma Oferta Pública de Venda (OPV) realizada em 14 de Novembro, após o que a empresa ficou totalmente privatizada.

44. Eventos subsequentes

O sub-Grupo Portucel tem firmados contratos com a AICEP relativamente aos incentivos atribuídos por este organismo aos investimentos em desenvolvimento nas suas unidades industriais. Em 10 de Janeiro de 2008, foi recebida a primeira tranche relativa ao incentivo financeiro atribuído para o co-financiamento dos investimentos na unidade de Cacia, no valor de Euros 9.239.308. Relativamente aos investimentos na unidade de Setúbal, foi concluído em Janeiro o processo de apresentação de comprovativos de despesa ao abrigo destes contratos, relativos ao pedido da primeira tranche da componente financeira dos incentivos atribuídos. Aguarda-se a liquidação desta tranche, de Euros 3.844.561 durante o primeiro semestre de 2008.

No decurso do mês de Janeiro do ano corrente, a Semapa SGPS reforçou em 0,20% a sua participação na subsidiária Portucel, através da aquisição em bolsa de 1,5 milhões de acções.

Também em Janeiro de 2008 foi retomada a co-incineração de resíduos industriais perigosos na Fábrica da Secil no Outão, na sequência de um acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de 14 de Janeiro que revogou a anterior decisão decretada no âmbito dessa providência cautelar.

No decurso dos meses de Janeiro e Fevereiro o sub Grupo Portucel adquiriu 2.434.368 acções próprias, representativas de 0,317% do capital social da Portucel SA.

No dia 8 de Fevereiro de 2008, a subsidiária Soporcet foi notificada da sentença proferida pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra a qual julgou procedente a impugnação das liquidações de IRC dos exercícios de 1998 a 2001, e respectivos juros compensatórios. De salientar que, na sequência da acção de fiscalização levada a cabo pela Administração Fiscal em 2003, a subsidiária havia impugnado judicialmente as liquidações adicionais de IRC relativas aos referidos exercícios, no montante aproximado de Euro 11.797.305, incluindo juros compensatórios. Este valor já estava garantido e reconhecido como passivo nas contas, bem como Euros 5.503.294 relativo aos juros de mora das liquidações referidas e contingência fiscal dos exercícios de 2006 e 2007, a manterem-se os critérios da Administração Fiscal.

45. Empresas incluídas na consolidação

Denominação Social	Sede	% directa e indirecta do capital detido pela Semapá		
		Directa	Indirecta	Total
Empresa-mãe:				
Semapá - Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A.	Lisboa	-	-	-
Subsidiárias:				
Seminv, SGPS, S.A.	Lisboa	100,00	-	100,00
Cimentospar - Participações Sociais, SGPS, Lda.	Lisboa	-	100,00	100,00
Seinpart, SGPS, S.A.	Lisboa	49,00	51,00	100,00
Seinpar Investments, B.V.	Amesterdão	100,00	-	100,00
Semapá Investments B.V.	Amesterdão	100,00	-	100,00
Semapá Inversiones S.L.	Madrid	100,00	-	100,00

Empresas subsidiárias do sub Grupo Portucel – Incluídas no consolidado pelo método integral

Denominação Social	Sede	% directa e indirecta do capital detido pela subsidiária Portucel			% do capital efectivamente detido pela Semapá
		Directa	Indirecta	Total	
Portucel – Empresa Produtora de Pasta e Papel, SA	Setúbal	-	-	-	75,20
Subsidiárias:					
Soporcel - Sociedade Portuguesa de Papel, SA	Figueira da Foz	100,00	-	100,00	75,20
Tecnipapel – Sociedade de Transformação e Distribuição de Papel, Lda	Setúbal	100,00	-	100,00	75,20
Soporcel Espanha, SA	Espanha	-	100,00	100,00	75,20
Soporcel International, BV	Holanda	-	100,00	100,00	75,20
Soporcel France, EURL	França	-	100,00	100,00	75,20
Soporcel United Kingdom, Ltd	Reino Unido	-	100,00	100,00	75,20
Soporcel Italia, SRL	Itália	-	100,00	100,00	75,20
Soporcel 2000 - Serviços Comerciais de Papel, Soc. Unipessoal, Lda	Figueira da Foz	-	100,00	100,00	75,20
Soporcel North America Inc.	EUA	-	100,00	100,00	75,20
Soporcel Deutschland, GmbH	Alemanha	-	100,00	100,00	75,20
Soporcel Handels, GmbH	Austria	-	100,00	100,00	75,20
Portucel Florestal – Empresa de Desenvolvimento Agro-Florestal, SA	Setúbal	-	100,00	100,00	75,20
Aliança Florestal – Sociedade para o Desenvolvimento Agro-Florestal, SA	Setúbal	-	100,00	100,00	75,20
Arboser – Serviços Agro-Industriais, SA	Setúbal	100,00	-	100,00	75,20
Enerforest - Empresa de Biomassa para Energia, SA	Setúbal	-	100,00	100,00	75,20
Sociedade de Vinhos da Herdade de Espíra - Produção e Comercialização de Vinhos, SA	Setúbal	-	100,00	100,00	75,20
Viveiros Aliança - Empresa Produtora de Plantas, SA	Palmela	-	100,00	100,00	75,20
Aflomec - Empresa de Exploração Florestal, SA	Setúbal	-	100,00	100,00	75,20
Cofotrans - Empresa de Exploração Florestal, SA	Figueira da Foz	-	100,00	100,00	75,20
SPCG – Sociedade Portuguesa de Co-Geração Eléctrica, SA	Setúbal	100,00	-	100,00	75,20
Enerpulp – Cogeração Energética de Pasta, SA	Setúbal	100,00	-	100,00	75,20
Setipel – Serviços Técnicos para a Indústria Papeleira, SA	Setúbal	100,00	-	100,00	75,20
Empremédia - Corretores de Seguros, Lda	Lisboa	-	100,00	100,00	75,20
Socortel - Sociedade de Corte de Papel, SA	Figueira da Foz	-	100,00	100,00	75,20
PortucelSoporcel Papel - Sales e Marketing, ACE	Figueira da Foz	50,00	50,00	100,00	75,20
Cutpaper - Transformação, Corte e Embalagem de Papel, ACE	Figueira da Foz	-	50,00	50,00	37,60
Raiz - Instituto de Investigação da Floresta e Papel	Eixo	43,00	51,00	94,00	70,68
PortucelSoporcel Floresta, SGPS, SA	Figueira da Foz	50,00	50,00	100,00	75,20
Aflotrans - Empresa de Exploração Florestal, Lda	Figueira da Foz	-	100,00	100,00	75,20
About the Future - Empresa Produtora de Papel, SA	Setúbal	100,00	-	100,00	75,20
Headbox - Operação e Controlo Industrial, SA	Setúbal	-	100,00	100,00	75,20
EMA21 - Engenharia e Manutenção Industrial Século XXI, SA	Setúbal	100,00	-	100,00	75,20
Ema Cacia - Engenharia e Manutenção Industrial, ACE	Cacia	91,15	-	91,02	68,44
Ema Setúbal - Engenharia e Manutenção Industrial, ACE	Setúbal	92,56	-	91,01	68,44
Ema Figueira da Foz - Engenharia e Manutenção Industrial, ACE	Figueira da Foz	91,47	-	91,87	69,08
ImpactValue - SGPS, SA *	Setúbal	100,00	-	100,00	75,20
PortucelSoporcel Papel, SGPS SA *	Setúbal	100,00	-	100,00	75,20
PortucelSoporcel Energia, SGPS SA *	Setúbal	100,00	-	100,00	75,20
PortucelSoporcel Participações, SGPS SA *	Setúbal	100,00	-	100,00	75,20
PortucelSoporcel Cogeração de Energia, SA *	Setúbal	-	100,00	100,00	75,20
Atlantic Forests, SA *	Setúbal	-	100,00	100,00	75,20
Portucel International GMBH	Alemanha	100,00	-	100,00	75,20
Afocelca - Agrupamento complementar de empresas para protecção contra incêndios	Portugal	-	64,80	64,80	48,73
Bosques do Atlântico, SL	Espanha	-	100,00	100,00	75,20

Empresas subsidiárias do sub Grupo Secil – Incluídas no consolidado pelo método proporcional

Denominação Social	Sede	% directa e indirecta do capital detido pela subsidiária Secil			% do capital efectivamente detido pela Semapa
		Directa	Indirecta	Total	
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	Setúbal	-	-	-	51,00
Subsidiárias:					
Parcim Investments, B.V.	Amesterdão	100,00	-	100,00	51,00
Secilpar, S.L.	Madrid	-	100,00	100,00	51,00
Somera Trading Inc.	Panamá	-	100,00	100,00	51,00
Hewbol, SGPS, Lda.	Funchal	-	100,00	100,00	51,00
Secil Cabo Verde Comércio e Serviços, Lda.	Praia	-	100,00	100,00	51,00
ICV - Inertes de Cabo Verde, Lda.	Praia	37,50	25,00	62,50	31,88
Florimar- Gestão e Participações, SGPS, Lda.	Funchal	100,00	-	100,00	51,00
Seciment Investments, B.V.	Amesterdão	100,00	-	100,00	51,00
Serife - Sociedade de Estudos e Realizações Industriais e de Fornecimento de Equipamento, Lda.	Lisboa	58,40	-	58,40	29,78
Silonor, S.A.	Dunkerque - França	100,00	-	100,00	51,00
Société des Ciments de Gabés	Tunis	98,72	-	98,72	50,35
Sud- Béton- Société de Fabrication de Béton du Sud	Tunis	-	98,72	98,72	50,35
Zarzis Béton	Tunis	-	78,97	78,97	40,28
Tercim- Terminais de Cimento, S.A.	Lisboa	100,00	-	100,00	51,00
Secil Angola, SARL	Luanda	100,00	-	100,00	51,00
Secil - Companhia de Cimento do Lobito, S.A.	Lobito	-	51,00	51,00	26,01
Secil, Betões e Inertes, S.G.P.S., S.A. e Subsidiárias	Setúbal	91,85	8,15	100,00	51,00
Britobetão - Central de Betão, Lda.	Évora	-	73,00	73,00	37,23
Unibetão - Indústrias de Betão Preparado, S.A.	Lisboa	-	100,00	100,00	51,00
Secil Britas, S.A.	Penafiel	-	100,00	100,00	51,00
Camilo Lopez, Lda.	Alcochete	-	100,00	100,00	51,00
Sicobetão - Fabricação de Betão, S.A.	Pombal	-	100,00	100,00	51,00
Minerbetão - Fabricação de Betão Pronto, Lda.	Leiria	-	100,00	100,00	51,00
Secil Martingança - Aglomerantes e Novos Materiais para a Construção, Lda.	Leiria	97,00	-	97,00	49,47
IRP - Industria de Rebocos de Portugal, S.A.	Lisboa	-	97,00	97,00	49,47
Condind - Conservação e Desenvolvimento Industrial, Lda.	Setúbal	50,00	50,00	100,00	51,00
Ciminpart - Investimentos e Participações, SGPS, S.A.	Lisboa	100,00	-	100,00	51,00
Argibetão - Sociedade de Novos Produtos de Argila e Betão, S.A.	Lisboa	-	90,87	90,87	46,34
Sobicoen- Soluções de Bioenergia, S.A.	Lisboa	-	51,00	51,00	26,01
Ave- Gestão Ambiental e Valorização Energética, S.A.	Lisboa	-	51,00	51,00	26,01
Cimentos Costa Verde - Comércio de Cimentos, Lda.	Lisboa	-	100,00	100,00	51,00
Ecoresíduos - Centro de Tratamento e Valorização de Resíduos,Lda.	Lisboa	-	100,00	100,00	51,00
Prescor Produção de Escórias Móidas, Lda.	Lisboa	-	100,00	100,00	51,00
CMP - Cimentos Maceira e Pataias, S.A. ("CMP")	Leiria	100,00	-	100,00	51,00
Ciments de Sibline, S.A.L.	Beirute	28,64	21,86	50,50	25,76
Cimentos Madeira, Lda.	Funchal	57,14	-	57,14	29,14
Betomadeira - Betões e Britas da Madeira, S.A.	Funchal	-	57,14	57,14	29,14
Promadeira - Sociedade Técnica de Construção da Ilha da Madeira, Lda.	Funchal	-	57,14	57,14	29,14
Sanimar Madeira, Sociedade de Materiais de Construção, Lda.	Funchal	-	57,14	57,14	29,14
Brimade - Sociedade de Britas da Madeira, S.A.	Funchal	-	57,14	57,14	29,14
Madebritas - Sociedade de Britas da Madeira, Lda.	Funchal	-	29,14	29,14	14,86
Pedra Regional - Transformação e Comercialização de Rochas Ornamentais, Lda.	Funchal	-	29,14	29,14	14,86
Secil Unicon - S.G.P.S., Lda.	Lisboa	50,00	-	50,00	25,50
Secil Prébetão, S.A.	Montijo	-	42,50	42,50	21,68

Empresas não incluídas da consolidação

Denominação Social	Sede	% directa e indirecta do capital detido pela subsidiária Portucel			% do capital efectivamente detido pela Semapa
		Directa	Indirecta	Total	
Portucel Brasil	Brasil	99,00	-	99,00	74,44

Em 31 de Dezembro de 2007, encontrava-se em fase de conclusão o processo de liquidação e dissolução da Portucel Brasil. O balanço consolidado a esta data regista as responsabilidades identificadas e quantificáveis decorrentes deste processo, podendo o Grupo vir a incorrer em custos adicionais com a conclusão destes procedimentos que, no entanto, estima não serem materialmente relevantes.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Pedro Mendonça de Queiroz Pereira
Presidente

Fernando Maria Costa Duarte Ulrich
Vogal

Maria Maude Mendonça de Queiroz Pereira Lagos
Vogal

Joaquim Martins Ferreira do Amaral
Vogal

Carlos Eduardo Coelho Alves
Vogal

José Alfredo de Almeida Honório
Vogal

Francisco José Melo e Castro Guedes
Vogal

Carlos Maria Cunha Horta e Costa
Vogal

José Miguel Pereira Gens Paredes
Vogal

Paulo Miguel Garcês Ventura
Vogal

Rita Maria Lagos do Amaral Cabral
Vogal

António da Nóbrega de Sousa da Câmara
Vogal

António Paiva de Andrada Reis
Vogal

DECLARAÇÃO
A QUE SE REFERE A ALÍNEA A) DO Nº 1 DO ARTIGO 245º
DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS

Dispõe a alínea a) do nº 1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários que cada uma das pessoas responsáveis dos emitentes deve fazer um conjunto de declarações aí previstas. No caso da Semapa foi adoptada uma declaração uniforme, com o seguinte teor:

Declaro, nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 245.º do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, o relatório de gestão, as contas anuais, a certificação legal de contas e demais documentos de prestação de contas da Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A., todos relativos ao exercício de 2007, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Considerando que os membros do Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas subscrevem uma declaração equivalente no âmbito dos documentos que são da sua responsabilidade, a declaração independente com aquele texto foi subscrita apenas pelos titulares do órgão de administração, pois só se considerou que estão compreendidos no conceito de “responsáveis do emitente” os titulares dos órgãos sociais. Nos termos da

referida disposição legal, faz-se a indicação nominativa das pessoas subscritoras e das suas funções:

Nome	Funções
Pedro Mendonça de Queiroz Pereira	Administrador
Maria Maude Mendonça de Queiroz Pereira Lagos	Administrador
Carlos Eduardo Coelho Alves	Administrador
José Alfredo de Almeida Honório	Administrador
Francisco José Melo e Castro Guedes	Administrador
Carlos Maria Cunha Horta e Costa	Administrador
José Miguel Pereira Gens Paredes	Administrador
Paulo Miguel Garcês Ventura	Administrador
Rita Maria Lagos do Amaral Cabral	Administrador
António da Nóbrega de Sousa da Câmara	Administrador
António Paiva de Andrada Reis	Administrador
Fernando Maria Costa Duarte Ulrich	Administrador
Joaquim Martins Ferreira do Amaral	Administrador

PricewaterhouseCoopers
& Associados - Sociedade de
Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Palácio Sottomayor
Rua Sousa Martins, 1 - 3º
1069-316 Lisboa
Portugal
Tel +351 213 599 000
Fax +351 213 599 999

**Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria
elaborado por auditor registado na CMVM
sobre a Informação Financeira Consolidada**

Introdução

1 Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório consolidado de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas da Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, SA, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2007, (que evidencia um total de €3.257.139.769 e um total de capital próprio de €1.050.698.103, o qual inclui um total de interesses minoritários de €304.873.080 e um resultado líquido de €121.950.561), a Demonstração dos resultados consolidados, a Demonstração de rendimentos e gastos reconhecidos consolidados, a Demonstração das alterações dos capitais próprios consolidados e a Demonstração dos fluxos de caixa consolidados do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa (i) a preparação do Relatório consolidado de gestão e de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e appropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, as alterações no capital próprio consolidado, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de sistemas de controlo interno appropriados; e (v) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.

3 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.



Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, SA

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; e (vi) a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório consolidado de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, SA em 31 de Dezembro de 2007, as alterações no capital próprio consolidado, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 26 de Fevereiro de 2008

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
Inscrita na Comissão de Valores Mobiliários sob o nº 9077
representada por:



Abdul Nasser Abdul Sattar, R.O.C.

SEMAPA
Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, SA

**Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
Sobre as Contas Consolidadas
Exercício de 2007**

Senhores Accionistas,

1. Nos termos da lei, dos estatutos da empresa e do mandato que nos conferiram apresentamos o nosso relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos o nosso parecer sobre o Relatório Consolidado de Gestão e Demonstrações Financeiras Consolidadas apresentadas pelo Conselho de Administração da Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007.
2. No decurso do exercício acompanhámos com a periodicidade e extensão que considerámos adequada, a actividade da empresa e das suas filiais e associadas mais significativas. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação. Vigíamos pela observância da lei e dos estatutos.
3. Acompanhámos os trabalhos desenvolvidos pela Price Waterhouse Coopers & Associados, SROC, Lda. e apreciamos a Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria, concordando com a Certificação Legal de Contas apresentada.
4. No âmbito das nossas funções verificámos que:
 - a) o Balanço Consolidado, a Demonstração Consolidada dos Resultados por Natureza, a Demonstração Consolidada de Rendimentos e Gastos Reconhecidos, a Demonstração das Alterações dos Capitais Próprios Consolidados e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa e o correspondente Anexo permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa – e suas filiais – e dos seus respectivos resultados;
 - b) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados, e conformes com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tendo-se dado seguimento às análises e recomendações emitidas pelo auditor externo;
 - c) o Relatório Consolidado de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da empresa e do conjunto das filiais incluídas na consolidação, evidenciando com clareza os aspectos mais significativos da actividade.
5. Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços da empresa, bem como as conclusões constantes da Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria, somos do parecer que:
 - a) seja aprovado o Relatório Consolidado de Gestão;
 - b) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras Consolidadas;

6. Finalmente, os membros do Conselho Fiscal expressam o seu reconhecimento e agradecimento pela colaboração prestada, ao Conselho de Administração, aos principais responsáveis da empresa e demais colaboradores da empresa.

Lisboa, 27 de Fevereiro de 2008

O Presidente do Conselho Fiscal

Duarte Nuno d'Orey da Cunha

O Vogal

Miguel Camargo de Sousa Eiró

O Vogal

Gonçalo Nuno Palha Gaio Picão Caldeira

Semapa
Assembleia Geral
Acta nº 26

No dia 14 de Março de 2008, pelas 16 horas, reuniu em Lisboa, no Hotel Ritz, a Assembleia Geral da Semapa - Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A., sociedade aberta, [...]

[...]

Verificou também o Senhor Presidente [...] que se encontravam presentes ou representados accionistas titulares de 67.965.818 acções, correspondentes a 176.517 votos e a 57,436% do capital social, presenças que se alteraram logo no início da discussão do primeiro ponto da ordem de trabalhos para 78.811.673 acções, correspondentes a 204.688 votos e a cerca de 66,602% do capital da sociedade, [...]

Estando a assembleia regularmente convocada e em condições de deliberar validamente, o Senhor Presidente iniciou a sessão, [...]

[...]

Ninguém mais desejando usar da palavra, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral submeteu à votação o Relatório de Gestão, o Balanço e as Contas do exercício bem como o Relatório e Parecer do Conselho Fiscal, e de forma independente os documentos de consolidação de contas relativos ao mesmo período. Os documentos respeitantes ao primeiro ponto da ordem de trabalhos foram então aprovados por maioria de 99,97% dos votos emitidos, com 57 votos contra e a abstenção de accionistas que representavam 34 votos.

[...]

Os documentos respeitantes ao segundo ponto da ordem de trabalhos foram aprovados exactamente com as mesmas votações.

[...]

Entrou-se então no terceiro ponto da ordem de trabalhos tendo a mesa lido a única proposta existente da responsabilidade do Conselho de Administração, que se transcreve:

- “● Considerando que a Empresa deve manter uma estrutura financeira compatível com o crescimento sustentado do Grupo que tutela nas diversas Áreas de Negócio onde opera, e
- Considerando que a independência da Empresa perante o sistema financeiro passa pela preservação no curto, médio e longo prazos de níveis de endividamento consolidados que permitam a manutenção de indicadores sólidos de solvabilidade,

Propõe-se a aplicação dos Resultados Líquidos do exercício individual, apurados segundo o normativo POC, no montante de 121.950.560,81 euros (cento e vinte e um milhões, novecentos e cinquenta mil, quinhentos e sessenta euros e oitenta e um cêntimos) conforme segue:

Dividendos às acções em circulação

<i>Por acção</i>	<i>25,5 cêntimos</i>
<i>Total de dividendos</i>	<i>EUR 29.481.173,48</i>
<i>Reservas Livres</i>	<i>EUR 35.181.477,69</i>
<i>Resultados Transitados</i>	<i>EUR 57.287.909,64”</i>

Como ninguém desejou usar da palavra, o Senhor Presidente da Mesa considerou encerrada a discussão e submeteu a proposta à votação, a qual foi aprovada por maioria de 99,97% dos votos emitidos, com 57 votos contra e sem abstenções.

[...]